

Universidade de São Paulo
Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas

IMIGRAÇÃO JAPONESA: ONTEM E HOJE

O EXEMPLO DOS JAPONESES DA COMUNIDADE NIKKEI DE URAÍ (PR - BRASIL)

Yoshikazu Yamochi

Orientadora:

Prof^a. Dr^a. Rosa Ester Rossini

São Paulo

- 1991 -

**Dissertação de Mestrado apresentada ao Departamento
de Geografia da Faculdade de Filosofia, Letras e
Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, sob
orientação da Prof^a. Dr^a. Rosa Ester Rossini.**

AGRADECIMENTOS

Redigir uma dissertação de mestrado não iria ser possível, se não pudesse contar com as valiosas colaborações de muitas pessoas para um estudante japonês que viveu no Brasil, durante alguns anos.

O presente estudo é o resultado da vivência como estudante estrangeiro no Brasil na Universidade Estadual de Londrina, Departamento de Sociologia, complementada com as experiências de estudo, cursando disciplinas em diversos Departamentos da Universidade de São Paulo.

Inicialmente, gostaria de manifestar os meus sinceros agradecimentos ao Departamento de Missões Ultramarinas e Ichiretsu-kai da Sede de Igreja Tenrikyo e a bolsa de CNPq, pelo apoio financeiro recebido durante a permanência no Brasil, sem os quais não seria possível realizar este trabalho.

Sou muito agradecido pela presença de uma professora que foi fundamental, tanto do lado a estímulo e exigência intelectual, quanto do lado a amizade que fez estender para quase todos os professores e membros do Departamento de Geo-ciências da Univerisdade Estadual de Londrina. À Professora Dra. Yoshiya Nakagawara Ferreira e aos colegas do Laboratório de Pesquisas Urbanas e Regionais do Departamento, muito obrigado.

Sou muito agradecido também pela gentileza da Comunidade Nikkei de Uraí, que me recebeu carinhosamente no decorrer do trabalho de campo, sobretudo ao Sr. Kiyotaka Hashimoto e à Professora Nilza Sugahara que me forneceram os importantes dados para execução desta pesquisa. Meu sincero reconhecimento.

Aos professores do curso de Pós-Graduação do Departamento de Geografia da Universidade de São Paulo e aos colegas do curso, pelas valiosas orientações e estímulos, e, em especial, pela amizade franca e sugestão fornecidas por Tito Carlos Machado de Oliveira e sua família, sou muitíssimo obrigado.

Finalmente, à minha orientadora, Professora Dra. Rosa Ester Rossi-

ni, junto a minha família, gostaríamos de manifestar nossas respeitosas gratidões pela orientação, sugestão, revisão de texto e principalmente pelos carinhosos cuidados fornecidos para toda a família durante nossa permanência no Brasil.

A todos, muito obrigado.

SUMÁRIO

1. <u>APRESENTAÇÃO</u>	1
2. <u>SOCIEDADE E ESPAÇO: A marcha dos japoneses para Norte do Paraná...</u>	20
3. <u>DO JAPÃO PARA BRASIL</u>	
3.1. As alavancas que impulsionaram a partida.....	33
3.2. O Estado Moderno: a politica expansionista.....	49
3.3. A emigração para Além-mar.....	61
4. <u>CHEGADA DOS JAPONESES NO BRASIL</u>	
4.1. Os imigrantes japoneses e contextualização do movimento no Brasil.....	69
4.2. O Estado Novo e os imigrantes japoneses.....	78
5. <u>OS JAPONESES DO NORTE DO PARANÁ</u>	
5.1. Frente de expansão no Norte do Paraná.....	94
5.2. Os japoneses no Paraná e no norte do Estado.....	103
6. <u>OS JAPONESES EM URAÍ: Produção e Reprodução do Espaço</u>	
6.1. Procedimentos metodológicos da Pesquisa.....	116
6.2. Formação histórica de Uraí.....	119
6.3. Situação demográfica de Uraí.....	131
6.4. Desenvolvimento econômico de Uraí.....	136
6.5. Vida na Comunidade.....	142
6.5.1. Perfil Geral dos migrantes japoneses e seus descendentes em Uraí.....	145
6.5.2. Os deslocamentos e fixação dos japoneses e seus descendentes de Uraí.....	156
6.5.3. Relação entre propriedade e seu desenvolvimento econômico.....	175
6.5.4. Aspectos Sócio-Culturais e Dekassegui.....	186
7. <u>CONSIDERAÇÕES FINAIS</u>	201
8. <u>BIBLIOGRAFIA</u>	205

T A B E L A S

1. A POPULAÇÃO JAPONESA: 1880~1925.....	47
2. A ECONOMIA JAPONESA: 1893~1903.....	49
3. AS MANIFESTAÇÕES OPERÁRIAS E AGRÁRIAS: 1917~1927.....	53
4. EMIGRAÇÃO JAPONESA PARA ALÉM-MAR: 1885~1941.....	60
5. ENTRADA DOS IMIGRANTES JAPONÊSES PARA O BRASIL: 1908~1951.....	77
6. POPULAÇÃO PARANAENSE EM RELAÇÃO À DO BRASIL: 1920~1980.....	98
7. JAPONÊSES EM RELAÇÃO AOS ESTRANGEIROS NO PARANÁ: 1940~1980.....	105
8. RELAÇÃO DOS MORTOS DA POPULAÇÃO JAPONESA EM CAMBARÁ: 1920~1987.....	109
9. AS ESTRADAS DE FERRO NO NORTE DO PARANÁ: (ano de conclusão).....	124
10. ÁREA TOTAL DE URAÍ CONFORME SEÇÕES: 1986.....	127
11. POPULAÇÃO NIKKEI EM RELAÇÃO À POPULAÇÃO TOTAL DE URAÍ: 1941~1989...	131
12. ANO DE ENTRADA EM URAÍ - MORADORES NIKKEIS: 1936~1984.....	133
13. NACIONALIDADE DOS NIKKEIS DE URAÍ CONFORME AS SEÇÕES: 1985.....	134
14. ANO DE NASCIMENTO DA POPULAÇÃO NIKKEI DE URAÍ: 1892~1985.....	135
15. ÁREA PLANTADA E PRODUÇÃO DE URAÍ: 1960~1985.....	136
16. TAMANHO DAS PROPRIEDADES RURAIS EM URAÍ: 1989.....	138
17. CLASSIFICAÇÃO DAS PROPRIEDADES RURAIS EM URAÍ: 1989.....	139
18. NÚMERO DE ASSALARIADOS NAS PROPRIEDADES RURAIS EM URAÍ: 1989.....	140
19. ESTRUTURA ETÁRIA, LOCAL DE RESIDÊNCIA E NACIONALIDADE: 1991.....	146
. LOCAL DE NASCIMENTO:.....	148
21. ATIVIDADE ATUAL DOS MORADORES NAS ÁREAS URBANA E RURAL: 1991.....	149
22. DATA DE CHEGADA DOS IMIGRANTES JAPONÊSES.....	151
23. GRAU DE ESCOLARIDADE: 1991.....	152
24. CURSOS FREQUENTADOS PELOS FILHOS.....	153
25. NÚMERO DE DESLOCAMENTOS EFETUADOS PELOS MIGRANTES.....	157
26. RAZÕES DA VINDA AO BRASIL.....	168
27. DECISÃO DE PERMANÊNCIA DEFINITIVA NO BRASIL.....	171
28. MOTIVO DE DESLOCAMENTO AO NORTE DO PARANA (mais de 1 opinião).....	174

ÁREA INICIAL EM URAÍ.....	178
MUDANÇA NA DIMENSÃO DE PROPRIEDADES.....	181
NÚMERO DE PESSOAS QUE JÁ VISITARAM O JAPÃO.....	187
ENTRADA DE TURISTAS BRASILEIROS NO JAPÃO: 1985~1989.....	192

F I G U R A S

1. ESTADO DO PARANÁ: 1978 -DIVISÃO ADMINISTRATIVA-.....	120
2. ESTADO DO PARANÁ: Município São Jerônimo.....	121
(Mapa organizado em observancia do decreto lei nº 311 de 2/3/1938)	
3. MUNICÍPIO DE URAÍ: 1982.....	122
4. FAZENDA PIRIANITO: 1936.....	125
5. ESTRUTURA ETÁRIA, LOCAL DE RESIDÊNCIA E NACIONALIDADE: 1991.....	147
6. ATIVIDADE ATUAL DOS MORADORES NAS ÁREAS URBANA E RURAL: 1991.....	150
7. EVOLUÇÃO DO DESLOCAMENTO DE JAPONESES PARA URAÍ: 1920.....	158
8. EVOLUÇÃO DO DESLOCAMENTO DE JAPONESES PARA URAÍ: 1925.....	159
9. EVOLUÇÃO DO DESLOCAMENTO DE JAPONESES PARA URAÍ: 1930.....	160
10. EVOLUÇÃO DO DESLOCAMENTO DE JAPONESES PARA URAÍ: 1935.....	161
11. EVOLUÇÃO DO DESLOCAMENTO DE JAPONESES PARA URAÍ: 1940.....	162
12. EVOLUÇÃO DO DESLOCAMENTO DE JAPONESES PARA URAÍ: 1945.....	163
13. EVOLUÇÃO DO DESLOCAMENTO DE JAPONESES PARA URAÍ: 1950.....	164
14. EVOLUÇÃO DO DESLOCAMENTO DE JAPONESES PARA URAÍ: 1955.....	165
15. EVOLUÇÃO DO DESLOCAMENTO DE JAPONESES PARA URAÍ: 1960.....	166
16. RAZÕES DA VINDA AO BRASIL.....	169
17. DECISÃO DE PERMANÊNCIA DEFINITIVA NO BRASIL.....	172
18. ANO DE AQUISIÇÃO DA PRIMEIRA PROPRIEDADE FORA DA COLÔNIA PIRIANITO.	176
19. ANO DE AQUISIÇÃO DA PROPRIEDADE EM URAÍ.....	177
20. ÁREA INICIAL EM URAÍ.....	179
21. TIPO DE CULTURA DOS RESIDENTES NA ÁREA RURAL.....	182
22. TIPO DE CULTURA DOS RESIDENTES NA ÁREA URBANA.....	183
23. OPINIÃO SOBRE REGRESSO DEFINITIVO PARA O JAPÃO.....	188
24. OPINIÃO SOBRE REGRESSO DEFINITIVO PARA O JAPÃO.....	189

1. APRESENTAÇÃO

O tema deste estudo se insere, na compreensão do processo migratório dos japoneses para o Norte do Paraná.

Por meio de sondagens feitas nas colônias e comunidades japonesas de regiões Noroeste e Alta-Paulista do Estado de São Paulo, e as pesquisas feitas nas colônias e comunidades do Norte do Paraná, principalmente na comunidade japonesa do município de Uraí, durante os anos de 1989 a 1990, pretende-se apresentar os deslocamentos e fixação desses orientais para compreender o fenômeno de participação e inserção desse grupo na sociedade brasileira, especificamente os japoneses radicados no Norte do Paraná.

O tema abordado - o processo migratório dos imigrantes japoneses para o Brasil -, principalmente quando trata dos imigrantes japoneses para o Estado de São Paulo, tem sido discutido por muitos autores de vários ramos das Ciências Humanas, tais como Ciências Sociais, Antropologia Social e Cultural, História, Geografia Humana e outras.

No entanto, quando se trata do assunto de migração dos japoneses para o Norte do Paraná, tem-se verificado uma série de dificuldades para se obter levantamento bibliográfico sobre a participação dos mesmos nesta área que foi uma das frentes de expansão pioneira do Brasil. A maioria dos estudos existentes sobre a imigração japonesa dessa região é de cunho específico, referindo-se a determinadas colônias do Norte do Paraná e não ao movimento migratório dos japoneses para o Norte do Paraná, no sentido mais amplo e generalizado.

Porém, mesmo dentro dessas limitações, pode-se fazer uma revisão bibliográfica das fontes que serviram como pontos de referências para impulsionar o presente estudo e que contêm, sem dúvida, um valor incalculável.

João Corrêa de Andrade: -"A COLÔNIA ESPERANÇA - O Japonês na Frente Pioneira Norte-Paranaense", Dissertação de Mestrado em História Demográfica, do

Curso de Pós-Graduação em História do Brasil pela Universidade Federal do Paraná. 1975: O estudo apresenta uma Colônia cuja organização foi fundada pelos imigrantes japoneses, em sua maioria católicos, que pertence ao município de Arapongas. Para o autor, a fixação dos japoneses a dezenas de quilômetros de um pólo pioneiro, no caso Londrina, era continuidade de um processo de mobilidade, fixação e assimilação que se iniciara em 1908, com a chegada dos primeiros imigrantes.

Assim, o autor co-relaciona, num dos capítulos de seu estudo, o assunto sobre a Imigração Japonesa no Brasil e Colonização Japonesa no Paraná. O estudo apresentou uma originalidade na época, o que foi muito importante para abrir novas perspectivas para muitos estudiosos da imigração japonesa no Norte do Paraná.

Yoshie Yamashita: "COLÔNIA ESPERANÇA - ARAPONGAS, PR." (Aspectos da Organização do Espaço Agrário). Dissertação de Mestrado apresentada para o Departamento de Geografia da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, em 1976: O estudo apresenta a influência que a Companhia Melhoramentos do Norte do Paraná imprimiu na organização do espaço agrário norte-paranaense através do loteamento empregado por essa empresa.

O autor escolhe esta Colônia japonesa considerando-a como 'tipo padrão' de uso do solo regional, no tocante a sua formação e organização social.

Helena M. Okano Gimenes & Leonor Ferreira Bertone: -"COLONIZAÇÃO E CAPITALISMO: Lorena, um exemplo Norte-Paranaense (uma hipótese de trabalho)", Monografia de Conclusão do Curso de Pós-Graduação 'Lato Sensu' em 'Organização do Espaço-Base para Planejamento Urbano e Regional', apresentada para o Instituto Filadélfia de Londrina, Centro de Estudos Superiores de Londrina - CESULON, em 1977: O estudo apresenta a questão agrária, com todas as suas implicações diretas ou indiretas, como suporte para a acumulação de capital no pólo dinâmico do sistema econômico, ou no setor industrial. Toma a Colô-

nia Lorena - um núcleo formado pelos imigrantes japoneses nas proximidades de Londrina - como exemplo.

O estudo tem importância por equacionar a preocupação dos fatores fisiográficos, humanos e sócio-políticos da colônia japonesa como elementos fundamentais para compreender a transformação dos japoneses na participação no sistema capitalista brasileiro.

Existe também outra obra, de Homero Oguido, (eleito Deputado Federal em 1990), com título de "De imigrantes a pioneiros - Saga dos Japoneses no Paraná", publicada pela Gráfica Ipé em 1988: esse autor compila uma série de traduções dos livros já publicados em língua japonesa sobre esses imigrantes, desde o primeiro japonês que pisou a terra brasileira, em 1870, até o atual desenvolvimento social, econômico e político dos japoneses e seus descendentes, não somente do Norte do Paraná, mas também em todo esse Estado.

O livro é importante justamente por reunir as publicações de língua japonesa e oferecer oportunidades para todos que não têm acesso à essa língua ou que possuam interesse em saber a história dos imigrantes japoneses do Paraná. Não contém linha teórica ou metodológica, por ser um livro de simples resumo dos aqueles que já foram publicados.

Não se pode deixar de citar aqui alguns trabalhos e textos mimeografados em japonês, inglês e português sobre os imigrantes japoneses e seus descendentes especificamente do Norte do Paraná.

Pesquisa organizada pelas Faculdade de Engenharia da Universidade de Osaka do Japão e Escola de Comunicações e Artes da Universidade de São Paulo com o título "O Estudo Comparativo da Transformação do Espaço Vivencial nas Áreas de Colonização Estrangeira na Região Sul do Brasil", escrita em japonês e com resumo em português, publicada em março de 1982. Esse estudo mostra as transformações do espaço vivencial na colônia japonesa de Uraí, desde o momento de colonização pela Companhia de Colonização, até a organização

atual de relacionamento inter colonial, utilizando o conceito "ie".⁽¹⁾

A utilização do conceito "ie" para provar a inexistência do relacionamento afetivo ou a comunicação informal entre os moradores da comunidade perderia o seu sentido quando, no seu conceito, possuir o valor ético da família japonesa tradicional com a forma de produção de subsistência.

A interpretação sobre a transformação do modo de relacionamento entre membros da família ou com a vizinhança na comunidade Uraiese nos parece equivocada. A transformação não ocorreu de acordo com a modificação do espaço vivencial 'ie' interno (uti) para 'ie' externo (soto), representado pelos Clubes ou NIHON-JINKAI (Associações da Comunidade Japonesa). Pode-se dizer ao contrário, que a transformação ocorreu de acordo com a necessidade de adaptação ao novo meio de produção ou à nova forma de produção, isto é o processo de produção capitalista.

Os imigrantes japoneses, que na sua maioria vieram do Interior do Estado de São Paulo com a experiência na lavoura, como colonos, tiveram que tomar inicialmente uma forma de cooperação para poder vender a produção. Foram criadas NIHONJIN-KAI ou as organizações com fins protetores. Eles vieram para Uraí em busca de melhores condições de vida - "ser proprietário de um pedaço de terra"-, não para criar um pedaço de aldeia japonesa *mura*⁽²⁾ nas terras brasileiras. O processo de adaptação ao novo meio de produção exigiu deles uma outra forma de expressar a afetividade que é muito diferente da afetividade ou da comunicação das aldeias japonesas tradicionais.

Nesse novo espaço, não há mais necessidade de preservar a 'guiri' (uma espécie de obrigação social japonesa), que muitos oriundos do Japão preservam ainda hoje, mesmo nas grandes empresas de escala internacional, por obrigação que a sociedade lhes impõe. Na nova comunidade, a afetividade ou a comunicação entre seus moradores tomaram seu caráter diferenciado após estabelecerem suas formas de vida mercantis, portanto independentes. Assim, as formas de comunicação, para os moradores, tornaram-se livres e individuais, e não mais coletivas, sem direito de escolher, muitas vezes, com quem se comu-

nicar.

Humberto Tetsuya Yamaki:- textos publicados pela Osaka University, "SPATIAL STRUCTURE OF SETTLEMENT TOWNS IN BRAZIL" - "A Comparative Study of Japanese, German and Italian Towns"- em 1983 e 1984. "The Process of Formation of Settlement Towns in Brazil" - "The Case of Japanese Settlements"- em 1983: Os estudos analisam o surgimento, os processos de urbanização e suas formas de organização instaladas pelas Companhias de Colonização estrangeira que adotaram os modelos dos países nativos.

Yoshiya Nakagawara Ferreira & Alice Yatiyo Asari: - "ALGUMAS CONSIDERAÇÕES SOBRE A ATUAÇÃO DO IMIGRANTE JAPONÊS E SEUS DESCENDENTES NA COMUNIDADE LONDRINENSE", estudo mimeografado, Junho de 1985, Departamento de Geociências da Universidade Estadual de Londrina. O estudo é um sintese para identificar o nível de integração na sociedade brasileira dos imigrantes japoneses e seus descendentes, através do levantamento realizado pela ACEL - Associação Cultural e Esportiva de Londrina, em 1975, e pesquisas realizadas nos anos 1978 e 1979. É o primeiro trabalho realizado com o intuito de evidenciar a 'crise de identidade' dos "nikkeis" de Londrina e do Norte do Paraná. O assunto exige uma reflexão muito ampla, e é bastante discutido no momento.

Yoshiya Nakagawara Ferreira tem ainda publicações de alguns textos, trabalhos e conferências mimeografados: "QUESTÕES SÓCIO-CULTURAIS DO IMIGRANTE JAPONÊS E SEUS DESCENDENTES" em 1972; "Niponicidade e Brasilidade dos Descendentes dos imigrantes japoneses" I e II, em 1987; "Uma das formas de manifestações artísticas do imigrante japonês", em 1987, são textos apresentados pelo Laboratório de Pesquisas Urbanas e Regionais do Departamento de Geociências da Universidade Estadual de Londrina. "Burazilu ni okeru nihonjin imin no seikatsu no henka" (A transformação de vida dos imigrantes japoneses no Brasil), são publicações das conferências feitas por NAKAGAWARA du-

rante permanência no Japão em 1983, nas Universidades de Tokyo, Meiji, Okinawa, Sapporo, etc..

São estudos, sem dúvida, que contribuíram como base para obter uma imagem mais precisa dos imigrantes japoneses e seus descendentes radicados no Norte do Paraná.

O interesse em estudar o presente temário iniciou-se quando o pesquisador ingressou no curso de graduação em Filosofia pela Universidade Federal de Pernambuco, em 1975, ainda com muita dificuldade em assimilar o idioma e os costumes do Brasil.

Apesar da existência de diferenças culturais, foi muito evidente, na realidade daquele Estado, o funcionamento da sociedade baseada na concentração de terras e rendas nas mãos de minoria da população e, em consequência, acarretando muita miséria à maioria da população.

A existência de influência do latifúndio ou da herança do senhor-do-engenho, ainda na década de 70, no Brasil, criou muitas dúvidas e curiosidade no pensamento do pesquisador, ainda jovem.

Em 1978, após permanecer algum tempo no Japão, transferiu-se para cidade de Londrina, onde concluiu o curso de graduação em Ciências Sociais pela Universidade Estadual de Londrina em agosto de 1981. Percebeu-se, então, uma profunda diferença no sistema econômico, social, político e até cultural entre uma região e outra, apesar de ambas pertencerem ao Brasil.

Na região Sul do Brasil, a situação de vida de maioria da população é completamente distinta em relação à região Nordeste, devido aos diferentes processos históricos de cada uma delas. Através dos movimentos migratórios e dos movimentos de colonização nas fronteiras das frentes de expansão, principalmente para o Norte do Paraná, penetraram no Sul do Brasil muitos grupos étnicos diferenciados, desde asiáticos, europeus, sul-americanos e norte-americanos, juntamente com os migrantes nacionais em busca de melhores condições de vida, sempre em processo de participação diferenciados.

Essa diversidade do processo de desenvolvimento dos imigrantes estrangeiros e nacionais na região Sul do país, especificamente no Norte do Paraná fez com que a atenção se voltasse para um estudo aprofundado de um grupo de imigrantes estrangeiros que participou do processo de migração interno, portanto, do Brasil.

O interesse do tema concentrou-se nos imigrantes japoneses e em entender como ocorreu esse processo de ocupação do espaço por parte desse contingente.

Quando falamos sobre processo migratório de um dado povo, é necessário que o anteceda a explicação desse fenômeno, num dado momento que causou tal efeito. Assim, considera-se que a noção do espaço precede qualquer explicação.

CARLOS & ROSSINI (1983)⁽³⁾, no artigo "População e processo de Estruturação do Espaço Geográfico" colocam o espaço geográfico como:

" Produto histórico que sofreu e sofre um processo de acumulação técnico-cultural, e que, por consequência, apresenta em cada momento as características da sociedade que o produz. Ele não deve ser visto, de modo algum, como o cerceamento da ação humana, o palco onde os homens habitam, pois a idéia de espaço-produto não pode estar relacionada à de receptáculo, elemento passivo e inerte."

Sendo o espaço um produto social, resultado da existência humana e do seu trabalho, é importante focalizar o processo de formação do espaço de acordo com o dinamismo que ele mesmo produz, isto é, a formação econômica e política da sociedade capitalista.

No caso dos imigrantes japoneses no Norte do Paraná, como os demais imigrantes de diversas origens, a escala deste espaço estende-se e envolve uma dimensão internacional e nacional.

RENNER & PATARRA (1980)⁽⁴⁾ costumam dividir as migrações em dois tipos:

migrações internas e migrações internacionais, mesmo admitindo que a divisão é até certo ponto artificial, porque as motivações para migrar, os tipos de pessoas que migram e os efeitos econômicos e sociais de ambos os tipos de migrações são semelhantes. No entanto, comentam que "a vantagem desta distinção é a de revelar aspectos legais da migração ou as condições sob as quais o migrante viaja, indicando, também, suas características culturais".

É de suma importância, também, no caso dos imigrantes japoneses no Norte do Paraná, além do processo de migração interna, focalizar o processo de desenvolvimento industrial no Japão, que causou como efeito na história daquele país várias conseqüências sociais, políticas e econômicas que proporcionaram a mobilidade espacial dos japoneses, principalmente de origem rural.

A formação da sociedade capitalista Pós-Restauração Meiji, em 1868, do ponto de vista da economia e da política, na realidade motivou um dos impulsos ao desenvolvimento ao setor industrial nesse país.⁽⁵⁾

Este processo de formação do modo de produção capitalista deu como efeito um desequilíbrio nos setores da economia do país, causando dificuldade de sobrevivência no setor da agricultura. Concomitantemente à industrialização e progresso científico, ocorreu uma acentuada urbanização e aumento rápido da população. Generalizando, a expansão e redistribuição da população se processou para novas áreas de fronteira, inicialmente para as regiões internas do Japão, como Hokkaido e Okinawa. Posteriormente, esta expansão ou redistribuição da população se processou para o Exterior, como a Manchúria, Coréia e mais tarde para o Havai, os EUA, Canadá, Peru e finalmente para o Brasil.

Para o modo capitalista de produção, a existência do excedente de trabalhadores é essencial para reprodução do capital. Nesse sentido, "a migração se constitui, também, em um movimento 'necessário' ao desenvolvimento capitalista."⁽⁶⁾

Por outro lado, 21 anos após acontecer a Restauração Meiji no Japão, o

Brasil cria também uma forma unitária de governo, transitando do Imperialismo para um regime federativo.⁽⁷⁾

Segundo a observação da NOGUEIRA (1973)⁽⁸⁾, sob o ponto de vista econômico, o Brasil sempre continuou a ser um país produtor tipicamente rural, voltado à produção em grande escala de matérias primas destinadas à exportação.

"A lavoura cafeeira no Brasil sempre esteve ligada às grandes propriedades e ao emprego de abundante mão-de-obra. O concurso desta para satisfazer as necessidades da lavoura foi a preocupação dominante dos homens de governo, levando-os a favorecer a imigração principalmente do braço europeu. (...) Na verdade, com a substituição do braço escravo pelo do imigrante europeu, nossas fazendas de café conheceram o fenômeno da instabilidade de sua mão-de-obra. O trabalhador não estava mais preso ao fazendeiro e, assim logo às primeiras dificuldades, abandonou a lavoura em busca de situação mais favorável. (...) Essa instabilidade explica a luta dos fazendeiros para que chegassem ao Brasil novos imigrantes."

Desta forma, os japoneses que vieram para o Brasil, somando-se à mão-de-obra dos europeus, entraram nas lavouras como colonos contratados nas fazendas do Estado de São Paulo.

No entanto, a substituição da mão-de-obra escrava nas fazendas, que criou dificuldades aos imigrantes europeus, não foi muito diferente entre os imigrantes japoneses. HANDA (1987)⁽¹⁰⁾ expõe no seu livro, "O imigrante japonês", que entre os primeiros imigrantes japoneses vindos no Kasato-maru⁽¹¹⁾, do total de 772 japoneses distribuídos em fazendas, 430 haviam se retirado depois de seis meses, ou 360, excetuado o caso especial da Fazenda Dumont. Já pela pesquisa feita treze meses depois de distribuídos mostra que apenas 191 haviam ficado nas fazendas, mesmo colocando os que se haviam transferidos da Fazenda Dumont para outras.⁽¹²⁾

Através deste fracasso dos primeiros imigrantes e as experiências com

algumas levadas de imigrantes posteriores, o governo japonês resolveu impor às Companhias de Colonização algumas medidas que visavam à fixação dos imigrantes nas fazendas contratantes. Mas, na realidade, mesmo do ponto de vista de quem resolveu sair do Japão 'para fazer fortuna e pronto retorno ao país de origem', a vida na fazenda passou a ser aceita por muitos como 'o início de aprendizagem sobre a vida brasileira', após abandonar a idéia de remeter o ganho e abraçar a idéia de planejamento a longo prazo.⁽¹³⁾

Assim, na região Noroeste do Estado de São Paulo, os imigrantes japoneses passaram de colonos a arrendatários e posteriormente a proprietários, e, na expressão de SAITO (1961)⁽¹⁴⁾, inicia-se uma 'febre de terra'. Continuando, SAITO comenta que,

"Dentre os núcleos criados pela BRATAC, as fazendas Alianças e Tietê, no extremo oeste da Noroeste, pertenceram à última etapa do desbravamento dessa zona. A fazenda Primeira Aliança, com mais de 2.500 alqueires, teve o seu desbravamento iniciado em 1925; a Segunda Aliança, de igual extensão, em 1926, e Terceira com 1.800 alqueires, 1927. Em 1932, nessas três fazendas residiam 465 famílias japoneses. A fazenda Tietê, por sua vez, com a gleba de 17.500 alqueires acolheu os primeiros colonos em 1929; nessa fazenda o número de residentes japoneses atingia em 1932, a 284 famílias."

Além destes povoamentos dirigidos, na realidade, segundo SAITO, houve também, outros povoamentos do tipo voluntários:

"Assim, podemos citar como exemplo os núcleos estabelecidos nos arredores de Birigüi, Lins e Cafelândia na noroeste. Em tais casos grupos de 50 a 100 famílias se congregam sob o nome de Shokuminchi (colônia) e desenvolvem as respectivas associações. E, reunindo-se vários Shokuminchi, próximos à cidade, estabelecia-se nesta uma associação central ou federação das associações japoneses."⁽¹⁵⁾

Em relação ao movimento migratório dirigido pelo poder público, portanto, o tipo de colonização oficial ou mesmo a colonização planejada pelas companhias de colonização, SAITO escreve o seguinte:

"No passado, não foram poucos os estudiosos que atribuíram caráter planejado e dirigido à colonização japonesa, tentando explicar assim a organização comunitária de seus núcleos. A verdade, porém, é que pequena parcela de imigrantes japoneses, apenas 4% foi envolvida neste tipo de colonização. A absoluta maioria seguiu o itinerário de povoamento voluntário. Dai, concluir-se que o preteso caráter dirigido na formação de núcleos e colonização nipônica, foi um tanto exagerado mesmo por especialistas no assunto."⁽¹⁶⁾

A justificativa da colocação acima, de SAITO, está na formulação de sequência de estágios com referência às relações que caracterizaram o contato entre japoneses e nacionais na zona rural do Estado de São Paulo, onde ele formula quatro estágios principais:

1. A formação de núcleos espontâneos, por parte de imigrados, permitiu-lhes o estabelecimento de contatos com caboclos que, em geral, conheciam apenas técnicas rudimentares de produção e viviam de uma economia de subsistência. Assim sendo, os lavradores japoneses facilmente os sobrepujam no processo de competição, que por sua vez possibilita, entre os grupos, uma relação de convivência cuja natureza variava segundo o tipo de contato. Em geral, os caboclos das camadas mais baixas, na sua maioria agregados, foram fonte de força de trabalho para o produtor japonês. Os de camadas mais alta forneceram-lhes fatores de produção, como a terra e os meios de transporte.

2. Com o passar do tempo, em geral, ao cabo de alguns anos, a comunidade local, inclusive os moradores brasileiros, apresenta estrutura diferente da anterior. A camada baixa continua, na sua maioria, constituída de caboclos; a média, antes tênue, adquire caráter novo pelo aparecimento de pequenos produtores mercantis, arrendatários e pequenos

proprietários japoneses: a superior, como dantes, formada de grandes proprietários e negociantes, notando-se nela agora a presença de alguns japoneses.

3. Nesse estágio, justamente, a relação intergrupar de competição degenera, às vezes, em conflito, resultante da mobilidade do imigrado, que sai da posição de pequeno produtor e passa para a de pequeno empreendedor, competindo com elementos brasileiros da camada alta local. Estes, para se garantirem no seu status, lançam mão de recursos compensatórios, atribuindo ao processo competitivo um caráter político ou racial. Tais atritos são observados nos grandes núcleos de colonização planejada com menor intensidade, contra as cooperativas agrícolas. Mesmo quando toma feição política, a repercussão se restringe ao âmbito local e não chega a manifestar-se de forma organizada no plano nacional.

4. Finalmente, a relação grupar toma novamente um aspecto equilibrado, o que não fica adstrito a trocas econômicas, porém é acompanhado de relações sociais mais íntimas e simpáticas. Com o amadurecimento da nova geração, moldada antes pelos padrões de comportamento da cultura brasileira do que pelos da japonesa, o grupo japonês já não pode ser, nesta altura, considerado 'um estranho', mas tendente a se homogeneizar ao grupo dominante, inclusive por meio de casamentos mistos. A força econômica do grupo alienígena projeta-se no cenário político local e, se porventura surgem conflitos, estes não são interpretados em termos de competição entre o alienígena e o nativo, mas no plano geral e nacional.⁽¹⁷⁾

E, por fim, SAITO afirma que, no interior do Estado de São Paulo, as comunidades de origem japonesa ou já atingiram ou então estão próximas a alcançar esta 4ª e última fase.

Todavia, o processo de participação na produção e reprodução do espaço na sociedade brasileira dos imigrantes japoneses no Norte do Paraná é um pouco diferente em relação à sequência de estágios elaborado por SAITO sobre

os imigrantes do Estado de São Paulo.

O processo de inserção dos japoneses na frente de expansão do Norte do Paraná, provocado pelo processo de expansão cafeeira do Estado de São Paulo tinha, além da fertilidade natural do solo, uma condição imposta pelo Governo do Estado de São Paulo, que trouxe o aceleramento cada vez mais intenso de entrada dos fazendeiros paulistas e imigrantes. As sucessivas crises de superprodução de café no início do século, principalmente no Estado de São Paulo, criaram uma medida intervencionista de restringir o número de cafeeiros novos e de quotas de exportação. O Paraná não estava à margem dessa medida e os imigrantes de várias origens que tinham feito uma certa economia, tiveram condições de adquirir suas terras no Brasil.⁽¹⁸⁾

Em consequência, à época em que os imigrantes japoneses chegaram ao Norte do Paraná, a partir mais ou menos de 1915, já se havia modificado gradativamente a paisagem dos imigrantes, não somente de japoneses mas, também, de outras etnias. A maioria deles veio como os proprietários de suas terras.

Diferentemente dos imigrantes do Estado de São Paulo, que foram seguindo certos estágios, mesmo adquirindo as suas propriedades, abandonando o café em favor das outras culturas como cereais e hortaliças, os que se deslocaram ao Norte do Paraná não abandonaram o café.

Como a grande maioria deles que penetraram ao Norte do Paraná vieram com as experiências na lavoura cafeeira, desde o início da formação do novo espaço, eles tinham além de um punhado de capital, técnicas para plantação e, muitas vezes, capacidade administrativa.

Dessa forma, pode-se dizer que a facilidade de aquisição, a longo prazo, e o solo fértil da terra roxa para os japoneses que tinham práticas e experiências, resultaram na penetração cada vez mais intensa das migrantes.

Segundo a pesquisa feita por SAITO, a Colônia Três Barras, adquirida pela BRATAC, acolhia imigrantes procedentes das fazendas de café, e ;

"... das 365 famílias japonesas que aí se instalaram durante o período de 1932~39, apenas 11 foram diretamente encaminhadas do Ja-

pão e das 354 famílias, verificamos que, com exceção de pequeno número de imigrantes ao Brasil no 1º período, a absoluta maioria era constituída de colonos de café que chegara no período de 1924 a 1933 e que após curta permanência nas fazendas de café das zonas Mogiana e Noroeste, vinham tornar-se independentes na Colônia Três Barras. Assim, do período de 1930 até a II Guerra Mundial, a lavoura cafeeira do Norte do Paraná absorveu importantes parcelas de imigrantes que foram encaminhados da 'zona velha' do Estado de São Paulo." (19)

O deslocamento dos imigrantes procedentes do Estado de São Paulo para o Norte do Paraná é um dos fatos que podemos considerar como um dos movimentos migratórios internos, independente de que nacionalidade seja o migrante.

A produção e reprodução do espaço é resultado do trabalho humano historicamente determinado. No capitalismo, este trabalho é realizado através do capital de diversos capitalistas. E, também, é realizado através da ação do Estado capitalista. CORRÊA (1986) (20) afirma que a ação do capital não se verifica de modo uniforme, pois há uma diferenciação espaço-temporal nos investimentos de capital, e faz as seguintes distinções:

- a) A própria dinâmica contraditória da acumulação capitalista que, em função dos conflitos entre capital e trabalho e da concorrência dos capitalistas, gerou um processo de centralização e concentração do mesmo, envolvendo inicialmente as empresas industriais e depois os bancos, surgindo daí o capital financeiro.
- b) A internacionalização do capital denominado por Lenine como imperialismo não se dá por igual. Os atrativos e as condições na superfície da terra fazem com que o capital procure os lugares onde a sua remuneração é maior. Assim, o valor de um sitio, para o capital, pode mudar com o tempo.
- c) O Estado capitalista tem investido e contribuído para a organização do espaço. No entanto, para o grande capital, os investimentos para ferro-

vias, sistemas de energia, habitação popular, etc., ou em atividades pouca remuneradas não compensariam. Por outro lado, o investimento feito pelo Estado nestes setores pouco rentáveis barateia os custos dos investimentos do capital nos espaços lucrativos. O Estado desempenha o papel de uma empresa investidora, atendendo o interesse do grande capital e inserindo-se na dinâmica de acumulação capitalista.

d) Ao lado do grande capital, existem aqueles que vivem à sua dependência, viabilizando o grande capital, no papel de distribuidor varejista, denominado de setor informal.

Assim, CORRÊA afirma que "o grande capital, o Estado e pequeno capital, cada um destes agentes da organização espacial possui uma estratégia de ação que lhe é aparentemente específica, e que inclui uma dimensão espacial."

As considerações acima levam a concluir que toda e qualquer migração, seja ela espontânea ou direcionada, contém, na realidade, uma relação estreita com os interesses do capital monopolista, interligado aos interesses do Estado na produção e reprodução do espaço.

Observe-se, como um exemplo, o que aconteceu em 1927. Com a necessidade de impulsionar o movimento migratório nas províncias japonesas, foi fundada em Tóquio a Federação das Associações Ultramarinas, que teve como órgão representativo, na cidade de São Paulo, a Sociedade Colonizadora do Brasil (Yugen - Sekinin - Burazilu - Takushoku - Kumiai), conhecida pela abreviatura BRATAC, que criou certas influências na organização social e econômica, inclusive no Norte do Paraná.

Através da ação da Empresa, da produção e reprodução do espaço, pode-se observar a introdução de uma ideologia que elimina, de certa forma, a existência da idéia de enriquecimento rápido e pronto retorno ao país de origem entre os imigrantes japoneses do Norte do Paraná.

CODATO (1970)⁽²¹⁾, no seu estudo sobre os japoneses e a organização de trabalho em Assaí, comenta o seguinte:

"Quando o superintendente da Kaigai Ijuu, em 1927, viaja para o

Brasil, já tinha o investimento planejado: adquirir mais de 10.000 alqueires de terras férteis para produzir café. (...) para esse planejamento vinculado à aspiração de residência permanente. O movimento que a efetivou chamava-se 'Gatto Undo', orientado pelo lema 'Aido Eijuu', de amor à terra, residência permanente; 'Gat' é abreviação de gozar a terra, expressão criada em 1934 ~ 35 em Bastos. Em Aliança e Tietê se propagou um ambiente de descrédito e menosprezo à antiga idéia de regresso ao Japão, tachando-a de 'dekasegi konjo' (indigna disposição de trabalho temporário). Em Três Barras, atual Assai, ele foi chamado 'movimento GT.'. Observa-se que esse movimento resultou de uma estratégia empresarial vinculada à organização agrícola japonesa, qual seja, a estrutura 'mura' (comunidade rural japonesa)."

Não só órgãos estatais e privados direcionaram a fixação dos imigrantes japoneses na terra brasileira. Houve também algumas estratégias organizadas pelos imigrantes japoneses de nível voluntário, para superar as deficiências de língua, comércio, enfim, todas as dificuldades que um imigrante japonês recém-chegado ao local poderia encontrar para fixar-se à terra. Na realidade, a maioria dos que migram de um lugar para outro buscam melhores condições de vida. Assim, acredita-se que poucos se deslocam de um lugar para outro por que o inspirou o espírito de aventura.

Dessa forma, se o Norte do Paraná ofereceu, desde o início, excelente fertilidade de solo, condições de proximidade para com as rodovias e ferrovias que facilitavam a comercialização dos produtos, os imigrantes que tiveram experiências e práticas da organização territorial para formar as Associações Cooperativas, hospitais, escolas e etc., tiveram todas as condições para se fixarem nas terras norte-paranaenses.

Além do mais, pode-se observar, na época, o surgimento de vários movimentos de fins comerciais ou cooperativas, que visavam à definitiva fixação à terra. Entre eles, Sansei-ren⁽²²⁾, no bojo das colônias japonesas do Esta-

dos de São Paulo e Norte do Paraná.

Um outro aspecto fundamental que merece ser estudado é o nascimento da segunda geração, geração chamada 'NISSEI', no Brasil, que tem causado um forte motivo de fixação entre os imigrantes japoneses.

Assim, pode-se dizer que a existência de um grupo de estudiosos que são adeptos da corrente que propala que os japoneses decidiram se fixar no Brasil só a partir do reconhecimento oficial da derrota do Japão na II Guerra Mundial talvez não seja justa, pelo menos com os imigrantes japoneses que foram pioneiros no Norte do Paraná.

É de suma importância a constatação de que eles vieram para o Brasil com a intenção de enriquecer para, posteriormente, retornar ao Japão. Porém, acredita-se que a idéia de retornar não significa retornar para sempre à sua terra natal, na medida em que eles se tornaram proprietários de suas terras, ou na medida que passaram a participar direta ou indiretamente no processo de produção e reprodução do espaço na formação econômica da sociedade capitalista no Brasil.

A transformação do homem no modo de participar da relação social de trabalho é ponto fundamental para compreender a transformação do homem no seu modo de pensar. Assim, acredita-se que a importância do tema deste trabalho dentro da geografia da população especificamente, seja significativa.

Para obter os dados estatísticos sobre o tema, será apresentada, na segunda parte deste trabalho, a comunidade japonesa do município de Uraí, fundada como Colônia Pirianito em 1930, através da Companhia de Colonização Nambei Tochi (Nambei Tochi Kabushiki Kaisha), comunidade essa pesquisada de agosto a dezembro de 1990.

Notas e Referências:

1. "ie": segundo SAITO, a palavra 'ie' é empregada como sinônimo de 'família', a 'casa', com todo seu 'background' histórico e cultural, e tem sua continuidade através de gerações sucessivas.
2. "mura": a origem do mura remonta ao período Tokugawa (1603~1867), quando o governo procurou organizar um sistema, baseado na auto-administração dos povoados. Para isso, criou o sistema de grupo onde cada cinco casas formavam um grupo. Vários desses grupos constituíam um mura, com um chefe, por meio do qual as ordens oficiais eram transmitidas. Cada grupo era responsável pela ação de seus integrantes e, em casos mais graves (como rebelião ou impossibilidade de pagar o tributo anual), todo o mura era responsável. Isto causou o surgimento de um forte sentimento de união entre os camponeses da comunidade.
in - SENOI, Emico Lourdes, "Sho-mura: aspectos agrários de uma área do Japão", Dissertação de Mestrado em Geografia Humana pela USP., São Paulo, 1969.
3. CARLOS, Ana Fani A. & ROSSINI, Rosa Ester, 1983, p.7
4. RENNER, Cecília H. & PATARRA, Neide L., 1980, p.240
5. NOGUEIRA, Arlinda Rocha, 1973, p.19
6. ROSSINI, Rosa Ester, 1988, p.34
7. NOGUEIRA, Arlinda Rocha, op. cit., p.24
8. idem, ibidem, p.24
9. idem, ibidem, p.24~26
10. HANDA, Tomoo, 1987, p.55
11. A presença do grupo japonês no Brasil teve o seu início em 18 de julho de 1908, quando o Kasato-maru desembarcou em Santos. A primeira leva de imigrantes, era constituída de 799 pessoas, (entre eles, 781 sob contrato).
12. Na Fazenda Dumont ingressaram 210 pessoas das 52 famílias, provindas principalmente de Fukushima, Kumamoto e Hiroshima, inclusive uma de Tóquio. O trabalho teve início no dia 4 de julho. Após 56 dias de permanência, as 210 pessoas das 52 famílias retiraram-se, retornando à Hospedaria de Imigrantes de São Paulo por não ter condições de colher a safra prometida pela Companhia de Imigração, causando os conflitos entre imigrantes e intérprete.
in - HANDA, Tomoo, 1980, p.47~54
13. HANDA, Tomoo, 1987, p.60

14. SAITO, Hiroshi, 1961, p.137~138
15. idem, ibidem, p.216
16. idem, ibidem, p.214
17. idem, ibidem, p.224~225
18. LOPES, Ana Yara D. Paulino, 1982, p.47~48
19. SAITO, Hiroshi, op.cit., P.139
20. CORRÊA, Roberto L., 1986, p.61
21. CODATO, Evandir, Os japoneses e a organização do trabalho em Assaí, Estudo originalmente apresentado ao Departamento de História da Universidade Federal do Paraná, como dissertação de mestrado, 'Colonização Agrícola', 1932-1970. p.2 ~ 3.
22. Sansci-rcn era um movimento que começou a partir de 1937. Teve como objetivo principal, a integração das Associações Cooperativas das colônias japonesas do Brasil, que tiveram como seu integrante Kenkiti Shimomoto, fundador da Cooperativa Agrícola COTIA.

2. SOCIEDADE E ESPAÇO: A marcha dos japoneses para Norte do Paraná.

A conceituação utilizada neste estudo indica o procedimento pelo qual pretende-se pautar o seu desenvolvimento, isto é, um estudo sobre o movimento migratório dos imigrantes japoneses e sua participação no processo de produção e reprodução do espaço no Brasil, especificamente no Norte do Paraná. Ademais, a compreensão dos fenômenos na sua totalidade, numa frente de expansão pioneira, envolveria uma heterogeneidade de contextualização sobre a investigação. Assim, julga-se necessário buscar o apoio inicial num trabalho escrito por VIEIRA (1973)⁽¹⁾, na obra "O Japonês na Frente de Expansão Paulista". Apesar de a obra abordar o assunto dos japoneses da frente de expansão da região Alta Paulista do Estado de São Paulo e, sem dúvida, uma referência fundamental para o presente trabalho.

Segundo VIEIRA, o estudo sobre o imigrante japonês e seus descendentes, no referido livro, defrontou-se com uma série de problemas teórico-metodológicos. Não se tratava apenas de estudar um grupo étnico e sua persistência, tema de relevância na Antropologia Social, mas um grupo inserido numa região classificada por Leo Waibel⁽²⁾, em 1940, como 'zona pioneira'.

Esta classificação de 'zona pioneira', dada por Waibel à região da Alta Paulista, coincide com a região do Norte do Paraná. WAIBEL classificava o Norte do Paraná, em 1955, como uma das zonas pioneiras do Brasil atual.⁽³⁾

O conceito de pioneiro, para WAIBEL, significa mais do que conceito de 'frontiersman', e é o indivíduo que procura não só expandir o povoamento espacialmente, mas intensifica e cria novos e mais elevados padrões de vida. Assim, ele afirma que,

"No campo da agricultura, nem o extrativista e o caçador, nem o criador de gado, podem ser considerados como pioneiros, apenas o agricultor pode ser denominado como tal, estando apto a constituir uma zona pioneira. Somente ele é capaz de transformar a mata vir-

gem numa paisagem cultural e de alimentar um grande número de pessoas numa área pequena. Naturalmente, não levo em conta a mineração e a indústria, cujo desenvolvimento, em geral, leva a paisagens culturais urbanas.”⁽⁴⁾

Não é somente toda ampliação territorial da área rural pela expansão da agricultura que WAIBEL denomina de ‘zona pioneira’, quando diz que:

“De uma zona pioneira, em geral, só falamos quando, subitamente, por uma causa qualquer, a expansão da agricultura se acelera, quando uma espécie de febre toma a população das imediações mais ou menos próximas e se inicia o afluxo de uma forte corrente humana. Em outras palavras, quando a agricultura e o povoamento provocam o que os americanos denominam na sua linguagem comercial um **Boom** ou **Rush**. Então, os preços das terras elevam-se vertiginosamente, as matas são derrubadas, casas e ruas são construídas, povoados e cidades saltam da terra quase da noite para o dia, e o espírito de arrojo e de otimismo invade toda a população. Somente estas zonas pioneiras dinâmicas são o assunto de meu trabalho e, somente elas podem ser comparadas com as zonas pioneiras do ‘Middle West’ dos Estados Unidos.”⁽⁵⁾

Para VIEIRA, este conceito de pioneiro de WAIBEL cria as dicotomias como sertão/litoral; indígena/civilizado; latifúndio/pequena propriedade; mata/atividade agropecuária, etc., que são valores dos quais se espera extrair normas de ação política, não se constituindo em condições, nem em características de uma frente dada, porque: “(...) essa característica imprimia toda uma especificidade ao estudo, introduzindo variáveis que iriam interferir na análise, pois a interação, no curso de trinta e poucos anos, não implicou a liquidação das fronteiras étnicas, mas diferenças culturais significativas persistiam a despeito do contato e da interdependência.”⁽⁶⁾

Desta forma, VIEIRA resolveu abordar a problemática ligada às frentes

pioneiras utilizando o conceito 'frente de expansão'. E, utilizando essa categoria, VIEIRA diz que implicaria o reconhecimento imediato de relações inter-regionais, remetendo a um 'background' histórico-econômico.⁽⁷⁾

Quais são, então, as relações existentes entre as frentes pioneiras e frentes de expansão?

Segundo MARTINS (1975)⁽⁸⁾, a frente pioneira exprime um movimento social e resulta na incorporação de novas regiões pela economia de mercado:

"(...) a faixa entre uma e outra, embora sendo povoada ainda que com baixos índices de densidade demográfica, não constitui uma frente e não constitui basicamente porque a sua vida econômica não está estruturada primordialmente a partir de relações com o mercado."

Por outro lado, o mesmo autor entende que esta faixa não pode ser classificada como economia natural, porque dela saem os produtos que contêm o valor de troca, que é a economia de excedente, cujos indivíduos se dedicam principalmente à própria subsistência e secundariamente à troca de produto que excedem às suas necessidades. É a essa faixa, com suas peculiaridades econômicas, sociais e culturais, que o autor conceitua como 'frente de expansão':

"Assim sendo, a frente de expansão se integra na economia de mercado de dois modos: pela absorção do excedente demográfico que não pode ser contido dentro da fronteira econômica e pela produção de excedente que se realiza como mercadoria na economia de mercado. Desse modo, a frente de expansão está integrada na formação capitalista." conclui, MARTINS.⁽⁹⁾

VIEIRA reconhece não somente a existência de uma frente de expansão no Estado de São Paulo nas primeiras décadas do século, mas privilegia, como objeto de estudo, os imigrantes japoneses nela inseridos. E alerta que não é ainda a frente em si mesma no interesse primordial, mas a frente em suas relações com o imigrante japonês.

Embora existam algumas situações diferentes entre os imigrantes que se radicaram na cidade de Marília e cidades do Norte do Paraná, pode-se dizer que ambas as regiões receberam os imigrantes japoneses que estavam num estágio de transição de classes. Muitos deles migraram transformando-se em proprietários de terras e integrando-se numa formação econômica da sociedade capitalista, não como resultado de uma migração temporária. Assim, considera-se o trabalho de VIEIRA como fundamental para o presente trabalho.

São numerosos os estudos realizados no Brasil sobre a migração. E a complexidade dos processos migratórios torna difícil a elaboração do conceito de migração, principalmente para este trabalho, pois este trabalho envolve migrações de várias escalas, desde a internacional, nacional, regional, rural-urbana ou urbana-rural, etc..

Não sendo o processo de migração algo mecânico, que ocorre entre um pólo de expulsão e outro de atração, e sim como um processo que nasce e se desenvolve num contexto social historicamente determinado, o processo de migração dos japoneses ao Brasil e ao Norte do Paraná não deve ser visto como simples deslocamentos no espaço, mas o seu deslocamento entre modos de produção.⁽¹⁰⁾

ROSSINI(1988)⁽¹¹⁾ diz que "Quando a fome, o desemprego, os baixos níveis de saúde, a fraca escolaridade, a precariedade de habitações, etc, problemas sociais de grande relevância, passam a aumentar em grande escala, tanto no meio rural como no urbano, acaba sendo impossível dissociá-los de um contexto urbano ou rural. Assim, passa-se a considerá-los como resposta da reprodução do capital. Desse modo, o movimento de população passa a estar mais vinculado a uma expulsão do homem tanto do campo como da cidade do que a um incremento da 'oferta de empregos' em determinada etapa do processo migratório."

Para o modo de produção capitalista, portanto, a existência do exceden-

te de trabalhadores é essencial para a reprodução do capital. Nesse sentido, "a migração se constitui, também, em um movimento necessário ao desenvolvimento capitalista." (12)

Sendo uma população excedente um produto necessário da acumulação e do desenvolvimento da riqueza no sistema capitalista, ela constitui um exército industrial de reserva disponível que pertence ao capital.

MARX(1890) (13), na contribuição ao debate econômico-demográfico, teve um caráter metodológico, e reconhecia a existência de uma relação entre a acumulação de capital e o crescimento numérico do proletariado:

"Sendo a procura de trabalho determinada não pela magnitude do capital global, mas pela magnitude de sua parte variável, ela cai progressivamente com o aumento do capital global, ao invés de crescer proporcionalmente com ele. (...) com o aumento do capital global cresce também sua parte variável, ou a força de trabalho que nele se incorpora, mas em proporção cada vez menor. (...) É necessário que a acumulação de capital global seja acelerada em progressão crescente para absorver um número adicional determinado de trabalhadores ou mesmo, em virtude de constante metamorfose do capital velho, para continuar ocupando os trabalhadores que se encontram empregados. Ademais, essa acumulação crescente e a própria centralização causam novas mudanças na composição do capital ou nova redução acelerada de sua parte variável em relação à constante. Essa redução relativa da parte variável do capital, acelerada com o aumento do capital global, e que é mais rápida do que este aumento, assume, por outro lado, a aparência de um crescimento absoluto da população trabalhadora muito mais rápido que o do capital variável ou dos meios de ocupação dessa população. Mas a verdade é que, a acumulação capitalista sempre produz, e na proporção da sua energia e de sua extensão, uma população trabalhadora superflua relativamente, isto é, que ultrapassa as necessidades mé-

dias da expansão do capital, tornando-se, desse modo, excedente.”

Desta forma, MARX distinguia três tipos de superpopulação relativa:

(a) o exército industrial de reserva flutuante, que resulta do desemprego conjuntural decorrente da modernização do sistema, (b) o exército industrial de reserva latente, produzido pelo subemprego na agricultura e (c) o exército industrial de reserva estagnado, configurado sob o nome de trabalho a domicílio ou temporário, decorrente do desemprego tecnológico.⁽¹⁴⁾

O crescimento do exército industrial de reserva ocorreu no Japão, principalmente, a partir da transição do Feudalismo à Restauração Meiji, que deu origem à construção de um Estado militar extremamente forte e à implantação de uma monarquia absoluta centralizada na figura do Imperador, reabrindo suas relações com as potências ocidentais, implantando gradativamente indústrias e entrando definitivamente no mercado internacional do mundo capitalista.

NOGUEIRA(1973)⁽¹⁵⁾ diz que durante o Shogunato, visando não quebrar o equilíbrio entre os recursos naturais do país e as necessidades de sua população, o governo limitava a população, através do infanticídio e a prática do aborto:

“Na era Meiji a expansão demográfica não foi mais tida como indesejável e, sim, considerada como um dos fatores mais importante para o desenvolvimento do país, razão pela qual o governo tomou uma série de medidas concernentes à organização médico-hospitalar, à vacinação e à assistência em geral, medidas que refletiram no grande aumento da população.”

Paralelamente ao desenvolvimento da economia japonesa, houve um aumento demográfico muito rápido, que deu impulso à demanda dos migrantes japoneses como mão-de-obra para diferentes continentes.

Percebe-se que o movimento migratório é o resultado da exigência da sua manutenção, viabilização e expansão do modo de produção capitalista.

Desta forma, a migração nunca poderia ser considerada como um fenômeno

individual, que remete a dimensão psicológica de cada migrado a diferentes causas ou motivos, a não ser considerado como um movimento de classe social.

Em suma, pode-se tratar o movimento migratório de caráter internacional como um movimento social que coincide com a reestruturação, de um lado, para atender aos interesses do desenvolvimento do novo continente de satisfazer a demanda da mão-de-obra que esse desenvolvimento necessita e, de outro, para recorrer de uma incapacidade de absorção do excedente de mão-de-obra provocando seu barateamento que o desenvolvimento de outro continente sofre, e nunca por uma decorrência de interesses individuais de cada migrado.

Assim, considera-se, neste trabalho, a unidade deste mundo não como algo que consiste no seu ser, e sim, que consiste no conjunto de todas as relações sociais determinadas pela História.

"O conjunto dessas relações de produção constitui a estrutura econômica da sociedade, a base real sobre a qual se eleva uma superestrutura jurídica e política e à qual correspondem formas sociais determinadas de consciência. O modo de produção da vida material condiciona o processo de vida social, política e intelectual. Não é a consciência dos homens que determina a realidade; ao contrário, é a realidade social que determina sua consciência." (17)

Desta forma, esta investigação implica em aprofundar questões sobre o momento histórico específico em que ocorreu o fenômeno, buscando analisar as causas desse momento.

Acha-se fundamental o estudo das especificidades que assumiu a economia japonesa. Mas, da mesma forma que a economia japonesa, que causou como efeito a entrada dos imigrantes japoneses no Brasil, considera-se fundamental o estudo das especificidades da economia brasileira que causaram o efeito de penetração do movimento migratório ao Norte do Paraná, a partir de 1915 até 1945, quando ocorreu a entrada maciça dos japoneses no Norte do Paraná.

Quando tocamos o assunto Migrações Internas no Brasil, percebe-se que

são várias as linhas teóricas para as investigações.

Entre alguns estudos teóricos sobre as migrações internas, há uma contribuição dada por CAMARA(1988)⁽¹⁷⁾, que apresenta algumas evidências empíricas sobre o seu desenvolvimento recente.

A história do processo de desenvolvimento econômico, para CAMARA, desenvolveu-se de forma diferenciada entre os países desenvolvidos e os países latino-americanos. Essa diferença causou o surgimento das teorias que procuram explicar o porquê desses fatos, e um dos prismas do desenvolvimento econômico é o processo de transferência da mão-de-obra do setor agrícola para o setor urbano-industrial. Assim, CAMARA analisa as principais correntes que se dedicam ao estudo dos processos migratórios: a da modernização e a vertente histórico-estrutural.⁽¹⁸⁾

Nos marcos teóricos da modernização, CAMARA conceitua o desenvolvimento econômico e social como a passagem de uma sociedade tradicional para uma moderna. O fenômeno que induz os movimentos migratórios em direção à cidade é a crescente demanda de mão-de-obra devido ao processo de industrialização, o fruto do processo incorporado que proporciona aumento de salário e a disseminação do progresso técnico que permite a acumulação no setor urbano.

"A transferência de determinadas tecnologias (medicamentos e saneamento básico) provocou a diminuição das taxas de mortalidade em uma fase anterior àquela ocorrida nos países de capitalismo avançado. O crescimento vegetativo acelerado, o transplante de padrões de consumo e fatores de ordem demográfica - pressão demográfica - intensificaram os deslocamentos em direção às cidades."⁽²⁰⁾

No entanto, as considerações sobre a migração interna explicada neste enfoque de mão-de-obra industrial são válidas para os países de capitalismo avançado, e não para explicar devidamente as origens dos movimentos migratórios, sua intensidade e continuidade na maioria dos países latino-americanos, o sentido do desenvolvimento capitalista no campo e na cidade e sua relação com o desenvolvimento econômico. Assim, CAMARA, busca um instrumental

que preencha tal lacuna, no enfoque Histórico-Estrutural.

Para a corrente de enfoque Histórico-Estruturalista, a industrialização seria também o início e motor propulsor dos fluxos migratórios, mas o modelo de desenvolvimento não poderia ser mais transplantado para os demais países e exigiria um modelo de desenvolvimento próprio. Comenta CAMARA:

"A análise dos processos migratórios em situação de dependência requer que a migração seja estudada como um processo social inter-relacionado com outros processos. A análise deve ser historicamente referida com o objetivo de estabelecer como se configuram os processos migratórios, como se formam e como se modificam os diferentes fluxos migratórios ao longo do processo de desenvolvimento." (21)

Assim, pode-se dizer que os teóricos desse enfoque estruturalista procuram construir um quadro mais real das condições em que ocorre a migração nos países com diferentes processos de desenvolvimento, incluindo o Brasil.

E, no prosseguimento do mesmo artigo, CAMARA considera ENGELS a principal referência histórica dos autores estruturalistas, dizendo que ENGELS, para analisar a causa da mobilidade espacial dos imigrantes irlandeses na segunda metade do séc. XIX, buscou os fatores de expulsão, as péssimas condições de vida nos campos da Irlanda e as perspectiva de melhora de vida nos centros urbanos ingleses. (22)

Porém, entre alguns teóricos do enfoque Histórico-Estrutural, considera-se fundamental a afirmação de SINGER (1975) (23), de que "Como qualquer outro fenômeno social de grande significado na vida das nações, as migrações internas são sempre historicamente condicionadas, sendo o resultado de um processo global de mudança, do qual elas não devem ser separadas."

Através desta afirmação, SINGER acrescenta que a criação de desigualdade regional que acompanha a industrialização nos moldes capitalistas pode ser encarada como o motor principal das migrações internas. E coloca duas ordens que levam aos fatores de expulsão:

- 1) Fatores de mudança, que decorrem da introdução de relações de produção capitalistas atingindo o setor de agricultura, trazendo consigo mudanças de técnica e, em consequência, acarretando a expropriação de camponeses, a expulsão de agregados, parceiros e outros agricultores não-proprietários, o que resulta no aumento da produtividade do trabalho e na consequente redução do nível de emprego.
- 2) Fatores de estagnação, que se manifestam da crescente pressão populacional sobre uma disponibilidade de áreas cultiváveis que podem ser limitadas pela insuficiência física de terra arável ou pela monopolização de terra arável pelos grandes proprietários. O que resulta da incapacidade dos produtores em economia de subsistência de elevarem a produtividade da terra.⁽²⁴⁾

A distinção entre áreas de emigração sujeitas a esses dois fatores permite visualizar melhor as consequências da migração, afirma SINGER que diz que,

"As primeiras perdem população mas a produtividade aumenta, o que permite, em princípio, uma melhora nas condições de vida locais, dependendo do sistema de forças sociais e políticas que condicionam a repartição da renda. Já as segundas apresentam estagnação ou mesmo deterioração das condições de vida, funcionando às vezes como 'viveiro de mão-de-obra' para os latifundiários e grandes exploração agrícolas capitalistas."⁽²⁵⁾

Neste contexto, pode-se afirmar que a criação de desigualdade regional nos moldes capitalistas do Brasil, pode ser a causa principal do processo de inserção e fixação dos japoneses na frente de expansão do Norte do Paraná, naquele momento específico da história.

Considerando-se a migração como um processo social, sendo unidade atuante não o indivíduo mas o grupo, deve-se supor que o grupo tenha causas estruturais que determinem colocar-se em movimento. Porém, no caso específico das migrações internas dos japoneses ao Norte do Paraná, as respostas das

causas do movimento sempre caem em apenas duas categorias, que SINGER tem afirmado: 1. motivação econômica (procura de trabalho, melhora das condições de vida, etc.) e 2. para acompanhar o esposo, a família ou algo deste estilo.⁽²⁰⁾

Dentro destes contextos apresentados, gostaríamos de estudar no presente estudo:

- 1) Compreender quais são os fatores que criaram o desequilíbrio no setor da economia japonesa pós-Restauração Meiji, que serviu como ponta-de-lança dos migrantes para os países estrangeiros.
- 2) Esclarecer os momentos históricos que permitiram a entrada dos imigrantes de várias nacionalidades no Brasil.
- 3) Compreender a situação dos imigrantes japoneses, imigrantes pioneiros, inseridos em uma frente de expansão, integrados dentro do contexto de migração nacional rural-rural e permanente.
- 4) Ver as transformações dos modos de vida, a partir da mobilidade espacial dos imigrantes japoneses, e procurar a razão da decisão sobre a fixação no Norte do Paraná, anteriormente à II Guerra Mundial e durante ela.
- 5) Algumas influências ideológicas que as empresas de colonização poderiam ter imprimido aos imigrantes.

NOTAS E REFERÊNCIAS:

1. VIEIRA, Francisca Isabel Schurig, 1973, p.11
2. WAIBEL, Leo H., As Zonas Pioneiras do Brasil,
in Revista Brasileira de Geografia, ano XVII, N° 4, 1955.
3. idem, ibidem, p.391.
4. idem, ibidem, p.391
5. idem, ibidem, p.392
6. VIEIRA, Francisca I.S., 1973, p.12
7. o termo 'expansão' implica automaticamente no reconhecimento de um pólo de expansão: a expansão se processa a partir de um centro historicamente determinado e numa dada área, o que permite intensificar diferenças regionais e também relações inter-regionais.
8. MARTINS, José de Souza, 1975, p.45
9. idem, ibidem, p.46
10. ROSSINI, Rosa Ester, op. cit., p.32
11. idem, ibidem, p.32~33
12. idem, ibidem, p.34
13. MARX, Carl, 1890, p.731
14. idem, ibidem, p.733
15. NOGUEIRA, Arlinda Rocha, 1973, p.20~21
16. MARX, Carl, 1946, p.30~31
17. CAMARA, Marcia Regina Gabardo, "Migrações Internas: Evolução Teórica e Algumas Evidências Empíricas para o caso Brasileiro",
in SEMINA, Universidade Estadual de Londrina, vol. 9, N° 2, novembro 1988.
18. idem, ibidem, p.110
19. idem, ibidem, p.110
20. idem, ibidem, p.111
21. idem, ibidem, p.112

22. idem, ibidem, p.113

23. SINGER, Paul, Economia Política da Urbanização, Editora Brasiliense, São Paulo, 1975, p.31

24. idem, ibidem, p.38

25. idem, ibidem, p.39

26. idem, ibidem, p.51

3. DO JAPÃO PARA BRASIL

3.1. As alavancas que impulsionaram a partida

As análises sobre a imigração japonesa no Brasil devem partir de uma consideração da condição geral do desenvolvimento capitalista do Japão, buscando, assim, as possíveis causas da mobilidade espacial desses imigrantes.

Por outro lado, não poderia deixar de lado a relação entre este desenvolvimento e a transformação do sistema de trabalho rural no Estado de São Paulo, com a introdução das empresas agrícolas cafeeiras e o avanço da frente de expansão principalmente para o Oeste de São Paulo, posteriormente para o Norte do Paraná. Destarte, não se pode deixar de verificar a origem dessas circunstâncias que 'incentivaram' a vinda dos japoneses para o Brasil.

Muitos estudiosos do assunto comentam que quando a corrente migratória japonesa se iniciou para o Brasil, no início do século, já havia no Japão uma longa tradição de migração, tanto para o Interior (principalmente para a região Norte, denominada Hokkaido), como para o Exterior (Havai, EUA., Canadá e Peru, etc.).

Após a Restauração Meiji(1886), o movimento migratório interno no Japão foi muito intenso, principalmente devido ao desequilíbrio econômico no setor da agricultura, com os problemas de superpopulação, a seca, os tributos pesados, o endividamento para pagamento de impostos, etc..

Os não sucessores das propriedades, ou seja, os não primogênitos, os agricultores pobres ou não-proprietários da terra, não tiveram nenhuma segurança econômica. Em consequência, não tiveram nenhuma possibilidade de ascensão social e política nas suas comunidades natais, a não ser sobreviver mediante a prestação de serviço extra ao seu patrão ou a outros agricultores abastados.⁽¹⁾

Para melhor compreender as causas do desequilíbrio econômico da época, é necessário esclarecer o processo de passagem ao desenvolvimento capitalista deste país, principalmente o processo de formação do feudalismo japonês e

a mudança deste sistema feudal para o Estado moderno.

ANDERSON (1985) ⁽²⁾ faz um ensaio sobre a formação do Estado feudal, na sua obra 'Linhagem do Estado Absolutista', e escreve que a constituição do Estado imperial centralizado no Japão teve início no século VII a. C., e o rompimento desses conjuntos de linhagens familiares nobres e de agricultores independentes iniciou-se com a formação pela primeira vez, de um sistema de Estado unitário em 646, denominado de Reforma Taika (Taika-no-Kaishin).

"Administrativamente modelado no império T'ang da China contemporânea, o novo Estado japonês, que chegou a ser regido pelos Códigos Taiho, surgindo no início do século VIII (702), era baseado num monopólio imperial de proprietários fundiários. O solo era distribuído em pequenos lotes, periodicamente redistribuídos aos agricultores arrendatários, que deviam tributos em espécie ou corvéia ao Estado: inicialmente aplicado nos domínios familiares da própria linhagem imperial, o sistema de distribuição gradualmente atingiu o país de ponta a ponta no próximo século, mais ou menos. O domínio foi sistematicamente dividido em áreas, províncias, distritos e aldeias, todos sob firme supervisão governamental." ⁽³⁾

No entanto, este tipo de redistribuição de lotes vai ser efetivamente abandonado em 844 por causa da pressão ou desintegração dos próprios corpos governantes, causando o surgimento de Estado de semiprivados ou Sho-en nas províncias, nos domínios de propriedade dos nobres ou nos mosteiros.

E os camponeses que cultivavam os sho-en passaram a pagar os seus tributos diretamente aos seus senhores e não mais ao Estado.

ANDERSON, comenta que:

"A organização interna dos feudos japoneses foi grandemente influenciada pela natureza da rizicultura, ramo básico da agricultura. Não havia um sistema de três campos do tipo europeu, e os servos eram comparativamente insignificantes, dada a ausência de criação. As faixas dos camponeses eram menores do que na Europa e os alde-

ões em menor número, em meio a uma grande densidade da população rural e escassez de terras. Acima de tudo, não havia um sistema de apropriação real dentro da propriedade. (...) os direitos divisíveis de apropriação do produto eram recolhidos uniformemente do total da produção do **Sho-en**.”⁽³⁾

No cenário político, a aristocracia da corte (**Kuge**) desenvolveu um forte e organizada cultura civil, e a família Fujiwara conseguiu ascender nesse meio durante muito tempo sob a própria dinastia imperial. Mas, fora do capital, Kyoto, a administração imperial estava cada vez mais decadente e os membros das tropas alistados anteriormente transformaram-se gradualmente em nova nobreza militar de guerreiros - bushi ou samurai- particulares, com a finalidade de defender os proprietários **sho-en**.⁽⁴⁾

Os conflitos civis aumentaram e continuou a insegurança social em decorrência da privatização do poder coercitivo até o século XII, quando foi criado um novo aparelho militar de Governo sob o comando do ‘**Shogun**’ (Generalíssima), representado pelo ‘**Minamoto-no-Yoritomo**’.⁽⁵⁾

Assim, o poder real foi transferido por algum tempo para a capital independente, **KAMAKURA**, na mão do Shogunato.

No entanto, no final do século XII, quando o Shogunato Ashikaga sucedeu ao poder, financeira e militarmente enfraquecido por enfrentar os sucessivos conflitos internos, o governo do Kamakura desmoronou-se. Isso faz surgir, após a insurreição das Guerras Onin (1467-77), o processo de expansão do feudalismo no campo.

Proseguindo na explicação de ANDERSON, este escreve que, no meio de uma onda de anarquia, os senhores regionais foram cada vez mais depondo suas forças aos grupos de **Shoen**, e jurisdições provinciais sobre os quais eles reinavam desapareceram completamente, desintegrando todo o poder real central no Japão.⁽⁶⁾

Em comparação com o feudalismo europeu, ANDERSON expressa as seguintes opiniões:

"O feudalismo europeu sempre foi abundante em disputas interfamiliares e caracterizado por extrema litigiosidade; o feudalismo japonês, entretanto, não só careceu de qualquer tendência legalista, mas seu arranjo quase-patriarcal tornou-o mais autoritário pelos direitos paternos extensivos de adoção e deserção, que efetivamente reprimiram a insubordinação filial do tipo comum na Europa. Por outro lado, o grau de bem estar feudal, com seu prêmio sobre o valor e habilidade dos cavaleiros armados, era tão inteiramente notório como na recente Europa medieval durante essa época. Era constante a luta feroz entre principados 'daimyo'(feudos) rivais. Além disso, nos espaços deixados pela fragmentação política do Japão, cidades mercantis autônomas reminiscentes das da Europa medieval - Sakai, Hakata, Ôtsu, Ujiyamada e outras - tiveram condições de aparecer: o porto de Sakai (atual cidade de Osaka) viria a ser chamado de Veneza Oriental pelos viajantes jesuítas."⁽⁷⁾

Após uma série de guerras civis, na segunda metade do século XVI, o Japão foi unificado pelos principais 'daimyo', ou seja, pelos sucessivos comandantes militares - Oda Nobunaga, Toyotomi Hideyoshi e Tokugawa Ieyasu.

É de suma importância acrescentar que, mesmo após a unificação, a dinastia imperial sempre foi mantida como um símbolo religioso de legitimidade, fazendo a parte do sistema feudal. E outro aspecto a acrescentar é que a população foi dividida em quatro ordens sociais - bushi (nobres ou guerreiros), noumin (camponeses), kougai-shokunin (artesãos) e shounin (comerciantes), criando-se assim quatro classes sociais que vão permanecer no cenário durante quase três séculos.

Na batalha de Sekigahara, no ano de 1600, Tokugawa Ieyasu, um dos mais famosos governantes da história japonesa, eliminou de vez as guerras civis que haviam durado muito tempo. Inaugurou uma era de paz interna que durou mais de 250 anos no Japão, fechando a porta para a Europa, que estava no processo da Revolução Industrial.

MOORE Jr.(1983) (1) faz seguintes colocações sobre o assunto:

"A principal idéia política do xogunato Tokugawa era estática: a manutenção da paz e da ordem. A sociedade estava nitidamente dividida em governantes e governados. Os últimos eram, na sua maioria, camponeses, que as classes guerreiras governantes consideravam principalmente como instrumentos para trabalhar a terra e pagar impostos para seu benefício. Em troca, quando o sistema estava funcionando bem, os camponeses recebiam os benefícios de, pelo menos, uma módica segurança econômica e justiça política. Tanto quanto possível, por meio de uma série de dispositivos que iam desde os severos editos suntuários até o afastamento do Japão de, praticamente, todos os contatos com o mundo exterior, entre 1639 e a chegada do comodoro Perry, em 1854, os governantes tentaram reprimir quaisquer influências que pudessem minar a ordem prevalente. Os mercadores das cidades, a que nos referimos oportunamente, tornaram-se uma das principais fontes de ruptura e de preocupação para os governantes."

Na base do conjunto do sistema feudal japonês, pode-se dizer que existem alguns fundamentos que possuem uma formação especificamente japonesa. Assim, pretende-se colocar algumas características no setor da agricultura, que serviu como fonte da acumulação mercantil para, posteriormente, criar as condições de uma rápida expansão do capital nas cidades.

1) inicialmente, os camponeses eram juridicamente ligados à terra e estavam proibidos de migrar ou trocar suas propriedades. E, estatisticamente, a média das terras camponesas era extremamente pequena em relação aos tributos que eram obrigados a pagar, que eram cerca de 40% a 60% do produto - apenas dois ou três acres -, e as aldeias eram coletivamente responsáveis por seus tributos, que eram colhidos pelos funcionários dos Daimyo. Mas, no início da era Tokugawa, o montante dos tributos foi diminuído para 30 a 40 %.

- 2) Após a instalação do Shogunato Tokugawa, os métodos de tributação de extração do excedente fixados permitiram a elevação da produção. A irrigação foi intensificada e, em consequência, a área plantada de arroz foi ampliada. E os fertilizantes, usados mais largamente, permitiram uma acentuada variação de culturas.
- 3) A população aumentou em 50 %, para em torno de 30 milhões em 1721. Mas, posterior a este ano, o crescimento demográfico estabilizou-se, pela necessidade de afastar a fome da grande maioria da população camponesa, praticando-se certo controle populacional.
- 4) Por outro lado, no último período Tokugawa vai surgindo gradativamente uma comercialização mais intensiva da agricultura. O excedente de arroz extraído pelos tributos senhoriais foi fundamentalmente monetarizado pela classe feudal nas cidades. Ao mesmo tempo, algodão, açúcar, chá, tabaco ou outros produtos de especialização regional começam a ser produzidos diretamente para o mercado. E, no final do sec. XVIII, uma proporção excepcionalmente alta da produção agrícola era comercializada, seja diretamente pela produção camponesa, seja indiretamente, através da venda de arroz proveniente do sistema tributário.
- 5) A invasão de uma economia monetária nas aldeias, além da suas diferenciações existentes, desde o início, de tamanho das propriedades, trouxe também uma diferenciação muito intensa das riquezas e, consequentemente, diferenciação social entre os camponeses. A ampliação da agricultura comercial intensificou muito o poder do grupo tradicional de proprietários. Embora a venda ou compra de terras eram tecnicamente ilegais na época, os camponeses pobres eram obrigados a entregar desesperadamente suas terras quando as colheitas eram baixas e os preços eram inseguros. Desta forma, nasceu dentro da economia rural, durante o século XVIII, um segundo estrato explorador, servindo de intermediário entre o funcionamento senhorial e a produção, 'Jinushi' ou proprietários usuários, aumentando suas riquezas através do financiamento de novos

cultivos empreendidos por subarrendatários ou a mão-de-obra assalariada.

- 6) Enquanto isso, na sua economia agrária, desenvolveram os importantes centros urbanos, Osaka e Edo (atual Tóquio), sob o forte controle dos 'Bakufu' (magistrados) encarregados da administração das cidades, e o estabelecimento do sistema 'Sankin-Koutai'⁽⁹⁾ criou agilidade no mercado de consumo, principalmente no consumo de bens de luxo pelas aristocracias superiores que acompanharam o sistema. Construíram-se acima de seiscentas residências em volta da construção suntuosa dos grandes senhores Daimyo, na capital Tokugawa. Essas residências, na verdade, eram propriedades compósitas espalhadas, e as maiores podiam atingir quatrocentos acres (1 acre = 4.047m²) de extensão, incluindo mansões, gabinetes, quartéis, escolas, estábulos, ginásios, jardins e até prisões. A grande aglomeração urbana de Edo era um sistema concêntrico: as residências dos grandes Daimyo eram cuidadosamente distribuídas ao redor do vasto palácio-fortaleza ou castelo do próprio Shogunato, no centro da cidade.
- 7) Para sustentar os custos enormes desse sistema de consumo feudal compulsório, os governos burocratas dos Daimyo eram obrigados a converter suas rendas-tributos, extraídas da maior parte dos camponeses em espécie, em rendas-monetárias. A monetarização das rendas feudais preparou as condições para uma rápida expansão do capital mercantil nas cidades.
- 8) A classe 'cho-nin' de residentes urbanos era legalmente proibida de adquirir terra agrícola e conseqüentemente impedindo que o seu capital fosse utilizado para obter a propriedade rural. Isso causou o rápido crescimento de fortunas puramente urbanas. As companhias 'cho-nin' nas cidades acumularam capital através da comercialização do excedente agrícola, de serviços de transporte, principalmente de navegação costeira, transação de troca⁽¹⁰⁾, manufaturas de têxteis, porcelana ou outras mercadorias, empresas madeireiras e de construção e empréstimos

aos senhores **Daimyo** do shogunato. Algumas casas comerciais transformaram-se em agentes financeiros e fontes de crédito para os importantes senhores territoriais.

- 9) A expansão da comercialização da agricultura, acompanhada por uma migração massiva ilegal para as cidades, permitiu uma ampliação extensiva do mercado urbano. Durante o século XVIII, Edo deve ter tido uma população de mais de um milhão⁽¹¹⁾. No entanto, o resultado foi a criação de dificuldades crônicas tanto para Bakufu Tokugawa como para os governos Daimyo (han), que se endividaram cada vez mais com os empréstimos em troca de suas rendas fiscais.
- 10) Por outro lado, o fechamento da relação comercial que se iniciou a partir de 1630, pelo isolacionismo de Tokugawa, exceto com a Holanda e a China, foi o grande motivo do entrave para o desenvolvimento do capital mercantil do Japão, frustrando qualquer possibilidade de uma transição para o modo capitalista de produção propriamente dito dentro da estrutura.⁽¹²⁾

O grande boom metropolitano causado pelo sistema 'Sankin-koutai' chegou ao fim, com um fracasso da vitalidade comercial, junto com a diminuição da população como um todo, no início do século XIX, e criou uma situação de fome nas cidades e nos campos, provocando o cenário de desespero e de revolta.

O próprio governo Tokugawa não tinha mais qualquer superioridade sobre as forças reacionárias que vinham surgindo no interior do país, e a entrada da força ocidental, o impacto do imperialismo ocidental representado pelo comodoro Perry, em 1853, provocou definitivamente o fracasso da era Tokugawa.

Uma agressiva invasão das armadas americana, russa, britânica, francesa e outras, exigiu o estabelecimento de relações comerciais e diplomáticas. A nítida superioridade militar do poder tecnológico dos ocidentais e a incapacidade de justificar suas retiradas, provocaram a revolta e a subversão armada contra si próprios. E, no cenário da economia-política em transição

do governo da época, ANDERSON relatou que:

"(...)O advento do comércio exterior em larga escala, portanto, forçou o **Bakufu** (governo) a desvalorizar vertiginosamente o conteúdo metálico real de suas moedas e a emitir papel-moeda, enquanto a demanda externa por produtos-chave locais - seda, chá e algodão - se elevou às alturas. O resultado foi uma catastrófica inflação doméstica: o preço do arroz quintuplicou entre 1853 e 1869, causando intensos tumultos populares nas cidades e nos campos. A burocracia shogunal, embaraçada e dividida, foi incapaz de reagir com qualquer política clara ou decisiva aos perigos que estão a pressionavam. O lamentável estado de seu aparato de segurança se revelou quando o único líder resoluto que o **Bakufu** produziu em sua última fase, Ii Naosuke, foi assassinado por samurais xenófobos em Edo, em 1860. Dois anos depois, outro atentado obrigou seu sucessor a renunciar. Os feudos Tozama do sudoeste - Satsuma, Chôshu, Tossa e Saga -, por sua posição estrutural sempre antagonistas do **Bakufu**, foram então encorajados a passar à ofensiva e conspirar por sua derrubada."⁽¹³⁾

Mas, na realidade, o objetivo crucial dessas tropas era restaurar, através da derrubada do governo shogunato de Tokugawa, uma era de autoridade imperial que foi usurpada pelo shogunato. E, assim, a queda do shogunato significou o fim do feudalismo e o início do Estado Unitário Meiji, que significa também o início da modernidade na sociedade capitalista industrial.

Um dos mais importantes passos para criação de um governo central ocorreu em 1869, quando os ex-reacionários ou os grandes feudos do Sudoeste voluntariamente ofereceram os seus territórios ao trono, o que significa uma redistribuição de poder do sistema feudal. Mas, MOORE Jr., analisa que:

"Um ponto ainda mais importante era o receio, por parte desses feudos, de que, não tomando essa decisão conjunta, qualquer grupo de governantes provinciais ocupasse o lugar de Tokugawa. O próprio

Satsuma alimentava exatamente essas ambições.”⁽¹⁴⁾

Foi então que, em 1873 implantou-se o sistema de impostos territoriais conhecido com o nome de **Tiso-Kaisei** na vida agrária japonesa, que colocou mais uma vez os camponeses numa situação de miséria.

Segundo a explicação do TANAKA (1976)⁽¹⁵⁾, o objetivo principal da implantação desse sistema era concretizar a base financeira do governo Meiji. Desta forma, o significado do **Tiso-Kaisei** ficou num posicionamento flutuante e sem sentido aos camponeses, porque com isso evitou a desestruturação do sistema e acabou defendendo apenas o fortalecimento do antigo sistema de concentração de terras nas mãos dos **Dinushi** (os grandes proprietários).

Na realidade, para o novo governo Meiji, o fortalecimento no setor da economia era um assunto primordial para superar a difícil fase de conflitos internos e de revoltas dos camponeses que vinham crescendo a partir do fim da era Tokugawa. Com isso, o sistema de arrecadação de impostos foi dividido em duas fontes: o imposto dos valores da terra convertidos em dinheiro dos proprietários de terra e o imposto dos produtos importados, para incentivar o crescimento dos grandes proprietários, **Dinushi**.

TANAKA diz que, assim, pode-se considerar que as reformas do sistema de arrecadação de imposto eram feitas única e exclusivamente para abastecer o setor financeiro do governo Meiji.⁽¹⁶⁾

Generalizando, a reforma do sistema de imposto pela Restauração Meiji, o sistema **Tiso-kaisci** possuía quatro leis principais;

- 1) Na era Tokugawa, o montante de produção do tributo era medido através do **Koku**⁽¹⁷⁾. E, após Restauração, a medida é feita através do valor da terra fixado pelo governo.
- 2) O valor do imposto será 3 % do total de valor da terra, sem contar com a sua produtividade.
- 3) O imposto será pago em dinheiro.
- 4) O pagamento será feito pelo proprietário da terra registrado e possuidor de licença concedida pelo governo.

Percebe-se que, na realidade, não foi feita nenhuma reforma no sentido estrutural da relação de classes entre **Dinushi** (proprietários) e **Kosaku-nin** (arrendatários ou camponeses).

O sistema de **Tiso-kaisei**, principalmente o sistema de pagamento dos tributos convertidos em moeda, criou nos agricultores pobres uma série de dificuldades, obrigando-os a vender não somente a produção, mas, às vezes, até suas propriedades. Os lucros obtidos através da elevação do preço de arroz e a deflação durante e após a guerra Seinan (o conflito interno do qual resultou a Restauração Meiji) serviu como fonte de acumulação do capital primitivo para grandes latifundiários, que serviram como agentes financeiros, assumindo o papel de intermediários entre governo e agricultores pobres para converter a produção em moeda. Criou-se, assim, um novo sistema na área rural japonesa que durou até o término da Segunda Guerra Mundial: o sistema parasitário dos grandes proprietários (**Kisei-Dinushi-seido**).

Por outro lado, nos primeiros anos de Meiji, aconteceram muitas violências no campo. Só nessa época, houve mais de 200 rebeliões de camponeses, muito mais do que em qualquer época do período Tokugawa.⁽¹⁸⁾ A principal causa das revoltas era o sistema do novo imposto, pois o imposto era sobre a terra e não sobre o camponês como indivíduo; era sobre a capacidade produtora oficialmente determinada pelo governo e não sobre a produção real.

A crise de 1890 foi o início do reconhecimento do problema da fome como o problema político-social do governo pelo governo.

No início de 1890, houve um aumento brusco do preço de arroz, por causa da má colheita do ano anterior, surgindo, como consequência, os assaltos às lojas de cereais e tumultos de mais de 2.000 manifestantes nas principais cidades produtoras, que continuaram até julho do mesmo ano. Assim, houve até os registros de mortes por causa da fome nas cidades Tóquio e Kyoto.⁽¹⁹⁾

Mas, na análise do MOORE Jr., a complexidade do processo de formação e relacionamentos sociais e econômicos da vida agrária japonesa consistem em fatores comportamentais dos agricultores, alegando este que o caráter espe-

cial dos laços feudais japoneses ou a lealdade ao senhor eram características primordiais para explicar os fenômenos agrários japoneses.

Por exemplo, para MOORE Jr., o processo que ocorreu no Japão, diferentemente dos países da Europa, não sofreu em larga escala o processo de expropriação dos seus campos, empurrando os agricultores para as cidades e criando grandes propriedades capitalistas. Em vez disso, intensificou tendências anteriores para criação de um sistema de senhores rurais, arrendatários e proprietários independentes. Dessa forma, mesmo com o significativo aumento dos conflitos e as revoltas registradas nessa época, isso não significou uma revolução camponesa: significou muito mais uma resistência à transição do sistema agrário pré-moderno para o novo sistema. E acha que as rebeliões poderiam ter sido mais graves. Para ele, as manifestações foram de forma tímida, incapazes de desafiar a ordem antiga:

“As razões da ausência de um sério desafio intelectual estão profundamente enterradas na história japonesa, mas fazem parte do mesmo fenômeno. Os desafios intelectuais e sociais, que fizeram as revoluções burguesas ocidentais, eram fracos ou inexistentes. Finalmente, e talvez mais importantes do que todo o resto, através de toda a transição e ao entrar na era da sociedade industrial, as classes dominantes conseguiram deter e afastar as forças desmembradoras que provinham dos camponeses. Não só não houve revolução burguesa, como também não houve revolução camponesa.” (20)

Assim, através da explicação feita por MOORE Jr., o advento do capitalismo não revolucionou nem desintegrou a agricultura japonesa. Dessa forma, em outras palavras, nos fatores políticos, as classes dominantes sempre conseguiram extrair seus benefícios através da especificidade histórica da situação dos camponeses japoneses.

MOORE Jr., faz os seguintes comentários, mostrando o fato de que, entre 1873 e 1885, o senhor rural ficava com dois a três quintos do produto da terra, e nos anos posteriores, mesmo com as alterações institucionais que

processaram, não ocorreu nenhuma mudança da situação:

“Por volta de 1937, os senhores rurais japoneses vendiam 85 % das suas colheitas, que adquiriram principalmente através do pagamento em espécie por parte dos seus arrendatários. Medidas em termos de dinheiro, as rendas dos campos de arroz aumentaram mais de 50 % nos anos que se seguiram à Primeira Guerra Mundial. Com o sistema que prevaleceu entre as duas guerras mundiais, o arrendatário entregava metade da sua colheita ao senhor rural. Tudo o que arrendatário recebia em troca era o uso da terra, visto que fornecia todo o capital.”⁽²¹⁾

A interferência direta do governo nas relações dos **Dinushi** e **Kosaku-nin** processou-se só durante a Segunda Guerra Mundial, obrigando a reduzir o lucro dos grandes proprietários para aumentar a produtividade de alimentos, e alterando o quadro das relações de imposto que passou a ser pago diretamente dos **Kosaku-nin** para o governo. E, depois da Segunda Guerra, em 1946, houve uma verdadeira e última Reforma Agrária devido à exigência dos países vencedores, que visavam à eliminação completa da interferência dos partidos de esquerda. Assim, o governo japonês obrigou os **Dinushi** a venderem suas terras através de decreto e posteriormente distribuiu para os **Kosaku-nin** com o preço simbólico, determinando o tamanho máximo da propriedade dos agricultores de: Naichi (as principais províncias) 1 chô -mais ou menos 0,9 ha. e Hokkaido (provincia localizada no norte do Japão) 4 chô -mais ou menos 3,6 ha.⁽²²⁾ Assim, a relação entre os **Dinushi** e os **Kosaku-nin** será eliminada definitivamente da vida agrária japonesa somente após a Segunda Guerra Mundial.

Juntamente com o problema rural, o problema urbano também passa a ser um dos problemas da política social da época, a partir da Primeira Guerra Mundial, quando o capital japonês começou manifestar-se no cenário internacional, forçando o passo do desenvolvimento industrial.

INOUE (1988)⁽²³⁾ comenta que o problema dos trabalhadores começa a surgir no cenário político a partir de 1886, quando mais de 150 trabalhadoras

resolveram entrar em greve na fábrica de têxteis, na cidade de Koufu, protestando contra o aumento da jornada de trabalho. E transformou-se numa notícia de primeira página, em outubro de 1889, quando mais de 300 trabalhadoras fizeram uma greve de alguns dias, pedindo o aumento do salário, numa fábrica de fiação na região metropolitana de Osaka.

A partir dessa época, começou circular no meio dos intelectuais japoneses uma revista, 'Kokumin-no-tomo' (O amigo do povo), apresentando alguns fatos sobre o socialismo e os partidos socialistas do ocidente, imprimindo, na íntegra, a notícia sobre a primeira concentração do 1º de maio realizada no Ocidente em 1890.⁽²⁴⁾

Mesmo com esses acontecimentos, na realidade, não havia nem uma base social que possibilitasse o surgimento do partido socialista no Japão, ainda nessa época. Mas, por outro lado, era suficiente para criar o medo nos partidos de oposição, que faziam parte do governo que visava à política expansionista.

Em contraposição aos problemas de trabalho, principalmente no sentido de combate aos grupos de esquerda, foi publicado um artigo sobre a Teoria do Excedente Populacional (jinkou-Kajou-ron), num jornal da linha do governo 'Tokyo-Nichinichi-Shinbun', em 30 de abril de 1891:

"O fato estranho que se processa na cidade metropolitana, recentemente, é o aumento do número da mão-de-obra feminina. (...) É o resultado do aumento demográfico do nosso país. Assim, é necessário que se tomem imediatamente algumas medidas, incentivando a política de colonização ou a política de controle populacional. Caso não se tome a medida com urgência, com certeza, haverá no futuro próximo, um confronto difícil com os partidos socialista ou comunista."⁽²⁵⁾

A pesquisa feita por NAGAI, em 1931, comenta que a população japonesa anterior à Reforma Taika, em 646, era aproximadamente de 3 a 5 milhões de habitantes, e no século XII, este número aumenta para 10 milhões. E, no fim

do século XII, quando o Shogunato Ashikaga perdeu o seu poder e começa o processo de expansão do feudalismo no campo, a população japonesa dobrou para 20 milhões. Não houve transformação arrebatadora desse número até o fim da era Tokugawa, que não ultrapassou de 25 a 33 milhões durante muitos séculos por causa da prática de controle (aborto e infanticídio) e sucessivos conflitos internos.⁽²⁶⁾

Porém, em 1872, quando foi organizado pela primeira vez no Japão, o sistema de registro de nascimento, a população japonesa era de cerca de 33 milhões. A partir de então, mostra um progressivo aumento de 10 em 10 anos, até 1925.

Tab. 1 A POPULAÇÃO JAPONESA:1880~1925

Ano	População	Ano	População
1880	38.166.000	1910	49.066.000
1890	40.353.000	1920	55.391.000
1900	43.785.000	1925	59.179.000

PONTE: NOGUEIRA, Arlinda R., 1973

Através de um progressivo aumento demográfico, Taisuke Itagaki, o presidente do partido Liberal (Diyû-tô) - o partido defensor do governo -, escreveu um livro sob o título de "Shokumin-Ron" (Teoria de Colonização) em 1892, explicando a necessidade da política de colonização, dizendo que a colonização é uma necessidade, porque um país como o Japão, que tem seu destino traçado para competir com as demais potências, não se deve atrasar em buscar expandir os direitos marítimo e comercial no Oriente. Dessa forma, em 1893, foi criado a Shokumin-Kyokai (Associação Colonizadora) pelo visconde Takeaki Enomoto e os grandes empresários japoneses.⁽²⁷⁾

Pode-se perceber que os acontecimentos se sucederam como respostas do governo perante o problema do trabalho, portanto contra o fortalecimento dos partidos de esquerda. Ao mesmo tempo, percebe-se que, para o governo Meiji, o problema demográfico, o aumento progressivo da população era visto como o

recurso para alcançar a idéia do expansionismo, o Nihon-shugi (versão japonesa do patriotismo e culto ao imperador que mais tarde se transformará no fascismo japonês).

Do ponto de vista do desenvolvimento capitalista japonês, muitos estudiosos do assunto comentam que o desenvolvimento, no verdadeiro sentido, se deu a partir da Guerra Sino-Japonesa (1894~1895), com a característica de uma política expansionista e imperialista.

3.2. O Estado Moderno: a política expansionista:

A vitória na Guerra Sino-Japonesa possibilitou aos capitalistas japoneses um acúmulo de capital extraordinário.

A indenização de guerra pago pela China, a tomada do território em grande escala, a abertura do novo mercado de produção e as pilhagens cometidas pelos vitoriosos capitalistas japoneses abriram novas perspectivas ao seu desenvolvimento, rumo ao capitalismo expansionista.

Por exemplo, observando o fato, entre 1893 e 1903, nestes 10 anos, houve um crescimento surpreendente da economia japonesa. Mas, paralelamente, pode-se perceber também que se conseguiu o crescimento econômico somente naquelas empresas que tinham vínculo com os interesses do governo expansionista.

Tab.2 A ECONOMIA JAPONESA:1893~1903

	1893	1903
·N° das empresas:	2.844	8.895
·N° de indústrias c/ mais de 10 empregados:	3.740	8.274
·N° de indústrias c/ máquinas pesadas:	675	3.741
·Extensão da rede ferroviária: (milhas americana)	2.039	4.495
·Total da fabricação de navio:	110.205 t.	656.745 t.
·Comércio de exportação:(Yens)	89.710.000	289.500.000

FOUNTE: INOUE, Kiyoshi, 1988, p.43

INOUE comenta que nunca houve, no Japão, mesmo após a Restauração Meiji, um estágio de livre competição do mercado pelos comerciantes. Isso quer dizer que as empresas vinculadas, desde o início, ao governo militar japonês, fortaleceram apenas os setores de interesse do governo, principalmente

as indústrias pesadas, como naval e ferroviária. E, em troca disso, receberam subsídios do governo que possibilitassem a gradativa formação de uma estrutura ou conglomeramento do poder empresarial, o famoso ZAIBATSU. E que, essas empresas dos ZAIBATSU Mitsui, Mitsubishi, Yasuda, Sumitomo, Shibusa-wa, Furukawa e etc.-, além de monopolizar o mercado (incluindo o mercado financeiro), tentaram reduzir o crescimento das pequenas. (28)

O mecanismo da concentração de riqueza nas mãos dos ZAIBATSU era simples e inevitável, visto que os impostos pagos pela grande maioria da população eram utilizados para fins militares e não eram para investir no mercado.

Por outro lado, em contradição à tentativa dos Zaibatsu, o número de fábricas que possuem mais de 10 funcionários cresceu vertiginosamente após a Guerra Sino-Japonesa, de 3.740 para 8.274. Calcula-se que havia mais de 800.000 trabalhadores nas pequenas empresas.

No entanto, INOUE explica que as condições de trabalho nessas pequenas indústrias eram precárias e cheias de especificidade cultural. Por exemplo, mais de 60 % do total dos trabalhadores eram do sexo feminino, provenientes das famílias camponesas, portanto, eram obrigados a se sujeitar à pouca remuneração em salário, e a jornada média de trabalho de 14 a 17 horas, por dia.

(29)

Pode-se dizer aqui que o sistema parasitário dos Dinushi, a formação estrutural dos Zaibatsu e a política expansionista do governo eram um mecanismo que formava o inter-relacionamento recíproco, ou seja, eles formavam o mecanismo de cooperação mútua que funcionava do seguinte modo:

- 1) O destino da grande maioria dos pequenos proprietários agrícolas, pós-Restauração Meiji, era abandonar suas terras em troca das dívidas perante os comerciantes de adubo, de arroz e dos Dinushi. E, muitas vezes, eles eram obrigados a se sujeitar à situação de arrendatários, por causa das dívidas que não terminaram de pagar, contribuindo, assim, mesmo sem querer, para a expansão da propriedade dos Dinushi.

- 2) Para o sustento da família, os arrendatários Kosaku-nin procuravam os empregos sazonais nas áreas urbanas como complemento da sua economia e, após o crescimento, os filhos começavam trabalhar como operários de mina ou de construção civil, e as filhas nas fábricas de têxteis ou de fiação, complementando assim, o número de mão-de-obra urbana.
- 3) Os Dinushi que se enriqueceram através do sistema parasitario não tiveram o interesse 'a priori' de investir o capital nos setores da agricultura. Eles investiram o lucro nos setores financeiro, industrial, comercial, principalmente comprando as ações que serviram como fonte de subsidios das empresas capitalistas.
- 4) Por outro lado, os bancos estatais forneciam os empréstimos aos Dinushi com juros baixos, fortalecendo cada vez mais o funcionamento do sistema parasitário e, desta forma, ajudavam a atrair os investimentos dos Dinushi para as cidades.

Assim, para o sistema capitalista japonês dessa época, o funcionamento do sistema parasitário era extremamente importante, tanto para o investimento econômico, quanto para o fornecimento de mão-de-obra às indústrias.

Segundo os dados pesquisados por INOUE mostra-se que, em 1901, existiam no Japão aproximadamente 441 empresários que possuíam mais de 500.000 yens como capital inicial das empresas, e, entre eles, apenas 20 % eram empresas puramente agrícolas dos Dinushi. A grande maioria dos empresários industriais urbanos pertencia ao mesmo tempo à classe dos Dinushi, portanto, possuíam propriedades rurais.

Continuando na explicação, INOUE comenta que as famílias que representavam o superpoder empresarial urbano e superpoder dos Dinushi num só corpo, geralmente eram as famílias nobres ex-Daimyo. E a representatividade maior pertencia à família Imperial.⁽²⁹⁾

Evidentemente, as estruturas dos três poderes continuaram até o término da Segunda Guerra Mundial (1945), sempre com os símbolos figurativos os Imperadores Meiji (1886~1912), Taisho (1912~1926) e Showa (1926~1945~1989).

Os historiadores comentam, freqüentemente, que as sucessivas vitórias conquistadas pelo Japão nas guerras contra a China (1894~1895), a Rússia (1904~1905) e na Primeira Guerra Mundial, ao mesmo tempo que criaram a base do equilíbrio da economia japonesa, criaram, com o êxito da invasão, uma ideologia nipo-fascista extremamente perigosa para as potências do Ocidente.

O desenvolvimento do sistema capitalista de produção nos países capitalistas sempre criou o antagonismo de classes que, necessariamente, apareceram como as formas de manifestações político-social, tais como os movimentos operários e os movimentos agrários, vinculados à ideologia do socialismo.

O Japão também não foi diferente dos demais países, nesse sentido.

Inicialmente, em maio de 1901, foi criado o partido democrata-social (shakai-minshu-tou), levantando os seguintes "slogans": a realização do socialismo e da democracia com base na igualdade para todos, eliminação das tropas militares e de classes sociais, proteção aos agricultores arrendatários com a base de estatização das propriedades privadas, eliminação da jornada de trabalho noturno para mulheres e menores.⁽³⁰⁾

Mas, quando os movimentos começaram a se expandir, tomando as formas mais agressivas, o partido também começou a se dividir em duas facções. Uma, com o ideal do socialismo marxista e outra permaneceu com o ideal do socialismo humanista. A primeira formou o partido socialista japonês (nihon-shakai-tou), desenvolvendo o ideal da unificação do povo de toda Ásia, criticando severamente a política expansionista do governo.

Apesar dos esforços dos dirigentes dos partidos de esquerda e aumento significativo dos membros dos partidos - mais de 20.000 membros em todo território nacional -, a pressão do governo japonês sobre os partidos aumentou dia após dia, até que, entre maio e junho de 1910, foi sentenciada pelo governo imperial a condenação à morte dos 12 dirigentes dos partidos e a condenação por tempo indeterminado de mais 12 dirigentes.

Esse fato abalou os intelectuais japoneses, principalmente a Igreja Católica que tomou um rumo diferente dos partidos de esquerda, criando um gru-

po de associações dos operários Yuai-kai (Associação fraterna dos operários) representado pelo Bunji Suzuki, em 1912. Yuai-kai era um grupo que, com base nos princípios religiosos, incentivava os operários a adquirirem o comportamento digno de um cidadão trabalhador através da elevação das técnicas e de espírito de cooperação mútua entre os operários, para que, com isso, pudessem motivar uma reflexão nos empresários.⁽³¹⁾

Apesar das pressões do governo e dos aristocratas, os movimentos do Yuai-kai se expandiram gradativamente e, a partir de 1917, com mais de 300.000 integrantes, começaram a tomar forma de movimento cooperativo sindical.

Tab.3 AS MANIFESTAÇÕES OPERÁRIAS E AGRÁRIAS 1917~1927

ano	N° das manifestações		N° de participantes		Cooperativas	
	Operárias	Agrárias	Operárias	Agrárias	Operárias	Agrárias
1917	398	85	57.309	-----	-----	-----
18	417	256	66.457	-----	107	88
19	497	326	63.137	-----	187	84
20	282	408	36.372	34.605	273	352
21	246	1.680	58.225	-----	300	681
22	250	1.578	41.503	125.750	387	1.114
23	270	1.917	36.259	134.503	432	1.530
24	333	1.532	54.562	110.920	469	2.337
25	293	2.206	40.742	134.646	457	3.496
26	495	2.751	67.234	151.061	488	3.926
27	383	2.053	46.672	91.336	505	4.582

PONTR: INOUE, Kiyoshi. 1988. p.142~143

O grande aumento do número das manifestações ocorreu através do aumento gradativo do número de operários masculinos nas indústrias pesadas.

No outono de 1929, chega ao Japão uma onda de crise econômica provocada pelo Pânico Econômico Mundial (Depressão) que se iniciou na cidade de Nova York levando mais de 3.000.000 de trabalhadores ao desemprego nas cidades

japonesas.

A onda de crise não demorou muito a atingir os agricultores, principalmente os arrendatários. Em 1930, houve um excesso de produção de arroz na agricultura que provocou uma queda brusca do preço de arroz e, em 1931, ao contrário do ano anterior, houve uma queda inesperada de produção, provocando tamanha crise de insegurança no mercado, que abalou a vida de todos.

Desta forma, a crise atingiu a grande maioria da população, tanto do lado dos consumidores e quanto dos fornecedores, que ficaram sem nenhuma opção para superar essa difícil fase da economia, a não ser as saídas através do suicídio familiar, prostituição da sua própria filha ou migração para o Novo Mundo.⁽³²⁾

Assim, desde quando se iniciou o processo de industrialização no Japão, a História confirma que, em favor do seu desenvolvimento, principalmente das indústrias pesadas, sempre houve uma deteriorização da vida dos camponeses. E que esses sistemas sem nenhuma alternativa de melhoria fizeram com que a migração se tornasse uma medida seriíssima para sobrevivência de muitos japoneses.

Já existem muitos estudos que tentam explicar as causas e conseqüências do processo migratório japonês para várias partes do mundo, através das pesquisas de várias modalidades. Muitos buscaram as fontes históricas e algumas as empíricas.

Assim, o contexto de estudo do processo de migração dos japoneses neste trabalho requer que a migração seja estudada como um processo social relacionado com o objetivo de configura-lo através do processo de seu desenvolvimento historicamente determinado.

Assim, é mister que se coloquem os movimentos migratórios dentro de algumas ordens da sua história, com suas características diversificadas.

1) Pode-se dizer que a migração, como um processo, ocorreu a partir do fim da era Tokugawa, quando alguns camponeses foram obrigados a abandonar suas terras em decorrência do surgimento do estrato explorador interme-

diário entre funcionário senhorial e a produção, a classe dos 'Jinushi'.

A expansão da comercialização da agricultura nos grandes centros urbanos provocada pelo sistema 'Sankin-Koutai', propiciou uma onda de migração maciça ilegal dos camponeses sem terra para cidade. Assim, pode-se considerar este movimento como um êxodo das áreas rurais para zonas urbanizadas.

No entanto, de fato, jamais se pode considerar o movimento migratório, neste estágio da História, como um movimento que nasceu em decorrência da força atrativa do desenvolvimento industrial, uma que existia, ainda nesta época, um entrave para o desenvolvimento do capital mercantil: o isolacionismo de Tokugawa.

- 2) O movimento migratório em decorrência do desenvolvimento do sistema capitalista de produção ocorre a partir da implantação do sistema 'Tisokaisei', quando foi determinado o valor de imposto que dividiu, de vez, a estrutura de classes entre Dinushi (proprietários) e Kosaku-nin (arrendatários ou camponeses), pós-Restauração Meiji.

Esse sistema de pagamento dos tributos convertidos em moeda fez com que os lucros da produção servissem para fonte de acumulação do capital dos Dinushi, que serviram como agentes financeiros aos pequenos produtores de arroz. Criou-se, assim, um novo sistema Kisei-Dinushi-Sei (sistema parasitário dos grandes proprietários) que formará, mais tarde o mecanismo de inter-relacionamento com a estrutura dos Zaibatsu (o conglomerado do poder empresarial) e a política expansionista do governo japonês. É um inter-relacionamento que funciona através do investimento econômico e do fornecimento de mão-de-obra às indústrias.

- 3) A partir do momento em que a população começou a crescer vertiginosamente no Japão, pós-Restauração Meiji, além do movimento de êxodo das áreas rurais para as urbanas, a expansão e redistribuição da população chegou a ser uma das principais preocupações dos economistas e agrônomo-

mos. Por outro lado, Hokkaido, nessa época, era uma ilha considerada marginal pelos políticos, e que precisavam explorar como nova área de fronteira. Desse modo, Hokkaido inicialmente foi concedida a grandes Dinushi-capitalistas, muitos dos quais haviam sido ex-nobres ou ex-samurais que logo necessitaram do fornecimento de mão-de-obra em grande escala. Pode-se acrescentar que a colonização de Hokkaido propiciou, para muitos imigrantes que seguiram rotas para além-mar, uma área de estágio. Muitos dos que foram para a Manchúria, Coréia e América do Sul, inclusive para o Norte do Paraná, haviam nascido ou ali haviam adquirido experiência. ⁽³⁵⁾

- 4) Juntamente com Hokkaido, as ilhas Ryukyu (Okinawa) também passaram a ser província japonesa de fronteira, a partir de 1879, quando o arquipélago passa a ser anexado ao Japão. Essas ilhas, no extremo sul do Japão, apesar de não acompanharem todo o processo de transformação histórica japonesa, merecem ser destacadas por transformar-se, mais tarde em um dos centros de emigração para o Japão e posteriormente para o Exterior. Segundo a colocação feita por VIEIRA ⁽³⁶⁾, o processo de emigração dos okinawanos iniciou-se quando o governo imperial procurou promover a emigração dos mesmos para colônias japonesas do Pacífico, para o Havai, E.U.A. e América do Sul, por volta de 1930. Foram incentivados a emigrar para essas áreas, neste período, mais de 54.000 okinawanos. E, no Brasil, em 1962, já se contavam mais de 19.100 okinawanos. ⁽³⁷⁾
- 5) Através da vitória na Guerra Sino-Japonesa, iniciou-se o maior movimento migratório no Extremo Oriente, visando à expansão e conquista imperialista do Japão. Inicialmente, a expansão se deu em direção à Taiwan (Formosa), a partir de 1895, obrigando a China a aceitar os tratados de ceder as ilhas de Ryoto, Taiwan e Bouko para o Japão, pagar indenização do valor de 300.000.000 yens, abrir 4 novos portos, além dos já existentes, ao Japão, extinguir as rotas marítimas até a entrada do rio Yosuko, isentar o pagamento de impostos dos mercados aos japoneses e in-

centivar o livre comércio de importação e exportação com o Japão. (37)

Os tratados acima colocados significam a eliminação dos direitos diplomáticos da China diante das penetrações econômicas e políticas do governo japonês, em direção à Coréia, posteriormente à Manchúria.

- 6) A entrada de uma era de expansionismo moderno pelos países capitalistas avançados estava no auge, nesse momento, e acarretava cada vez mais os conflitos para estender seus territórios via colonização ou via exportação dos capitais. No momento em que o Japão conquistou a Guerra Sino-Japonesa, os russos começaram a descer suas forças em direção à Manchúria, tomando, assim, o direito de estender via ferroviária ao sul da Manchúria, que pertencia ao governo japonês. Mas, o apoio financeiro dos E.U.A. e Inglaterra ao lado japonês, e a influência do desenvolvimento do Stalinismo na Rússia, fizeram com que o Japão tivesse todas as condições para enfrentar este adversário. E, em 1905, o Japão venceu a Guerra Russo-Japonesa, e estendeu seu protetorado à parte sul das Ilhas Sakhalinas e à Coréia, que foi anexada em 1910.

O movimento migratório dos japoneses, nesse momento, simbolizava a glória e o sucesso da nação imperialista. E, encorajados com as sucessivas vitórias da nação japonesa, muitos camponeses japoneses participaram gradativamente do movimento de emigração para dentro do território imperial, "a priori" para a Manchúria.

- 7) Após a Primeira Guerra Mundial, uma série de conflitos e revoltas dos camponeses locais surgem nos territórios conquistados pelo governo imperial. Apesar das sucessivas vitórias conquistadas pelo Império japonês nessas regiões, a economia japonesa estava enfrentando uma grande dificuldade em decorrência da falta de produtos básicos. A grande maioria da mão-de-obra japonesa, tanto da rural como da urbana, era recrutada para o exército japonês, e o abastecimento interno dependia unicamente dos territórios conquistados. Assim, começou de novo o desequilíbrio da economia japonesa.

8) O governo, com sua política expansionista, agora tomando o rumo do fascismo imperial, procura resolver a crise econômica interna através da invasão das ilhas do Pacífico e da Indochina, os maiores fornecedores de borracha e de petróleo na época. Esse fato causou inimizade com os países aliados que retomaram os entendimentos só após o reconhecimento oficial da sua derrota na Segunda Guerra Mundial.

É de suma importância colocar que a migração dos camponeses para as regiões do Império Japonês é completamente diferente do processo migratório dos japoneses que se deslocaram para o Hemisfério Ocidental, pois, apesar de ter ocorrido alguns processos migratórios para o Hemisfério Ocidental, através da colonização das companhias subsidiadas pelo governo japonês, não se pode considerar esse processo como o resultado de uma política governamental consciente para consolidar os controles políticos sobre povos conquistados.

Em relação ao problema colocado, STANIFORD (1973)⁽³⁸⁾ tem a opinião de que:

“o contraste assim traçado, torna-se bem claro que tenha havido diferenças consideráveis de personalidade entre duas correntes de emigrantes. Por exemplo, os emigrantes dentro do Império Japonês podem ter sido motivados por uma identificação bem positiva e profunda com o Japão. Entretanto, uma vez no além-mar, adquiriram melhor status (bem como vantagens econômicas) em comparação com os ‘nativos’. Por outro lado, os emigrantes que se dirigiram para o Hemisfério Ocidental estavam mais isolados, seus laços com o Japão eram tênues (mais acentuadamente com o passar do tempo) e eles não haviam emigrado como membros de um grupo conquistador.”

Essa visão é importante para separar os dois processos de emigração que ocorreram no Japão, após a Restauração Meiji, mesmo que ambos os processos tenham nascido de acordo com o desequilíbrio econômico provocado pela dificuldade de sobrevivência dos camponeses em favor do desenvolvimento capitalista no país.

Considera-se que há uma diferença fundamental entre os dois processos, pois o processo migratório para os países do Hemisfério Ocidental tem sua continuidade e transformação independente do processo histórico japonês, ou seja, o processo de produção e reprodução do espaço é feito através da sua dinâmica e história próprias.

Tab.4

EMIGRAÇÃO JAPONESA PARA ALÉM-MAR (1885 ~ 1941)

Os principais destinos são; Havai, E.U.A., Canadá, Ilhas do Pacífico e Países Latino Americanos (inclusive o Brasil)

Total dos Emigrantes				Total dos Emigrantes			
Ano	Homem	Mulher	Total	Ano	Homem	Mulher	Total
1885	1.875	351	2.226	1914	10.918	7.056	17.974
86	978	337	1.315	15	7.303	5.240	12.543
87	2.463	433	2.896	16	9.230	5.356	14.586
88	3.536	741	4.277	17	14.802	8.060	22.864
89	4.237	948	5.185	18	14.803	8.771	23.574
90	4.285	1.183	5.470	19	11.033	7.211	18.244
91	7.164	1.970	9.134	20	7.632	5.909	13.541
92	5.747	861	6.607	21	8.117	4.827	12.944
93	7.088	1.351	8.431	22	8.747	4.132	12.879
94	8.908	1.199	10.107	23	5.712	3.113	8.825
95	10.306	1.710	12.006	24	7.884	5.214	13.098
96	19.036	2.263	21.299	25	7.077	3.619	10.696
97	11.900	1.803	13.703	26	10.555	5.629	16.184
98	12.394	2.396	14.790	27	11.735	6.306	18.041
99	26.161	5.193	31.354	28	12.502	7.348	19.850
1900	15.323	1.435	16.758	29	16.330	9.374	25.704
01	4.395	2.095	6.490	30	14.130	7.699	21.829
02	10.585	5.334	15.919	31	7.052	3.332	10.384
03	12.141	1.914	14.055	32	11.408	7.625	19.033
04	13.261	1.402	14.663	33	15.919	11.398	27.317
05	11.814	1.488	13.302	34	16.419	11.668	28.087
06	32.982	3.142	36.124	35	6.654	4.159	10.813
07	19.487	5.573	25.060	36	6.913	4.127	11.040
08	7.337	3.110	10.447	37	7.055	3.689	10.744
09	2.409	1.869	4.278	38	3.961	2.599	6.560
10	4.152	2.799	6.951	39	1.993	1.680	3.673
11	4.168	3.903	8.071	40	1.803	1.413	3.216
12	7.917	6.995	14.912	41	1.186	885	2.071
13	12.011	8.955	20.966				

FONTE: As estatísticas pesquisadas pelo Ministério das Relações Exteriores do Japão em 1921, 1930, 1934, 1939, 1941.

apud in ISHIKAWA, Tomonori, 1978, p.50 ~ 51

3.3. A emigração para Além-mar:

Em paralelo ao movimento expansionista do Império Japonês para as regiões conquistadas no Extremo Oriente, que era apenas uma consequência política temporária, o movimento emigratório para o Hemisfério Ocidental também se iniciou com a intenção temporária, em parte forçada pelas circunstâncias sócio-econômicas

Muitos estudos mostram que os primeiros japoneses a cruzar a Oceano Pacífico com a licença oficial do governo eram os bolsistas e comerciantes que viajaram em 1866, dois anos antes da Revolução Meiji.

Mas os primeiros japoneses que navegaram para o Havai e para as Ilhas de Guam com os contratos para trabalhar durante três anos nas fazendas de açúcar, foram em 1868, e eram dois grupos formados por homens solteiros, na sua maioria, de origem urbana. O primeiro grupo era constituído por 153 homens, e o segundo, por 42 homens.

No ano seguinte, foi um grupo de 40 pessoas, entre eles alguns familiares de originários de ex-samurais nobres da região de Aizu-Wakamatsu do Japão para a região da Califórnia, nos Estados Unidos, formando ali uma colônia chamada 'Wakamatsu Colony'. São esses três grupos que são considerados como os primeiros emigrantes para além-mar, ao Hemisfério Ocidental, pelos estudiosos do assunto.⁽³⁹⁾

Porém, para ISHIKAWA(1978)⁽⁴⁰⁾, na época em que houve as saídas desses migrantes para o Hemisfério Ocidental, na realidade, o Japão não estava preparado ainda para ser um país moderno que pudesse dar continuidade ao movimento. Assim, apesar dos convites recebidos pela Holanda, Peru e Espanha, o movimento de emigração do Japão ficou estagnado até 1884. E o movimento teve seu reinício a partir de 1885, com a assinatura do Tratado de Amizade entre o Japão e o Havai. Este movimento migratório regular oficial teve seu nome de 'Kanyaku-Imin'. No entanto, em 1894, houve suspensão do acordo oficial, e a migração passou a ser promovida por empresa particular e, assim, o movi-

mento de contrato particular assumiu seu nome de 'Shiyaku-lmin'.

ISHIKAWA, a seguir, para analisar as possíveis causas do movimento imigratório inicial para o Havai, mostra o fato de que, quando foram recrutados os interessados em participar do processo imigratório pela primeira vez, pelo governo japonês, o número dos interessados somava 28.000 pessoas, numa situação de 600 vagas. E, da segunda vez que foram recrutados, só numa província, Kumamoto, os interessados somavam mais de 6.000 pessoas. Assim, ISHIKAWA comenta que, através desses inúmeros interessados em imigrar, pode-se perceber que, além do problema de superpopulação que o Japão enfrentava na época, a situação dos camponeses era desesperançosa, e muitos deles preferiram buscar a sorte no Exterior.⁽⁴¹⁾

A imigração para os Estados Unidos começou em 1869, com pequeno contingente, com uma característica individual até 1900. E, em 1900, houve a anexação do território havaiano pelos Estados Unidos, e o movimento migratório dos japoneses chegou ao auge. Muitos japoneses que se deslocaram para o Havai reemigraram para os Estados Unidos devido à diferenciação salarial.⁽⁴²⁾

O Censo dos Estados Unidos registrou 109.294 japoneses no Havai e outros 111.010 no continente em 1920.⁽⁴³⁾

Mas, a essa altura, começam a surgir na Costa Oeste uma série de conflitos promovidos por trabalhadores norte-americanos, que alegaram que os japoneses promoviam desemprego aos trabalhadores americanos por possuírem o comportamento competitivo. Aflorou assim, o desencadeamento do estado de competição. A preocupação com o 'perigo amarelo' resultou no Gentlemen's Agreement, e posteriormente o movimento imigratório dos japoneses para os Estados Unidos e Havai, envolvendo o Canadá e México, foi proibido.

No entanto, o movimento imigratório para o hemisfério ocidental não cessou por aí.

Na época em que o movimento imigratório para os Estados Unidos estava no auge, a imigração japonesa para o Peru teve seu início, marcando uma era de migração para a América do Sul.

O primeiro grupo introduzido no Peru foi em 1899. Esses buscavam uma possibilidade de melhoria no salário, prometida pela Companhia Morioka (Morioka-Sho-kai). E, com isso, aninhavam uma esperança da possibilidade de rápida acumulação de dinheiro e pronto retorno ao Japão. Assim, os migrantes japoneses para o Peru apostaram sua sorte nessa Companhia.

No entanto, uma pesquisa realizada em 1900 pelo chefe do recém-aberto Consulado Honorário do Japão em Lima, revelou que os imigrantes se encontravam numa situação frustrante e extremamente grave, tendo já se verificado alguns choques entre japoneses e fazendeiros peruanos ou japoneses e comerciantes peruanos.⁽⁴⁴⁾ Do total de 790 imigrantes desembarcados no porto de Callao e distribuídos já nas fazendas de várias localidades, após 4 meses de permanência, 321 retornaram para o porto de Callao, procurando a proteção da Companhia.

SUZUKI (1969)⁽⁴⁵⁾, um dos mais clássicos estudiosos do assunto, acha que a causa principal da situação trágica dos imigrantes japoneses no Peru foi a atuação da Companhia de Colonização Morioka.

A Companhia Morioka foi fundada em abril de 1896, com o objetivo de, como todas as Companhias de migração da época -, conduzir os grupos de imigrantes para o Havá. Só essa Companhia conduziu, de 1894 até 1900, 8.148 imigrantes para o Havá, segundo maior número entre as Companhias. Somente nessa época, recorda SUZUKI, existiam no Japão, ao menos 18 empresas de colonização, 3 companhias, 6 agentes particulares que operavam o movimento de imigração, e todos conseguiam obter grandes lucros.⁽⁴⁶⁾

O conteúdo do contrato de imigração da Companhia Morioka era: 1) prazo do contrato de 4 anos; 2) salário de 2 libras e 10 centavos por mês. A jornada de trabalho nas fazendas era de 10 horas; nas fábricas de açúcar, de 12 horas, com direito à folga nos domingos e feriados; 3) A Companhia se encarregaria de guardar 8 centavos por mês, durante 25 meses, dos salários recebidos dos imigrantes, que seria o valor da passagem de volta ao Japão; 4) Uniforme, chapéu e sapato de trabalho fornecidos pela Companhia gratuitamen-

te. E, se a caso houvesse morte da pessoa por causa dos acidentes ou outros meios, haveria o pagamento do valor de 10 libras pelo empregador para a família, e a Companhia ficaria fora de qualquer responsabilidade.

Para os 790 imigrantes, o valor do salário de 2 libras e 10 centavos significava, em 4 anos, o acúmulo do montante de pelo menos 70 a 80 libras, que significavam 700 a 800 yens, na época que o valor de passagem de navio de volta para Japão era de 100 yens.⁽⁴⁷⁾

No entanto, a vida nas fazendas era totalmente diferente do que a Companhia tinha prometido. Os fazendeiros peruanos não tiveram nenhuma noção do tratamento sobre colonos civilizados e trataram os japoneses como os índios, substituindo a mão-de-obra escrava. E esse tratamento atingiu até os salários prometidos.

Assim, com as péssimas condições de saneamento, atendimento médico, alimento e moradia que eram fornecidos pelos fazendeiros peruanos, criou-se uma situação de conflito interno, inicialmente com os colonos e fazendeiros, e, posteriormente, com os colonos e a Companhia Morioka.⁽⁴⁸⁾

Mesmo nestas condições, a migração continuou encaminhada pela Companhia Morioka em 1903, 1906, 1907, 1908, e 1909 e pela Companhia Colonizadora Meiji (Meiji Shokumin Kaisha) em 1907 e 1908, que, em 1909, foi obrigada a cessar suas atividades por violar a Lei de Proteção aos Imigrantes.

A partir de 1917, a Kaigai Kougyou Kabushiki Kaisha (Companhia Ultramarina de Empreendimentos S.A., comumente referida como K.K.K.K.), criada pela iniciativa do gabinete do governo japonês, começou operar a migração junto à Companhia Morioka, que foi incorporada à K.K.K.K. em 1920, e toma ação monopolizadora no Peru, até a suspensão da imigração em 1924.⁽⁴⁹⁾

Por isso, para SUZUKI, a Companhia Morioka foi uma das grandes culpadas por não ter utilizado a Lei de Proteção aos Imigrantes para os que foram para o Peru. Se a Companhia tivesse utilizado a lei e tivesse ajudado os imigrantes a retornarem ao Japão, rescindindo os contratos iniciais com os fazendeiros -já que os fazendeiros violaram o contrato inicial- e tomasse a

decisão de não enviar mais imigrantes para lá, apresentando o relatório honesto ao governo japonês, não teriam acontecido, entre os imigrantes japoneses no Peru, tantas tragédias.

Em novembro de 1923, o contrato de imigração para Peru foi abolido e o Brasil passou a ser o único país a receber os imigrantes japoneses. E, em 1925, o Brasil passou a ser um novo mercado de investimentos fora da Ásia para o governo japonês junto aos capitalistas japoneses. Desta forma, a política migratória para América do Sul começa a imprimir novas características, principalmente com a atuação da K.K.K.K., que monopolizou todos os serviços de migração. A partir de então, a migração passou a ser politicamente orientada.

NOTAS E REFERÊNCIAS:

1. STANIFORD, Philip, 'NIHON NI ITEMO SHOGA NAI'
in Assimilação e Integração dos Japoneses no Brasil, por SAITO, Hiroshi
& MAEYAMA, Takashi, Ed. Vozes, Ed. USP., S.Paulo, 1973, p.33
2. ANDERSON, Perry, Linhagens do Estado Absolutista, Ed. Brasiliense,
2ª.ed., S.Paulo, 1989, p.433
3. idem, ibidem, p.434
4. idem, ibidem, p.434 ~ 435
5. idem, ibidem, p.435
6. idem, ibidem, p.437
7. idem, ibidem, p.438
8. MOORE Jr., Barrington, 'As Origens Sociais da Ditadura e da Democracia'
Ed. Cosmos, Lisboa, 1983, p.231
9. O sistema Sankin-Koutai era destinado a assegurar uma vigilância permanente sobre a conduta dos nobres regionais e impedir ações independentes deles em suas cidadelas. Para isso, os nobres regionais eram obrigados a manter uma residência alternativa na Capital, Edo, para onde eles mesmos tinham de se deslocar a cada dois anos ou a cada seis meses.
apud in ANDERSON, Perry, op. cit., p.442
10. Havia cerca de trinta moedas correntes importantes em circulação nesse período, desde as cédulas emitidas pelos governos regionais até as moedas metálicas do Bakufu, o governo do shogunato.
apud in ANDERSON, Perry, op. cit., p.450
11. ANDERSON, Perry, op.cit., p. 450
12. idem, ibidem, p.445 ~ 451
13. idem, ibidem, p.457
14. MOORE Jr., Barrington, op. cit., p.246 ~ 247
15. TANAKA, Akira, 'Meiji Ishin', The Great History of Japan 24, Shogakkan ed., Tokyo, 1976, p.289, (original em língua japonesa)
16. idem, ibidem, p.289

17. Um koku equivale a pouco menos de 5,2 acres americanos. O fato de um feudo estar registrado por 70 000 koku não significa que o senhor recebesse toda essa quantidade como rendimento anual, mas simplesmente que a terra era teoricamente capaz de produzir essa quantidade de arroz. (1 acre = 4.047m²)
apud in MOORE Jr., Barrington, op. cit., p.232
18. MOORE Jr., Barrington, op. cit., p.256
19. INOUE, Kiyoshi, 'NIHON NO REKISHI' Ed. Iwanami, Tokyo, 1988, p.15 (original em língua japonesa)
20. MOORE Jr., Barrington, op. cit., p.299
21. idem, ibidem, p.283
22. KODAMA, Yukio, 'ZUSETSU NIHON BUNKA-SHI TAIKEI N° 13', QUENDAI, Tokyo, Shōgakkan ed., 1958, p.86
23. INOUE, Kiyoshi, op. cit., p.16 ~ 17
24. idem, ibidem, p.17
25. idem, ibidem, p.23, (traduzido pelo autor deste trabalho)
26. NAGAI, Ryo, 'Jinkou-Ron', Gendai Keizaigaku Zenshu N° 22, Ed. NIHON HYO RON SHA, 1931, p.183, (original em língua japonesa)
27. INOUE, Kiyoshi, op. cit., p.24
28. idem, ibidem, p.46
29. idem, ibidem, p.52
30. idem, ibidem, p.57
31. idem, ibidem, p.99
32. idem, ibidem, p.173
33. VIEIRA, Francisca I. Schurig, 'O Japonês na Frente de Expansão Paulista', Ed. da USP., S. Paulo, 1973, p.31
34. idem, ibidem, p.30 ~ 33
35. STANIFORD, Philip, op. cit., p.37
36. VIEIRA, Francisca I. S., op. cit., p.31
37. INOUE, Kiyoshi, op. cit., p.37

38. STANIFORD, Philip, op. cit., p.39
39. ISHIKAWA, Tomonori, 'Kaigai Ijuu no Igi wo Motomete', Ministério das Relações Exteriores do Japão, Em comemoração aos 70 anos da Imigração Japonesa no Brasil - Simpósio sobre a imigração japonesa -, 1978, p.47 (original em língua japonesa)
40. idem, ibidem, p.52
41. idem, ibidem, p.66
42. SAITO, Hiroshi, 'O Japonês no Brasil', Editora Sociologia Política, S.Paulo, 1961, p.22
43. KITANO, H. L. Harry, 'Japoneses nos Estados Unidos' in A Presença Japonesa no Brasil, Ed. da USP., S.Paulo, 1980, p.185
44. VIEIRA, Francisca I. S., op. cit., p.38
45. SUZUKI, Nanju (Tejiro), 'NIHONJIN NO PERU IJUU', Anuário IV, Centro de Estudos Nipo-Brasileiros, S.Paulo, 1969, p.54 ~ 55
46. idem, ibidem, p.52
47. idem, ibidem, p.54
48. idem, ibidem, p.64
49. VIEIRA, Francisca I. S., op. cit., p.39

4. CHEGADA DOS JAPONESES NO BRASIL

4.1. Os imigrantes japoneses e contextualização do movimento no Brasil

O movimento imigratório dos japoneses para o Brasil teve o seu início em 1908, e, até o início da Segunda Guerra Mundial, em 1941, quando o movimento estagnou-se provisoriamente, o seu número total somava-se a cerca de 186.272 pessoas. E hoje (1990), a estimativa do total da população japonesa e de seus descendentes residentes no Brasil é de 1.168.000 pessoas, sendo 596.000 do sexo masculino e 562.000 do sexo feminino. (limites de erro: mais ou menos 22.000) ⁽¹⁾

Para estudar a imigração e a colonização dos japoneses no Brasil, é necessário que, inicialmente, seja contextualizado o movimento dos japoneses dentro de um fenômeno migratório geral que se processou no Brasil. Assim, julga-se de extrema importância a colocação, em linhas gerais, do processo de introdução de imigrantes estrangeiros que se processou no Brasil, distinguindo os fenômenos de migração em 4 períodos: o primeiro de 1874 a 1899; o segundo, de 1900 a 1913; o terceiro, de 1914 a 1941; e o quarto, de 1946 em diante. ⁽²⁾

O primeiro período (1874~99)

A entrada de imigrantes nessa época inicial foi de 1.791.000 pessoas, o que representou 35,6% da população total de imigrantes ao Brasil. O aumento maciço da introdução de imigrantes nas fazendas de café é verificado a partir da abolição da escravatura que ocorre em 1888, que criou uma necessidade de mais braços, principalmente dos europeus, substituindo a mão-de-obra escrava, para satisfazer à produção extensiva de café em grande escala, em torno da qual girava, por si só, nessa época, a vida econômica do país. ⁽³⁾

Foi nessa época que "foi necessário pôr em circulação numerário bastante para permitir que os antigos proprietários pagassem salários aos trabalhadores livres e dispusessem de meios para arranjar imigrantes" ⁽⁴⁾, causan-

do, como a efeito, criação abundante do papel moeda em circulação. Com isso, houve a multiplicação dos bancos e os estabelecimentos de crédito de toda espécie. A facilidade de aquisição do dinheiro criou um ambiente propício à especulação financeira, permitindo o surgimento e a formação de uma nova classe de ricos fazendeiros no Brasil, que se ampliou junto com o crescimento da produção cafeeira no Estado de São Paulo.

O avanço progressivo da expansão da agricultura cafeeira às novas terras virgens do Oeste de São Paulo acompanhou as sucessivas construções de estradas de ferro. Além da linha Santos-Jundiaí, a partir de 1872, novas linhas foram dirigidas a Campinas, Moji-Guaçu, Casa Branca (atingida em 1880), depois a Ribeirão Preto (1883), o Rio Grande (1887) e Araguari (1900).⁽⁵⁾

Mas a introdução dos imigrantes diminui no momento em que a produtividade do café no Brasil aumenta excessivamente e cria o efeito de deflação no mercado, que continuou até 1905. Este fato criou como consequência: 1) a possibilidade aos capitais estrangeiros que financiaram o governo brasileiro de adquirir grandes propriedades na frente de expansão paulista; 2) o avanço na frente de expansão estende-se não apenas o café, mas também à criação de gado.⁽⁶⁾

O segundo período (1900-13)

A introdução dos imigrantes no Brasil nessa época foi de 1.218.000 pessoas, o que representou 22,7% do total de imigrantes ao Brasil. A crise da produção cafeeira no Brasil, que ocorrera no passado próximo, começa a atenuar-se, a partir de 1905, e a introdução dos imigrantes aumenta progressivamente. Porém, o início da Primeira Guerra Mundial causou o rompimento dessas levas, e a condição de substituição do braço escravo nas fazendas causou, nos imigrantes estrangeiros, a busca de melhores condições de trabalho com a forma de mobilidade dos mesmos. "Essa instabilidade explica a luta dos fazendeiros para que chegassem ao Brasil novos imigrantes".⁽⁷⁾ Assim, os fazendeiros do Estado de São Paulo exigiam do governo, cada vez mais, o fornecimento da mão-de-obra para trabalhar nas suas lavouras cafeeiras.

O terceiro período (1914~41)

Neste período, a introdução de imigrantes foi de 1.438.442 pessoas, ou seja, 28,8% do total dos imigrantes que foram encaminhados ao Brasil.

Quando ocorreu um novo avanço nas frentes de expansão nas regiões Noroeste, Alta Sorocaba, Alta Paulista do Estado de São Paulo, e Norte do Paraná, houve uma acentuada introdução de braços estrangeiros, principalmente após a Primeira Guerra Mundial.

Com a crise mundial (Depressão) que atingiu toda a economia mundial em 1929, o Brasil tomou uma série de medidas. Entre elas, a proibição de novas plantações de café no Estado de São Paulo, causando uma diminuição geral da sua produção. E a frente adquire novas feições, com a expansão da criação de gado e a multiplicação de pequenas propriedades.

O desenvolvimento das vias férreas do café e a proibição de novas plantações de café no Estado de São Paulo propiciaram o desenvolvimento da cultura cafeeira no Paraná, principalmente no Norte do Estado. Isso possibilitou o deslocamento dos imigrantes estrangeiros para essa nova frente, junto com os movimentos de migrações internas do Brasil.⁽⁸⁾

Em 1930, com a Revolução Vargas, constituiu-se o Estado Novo no Brasil, e a queda do número de introdução de braços estrangeiros é verificada junto com esse processo, até o início da Segunda Guerra Mundial, quando cessou totalmente sua introdução até o término deste conflito.

O quarto período (1946~)

Após o término da Segunda Guerra Mundial, até 1963, entraram aproximadamente 620.550 pessoas, ou seja, 12,4% do total dos imigrantes estrangeiros que entraram no Brasil, de todos os períodos da sua História.

Pode-se afirmar que a grande maioria dos imigrantes que entrou neste período da História foram os refugiados da Guerra provenientes da Europa, que vieram aproximadamente até 1952 / 53.

Após esses anos, o número dos imigrantes estrangeiros de todas as origens diminui paulatinamente, e continua no mesmo processo até hoje.

Através dos fenômenos migratórios divididos em 4 períodos, pode-se verificar que a entrada dos imigrantes japoneses no Brasil teve o seu início no segundo período e o contingente maior de entrada deles foi no terceiro período.

Para uma melhor compreensão da situação política de imigração dos japoneses na época, SAITO (1961)⁽¹⁰⁾, no seu trabalho, registra um relatório, enviado em 1905 ao Ministro Plenipotenciário do Japão por Sugimura, que narrava de maneira bastante viva a situação cafeeira da época e a possibilidade da sua introdução;

"Em consequência da suspensão da migração de colonos italianos, o Estado de São Paulo está fazendo face a uma profunda falta de braços. Tanto o governo do Estado de São Paulo como os fazendeiros em geral, estão interessados em receber nossos trabalhos. Acredito, por conseguinte, que a introdução de nossos imigrantes nesse Estado seria muito mais interessante e preferível a mandar para os Estados Unidos, onde avultam as perseguições. (...) o governo do Estado de São Paulo se propõe a subvencionar total ou parcialmente a passagem marítima.(...) Proibida a entrada na Austrália, discriminados nos Estados Unidos, perseguidos no Canadá e agora limitados também nas ilhas do Havai e do Pacífico, os nossos colonos trabalhadores encontrarão no Estado de São Paulo uma rara felicidade e um verdadeiro paraíso."

Desta forma, em 1908, foi introduzida a primeira leva de imigrantes japoneses, composta de 781 contratados e 12 sem contratos, num total de 168 famílias, pela 'Kokoku Shokumin Kaisha' (Companhia de Colonização Imperial) para o Brasil.

Não se pode deixar de mencionar que, nesse período, houve o comprometimento, da parte do Estado de São Paulo, de subvencionar uma parte o transporte dos imigrantes, que eram obrigados a constituir uma família de pelo menos 3 elementos de 15 a 50 anos de idade. Mas, a partir de 1914, a concen-

são de subsídios e os contratos foram suspensos várias vezes, e as empresas de emigração da parte do Japão foram obrigadas a tomar algumas providências para não cessar o movimento.

Em visto disso, foi formada entre elas a Sociedade Emigratória para o Brasil (Burazilu Imin Kumiai), resultante da fusão de algumas empresas: 'Toyo Imin Kaisha', 'Morioka Imin Kaisha' (que operava no Peru), 'Takemura Shokumin Kaisha' e outras.

Em 1917, foi fundada a K.K.K.K.(Kaigai Kougyou Kabushiki Kaisha), ou seja, a Companhia Ultramarina de Empreendimento S.A., que passou a monopolizar virtualmente todos os serviços de emigração no Japão, com a aprovação da concessão de subsídio integral da passagem marítima aos imigrantes ultramarinos, pelo governo japonês. Fundada com o interesse do governo imperial, de adotar a política de emigração pelo governo, a K.K.K.K. era o órgão executivo dessa política a partir de 1925.⁽¹¹⁾

A ação de K.K.K.K. ativou-se no período 1925~35, e ela fundou nas colônias várias cooperativas e núcleos, entre elas, a colônia de Registro e a colônia de Sete Barras, somando-se mais de 164.000 imigrantes japoneses introduzidos.

Entretanto, com a necessidade de impulsionar o movimento mais ativo nas províncias japonesas, em 1927, foi fundada em Tóquio a Federação das Associações Ultramarinas, que teve o órgão representativo na cidade de São Paulo, a Sociedade Colonizadora do Brasil (Yugen Seinen Burazilu Takushoku Kumiai), famosa pela abreviatura BRATAC. A BRATAC exerceu muita influência na organização sócio-econômica e ideológica nas comunidades japonesas, inclusive nas comunidades do Norte do Paraná.

A BRATAC era uma empresa de economia mista, com capital constituído pelas contribuições das províncias japonesas, que, ao mesmo tempo em que financiava os imigrantes, abria as estradas, escolas japonesas e serviços médicos nas colônias e cooperativas.⁽¹²⁾

Em 1928, a BRATAC deu início às suas atividades adquirindo várias gle-

bas de terras na frente de expansão do Estado de São Paulo e do Norte do Estado do Paraná. Foram abertas as seguintes fazendas pela BRATAC: a Fazenda Tietê (Pereira Barreto), com 47.500 alqueires; a Fazenda Aliança (Mirandópolis), com cerca de 12.000 alqueires; a Fazenda Bastos 12.000 alqueires, e a Fazenda Três Barras, no Norte do Paraná (Assai), com aproximadamente 18.610 alqueires de terras.

Ao mesmo tempo que esses investimentos oficiais ou semi-oficiais do governo japonês, tinham lugar, os empreendimentos privados também foram transplantados ao Brasil, como a organização TOZAN KOGYO, subordinada à 'holding' Mitsubishi, em 1927; a NOMURA GOUJIMEI KAISHA, fundada com o investimento dum capitalista rural japonês particular, que abriu, em 1926, a Fazenda Nomura, no Norte do Paraná; e a NIPPAKU TAKUSHOKU, fundada em 1928.⁽¹³⁾

No ano de 1936, os estabelecimentos financeiros da colônia Japonesa, a BRATAC, a TOZAN e a K.K.K.K., consolidaram-se simultaneamente pela fundação de três casas bancárias. Além dessas três casas bancárias, pode-se dizer que já haviam sido fundadas entre as colônias de diversas localidades, como instituições de financiamento agrícola, as diversas cooperativas, que o Conselho do Consulado Japonês do Estado de São Paulo organizava em várias localidades do interior.⁽¹⁴⁾

Sendo o Brasil o único país a receber os imigrantes japoneses, neste momento da História, o governo japonês investiu e orientou politicamente a migração através da ação monopolizadora K.K.K.K. para produzir matéria-prima (agrícola brasileira naturalmente), para o mercado japonês.

Pode-se verificar porém, o fato de que, a partir dessa época, os capitalistas japoneses passaram a interessar-se em investir não só no setor comercial, mas também no setor da indústria brasileira que estava emergindo.

No período anterior à Primeira Guerra Mundial, o comércio internacional dos japoneses era controlado, praticamente 90%, por comerciantes estrangeiros, principalmente pelos ingleses. A dificuldade, imposta pelo governo britânico, de elevar tarifas nos mercados asiáticos, obrigou o governo expan-

sionista japonês a buscar outros mercados de matéria prima. Assim, as indústrias japonesas de algodão resolveram investir, a partir de 1934, nos cotonicultores, incentivando os agricultores japoneses da frente de expansão a produzir algodão, comprando sua produção.⁽¹⁵⁾

Observando as iniciativas industriais no Brasil, as condições que causariam a emergência de nova ordem econômica, política e social na sociedade brasileira, já se deixavam ver principalmente nas áreas urbanas. São o êxodo rural, desagregando os antigos regimes associados ao regime latifundiário e ao trabalho escravo, e a urbanização, oferecendo pré-condições ao desenvolvimento industrial brasileiro.

O Brasil, entre 1920 e 29, alcança o auge da economia de agricultura de exportação, que era o principal fator dinamizador da economia do país. Mas, a partir de 1929, após a Crise Mundial, o crescimento da agricultura de exportação começa a perder seu dinamismo, sobretudo o comércio de café.

É justamente nessa época que a produção industrial começa a substituir a agricultura de exportação como o setor dinâmico da economia do país.⁽¹⁶⁾

Muitos estudiosos do assunto colocam ter a Revolução de 1930 tido relação direta com o fim da hegemonia industrial estrangeira, sobretudo britânica, e da economia agro-exportadora, impulsionando a expansão da economia nacional com o dinamismo próprio.

Entre eles, SINGER (1975)⁽¹⁷⁾ escreve que a mudança mais profunda se deu após 30, quando o governo Vargas colocou em prática uma política mais decidida de industrialização, tratando de desarmar 'os exércitos do sertão', limitando a onipotência dos fazendeiros, e proporcionando aos assalariados urbanos um padrão de vida substancialmente mais alto que o das massas rurais para atrair uma parcela crescente dos trabalhadores rurais às cidades.

A grande massa rural, limitada à economia de subsistência, e a sistemática queda de mortalidade atingindo rapidamente as cidades e o interior, fizeram com que se acelerasse o crescimento do exército industrial de reserva.

"O aumento da população rural em áreas já densamente povoadas oca-

sionou pressão sobre a terra, agravando a dicotomia latifundiário-minifundiário e provocando fortes correntes migratórias para zonas agrícolas pioneiras e para as cidades.”⁽¹⁸⁾

A unificação do mercado nacional por meio do capitalismo industrial, a partir de 1930, criou condições de emergir uma crescente concentração do capital no país. SINGER diz que a concentração do capital se deu primordialmente em São Paulo, por vários motivos. Entre eles, o fato de a capital paulista, na época, já possuir o maior parque industrial do país, devido ao grande mercado regional formado pela cafeicultura. Desta forma, por exemplo, a partir dos anos 40, quando esta se deslocou para o Norte do Paraná, a concentração continuou fortemente ligada a São Paulo, por não ter nenhuma para disputar com São Paulo no mercado nacional.⁽¹⁹⁾

Assim, a concentração espacial do capital na cidade de São Paulo, nessa época, era uma das características da economia capitalista brasileira.

A Revolução de 30, além de causar várias influências na economia brasileira, causou um desequilíbrio populacional no país, e deu origem à marginalidade urbana e ao vasto movimento migratório que cruza o território brasileiro, o que será comentado mais tarde neste trabalho.

Concomitantemente ao Período Vargas, pode-se afirmar que, nessa época, foi elaborada no país, toda a legislação que regulamentava o mercado de trabalho, surgindo, assim, a apologia da legitimação da dominação em nível ideológico. Em consequência, a comercialização ou afluxo de capitais estrangeiros e a entrada de imigrantes estrangeiros no Brasil cessaram por completo. Pode-se dizer que tal fato causou na comunidade japonesa que estava no processo de fixação, principalmente após a Segunda Guerra Mundial, o surgimento de várias inquietações sociais internas, tais como os movimentos derrotistas, vitoristas ou Shindo-Renmei, etc..

Não se pretende fazer neste trabalho, porém, o ensaio sobre esses movimentos. A intenção é a de fazer, através dos fatos, uma contextualização da época em que houve a maior penetração dos japoneses no Norte do Paraná, nes-

sa fase da história do Brasil

sa fase da história do Brasil.

Tab.5 ENTRADA DOS IMIGRANTES JAPONESES PARA O BRASIL:(1908~1951)

ANO	IMIGRANTES	ANO	IMIGRANTES
1908	791	1926	7.832
1909	—	1927	8.078
1910	909	1928	10.252
1911	—	1929	15.098
1912	2.978	1930	12.985
1913	7.049	1931	7.061
1914	3.785	1932	11.580
1915	—	1933	24.493
1916	—	1934	21.752
1917	3.933	1935	9.680
1918	5.708	1936	5.303
1919	3.694	1937	4.457
1920	1.129	1938	2.485
1921	776	1939	1.490
1922	1.087	1940	1.245
1923	757	1941	1.591
1924	2.600	1942~51	—
1925	5.700	TOTAL	186.272

Fonte: Lista dos Imigrantes da K.K.K.K.

(Apud. in The Japanese Immigrant in Brazil.1964)

4.2. O Estado Novo e os imigrantes japoneses

A entrada de imigrantes japoneses no Brasil se deu a partir de 1908, e a intensidade do fluxo imigratório variou conforme as condições momentâneas dos dois países e a conjuntura internacional que influíram na política migratória.

Os primeiros imigrantes desembarcados no porto de Santos, passaram a residir, inicialmente, nas fazendas de café do interior Paulista, introduzidos como uma forma de substituição da mão-de-obra escrava, porém, com diferentes características: trabalhos por empreita nas formações dos cafezais e assalariamento.

Houve muitas dificuldades iniciais de adaptação pela falta de conhecimento e de relacionamento entre japoneses e brasileiros, aliadas às dificuldades de comunicação. Até praticamente depois da Segunda Guerra Mundial, os japoneses eram considerados muito trabalhadores, porém, de difícil adaptação ao Brasil.

Neste espaço do trabalho, pretende-se abordar o pequeno ensaio sobre a contextualização da época no Brasil do Período Vargas. Nessa época, no Norte do Paraná observou-se a entrada de um grande contingente de migrantes junto com as empresas de Colonização. No período de 1925 a 1935 foram alcançados os maiores índices da corrente migratória japonesa ao Brasil. Por outro lado, em 1934, foi aprovado o projeto como disposição constitucional, em que a quota para entrada de japoneses foi limitada a 2.711 pessoas por ano.

Nessa medida tomada pelo governo, SAITO observa que:

"A disposição era conhecida no Japão como uma lei 'antinipônica', provocando comentários dos mais variados. De igual modo, são fartamente conhecidas as discussões então travadas em torno do assunto, nos círculos políticos e intelectuais do Brasil."⁽²⁰⁾

Por isso, pretende-se abordar a questão do preconceito em relação aos japoneses, que GOMES (1982)⁽²¹⁾ retratou como Período Revolucionário:

"...diz respeito ao encaminhamento da questão do trabalho no Brasil, juntamente com a Revolução de 30 que, as concepções nacionalistas e autoritárias foram difundidas com maior intensidade."

Como foi mencionado anteriormente, nessa época foi elaborado pelo governo uma legislação que regulamentava o mercado de trabalho no país, surgindo uma apologia de legitimação de dominação em nível ideológico, muito conhecida e explorada pelos pesquisadores.

GOMES, em um dos capítulos da sua obra ESTADO NOVO: ideologia e poder, falando sobre a construção do homem novo, coloca que:

"para o governo Vargas o trabalho não é simplesmente um meio de 'ganhar a vida', mas sobretudo um meio de 'servir à pátria'." (22)

Essa política de fornecimento e resguardo de emprego aos trabalhadores nacionais para evitar a concorrência da mão-de-obra, implicou mais tarde em enfrentar uma série de problemas como o do abastecimento de mão-de-obra no país.

No entanto, GOMES escreve que o dever e o direito do trabalhador não comportavam idealização alternativa para se alcançar um mundo melhor:

"Era preciso combater tanto subversivo, identificado ao inimigo externo, ao estrangeiro da pátria e de idéias. Eram ameaças contagiosas ao fundamento da democracia social do trabalho." (23)

Entre outros autores que analisam esta questão, CARNEIRO (1988) (24) observou que a instauração do regime autoritário estado novista e o crescimento das idéias nacionalistas não geraram a eclosão imediata da mentalidade racista no Brasil. Elas foram insinuadas gradativamente pelos acontecimentos que pontilhavam a política nacional e internacional. E, escreve que:

"A partir do século XIX, novas modalidades do pensamento europeu, positivismo, darwinismo social, evolucionismo, renovavam o pensamento nacional, sustentadas por uma vasta literatura pseudocientífica. A persistência de um espírito positivista, voltado para a crítica ao racionalismo abstrato e às especulações metafísicas,

proporcionou a divulgação de todo e qualquer conhecimento apresentado como científico.”

CARNEIRO lembra que as teorias racistas emergiam como parte integrante deste conhecimento, para justificar as atitudes de discriminação e dominação do homem branco europeu sobre outras raças, oferecendo fundamentação de racismo científico.

Na comparação que faz da sua análise sobre esta questão no Brasil e na Europa, a autora tem seguinte opinião.

“Da mesma forma que na Europa, onde o evolucionismo fortaleceu pretensões de superioridade justificando o domínio do homem branco sobre outros povos, tidos ‘cientificamente’ como inferiores, no Brasil tais idéias foram endossadas e dedicadas à apologia das classes dominantes, ao combate à democracia, à justificação do racismo. A burguesia brasileira, aliada à aristocracia cafeeira, encontrou uma saída racional para justificar sua dominação estruturada a partir de 1937, sob forma de uma ditadura.”⁽²⁵⁾

Apesar da obra ter tratado a questão anti-semita, as colocações acima trazem à tona o problema da mestiçagem das raças, da eugenia, do perigo dos quistos raciais e a necessidade de controle rígido da imigração, entrando juntamente em cena a idéia do ‘perigo amarelo’.

Assim, nessa época, além do controle de restrição da entrada dos imigrantes estrangeiros, surgem várias publicações acusando os japoneses de serem inassimiláveis e totalmente diferentes dos brasileiros, tanto física como culturalmente. Pode-se dizer que o contexto da sociedade brasileira, ainda em fase de transformações e de adaptações à nova legislação e, em uma época onde o nacionalismo e o patriotismo se configuraram como manifestações, os japoneses eram considerados alienígenas e perigosos para a integração nacional.

A revisão bibliográfica sobre a questão demonstra que, nessa época, houve de fato, de um lado, o procedimento das sociedades secretas como Shin-

do-Renmei, e de outro, os pronunciamentos racistas antinipônicos de intelectuais brasileiros, como Artur Neiva, Felix Pacheco, Miguel Couto e outros, demonstrando um quadro de dificuldades na integração dos imigrantes japoneses à sociedade brasileira.

Entre eles, Vivaldo Coaracy (1942)⁽²⁶⁾ coordenou uma publicação denominada "O perigo japonês", reunindo vários ensaios sobre os imigrantes japoneses, que foram publicados no 'Jornal do Commercio' no período de abril a junho de 1942, no Rio de Janeiro, em plena Segunda Guerra Mundial.

COARACY justificou a rejeição da entrada dos japoneses no Brasil, mostrando um aspecto de que o Japão, sob o efeito das poderosas forças explosivas nele contidas, representava um perigo às demais nações do mundo, ou mais que isso, para a humanidade e para a civilização que o Ocidente construiu, em termos de invasão.

Embora, na realidade, a maior parte do conteúdo exposto pelo autor não deixa de ser pura repetição dos autores europeus ou principalmente norte-americanos da época do 'Exclusion Act', no que se refere à análise ou visão sobre os japoneses ou sobre Japão, essa missão universal, para COARACY, seria uma enorme pressão expansionista do Japão, sobretudo, a fome da terra.

A agricultura no Japão, segundo o autor, tinha que tomar as características abaixo assinaladas:

- 1) aproveitamento de todos os espaços de solo cultivável, mesmo quando isto exigiu a redução das estradas e o estreitamento dos respectivos leitos carroçáveis que tanto surpreendem os viajantes ocidentais.
- 2) processo de lavoura intensiva.
- 3) pequena propriedade, como se afirma no fato de 70% das propriedades rurais terem extensão inferior a um hectare.
- 4) adubação contínua, na qual os camponeses, pobres como são, despendem muito dinheiro por ano.
- 5) sobretudo trabalho, muito trabalho persistente.

E, sob este aspecto, COARACY afirma o seguinte:

"É evidente que, em face dessas condições, o povo japonês houve de se adaptar ao regime de extrema sobriedade, que o caracteriza. É esta sobriedade, cultivada através de numerosas gerações e que já se imprime e traduz no tipo físico da raça, que tem permitido ao japonês deslocar o trabalhador branco em todos os países onde a liberdade de imigração lhe facilitou penetrar. Satisfazendo-se com salários vis, verdadeiros salários de miséria, inferiores ao padrão de vida mínimo do branco, o japonês promove uma concorrência mortífera ao operário nacional dos países onde é admitido e lança assim os germens de gravíssimos problemas sociais, formadores de situações difíceis de desequilíbrio do trabalho. (...) Sob este ponto de vista, o japonês é um criador de pobreza nos países que o receberam." (27)

Um outro aspecto fundamental abordado pelo mesmo autor é a crença na divindade do Imperador, por ser vital para a crença nas divindades do próprio Japão, nação sagrada acima de todas as outras, representando a crença na sua infinita superioridade. Portanto, os que emigram para as terras da América do Sul:

"levavam consigo, e na esperança dum futuro distante derramar as pequenas sementes, construir os núcleos de que há de germinar para que os descendentes da 'Deusa Sol' possam um dia dominar o objetivo supremo: dominar o mundo." (28)

Desta forma, o discurso de COARACY, apesar da demonstração radical sobre a questão, mostra claramente a visão contra a entrada desses imigrantes entre os intelectuais brasileiros.

De fato, essa implantação do governo nacionalista de Vargas, introduzido a partir de 1930 e uma série de decretos, afetaram a vida de muitos imigrantes japoneses.

Em 1932, o ensino da língua estrangeira para menores de 10 anos foi proibido e, a seguir, em 1939, o limite de idade foi para 14 anos. Essa me-

dida eliminou praticamente o funcionamento legal das escolas japonesas, que haviam servido para os japoneses, como ponto essencial para formação da comunidade. E, em 1940, foi proibida a publicação de periódicos em língua estrangeira. A certa altura foi até proibido o uso de língua estrangeira nas conversas diárias. A restrição da liberdade foi realmente rigorosa em relação aos estrangeiros.⁽²⁹⁾

Em 1952, quando foi feita uma pesquisa que evidencia o tipo de relacionamento deste grupo étnico em relação às notícias sobre a Segunda Guerra, por IZUMI e SAITO (1973)⁽³⁰⁾, mostrou-se que, apenas 3% dos entrevistados serviram-se da imprensa brasileira como fonte primária de informação; 29% mencionaram o rádio receptor de ondas curtas e publicações clandestinas; 64% citaram informações oralmente transmitidas e 4% não responderam. A grande maioria desses imigrantes deu mais crédito às notícias diretas ou indiretas do Japão ou da Colônia japonesa e não às notícias do Brasil. E, em consequência, após o término da Guerra, causou o surgimento, na comunidade, de um surto de movimento ultranacionalista. O Shindo-Renmei (Liga do Caminho do Súdito), dividia-se em duas facções: 'vitoristas'(kati-gumi) e 'derrotistas'(makegumi).

Como as publicações em língua japonesa não estavam sendo autorizadas até o fim de 1946, um semanário mimeografado e editado pelo Shindo-Renmei desempenhou o papel decisivo no preenchimento do vazio criado na comunicação dos 'nikkeis' sobre o resultado da Guerra. E a maioria das publicações que circulavam na comunidade, nessa época, trazia a notícia falsa da vitória japonesa.

Surgiram, então, na comunidade, além do movimento Shindo-Renmei, os cambistas que vendiam 'yens' abolidos. Aproveitando a situação, enriqueceram vendendo as passagens de navio do Imperador que não existia. Chegou a surgir até o falso príncipe japonês na comunidade japonesa.⁽³¹⁾

Essa situação rodeava também os imigrantes japoneses do Paraná, concomitantemente com os movimentos e pronunciamentos antinipônicos de intelectu-

ais brasileiros. Por exemplo, um artigo do jornal 'Gazeta do Povo', publicado em 8 de abril de 1942, na cidade de Curitiba, mostra a situação da época em relação aos japoneses.

A ESPIONAGEM DISSEMINA POR TODO PAÍS

Perigoso Nipônico detido pela Polícia Gaúcha.

Porto Alegre 7. (meridional)

"Acaba de ser preso nas Minas de Carvão de São Jerônimo, um perigoso espião japonês, que se fazia passar por trabalhador da Mina e Jardineiro particular. Em seu poder encontrava-se documentos reveladores da sua identidade além de caderneta de créditos dos Bancos. Trata-se de um filho de grande industrial de Tóquio, encarregado de fazer o levantamento e possibilidades das Minas de Carvão do Estado, remeter informes seguros para o Japão. Esse perigoso nipônico foi recolhido preso a esta capital."

Deve-se notar o fato de que, só nesse período do mês de abril, foram publicado no mesmo jornal vários artigos sobre os espiões japoneses, cujos títulos seguem abaixo:

"Era oficial japonês e vendia frutas em São Paulo"

8 de abril de 1942

"Os japoneses do Pará são inimigos do Brasil"

8 de abril de 1942

"Foco de espionagem japonesa em São Paulo"

10 de abril de 1942

"Preso em Bauru, um coronel do Exército Nipônico"

18 de abril de 1942

Nesta mesma época, foram presos inúmeros japoneses acusados pela polícia de todo o território brasileiro e julgados pela imprensa de serem os instrumentos da Força Militar Japonesa. Mas, na maioria das vezes, os que foram detidos pela polícia eram inocentes que possuíam fotografias da sua terra natal por acaso, ou então, aqueles que tiveram de alguma forma uma

vinculação indireta de ter algum membro da sua família ou parentes participando na Guerra, no Exército Japonês. Na realidade, em plena época da Segunda Guerra Mundial, era difícil achar alguém que não tivesse parentes participando da Guerra.

No Estado do Paraná, pode-se perceber que a situação não diferiu dos demais Estados. MORAES (1942)⁽³²⁾ também mostra a situação da época no seu livro 'O Ofensiva Japonesa no Brasil', publicado em 1942.

"No Estado do Paraná, a polícia prendeu o japonês Chosake Kebal ou Noriatsu Choduke, apontado como aviador e residente próximo a um campo de aviação. O seu companheiro Kamaso Sahuori, também foi detido. Em seu poder foram encontrados fotografias e outros elementos manifestamente suspeitos. Kamaso, antes de vir para o Brasil, em 1937, trabalhava em um campo de aviação, como mecânico, conforme informou às autoridades, e vinha trabalhando ultimamente na lavoura, não obstante sua acentuada cultura. Na localidade de Assaí, foi preso um engenheiro japonês com documentos altamente comprometedores, e em Foz do Iguaçu, como plantador de arroz, João Kiuo Hirayama, piloto da aviação japonesa."

Independentemente do fato de existirem os erros crassos de citação de nomes japoneses detidos na polícia no artigo, pode-se perceber claramente através da publicação, o posicionamento que os brasileiros tomavam contra os imigrantes japoneses no Paraná.

O afloramento das opiniões contra imigrantes japoneses, no entanto, não nasceu de imediato. Na realidade, as opiniões contra a entrada dos imigrantes japoneses existiam, no Paraná, desde 1908, quando chegou ao porto de Santos a primeira leva de imigrantes japoneses.

ANDRADE (1975)⁽³³⁾, na sua pesquisa, relata sobre os japoneses do Norte do Paraná e as preocupações pela concorrência à mão-de-obra nacional, publicada na imprensa curitibana a partir de 6 de julho de 1908, no Jornal 'Diário da Tarde':

"IMIGRANTES JAPONESES"

"O brilhante diário fluminense o PAÍS tomou a sua conta a defesa da imigração japonesa, preconizando-se pelas virtudes morais e notável resistência física.

O correspondente telegráfico desta folha, em um dos seus despachos em nossa última edição, mencionou a atitude de o PAÍS, elucidando que este jornal considerava a imigração nipônica superior às outras até agora canalizadas para o Brasil. Com certeza, o órgão carioca escorou proficuamente sua afirmativa, aduzindo argumentos irrefragáveis que muitos desejamos conhecer. Por que somos de pensar diametralmente opostos: a imigração japonesa é perniciosa, por muitos motivos, preferindo os contingentes alemães, italianos, polacos, holandeses, etc." (34)

Os intelectuais curitibanos não concordaram com a idéia de introduzir os trabalhadores japoneses, por muitos motivos. Entre alguns motivos, citam o problema da competitividade com os trabalhadores nacionais.

"(...) os trabalhadores norte-americanos foram vencidos pelos japoneses que, econômicos e sóbrios, se contentaram com os salários muito menores, obtendo por isso preferência dos patrões. O governo ianque teve que lançar mão de medidas rigorosas, inclusive a delimitação da imigração dos filhos do Império do Sol Nascente." (35)

Um outro aspecto fundamental dos motivos de rejeição é o problema da raça, ou seja, o problema ligado diretamente ao caráter racial, articulado com o problema cultural. O problema que causará, julga o jornalista, a não-fixação dos japoneses na terra brasileira:

"Que raça será a nossa no futuro se nos saturarmos de imigração japonesa? Ou eles não se radicam no Brasil pelos laços da família, serão então um imenso aparelho sugador, transportando para a pátria deles riquezas consideráveis ou cruzam, imprimindo na nossa raça as características deles, que com franqueza, não são grande-

mente apreciáveis. Nós, com nosso tipo nacional já bastante mingado, que híbrido iremos produzir cruzando-o com uma raça fisicamente ridícula? (...) Desejamos firmemente que a experiência de São Paulo não prossiga, evitando resultados funestos em futuro mais ou menos próximo.”⁽³⁶⁾

ANDRADE acrescenta que, com intuito de despertar o interesse do povo curitibano, o Diário da Tarde continuou com seus editoriais antinipônicos por mais de dois meses.⁽³⁷⁾

Pode-se concordar com a colocação de ANDRADE, de que a opinião curitibana, em relação à paulista, antecipava em dezenas de anos as palavras da Campanha Antinipônica levada a efeito por Artur Neiva, Felix Pacheco, Miguel Couto e outros, que chega ao auge nas décadas de 30 e 40.

“Não vinha essa gente, como proclamaram seus agentes, nos ajudar a formar nosso povo e conseqüentemente a nossa nacionalidade. Fanática da pátria da origem, não aceitava a adotiva e, somática e psiquicamente inassimilável, vinha apenas construir núcleos coloniais estanques, na verdade quistos raciais isolados em nosso meio dentro da nossa vida, penetrando a nossa alma ingênua, espionando tudo que é nosso, a que vota ódio moral e nojo. Indigestão japonesa.”⁽³⁸⁾

Por outro lado, juntamente com as publicações contra japoneses, foram feitas também numerosas manifestações da imprensa brasileira a favor do movimento migratório japonês.

No trabalho escrito por NAKADATE (1988)⁽³⁹⁾, mostra-se a afirmação do JORNAL DO BRASIL, dizendo que o perigo japonês, denunciado nos Estados Unidos da América, há alguns anos, não existia no Brasil. E explica:

“(…) porque não temos ilhas no Oceano Pacífico. O perigo para o Brasil é ficarmos com imensas terras desaproveitadas, inúteis. E, esse não é perigo amarelo, mas perigo verde - o perigo de que vastíssimas regiões constituem cobertas de mata improdutiva.”

Segundo NAKADATE, o professor Bruno Lobo foi o primeiro brasileiro de bom nível intelectual a escrever um livro em defesa da imigração japonesa. Sobre a suspensão da imigração ocorrida em 1924 (Exclusion Act), Lobo diz:

"(...) que foi cometida uma grande injustiça ao isolar-se dos japoneses, que transformaram regiões e terras abandonadas pelos americanos do norte, dada a sua aridez e infertilidade, em invejáveis pomares, grandes campos produtores, magníficas hortas e belíssimos jardins.

(...) Somos partidários da imigração japonesa pelo interesse nacional, pelo do Brasil, pois no passado e no presente o auxílio que os japoneses prestaram e estão prestando a nossa pátria é dos mais eficientes. Deles nada há que temer, respeito a qualquer dificuldade internacional. Para aqui vêm, trabalham, progredem, fixam-se, constituem família e tornam-se pais brasileiros. Por eles e pelos patricios que deles nascem, tudo merecem, inclusive a nossa defesa ante as injustiças da humanidade."⁽⁴⁰⁾

No Paraná, a presença dos japoneses junto com a fundação da colônia se processou a partir de 1917, em Cacatu. E, em 1933, encontravam-se japoneses em Paranaguá, Antonina, Cacatu, Morretes, Alexandra, Faisqueira, Itaqui e Cachoeira. O dado que merece atenção especial nesta região do litoral paranaense é que a eclosão da Segunda Guerra Mundial proibiu a presença destes imigrantes do Eixo em terras até 60 Km da costa marítima, obrigando-os a se retirarem em menos de 24 horas para localidades serra acima.⁽⁴¹⁾

No entanto, as entrevistas e leituras efetuadas demonstraram que os japoneses dessa região de Curitiba não encontraram nem uma perseguição ou opressão dos brasileiros a nível governamental do Estado. Ao contrário do que se processou na imprensa curitibana nos anos iniciais da imigração japonesa, muitos alegam que os políticos da época, tais como Goes Monteiro, Manuel Ribas e outros, sempre se manifestaram pró-japoneses.⁽⁴²⁾

No Norte do Paraná, embora houvesse a presença do elemento japonês des-

de cedo -os primeiros imigrantes apareceram por volta de 1914, na Fazenda Barbosa, em Cambará- a maioria das concentrações se estendem na área rural onde não alcançaram as influências diretas das opiniões da imprensa na vida cotidiana, a não ser as notícias da vitória, pelos elementos do Shindo-Renmei, fazendo muitos imigrantes venderem suas terras em troca da passagem marítima falsa do Imperador e esperar o seu embarque no porto de Pananaguá.

Assim, colocadas estas questões de forma sintética, pode-se dizer que as opiniões contrárias à entrada dos imigrantes japoneses parecem, na realidade, estar embasadas ou influenciadas pelas colocações feitas nos E.U.A. ou na Europa. Muitas idéias contrárias à entrada desses imigrantes foram feitas numa época em que houve grandes agitações sociais, econômicas e políticas no mundo, inclusive no Brasil, fazendo surgir fatos e situações nunca enfrentados e gerando conflitos na classe dominante e na população como um todo. E, no Brasil, surgiram os intelectuais e grupos influenciados por conceitos ou idéias procedentes do Exterior.

É nesse período que a teoria racial passa a ser aceita pelos autores brasileiros, para justificar o domínio das classes mais abastadas, permitindo aos ideólogos explicar o atraso do Brasil pela existência de grupos de raças inferiores, aproveitando as restrições impostas pelo governo, principalmente de Vargas.

A guerra é o centro e dinamizador de muitas influências, modificando o comportamento das pessoas, criando distorções das idéias, enfim, trazendo os valores sociais paranóicos.

Sendo o Japão um dos países do Eixo, e portanto inimigo indireto e direto do Brasil, pois o Brasil passou a declarar guerra contra o Eixo em 6 de junho de 1945, dois meses antes do término da Segunda Guerra Mundial, os imigrantes japoneses no Brasil ficam diretamente envolvidos neste contexto. Essa convulsão social influiu diretamente no dia-a-dia dos japoneses, não só no aspecto externo, mas muito mais no aspecto interno, trazendo conflitos dentro do próprio grupo, como é o caso dos adeptos do Shindo-Renmei ou dos

demagogos que se enriqueceram com a falsa notícia.

É nessa época que entraram os maiores contingentes de migrantes para Norte do Estado do Paraná.

NOTAS E REFERÊNCIAS:

1. Pesquisa da População de descendentes de japoneses residentes no Brasil, Centro de Estudos Nipo-Brasileiros, São Paulo, junho de 1988
2. The Japanese Immigrant in Brazil, Comissão de Recenseamento da Colônia Japonesa, The University of Tokyo Press, Tokyo, 1964, p.223~225.
3. NOGUEIRA, Arlinda R., op.cit., p.24
4. MONBEIG, Pierre, Pioneiros e fazendeiros de São Paulo, Ed.Hucitec·Polis, São Paulo, 1984, p.107
5. idem, ibidem, p.174
6. VIEIRA, Francisca Isabel S., op. cit., p.59
7. NOGUEIRA, Arlinda. R. op. cit., p.26
8. VIEIRA, Francisca Isabel S., op. cit., p.60
9. SUZUKI, Teiiti, The Japanese Immigrant in Brazil, The University of Tokyo Press, Tokyo, 1964, p.224
10. SAITO, Hiroshi, op. cit., p.28~29
11. VIEIRA, Francisca I. S., op. cit., p.40
12. idem, ibidem, p.45
13. SAITO, Hiroshi, op. cit., p.36
14. VIEIRA, Francisca I.S., op. cit., p.55
15. idem, ibidem, p.48~55
16. ALMEIDA José, Industrialização e emprego no Brasil, IPEA/INPES, Rio de Janeiro, 1974, p.45~46
17. SINGER, Paul, Economia Política da Urbanização, brasiliense, São Paulo, 1974, p. 121
18. idem, ibidem, p.122
19. idem, ibidem, p.124
20. SAITO, Hiroshi, op. cit., p.37
21. GOMES, Angela Maria Castro, A Construção do Homem Novo, in ESTADO NOVO, ideologia e poder, Rio de Janeiro, Zahar, 1982, p.151

22. idem, ibidem, p.151
23. idem, ibidem, p.162
24. CARNEIRO, Maria Luiza T., O ANTI-SEMITISMO NA ERA VARGAS, Fantasmas de uma geração (1930 - 1945), São Paulo, Brasiliense, 1988, p.84
25. idem, ibidem, p.84~85
26. COARACY, Vivaldo, O Perigo Japonês, Rio, Rodrigues & Cia., 1942
Coaracy era jornalista do Jornal do Commercio. Seu objetivo foi de reunir ensaios em contrapartida à propaganda a favor do Japão.
27. idem, ibidem, p.6
28. idem, ibidem p.19
29. KUMASAKA, Y. & SAITO, H., Kachigumi: Uma declusão coletiva entre os japoneses e seus descendentes no Brasil.
in Assimilação e Integração dos Japoneses no Brasil, Petrópolis, Vozes, São Paulo, 1973, p.451
30. idem, ibidem, p.452
31. HOSHINO, Housaku, TAKKON 100 NEN, Shusaku-sha, Tokyo, 1990,
(original em língua japonesa)
32. MORAES, Carlos de S., A Ofensiva Japonesa no Brasil, Porto Alegre, Globo, 1942. p.219
33. ANDRADE, João C. de, A Colônia Esperança: Dissertação de Mestrado pela Universidade Federal do Paraná, 1975,
34. idem, ibidem, p.32~33
35. idem, ibidem, p.32~33
36. idem, ibidem, p.32~33
37. idem, ibidem, p.36
38. OLIVEIRA, Antônio Xavier de, Três heróis da campanha anti-nipônica no Brasil: Felix Pacheco, Artur Neiva e Miguel Couto, Revista Imi. Colon Rio de Janeiro, 1963, p.235~254
39. NAKADATE, Jouji, O Japão venceu os aliados, na Segunda Guerra Mundial? Dissertação de Mestrado pela Universidade Católica de São Paulo, 1988 p.33

40. LOBO, Bruno, Japoneses no Japão e no Brasil, Rio, Nacional, 1926, p.170
apud in NAKADATE, Jouji, idem, ibidem, p.127~128
41. BORUSZENCO, Oksana & KUBO, Elvira M., Os japoneses na obra de Romário
Martins.
in ANAIS do Colóquio de Estudos Regionais, Universidade Federal do Para-
ná, 1974, p.6
42. Os depoimentos registrados pelo autor do presente estudo e os depoimen-
tos registrados no livro 'Histórico do 60º Aniversário da Colônia Japo-
nesa do Paraná.'
É impressionante o número das pessoas, principalmente os japoneses, que
elogiaram o governador do Paraná da época, durante as entrevistas.

5. OS JAPONESES DO NORTE DO PARANÁ

5.1. Frente de expansão no Norte do Paraná

Como os demais migrantes nacionais, os japoneses tiveram importante papel na fase inicial da frente de expansão do Norte do Paraná.

Observaram-se, até agora, as condições que impulsionaram os japoneses para além-mar, particularmente para o Brasil, portanto, o movimento pelo qual se pode considerar como a migração internacional.

O processo de formação do modo de produção capitalista japonesa, causando um desequilíbrio na economia interna, principalmente no setor de agricultura, criou uma acentuada urbanização e aumento rápido de população, e deu início à saída de pequena parcela dessa população para o interior do país, e, mais tarde, para o Exterior.

Ao chegarem ao Brasil, porém, após algum tempo de permanência principalmente em fazendas de café do Estado de São Paulo, alguns abandonaram a agricultura e deslocaram-se para as cidades, e outros continuaram na agricultura em busca de melhores condições de vida.

Nesta busca, alguns procuraram o Norte do Paraná, coincidindo com a fase de expansão da ocupação do espaço, com profundas transformações na estrutura econômica, social e política do Brasil.

Muitos estudiosos consideram essa fase como a fase de Ciclo do Café, e apontam a fase como a causa primordial dos movimentos.

A marcha do café, que caminhou desde a Baixada Fluminense até o Extremo-Oeste Paulista, penetrando ainda mais no território paranaense e mato-grossense, acompanhado pelas sucessivas construções de estradas de ferro, causaram o avanço da cafeicultura para o Norte do Paraná.

Neste espaço do trabalho, pretende-se, inicialmente, saber como foi a ocupação no Norte do Paraná, e, posteriormente, buscar o processo de seu desenvolvimento.

Segundo o trabalho de MÜLLER (1956)⁽¹⁾, o povoamento do Norte do Paraná teve o seu início no século XVII, por meio dos jesuítas:

"Esta região pertencia, então, à província de Guaira, que estava sob o domínio espanhol e foi com o conhecimento e apoio do governo da Espanha que os missionários fundaram reduções com o intuito de reunir e catequizar os índios Guaranis. Foi este o primeiro esboço do povoamento que não teve, no entanto, vida longa: já em fins do século XVII estavam as missões inteiramente aniquiladas pelas incursões dos bandeirantes Paulistas, que expulsaram para a margem direita do Paraná, os índios e os jesuítas. Dessa primeira tentativa de colonização restam, hoje, apenas ruínas: no vale do Ivaí, as de Vila Rica e de Jesus Maria, e no Vale do Paranapanema, as de Loreto e de Santo Inácio."

Colocando de lado as missões de instalação dos jesuítas que, na realidade, não conseguiram nem um avanço significativo em termos de ocupação, pode-se dizer que a primeira fundação no Norte do Paraná foi feita em 1855, na colônia militar Jataí, por ordem do Governo Imperial. No entanto, segundo BERNARDES (1953)⁽²⁾, esta colônia também não conseguiu alcançar um progresso significativo, e comenta que:

"Os ataques dos índios (Caiuá e Terenos, estes vindos de Mato Grosso) e as péssimas condições de salubridade do local, sujeitos a surtos periódicos de malária, aliaram se aos fatores já apontados para impedir o desenvolvimento da colônia, apesar de seus solos férteis, propícios para qualquer tipo de cultura. Reduziu-se a colônia Jataí a um insignificante povoado sem vida, sem comércio e, conseqüentemente, incapaz de atrair população que só recentemente progrediu, a exemplo das zonas novas do Norte do Paraná."

A iniciativa privada só foi atraída no fim do século XIX, quando a onda cafeeira do oeste paulista atingiu o Itaqueré e o Paranapanema. A frente pioneira atingiu, então, o Estado do Paraná, com a instalação das fazendas

do tipo tradicional paulista nas terras roxas dos espigões, na margem esquerda do rio. Foram fundadas, a partir de 1862 até 1900, São José da Boa Vista, Tomazina, Santo Antônio da Platina, Venceslau Brás, Carlópolis, etc., e a penetração dos elementos iniciou-se a partir dos nacionais, como mineiros e paulistas, logo seguidos de estrangeiros.⁽³⁾

A fertilidade do solo dessa região atraiu numerosos fazendeiros mineiros, paulistas e os nacionais de outras áreas, entre eles os nordestinos, mais conhecidos como 'bairanos'. E, além desses nacionais, foram atraídos os estrangeiros que, em geral, não vinham diretamente de sua terra natal, mas são elementos já fixados em outros Estados brasileiros, como italianos e japoneses vindos de São Paulo, poloneses do Sul do Paraná e alemães de Santa Catarina.

Vale destacar um dos fatos que favoreceu a proliferação do povoamento: a extensão dos trilhos da estrada de ferro Sorocabana que, em 1908, atingiu Ourinhos (Estado de São Paulo).

Apesar da entrada maciça dos migrantes atraídos pelos aspectos já apontados nessa área, MÜLLER sustenta que o povoamento nessa época era insuficiente para atingir o progresso propriamente dito. E escreve:⁽⁴⁾

"Embora essa ocupação, facilitada pelas enormes extensões de terra roxa, progredisse como uma onda invasora, na sua retaguarda foram ficando vastas áreas desocupadas, à espera de ocasião oportuna para se fazer especulação com as terras; os fundos dos vales, sem valor imediato para a cultura do café, ficaram cobertos de matas, só mais tarde derrubadas para a ocupação por pastos e outras culturas, ou em consequência do loteamento em pequenas propriedades."

Em uma dessas áreas desocupadas, que ficaram à retaguarda da frente de expansão, foi fundada, em 1930, a Colônia Uraí, pela Companhia 'Nambei-Tochi Kabushiki-Kaisha', afiliada da Companhia K.K.K.K., e em 1931, a Colônia Assai, pertencente à Companhia BRATAC, que serão comentadas mais tarde nesse trabalho.

A primeira penetração do planalto, todavia, oeste do Tibagi, que foi realizada dentro dos moldes da colonização dirigida, começou através da Companhia de Terras Norte do Paraná, ou seja, "Brazil Plantation Syndicate LTD.", em 1924.

NAKAGAWARA (1981)⁽⁵⁾ escreve que a Companhia de Terras Norte do Paraná, posteriormente denominada a Companhia Melhoramentos Norte do Paraná, empreendeu uma atividade imobiliária de repercussão regional e nacional:

"(...) que tomou características de um empreendimento imobiliário-colonizador, por ter planejado o loteamento urbano e rural de uma área de mais de 500.000 alqueires paulistas, na porção centro norte do Estado. Planejou o retalhamento dessa imensa área nos moldes a facilitar a sua aquisição, bem como o sistema de escoamento dos produtos, tendo realizado levantamentos topográficos em toda a extensão, para a locação das áreas urbanas e rurais e a abertura de estradas, em uma área de densa mata virgem. (...) Caracterizou-se pela estrutura fundiária de pequena propriedade, trazendo, como uma das conseqüências, o rápido povoamento, sobretudo na área rural."⁽⁶⁾

Por volta de 1944, esta empresa tinha vendido 1.038.180 alqueires (um alqueire equivale a 2,4 ha.) de terra agrária e 6.122 lotes urbanos, fazendo surgir 62 núcleos urbanos pela própria Companhia. E a área de propriedades menores a 100 ha. cresceu de 25% em 1940, para 46,3% sobre o total em 1960, enquanto o contrário ocorreu com as propriedades de 500 a 1.000 ha., de 11% sobre o total em 1940, baixaram para 7,6% em 1960.⁽⁷⁾

Quanto à evolução demográfica do Estado do Paraná, PADIS (1971)⁽⁸⁾ comenta que foi bastante rápida, em ritmo sempre maior do que o conjunto do país. De 1854 a 1930, quando a população brasileira multiplicava-se cinco vezes, na mesma época, a população paranaense aumentou em proporção quase três vezes maior. E de 1920 a 1960, quando houve a maior concentração de migração para região Norte, posteriormente para região Sudoeste, a população

paranaense se multiplicou 6,2 vezes, enquanto que a do conjunto do país aumentou apenas 2,3 vezes.

Pode-se verificar através da tabela 6 que, a partir de 1940, o movimento migratório para o Paraná continuou em ritmo acelerado, e, em consequência, houve um crescimento demográfico muito intenso da população paranaense a partir dessa época até a década de 70.

Tab. 6 POPULAÇÃO PARANAENSE EM RELAÇÃO À DO BRASIL 1920-1980

Censos	Brasil	Paraná	PR/BR %
1920	30.635.605	685.711	2,24
1940	41.236.315	1.236.276	3,00
1950	51.944.397	2.115.547	4,07
1960	70.967.185	4.277.763	6,03
1970	93.139.037	6.929.868	7,44
1980	119.002.706	7.629.392	6,40

FONTE: IBGE. Censos Demográficos.

Comparando-se com o crescimento demográfico do Estado, a região norte do Paraná teve um crescimento surpreendente. Em 1940, no Norte do Paraná, encontrava-se a população de cerca de 340.449 habitantes. Em 1950, este número atingiu 1.029.025 habitantes, o que significa o aumento de 202,2% em 10 anos, e em 1960, o seu número atingiu 1.843.679 habitantes. E, em 1980, segundo os dados do IBGE, a população da região norte-paranaense chegou à marca de 2.560.311 habitantes.

Como foi mencionado anteriormente, por esgotamento do solo e outros fatores políticos, parte da burguesia rural paulista vendeu suas fazendas e comprou terras férteis e baratas no Paraná. O censo de 1940 mostra que, de 216.245 migrantes existentes no Paraná, 115.299 eram paulistas de todas as classes sociais, seguidos em proporções bem inferiores por mineiros e catarinenses.⁽⁹⁾

Não resta dúvida de que a colonização feita através da Companhia de

Terras Norte do Paraná trouxe à região norte do Estado o progresso. Porém, na realidade, esta companhia tinha, no início, plano de adquirir essas terras para nelas fazer culturas de algodão, que substituisse a matéria-prima do Sudão, onde a situação política não era muito tranqüilizadora para o Império Britânico. E, conforme MÜLLER:

“As primeiras viagens de reconhecimento, no entanto, demonstraram que talvez melhores resultados fossem obtidos com o loteamento da gleba em pequenas propriedades: os colonos plantariam algodão e, atingindo assim seu objetivo primário, a Companhia poderia ainda recuperar, com lucros, o capital empatado. Formou-se, então, definitivamente, a Parana Plantations Co. que, percebendo a grande importância que boas vias de comunicação teriam para seu plano, dobrou-se em duas subsidiárias: a Companhia de Terras Norte do Paraná, que trataria da colonização, e a Cia. Ferroviária São Paulo-Paraná, que, comprando o ramal Ourinhos-Cambará, procuraria levar os trilhos até as zonas de loteamento. As duas entidades, assim entrosadas, se completavam: enquanto a colonização garantia fretes à ferrovia, esta assegurava o fluxo de colonização para as frentes pioneiras.”⁽¹⁰⁾

Em julho de 1929, a Companhia tomou posse definitiva de sua enorme propriedade e fundou uma cidade que serviu como sede ou capital da área por ela colonizada: a cidade de Londrina.

Para muitos estudiosos, essa coordenação entre venda dos lotes o prolongamento da via férrea desenvolvidas pelas duas companhias, criou o novo sistema de valorização das terras, o que era, na realidade, absolutamente novo no Brasil. A via férrea inicialmente atravessava a floresta, bem além dos últimos pontos habitados, e com a criação da rede de estradas, possibilitou a todas as colônias ficarem até 3 Km das estradas, o que conseguiu atrair a colonização no sentido exato: “dirigido”.⁽¹¹⁾

A estrada de ferro chegou a Londrina em 1941, e a Apucarana em 1944.

Nesta ocasião, a frente pioneira já havia penetrado mais para oeste, porém, não passando de uns pequenos povoados. E, em 1945, a frente pioneira atingiu Marialva e, finalmente Maringá, situada a 127 km de Londrina.

Estes avanços da frente de expansão, hoje já modificaram seu formato. Para alguns estudiosos, a questão do surgimento de cidade e povoamento no Norte do Paraná, como também o processo dessa evolução, da década de 30 a 60, estariam se repetindo nas novas fronteiras em exploração. Vejamos alguns exemplos colocados:

1) Para NAKAGAWARA, em 1940, quando a fronteira de recursos no Norte do Paraná localizava-se em Londrina e adjacências, havia apenas 49 municípios no Estado; em 1950 quando essa fronteira já se haviam deslocado para Maringá, foram abertas muitas cidades no Norte do Estado, totalizando, à época, 80 municípios. Foi nas décadas de 60 a 70, contudo, que o Norte do Paraná, de fronteira de recursos, começa a se desestruturar, passando de região absorvedora de mão-de-obra em exportadora de mão-de-obra.

O número de municípios, que era de 162 por ocasião do censo de 1960, passa a ser de 286, em 1970. Esse desdobramento de municípios, criados pela fragmentação de municípios existentes, trouxe sérias conseqüências, cujos resultados, ainda hoje, estão por serem analisados de forma mais profunda e sistemática. Em fins da década de 60, o Norte do Paraná já tinha sido totalmente ocupado, com a multiplicação de cidades de 10 a 50.000 habitantes, em sua maioria, ao lado de inúmeros municípios entre 5 a 10.000 habitantes.

2) Hoje, prossegue NAKAGAWARA, esses municípios estão enfrentando sérias dificuldades, com as modificações estruturais observadas nas duas últimas décadas. Aqueles situados ao longo do eixo viário Londrina-Maringá, como também os municípios favorecidos por vantagens locais, crescem e ampliam sua esfera de influência, sobrepondo-se à pequena esfera de influência local dos menores. Uma vez exercido o seu papel de concentrar a mão-de-obra para desbravamento da área (...), o povoamento se torna

desnecessário, extinguindo-se e reaparecendo em novas áreas que estão sendo abertas. NAKAGAWARA concorda com a afirmação da Becker e diz que o mesmo processo de extinção ou estagnação no Norte do Paraná acontece, reaparecendo em Mato Grosso, Rondônia, Amazônia, etc..

- 3) Na década de 50, afirma a mesma autora, Londrina foi o maior centro atacadista da região e na década de 60 foi Maringá, a oeste, o maior centro atacadista. Certamente, Campo Grande e Cuiabá devem ter representado esse papel.⁽¹²⁾
- 4) Em relação à situação demográfica, na década de 60, ROSSINI⁽¹³⁾ confirma que a grande inflexão na tendência histórica dos movimentos migratório ocorre em direção a São Paulo, devido à intensificação da penetração das relações capitalistas de produção no campo, provocando aceleradas migrações campo-cidade. E, ao mesmo tempo, diz ROSSINI que a queda do movimento para o Paraná, sobretudo nas regiões Norte e Oeste do Estado, começa a ser evidente, passando o alvo migratório para novas áreas de frente de expansão, como Goiás e Mato Grosso.
- 5) E, na década de 70, a Amazônia, no seu conjunto, sobretudo Rondônia, com populações oriundas dos Estados do Paraná, Santa Catarina, Rio Grande do Sul, Goiás, São Paulo, e do Nordeste em geral, tornou-se área de recebimento de grande contingente migratório.

Vale destacar que, sendo São Paulo, o pólo econômico do país, em função de sua atividade industrial, começa a enfrentar as dificuldades provenientes da crise por que passa o país, como altas taxas de desemprego que causam uma série de problemas sociais. Em relação aos problemas citados, ROSSINI escreve que:

"A elevação da composição orgânica do capital, através da introdução de tecnologia sofisticada, altamente poupadora de mão-de-obra, atinge tanto o campo como a cidade. Essa tecnologia, implantada de forma acelerada no Brasil tem provocado custos sociais altíssimos, isto é, intensifica o desemprego, promove o subemprego, etc. Por

outro lado, é altamente produtiva ao nível das unidades de produção." (14)

Assim, a maioria dos migrantes ou empresários que ocupam a Amazônia hoje, vieram das áreas que eram áreas pioneiras no passado, como Paraná e Mato Grosso. ROSSINI afirma que eles foram expulsos por motivos ligados à reestruturação do espaço (substituição do café pelo trigo ou soja) e em consequência da concentração fundiária dessas áreas. Por outro lado, afirma também que a ocupação dessas áreas pelo Estado para construção de obras gigantescas (hidrelétrica de Itaipú e outras) e a difícil sobrevivência da família dos minifúndios e pequenos proprietários, são fortes motivos da expulsão deles. (15)

Dessa forma, a expansão capitalista para áreas de pouca densidade populacional e de muitos solos cultiváveis, após a década de 40, segue para Oeste reforçando a afirmativa de Getúlio Vargas: "Após a reforma de 10 de novembro de 1937, no programa do Estado Novo, o verdadeiro sentido de brasilidade é o rumo ao Oeste." (16)

5.2. Os japoneses no Paraná e no norte do Estado

Os estudos bibliográficos efetuados sobre japoneses no Estado do Paraná indicam que a inserção dos mesmos no Paraná ocorreu muito cedo. Os primeiros japoneses que entraram no Paraná chegaram um ano após o desembarque do primeiro navio, Kasato-maru, ao porto de Santos. Foram eles Jintaro Matsuoka e Eihachi Sakamoto, ambos tripulantes do mesmo navio e da província de Kumamoto-ken.

Eles vieram a pé de São Paulo para Curitiba, fugindo das fazendas paulistas. Segundo o comentário do livro 'Histórico do 60º Aniversário da Colônia Japonesa do Paraná' (17), a viagem de 45 dias acampando nas florestas do litoral paranaense não desanimou os peregrinos que tiveram as duras experiências de participação na Guerra Russo-Japonesa. Porém, infelizmente, não conseguimos obter qualquer informação deles, posterior à viagem dos mesmos para a Argentina, após pouca permanência na cidade de Curitiba.

Não houve nenhum movimento significativo no sentido de ocupação por parte dos japoneses na cidade de Curitiba até 1915, a não ser algumas visitas oficiais da Companhia Japonesa ou viagens dos comerciantes ambulantes.

A primeira tentativa de introdução dos japoneses teve o seu início na cidade de Antonina, no sul do Paraná. De acordo com o pedido de recrutamento dos braços japoneses nas plantações de banana, feito pelo prefeito da cidade Dr. Heitor Soares, em 1915, foram enviados pela Companhia Toyo-Imin, Takashi Watanabe, Takeshi Hasegawa como intérpretes (ambos formados pela Tokyo Gai-kokugo Daigaku), e mais 6 japoneses: Eikiti Horibe, Hamako Takada, Shinjiro Endo e sua esposa, Katsuyoshi Hasunuma e Masaki Suenaga. Ao chegar em Antonina, eles não encontraram nem uma plantação de banana e tiveram que se submeter a trabalhar nas áreas sazonáticas para garantir a sobrevivência com base na rizicultura. A existência de malária na região obrigou a retirada deles do local para São Paulo ou para proximidades do rio Cacatu, onde em julho do ano seguinte seria fundada a Colônia Cacatu, no Km.80 da Estrada

Guaraqueçaba, pelos dois primeiros fazendeiros japoneses no Paraná, Shigeki-ti Yasumoto e Jingoro Hara, que adquiriram glebas de 150 e 100 alqueires respectivamente.⁽¹⁸⁾

Vieram, até 1924, poucos japoneses para o sul do Paraná, sobretudo às áreas urbanas.

Em dezembro de 1924, o cognominado Pai da Imigração Japonesa, Ryu Mizuno⁽¹⁹⁾, chega à chácara Mercedes, na periferia da cidade de Curitiba, e começa o plantio de hortaliças. E, a partir de então, começou a entrada de elementos japoneses na cidade de Curitiba, tais como Toshikuni Aoto, Jinta Hagiwara, Kaoru Watanabe, Sai Terasawa e mais de 30 japoneses que, mais tarde, em 1930, fundaram a Sociedade Agremiativa de Japoneses em Curitiba.

Segundo a primeira pesquisa estatística feita pela Comunidade, em 1933, existiam, na cidade de Curitiba e nos arredores da cidade, 17 famílias, totalizando 67 japoneses que, na sua maioria, trabalhavam na área urbana.⁽²⁰⁾

De 1930 a 1936, foram fundadas várias colônias e sociedades, entre elas a Colônia Nova Tóquio em Ibaiti, a Sociedade Pesqueira Ltd, em Paranaguá e a Colônia Corte Grande, próxima a Ibaiti.⁽²¹⁾

A fundação de uma colônia de escala maior foi feita pelo esforço de Ryu Mizuno, em 31 de agosto de 1936. Recebendo a concessão do governo Estadual numa área de 1.200 alqueires, nas proximidades da estação ferroviária Desvio Rivas, que fica a 21 Km de Ponta Grossa, fundou a Colônia Alvorada (Tossa Mura).⁽²²⁾

Devido à intensa penetração das migrações japonesas, principalmente para o Norte do Paraná, foi instalado em Curitiba, em 1940, o Consulado Japonês, cujo primeiro cônsul era Shunichi Komine. Com a chegada do novo cônsul, iniciou-se um intenso trabalho de aliciamento dos japoneses residentes no Estado de São Paulo, para a fundação de colônias no Paraná. Foram então fundadas, no Sul do Paraná, a Colônia Amora Preta, a Colônia Rio Grande e a Colônia Campo Comprido.⁽²³⁾

Só após Segunda Guerra Mundial, com a proibição da presença japonesa do

Eixo em terras até 60 km da costa marítima, ocorre a maior concentração dos japoneses na cidade e nas redondezas de Curitiba, criando núcleos coloniais em Fazendinha e Campina Grande do Sul, em 1956; em Taquara, em 1959; em Graciosa em 1960; em Mandirituba, em 1961. Em 1967, os japoneses moradores de Curitiba, Santa Felicidade, Campo Comprido, Taquara, Araucária, Contenda, Mandirituba, São José dos Pinhais, Campina Grande do Sul, Piraquara e Quatro Barras, somavam 5.719 pessoas, distribuídos em 88% na área urbana e 22% na área rural.⁽²⁴⁾

O censo demográfico do Estado do Paraná mostra que, em 1940, quando a população do Estado era de 1.236.276 habitantes, o número dos estrangeiros (excluindo os naturalizados) no Estado era de 56.816 pessoas. Entre eles, a população japonesa representava 7.705 pessoas. Neste número, a população japonesa de Curitiba somava apenas 104 pessoas, no momento em que a população geral da cidade de Curitiba era de 140.656 habitantes. A população japonesa de Curitiba obteve seu aumento só após a década de 50. Assim, em 1955, a população japonesa residente em Curitiba chegou ao ponto máximo, e chegou à marca de 1.801 pessoas. O número estagnou-se a partir dessa época. Em 1970, a população japonesa diminuiu para 1.230 pessoas, e em 1980, 1.219 pessoas.

(25)

Tab. 7 JAPONESES EM RELAÇÃO AOS ESTRANGEIROS NO PARANÁ

Censos	Paraná	Estrangeiros	Japoneses	Es/Ja %
1940	1.236.276	56.816	7.705	13,56
1950	2.115.547	65.503	14.860	22,69
1960	4.277.763	85.777	23.979	27,96
1970	6.929.868	64.203	17.903	27,88
1980	7.629.392	42.811	10.308	24,08

Fonte: Censos Demográficos do Paraná, IBGE.

A entrada dos migrantes japoneses para o Norte do Paraná teve o seu início bastante cedo também.

Os primeiros migrantes japoneses apareceram no Norte do Estado, a partir de 1912, quatro anos depois da chegada de primeira leva dos imigrantes ao porto de Santos e dois anos depois da chegada dos dois viajantes nipônicos que viajaram a pé até Curitiba. São Kinsuke Kato, Goiti Nishikawa, Rokutaro Nishikawa e Naruaki Ito, que foram introduzidos como colonos na Fazenda Monte Claro, da cidade de Ribeirão Claro, atravessando pela balsa o rio Paranapanema. No ano de 1914, foram introduzidos na mesma fazenda, mais 7 japoneses. (26)

No entanto, para obter maior clareza, a história da migração japonesa ao Norte do Paraná tem que ser contada através do acompanhamento deles no processo de entrada dos fazendeiros paulistas.

Em 1914, quando o governo Estadual ainda realizava a política de concessão das terras devolutas do Estado para os fazendeiros interessados, o proprietário da Fazenda Figueira, da estação de ferro Alvarenga, do Estado de São Paulo, Antônio Barbosa Ferraz, visitou as terras roxas do Norte do Paraná, e logo depois, resolveu iniciar a plantação de café nessa região. Para esse empreendimento, contou também com os braços japoneses.

Nessa época, as terras devolutas do Estado do Paraná eram classificadas em três categorias, conforme sua situação relativa a centros urbanos e portos marítimos, fertilidade do solo e outros requisitos. Porém, as terras do Norte do Paraná eram classificadas como 3ª ordem pelo governo paranaense, apesar da sua extrema fertilidade. O Norte do Paraná estava localizado numa região de matas, sem vias às outras regiões do Estado, como Curitiba; portanto, o beneficiamento, o comércio e as transações bancárias teriam de ser feitos em localidades paulistas, atravessando de balsa o Rio Paranapanema.

Dessa forma, em 1920, os fazendeiros paulistas radicados no Norte do Paraná, como Antônio Barbosa Ferraz, Antônio e Gabriel Ribeiro dos Santos, Willie da Fonseca Brabazon Davids e Manoel da Silva Correa, por iniciativa privada, pela necessidade de trazer uma infra-estrutura básica para a região, criaram a Companhia Ferroviária São Paulo-Paraná, e, em 1925, conse-

guiram estender o trecho de Ourinhos a Cambará. No entanto, pela dificuldade econômica de manter a sua continuidade, o empreendimento ferroviário passou a ser operado pela Companhia de Terra Norte do Paraná, a partir de 1927.⁽²⁷⁾

Pode-se dizer que o início da presença dos elementos japoneses ao Norte do Paraná acompanhou a entrada dos fazendeiros paulistas, particularmente a Fazenda Barbosa, de Cambará, e a Fazenda Monte Claro.

Na realidade, nesse momento da história, a participação dos japoneses no contexto do sistema capitalista de produção resumia-se à participação deles enquanto força de trabalho, isto é, os primeiros japoneses que pisaram as terras roxas do Norte do Paraná não tiveram, de forma alguma, condições de adquirir as terras devolutas do Estado que estavam à venda apenas em proporções bem maiores do que podiam imaginar. Mesmo sabendo das infinitas possibilidades das terras devolutas do Norte do Paraná, os japoneses, que tiveram economia apenas adquirir no máximo 10 a 20 alqueires, eram obrigados a submeter-se a trabalhar na condição de colonos nas grandes fazendas dos proprietários nacionais.

Nessas mesmas condições, entre 1914 e 1916, chegaram à Fazenda Barbosa: Hatiro Honda, Isamu Hisaya, Yonezo Ueno, e mais de 30 famílias japonesas.

A vida nas fazendas para os japoneses que tinham como hábito a rizicultura nas baixadas ou nas proximidades dos rios, não foi muito esperançosa como previam. HANDA, Tomoo (1987)⁽²⁸⁾, no seu livro 'O Imigrante Japonês', comenta que quando os japoneses perceberam que existiam as áreas baixas e úmidas, inadequadas à cafeicultura e abandonadas, eles não conseguiram conter os seus desejos de plantar arroz. Porém, por desconhecimento da realidade da lavoura brasileiras, os japoneses que começaram a plantar arroz tiveram que passar por mil e uma dificuldades nos primeiros anos;

"Durante a estação das chuvas, quando surgem poços d'água, começam a aparecer os mosquitos transmissores da malária. E se o poço não era cavado na época adequada e as condições da água potável pioravam, surgiam pessoas com desintéria causada por amebas. Quando pa-

recia que tudo iria correr bem, aconteciam calamidades.

Mas, seja qual for a dificuldade, não se pode atrasar a produção de alimentos. Faz-se em primeiro lugar a sementeira do arroz. Contudo, na terra ainda há muitas raízes, além de grandes troncos tombados. Se um fosse abrindo os buracos e outro plantasse o arroz, a mão-de-obra seria tanta que o serviço renderia muito pouco. Por esse motivo, adotou-se o método de plantio mais primitivo, isto é, o trabalho com a cavadeira. Esta tem em sua extremidade uma chapa de metal que abre um buraco no chão onde se introduzem as sementes de arroz. Na época ainda não havia plantadeira.

(...) Dia após dia repete-se o mesmo serviço, simples e monótono. Se este plantio terminar logo, terão que começar a plantar café.

(...) Bem, era uma grande sorte ninguém ficar doente no primeiro ano de trabalho no núcleo, mas quando isso acontecia o problema era enorme. Procurava-se médico somente em casos graves e o pior é que nem sabiam se havia ou não médico na estação.

(...) Na época, muitas pessoas não suportaram a anemia e o cansaço e sucumbiram com muita facilidade.”⁽²⁹⁾

A conquista de novas áreas para exploração agrícola, normalmente, era feita nas áreas primitivas, que acompanhavam os problemas médico-sanitários de todas as variedades. Além do problema da malária, as casas de alvenaria mal conservadas, as casas de pau-a-pique, as casas de taipa e as cafuas permitiam a proliferação da doença de Chagas.⁽³⁰⁾

No decorrer das pesquisas na cidade de Cambará, conseguimos um dado que apresenta o número exato dos falecidos entre japoneses ali residentes, desde 1920 até 1987.(tab. 8)

Quando foi fundada a Vila Japonesa de Cambará, em 1920, a colônia era constituída por aproximadamente 30 famílias japonesas. Porém, de 1930 a 35, quando a vila abrigava mais de 250 famílias, o número dos falecidos apresentava mais de 390 pessoas. O índice da mortalidade infantil nos anos 22, 23,

RELAÇÃO DOS MORTOS DA POPULAÇÃO JAPONESA EM CAMBARÁ (1920~1987):

Tab.8

Ano	Idade em que faleceu							ñ/ident.	total
	0~1	2~10	11~20	21~30	31~40	41~50	51~acima		
1920	1	1	-	1	-	-	-	2	5
1921	7	3	2	1	4	-	-	1	18
1922	16	3	1	4	2	-	-	1	27
1923	11	2	-	2	1	-	-	1	17
1924	9	8	-	3	1	-	-	-	21
1925	25	16	7	6	2	3	5	1	65
1926	5	5	7	3	2	1	2	1	26
1927	-	-	-	1	1	1	1	-	4
1928	12	2	1	1	-	-	3	1	20
1929	7	3	2	1	3	-	-	-	16
1930	9	-	-	-	2	-	1	-	12
1931	8	6	1	4	4	2	1	-	26
1932	7	4	-	1	1	1	2	-	16
1933	21	7	2	1	4	4	2	1	42
1934	14	12	1	4	4	2	5	-	42
1935	15	7	1	6	2	2	3	-	36
1936	6	3	-	1	3	-	2	-	15
1937	8	-	3	1	-	1	2	-	15
1938	7	1	1	-	-	2	1	-	12
1939	10	5	1	-	-	-	1	-	17
1940	6	1	1	-	-	1	2	-	11
1941	6	2	-	1	1	-	1	-	11
1942	2	-	1	-	1	1	2	-	7
1943	4	1	-	1	-	-	1	-	7
1944	4	1	1	1	1	-	-	-	8
1945	3	1	-	-	-	1	2	-	7
1946	5	-	1	1	-	2	2	-	11
1947	2	2	1	-	-	1	-	-	6
1948	3	1	-	-	2	-	4	-	10
1949	2	-	-	-	-	-	-	-	2
1950	5	-	1	3	-	1	1	-	11
1951	3	1	-	-	-	-	1	-	5
1952	4	1	-	-	-	1	1	-	7
1953	2	-	-	-	-	-	1	-	3
1954	-	-	-	-	-	-	1	-	1
1955	-	1	1	-	-	-	3	-	5

1956	-	-	-	-	-	-	2	-	2
1957	2	1	1	-	-	-	3	-	7
1958	3	-	-	-	-	-	1	-	4
1959	1	-	-	-	-	-	2	-	3
1960	-	1	-	-	-	-	2	-	3
1961	-	-	1	1	-	-	1	-	3
1962	1	-	1	1	-	-	4	-	7
1963	-	-	-	-	-	-	1	-	1
1964	-	1	-	-	-	-	1	-	2
1965	2	1	-	-	-	-	2	-	5
1966	-	-	-	-	-	-	1	-	1
1967	-	-	-	-	-	-	3	-	3
1968	2	-	-	-	-	-	3	-	5
1969	2	-	-	-	-	1	3	-	6
1970	4	-	-	-	-	-	3	-	7
1971	1	-	-	-	-	-	5	-	6
1972	-	-	-	-	-	-	4	-	4
1973	2	-	-	2	-	-	2	-	6
1974	-	1	-	1	-	-	3	-	5
1975	1	-	-	-	-	1	1	-	3
1976	1	-	-	-	-	-	-	-	1
1977	1	-	-	1	-	-	3	-	5
1978	-	-	-	-	-	-	3	-	3
1979	-	-	-	-	-	1	-	-	1
1980	-	-	-	-	-	-	3	-	3
1981	-	-	-	-	-	-	2	-	2
1982	-	-	-	-	-	-	7	-	7
1983	-	2	-	-	-	-	-	-	2
1984	-	-	-	-	-	-	1	-	1
1985	1	-	-	1	-	-	2	-	4
1986	1	-	-	-	-	-	1	-	2
1987	-	-	-	-	-	-	3	-	3
total	274	107	40	55	41	30	125	9	681

Fonte: Prefeitura Municipal de Cambará
Associação Cultural Nipo-Brasileira de Cambará

24, 25, 28, 33, 34, e 35 é surpreendente. Podemos verificar que só em 1925, o ano em que a população da família japonesa da vila não deve ter aumentado em mais de 50, morreram 65 japoneses, na sua maioria, crianças.

Segundo o comentário do Sr. Osamu Kuwabara (entrevistado em 28/07/90), em 1932, quando trabalhava como colono na Fazenda Barbosa, junto com mais 10 famílias japonesas, numa das seções da fazenda eram quase todos os dias as cerimônias de enterro das pessoas que faleceram com a malária ou com o tifo. Houve também, diz Sr. Kuwabara, nessa época, a morte coletiva de uma família inteira por causa da malária.

Pode-se dizer que os japoneses que iniciaram a plantação de arroz nas baixadas ou nas beiras do rio, sem exceção, tiveram que passar por essas dificuldades, não só no Norte do Paraná, mas na maioria das colônias japonesas existentes no Brasil.

Observando as dificuldades das condições de trabalho semi-assalariado do sistema colonato dos imigrantes japoneses no Norte do Paraná, o cônsul geral do Japão em São Paulo, Hiroyuki Akamatsu, sentiu profunda necessidade de atrair os investidores japoneses para a região norte-paranaense, a fim de possibilitar a aquisição de pequenas propriedades e passá-las às mãos dos colonos nipônicos.

Como resultado do esforço do Akamatsu, foram feitas as grandes aquisições de terras. Inicialmente, em 1926, pela Companhia Nambei-Tochi-Kabushiki-Kaisha numa gleba de 10.000 alqueires na margem do rio Congonhas, em Uraí, que será o assunto da segunda parte do presente trabalho. E, em 1926, foi adquirida pela empresa de capital japonês da cidade de Osaka, Nomura-Goushi-Kaisha, uma gleba de 14.000 alqueires nas proximidades da estação ferroviária Bandeirantes. Em 1928, foi comprada uma área de 300 alqueires por Takeo Atomia, a 18 km da estação Cornélio Procópio, organizados pelos estudantes da Universidade Keiô-Gijuku, do Japão. A seguir, 1928, a BRATAC começou as atividades de colonização dirigida, adquirindo um total de 18.610 alqueires, instalando a Fazenda Três Barras, mais tarde transformada em

Assai.

Os empreendimentos feitos pelos capitais japoneses, loteando as terras mais acessíveis aos imigrantes japoneses, acelerou o povoamento dessa região. Em 1932, chamado o início da alvorada do Norte do Paraná, a ocupação dos japoneses nessa região apresentava aproximadamente 600 famílias ou seja, 3.000 pessoas, e 70% deles eram arrendatários ou colonos. Poucos eram proprietários de terras. Segundo os dados apresentados no livro '25 anos da Colônia Três Barras', no mesmo ano, em Cambará, viviam 250 famílias, e Bandeirantes abrigava 95 famílias japoneses; em Cornélio Procópio, 35 famílias; em Andirá, 50 famílias; em Congonhas 15 famílias; em Londrina, 83 famílias; e em Serra Grande viviam 70 famílias japonesas.⁽³¹⁾

NOTAS E REFERÊNCIAS:

1. MÜLLER, Nice L., Contribuição ao Estado do Norte do Paraná, in Boletim Paulista de Geografia, março de 1956, N° 22, p.69
2. BERNARDES, Lydia M. C., O problema da 'Frente Pioneira' no Estado do Paraná, Revista Brasileira de Geografia, ano XV, julho-setembro de 1953, N° 3, p.358
3. PADIS, Pedro Calil, O Paraná: Uma visão de conjunto, Revista Administração de Empresa, Rio de Janeiro, 11(1): 35-50, Jan/Mar, 1971, p.34
4. MÜLLER, Nice L., op. cit., p.73
5. NAKAGAWARA, Yoshiya F., Questão Agrária e Urbana: Interdependência e Subordinação - o caso norte paranaense, in TERRA E CULTURA, 1 (1) janeiro, 1981,
6. idem, ibidem, p.99
7. SOUZA, Itamar de, Migrações internas no Brasil, Ed. Vozes, Petrópolis, 1980, p.60
8. PADIS, Pedro Calil, op. cit., p.34
9. SOUZA, Itamar de, op. cit., p.60
10. MÜLLER, Nice L., op. cit., p.77
11. CAMBIAGHI, Salette M., O povoamento do Norte do Paraná, Anais da Associação dos Geógrafos Brasileiros, vol VI - tomo I, Associação dos Geógrafos Brasileiros, São Paulo, 1951, p.87
12. NAKAGAWARA, Yoshiya F., op. cit., p.109
13. ROSSINI, Rosa Ester, A procissão dos pobres: O peregrinar do cidadão sem cidadania, Geografia e Gênero da Mulher, Tese de Livre Docência pela Universidade de São Paulo, 1988, p.37
14. idem, ibidem, p.34
15. idem, ibidem, p.37
16. SOUZA, Itamar de, op. cit., p.62
17. História do 60° Aniversário da Colônia Japonesa do Paraná, Ed. Paraná Bunka Shuppan, Londrina, 1972, p.41 (original em língua japonesa)

18. História da expansão dos japoneses no Brasil, Ed. Jôban, Tokyo, 1941.
Burazilu ni okeru nihonjin hatten shi, part 1., Ministério das Re-
lações Exteriores, p.389
(original em língua japonesa)
19. Ryu Mizuno nasceu em novembro de 1858, em Sagawa-cho, Takaoka-gun, na
província de Koochi-ken. Gradou-se pela Universidade Keiô-Gijuku, em
1888..Candidatou-se como vereador pela Província de Nara e foi preso
por causa da sua opinião divergente do governo imperial. A partir de
dezembro de 1905, viajou para os E.U.A., Perú, Chile, Argentina e em 27
de março de 1906 chegou ao porto do Rio de Janeiro, para negociar o
tratado sob imigração japonesa. Desde então, retornou ao Japão várias
vezes e fundou a Companhia Nambei Shokumin K.K., e trouxe a primeira
leva de imigrantes japoneses com o navio Kasato-maru em 1908. Após
exercer o cargo de superintendente da K.K.K.K., visitou o Paraná e
procurou financiamento dos capitalistas japoneses para realização do
plano de colonização dos japoneses no Paraná, tendo conseguido o acordo
de concessão de terras devolutas da região de Campo Mourão, porém, não
conseguiu obter nem um sucesso. Em 1950, fixou residência em Curitiba,
e fundou Colônia Alvorada em Ponta Grossa em 1936. Faleceu em cidade de
São Paulo em agosto de 1951, com 92 anos de idade.
20. NIKKEI COLONIA, Revista Nipo-Brasileira, Ed. Mainichi Kôhó Shuppan-sha,
N° 30, Londrina, 1983, p.13
21. ANDRADE, João C., op. cit., p.40
22. NIKKEI COLONIA, op. cit., p.13
23. ANDRADE, João C., op. cit., p.41
24. BORUSZENKO, Oksana & KUBO, Elvira M., Os Japoneses na obra de Romário
Martins, Anais do Colóquio de Estudos Regionais, comemorativo do I
Centenário de Romário Martins, Boletim nº21, Universidade Federal
do Paraná, Curitiba, 1974, p.107
25. IBGE. Censos Demográficos.
26. Histórico do 60° Aniversário da Colônia Japonesa do Paraná, op. cit.,
p.41
27. LOPES, Ana Y. D. Paulino, Pioneiros do Capital: A Colonização do Norte
Novo do Paraná, Dissertação de Mestrado apresentada ao Departamen-
to de Ciências Sociais da USP., São Paulo, 1982, p.44
28. HANDA, Tomoo, O Imigrante Japonês, T.A. Queiroz, Editor, São Paulo, 1987
29. idem, ibidem, p.232~233

30. MORAES, Nelson L. de A., Migrações internas e saúde coletiva, Migrações Internas no Brasil, IPEA/INPES, Rio de Janeiro, 1971, p.128
31. Três Barras Ijuuchi, Três Barras Seinen Renmei; 25° ano de fundação da colônia, Teikoku Shoin, Tokyo, 1960, p.5
(original em língua japonesa)

6. OS JAPONESES EM URAÍ: Produção e Reprodução do Espaço

6.1. Procedimentos metodológicos da Pesquisa

Partindo do pressuposto de que tenha sido diferente o processo de participação dos japoneses e seus descendentes que se deslocaram para o Norte do Paraná, na produção e reprodução do espaço, em relação aos que permaneceram no Estado de São Paulo, julga-se fundamental a análise e a interpretação desse processo através da pesquisa de campo.

Acredita-se que a transformação do modo de participação na relação social de trabalho seja o ponto primordial para compreender a transformação do modo de pensar entre os imigrantes japoneses. Assim, é importante a observação do espaço uraiense quanto à sua formação econômica, social e política. Uma das causas da fixação desses imigrantes talvez tenha sido o incentivo que tenha partido do processo histórico da ocupação dessa região.

Tendo como referência alguns estudos teóricos e empíricos, a seguir sintetizados, foi possível estudar o fenômeno da fixação dos imigrantes e seus descendentes em Uraí.

SANTOS (1982)⁽¹⁾ coloca de forma bem clara o que seria a interpretação do espaço, quando diz:

"A base mesma da explicação é a produção, isto é, o trabalho do homem para transformar, segundo leis historicamente determinadas, o espaço o qual o grupo se confronta."⁽²⁾

Considerando o espaço como uma totalidade ou uma instância da sociedade, SANTOS (1985)⁽³⁾ conceitua os seguintes como elementos do espaço: são homens, as firmas, as instituições, o chamado meio ecológico e as infra-estruturas. E acrescenta também que esses elementos são de certa forma intercambiáveis e redutíveis uns aos outros, e que o estudo das interações desses elementos é o ponto fundamental para sua análise. Porém, ao longo da história, toda e qualquer variável se acha em evolução constante.

Através dessas afirmações, pode-se entender que a variável populacional

de um dado grupo está sujeito a um constante movimento, e o seu significado difere de acordo com as formas de relacionamento dos demais elementos do espaço.

Dessa forma, é fundamental, no presente estudo, a interpretação dos elementos do espaço e a análise dos seus inter-relacionamentos determinados pela evolução histórica desse espaço e lugar.

Um levantamento bibliográfico da comunidade uraiense foi o primeiro passo para abordar o problema do presente estudo. Ao mesmo tempo em que se efetuava este levantamento foi feita a coleta de documentos, tais como mapeamentos da área, contratos de compra e venda dos lotes da Companhia Nambu Tochi K. K., registros e publicações existentes do início da ocupação da área.

Foram feitas inúmeras visitas, entrevistas e aplicações de questionários aos moradores, tanto da área rural como da área urbana, a fim de ampliar as informações da comunidade japonesa do Município de Uraí - objeto da pesquisa de campo.

A pesquisa, efetuada nessa comunidade, foi realizada no período de agosto a dezembro de 1990, aplicando-se alguns questionários em 40 famílias japonesas da área rural e 40 famílias da área urbana. Foram também feitas entrevistas com 3 pioneiros da comunidade, o que possibilitou uma compreensão geral sobre a formação, evolução e características estruturais dessa comunidade.

As técnicas estatísticas e a transformação dos dados em tabelas, representações gráficas e cartas foram úteis para efetuar as considerações e análises dos dados obtidos.

Finalmente, na técnica de visualização, foram utilizadas fotos tiradas durante a pesquisa.

Quanto à escolha e - justificativa da pesquisa -, da comunidade japonesa do Município de Uraí como objeto de estudo, esta deveu-se aos seguintes fatores:

- a) A comunidade foi colonizada pela Companhia Nanbei Tochi Kabushiki Kaisha. Esse fato foi decisivo para a organização do espaço dessa comunidade, por ter essa Companhia feito o loteamento com uma característica bem próxima e semelhante às demais colônias da região norte-paranaense.
- b) Pode-se dizer que, como as demais colônias japonesas dessa região, a comunidade japonesa de Uraí foi desenvolvida, desde o início, pelos japoneses provenientes das fazendas do Estado de São Paulo e não pelos japoneses oriundos diretamente do Japão.
- c) A colonização inicial foi efetuada não só para os japoneses, mas também, para os elementos nacionais, com uma proporção bem elevada em relação às outras companhias japonesas que vendiam seus lotes preferencialmente aos japoneses, constituiu-se assim, uma originalidade na formação e organização na vida econômica, política e social dessa comunidade.

A comunidade japonesa de Uraí possui características específicas e semelhanças às demais comunidades japonesas nesse quadro regional norte-paranaense.

6.2. Formação histórica de Uraí

A cidade de Uraí que se tornou Município em 10 de outubro de 1947, localiza-se ao Norte do Estado do Paraná, na posição geográfica de 23°12' latitude sul e 50°48' de longitude a W.G.R.

De acordo com a classificação de microrregiões Homogêneas do IBGE, o Município de Uraí se insere na chamada 'Algodoeira de Assai'.

A área de Uraí tem 256,80 km² de extensão, encontrando-se a 380 metros de altitude em relação ao nível do mar, posicionando os seguintes Municípios como fronteiras: ao norte, Sertaneja e Leópolis; ao sul, Jataizinho, Assai, Nova América da Colina; a leste, Cornélio Procópio; a oeste, Rancho Alegre e Jataizinho.

Uraí situa-se ao norte do Trópico de Capricórnio, atingindo temperaturas mínimas de 10 a 12°C, e as máximas de 33 a 35°C, com abundantes chuvas nos meses de dezembro, janeiro e fevereiro.

Na formação geológica, há faixas de solos de 'terras roxas' na maioria das regiões norte, oeste e sudoeste, e é cortada pelos rios Congonhas, Matcanã e Pirianito, todos pertencentes à bacia do Rio Paraná. (4) (FIGURAS 1, 2 e 3)

Como foi mencionado nos capítulos anteriores, no processo de inserção dos japoneses no Brasil, muitos imigrantes que foram contratados como colonos nas fazendas do Estado de São Paulo tentaram cumprir suas obrigações. Porém, após alguns anos de permanência, alguns foram obrigados a abandonar a agricultura, deslocando-se para as cidades; outros, continuaram na agricultura, em busca de melhores condições de vida, às vezes, com o objetivo de alcançar rápido enriquecimento e retornar ao seu país de origem.

Entre os que permaneceram na agricultura, muitos procuraram o Norte do Paraná, integrando-se ao processo de migrações internas que buscavam novas fronteiras de recursos.

Nessas condições, no Norte do Paraná, em 1929, começou a venda de lotes

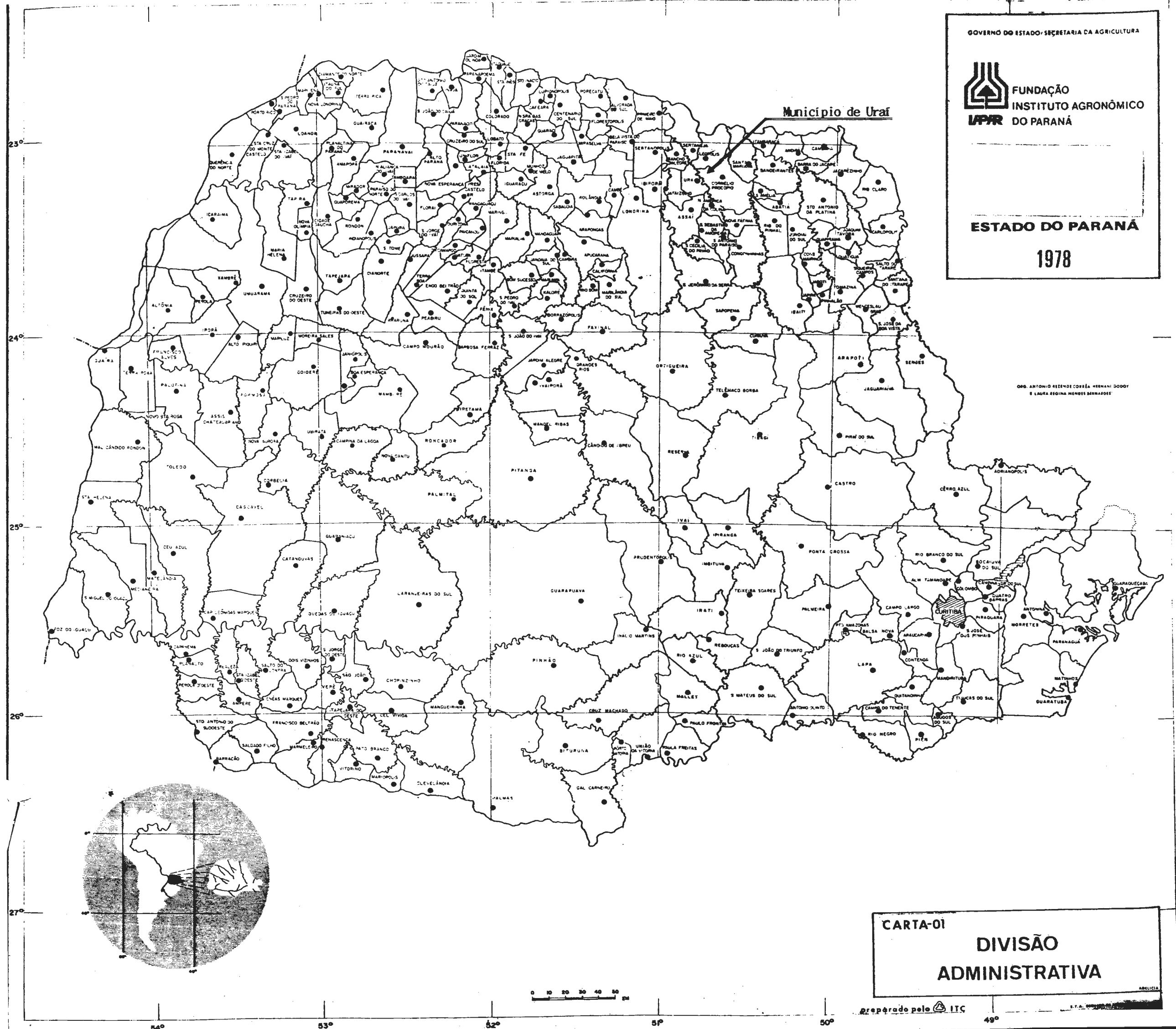
Fig. 1

GOVERNO DO ESTADO - SECRETARIA DA AGRICULTURA

FUNDAÇÃO
INSTITUTO AGRÔNOMO
IAPAR DO PARANÁ

ESTADO DO PARANÁ

1978



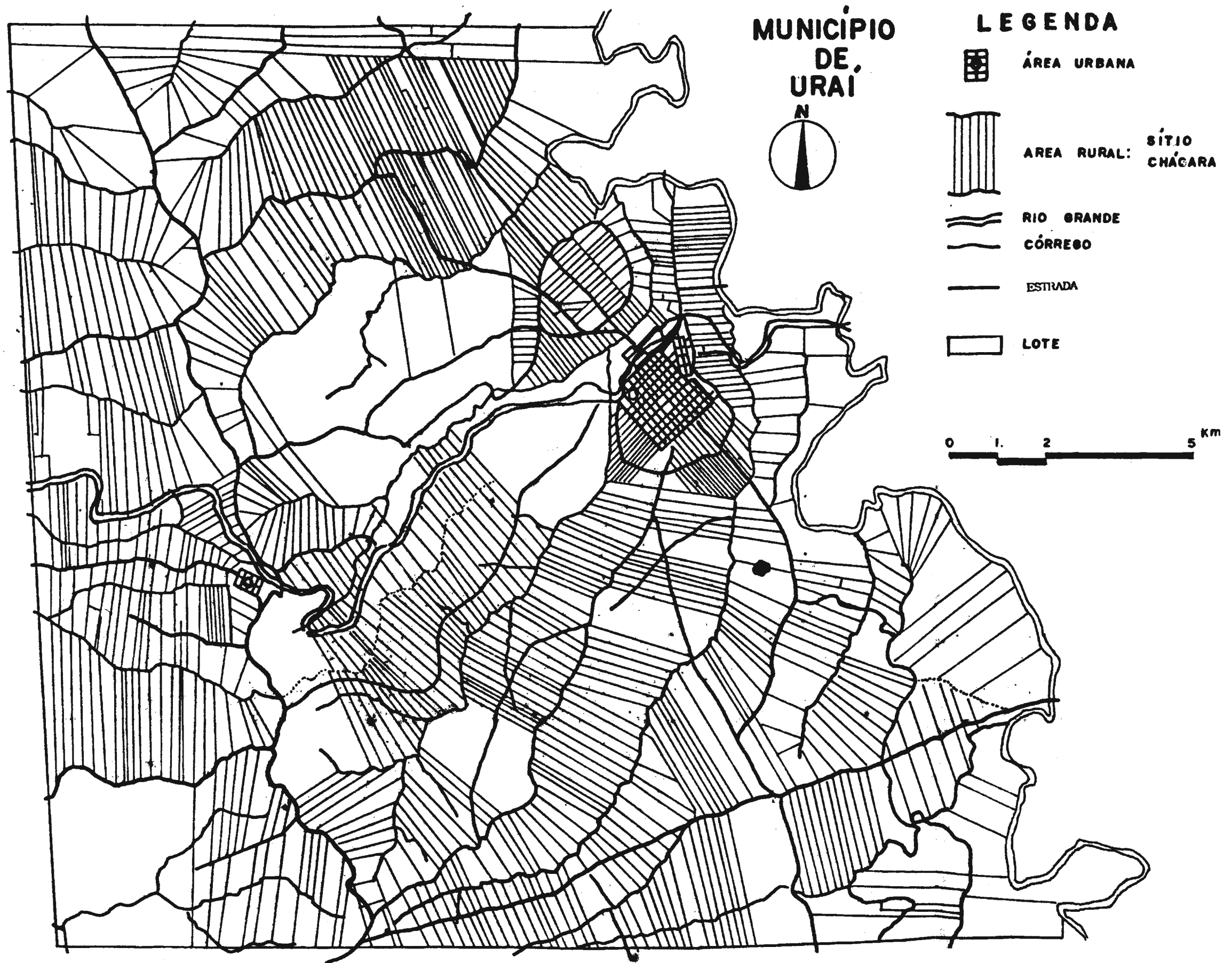
ORG. ANTONIO REZENDE CORRÊA HEENAN DODDY
E LAURA REGINA MENDES BERNARDES

CARTA-01

DIVISÃO
ADMINISTRATIVA

PREPARADO PELO ITC

Fig. 3



FONTE: UNIVERSIDADE DE OSAKA/USP, ESTUDO DE EVOLUÇÃO DA TRANSFORMAÇÃO DO
ESPAÇO VIVENCIAL NAS ÁREAS DE COLONIZAÇÃO ESTRANGEIRA NA REGIÃO SUL
DO BRASIL, OSAKA, 1982

DESENHO: MIZUE HIRAKAWA

pela Companhia de Terras Norte do Paraná, fundando-se uma cidade destinada a ser o centro dessa frente de expansão: a cidade de Londrina.⁽⁵⁾

Sete anos antes de iniciar a venda de lotes em Londrina, em setembro de 1922, chegaram ao porto do Rio de Janeiro os navios de guerra da Força Marinha Japonesa, com a finalidade de participar das festividades do Centenário da Independência do Brasil. Com esses navios, chegou uma comitiva da missão japonesa chefiada por Reizou Yamashina, presidente da Associação dos Confeccionistas de Tóquio, para adquirir uma gleba de 10.000 alqueires, pertencente ao fazendeiro Antonio Barbosa, nas proximidades do rio Congonhas, no Norte do Paraná. Esta compra foi realizada por intermédio do Cônsul Geral do Japão em São Paulo, Sr. Yusuke Akamatsu.⁽⁶⁾

Em 29 de novembro de 1926 foi realizada a compra dessa gleba através de financiamento particular de Reizou Yamashina, por 600.000 yens, equivalendo na época a 3.000 contos no Brasil, tendo sido fundada em Marunouchi 3-6, Tóquio, a Associação Empresarial Sul Americana (Nanbei Kigyou Kumiai), com o intuito de vender essa gleba.⁽⁷⁾

Em 1927, essa associação sofreu uma mudança estrutural e passou a ser denominada Nambei Tochi Kabushiki Kaisha S.A.(Companhia Colonizadora Sul América S.A.).⁽⁸⁾

Após o reconhecimento do registro da Companhia pelo governo japonês, em 11 de julho do mesmo ano, a Companhia passou o encargo de manutenção da gleba adquirida para Yoshinobu Tatsue, que era na época presidente da K.K.K.K. (Kaigai Kaougyou Kabushiki Kaisha), que monopolizava virtualmente o direito de emigração ao Brasil, e, em setembro, iniciou o trabalho de agrimensura da propriedade pelo engenheiro Hideyoshi Nomura e seus companheiros.⁽⁹⁾

Em 6 de agosto de 1930 foi apresentado o projeto de loteamento ao órgão oficial, e a gleba foi denominada de 'Colônia Pirianito'.⁽¹⁰⁾

Os trabalhos de planejamento urbano regional foram iniciados em 1936, pela divisão de glebas em lotes rurais e urbanos. A sucursal da K.K.K.K. no Brasil tinha como representante o Sr. Iwao Nakano, que contratou e enviou

para Uraí o superintendente da Fazenda Anhumas, o Sr. Manjiro Watanabe, que mais tarde assumiu o cargo de gerência da Nambei Tochi K.K., tornando-se num dos líderes da comunidade. Na execução do planejamento, foram plantados mais de 100.000 pés de café, numa área de 100 alqueires, destinando-se 35 alqueires a uma área urbanizada.⁽¹¹⁾ (FIGURA 4)

A partir de então teve início a venda de terras e o trabalho de colonização na Colônia Pirianito, que viria se tornar o Município de Uraí em 1947.
(12)

Já nessa época, a estrada de ferro que ligava Ourinhos a Londrina estava em funcionamento e, pode-se dizer, que a Colônia surge ao longo da estrada de ferro.

A primeira estrada de ferro do Paraná foi inaugurada em 1885, ligando o trecho Paranaguá-Curitiba. No Norte do Paraná, somente a partir do primeiro quartel do século XX as estradas de ferro passam a ter uma importância fundamental no escoamento dos produtos e trabalhos.

A seguir estão relacionados os trechos que foram concluídos e os respectivos anos de conclusão.

Tab.9 AS ESTRADAS DE FERRO NO NORTE DO PARANÁ: (ano de conclusão)

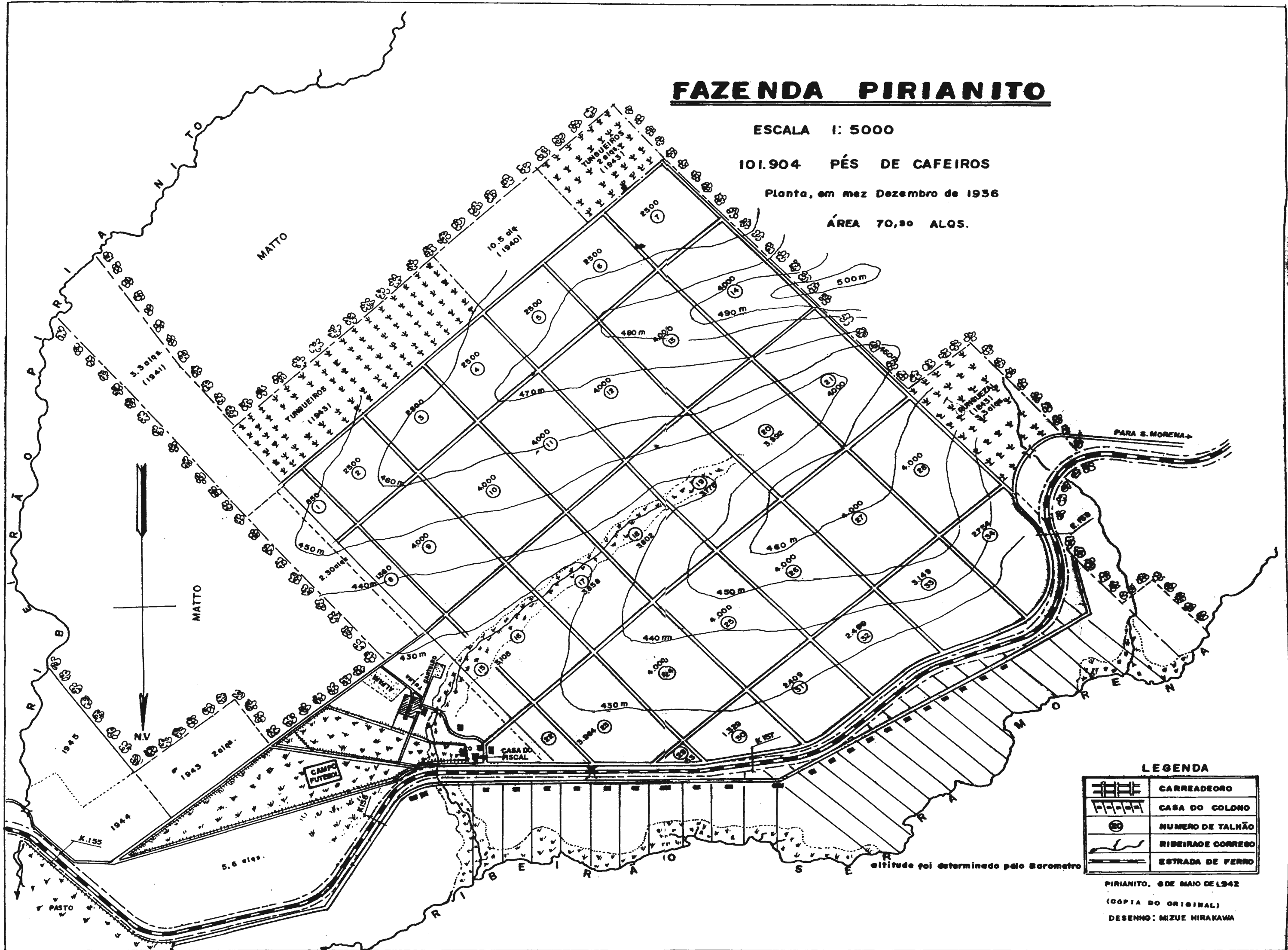
idades	ano	idades	ano
Paranaguá-Curitiba	1885	Jataí-Londrina	1935
Ourinhos-Cambará	1929	Londrina-Cambé	1935
Cambará-Ingá	1930	Cambé-Rolândia	1936
Ingá-Bandeirantes	1930	Rolândia-Arapongas	1941
Bandeirantes-C. Procópio	1931	Arapongas-Apucarana	1941
C. Procópio-Jataí	1932	Apucarana-P. Grossa	1949

Paranaguá-Curitiba-Apucarana, ext. 574 km, foi concluída em julho de 1965

PONTE: Histórico do 60 Aniversário da Colônia Japonesa no Paraná

Há um fato interessante a acrescentar que, para construir as estações de ferro Pirianito e Serra Morena, em 20 de agosto de 1936, ou seja, para

Fig. 4



FAZENDA PIRIANITO

ESCALA 1: 5000

101.904 PÉS DE CAFEIROS

Planta, em mez Dezembro de 1936

ÁREA 70,30 ALQS.

LEGENDA

	CARREADEIRO
	CASA DO COLONO
	NUMERO DE TALHÃO
	RIBEIRAO CORREGO
	ESTRADA DE FERRO

altitude foi determinado pelo Barometro

PIRIANITO, 06 DE MAIO DE 1942

(COPIA DO ORIGINAL)

DESENHO: MIZUE HIRAKAWA

atrair a extensão da estrada de ferro à Colônia, a Nambei Tochi K.K. teve que negociar concedendo 10% do total da sua propriedade, equivalente a 1.000 alqueires, para a Companhia Ferroviária do Norte do Paraná, em troca de 300 ações da Cia.⁽¹³⁾

Assim foram atraídos a Pirianito os primeiros colonos e suas famílias, nestas incluindo-se duas famílias brasileiras.⁽¹⁴⁾

Apesar das dificuldades provenientes da falta de mão de obra e de capitais a serem aplicados na produção, foram derrubadas e queimadas as matas virgens, crescendo gradativamente na área 100.000 pés de café.

Em 1937, Dr. Setsuo Yazaki, ex-chefe administrativo da BRATAC, ao fundar a Empresa Industrial Nipo-Brasileira (Nippaku Sangyou Kaisha) junto com o ex-Embaixador Japonês na Argentina, Dr. Shigetsuna Furuya, conseguiu obter a licença e o direito de estender o projeto de venda dos lotes de 8.000 alqueires da Nambei Tochi K.K.. Em 1938, no ano seguinte, convidou os engenheiros agrimensores para a Colônia Pirianito. Em dezembro do mesmo ano, terminou o trabalho completo de divisão dos lotes e das seções, o que trouxe um desenvolvimento intensivo à Colônia.⁽¹⁵⁾

Um documento histórico da Colônia, "Uraí Kaitaku 50 nen-shi", confirma que, no início de 1939, no núcleo urbano já delimitado, os compradores dos lotes que começaram a estabelecer os trabalhos agrícolas somavam 54 pessoas, havendo entre os compradores três famílias brasileiras.⁽¹⁶⁾

Segundo a opinião de PINTO (1982)⁽¹⁷⁾, uma das primeiras atividades econômicas de Pirianito foi a extração da madeira e o plantio do algodão, não só pelos altos preços no mercado, mas também por ser cultura de rápido rendimento. O café foi plantado em grande escala, mas este exigia um mínimo de três anos para uma colheita rentável.

Pode-se dizer que, entre as culturas de vários produtos, a que mais se difundiu e conseguiu um resultado extraordinário na região de Uraí foi a cultura do rami, principalmente após a Segunda Guerra Mundial.⁽¹⁸⁾

Em maio de 1939, quando o Sr. Chibata Miyakoshi, ex-gerente da K.K.K.K.

regressou ao Japão, criou um projeto para desenvolver no Brasil a cultura de rami, recebendo financiamento da Tokyo Asaito Boseki K.K. E, em novembro do mesmo ano o rami foi plantado experimentalmente na seção Chácara Pirianito e na Fazenda Anhumas, do Estado de São Paulo.

Com a obtenção de excelente resultado, a partir do fim de 1940 a plantação de rami começou a se intensificar nessa região. Inicialmente, foram adquiridos 100 alqueires na seção Santa Maria, e no ano seguinte, em fevereiro de 1941, foram adquiridos mais 400 alqueires na seção São João pela Tokyo Asaito Boseki K.K., com a finalidade de multiplicar essa plantação.

Esta experiência estagnou-se quando teve início a Segunda Guerra Mundial. O governo brasileiro decretou o congelamento de bens e propriedades privadas de todos os estrangeiros do Eixo. Desta forma, a cultura do rami só se intensificou na região de Pirianito a partir de 1950.

Tab.10 ÁREA TOTAL DE URAÍ CONFORME SEÇÕES:(1986)

seção	área em alqueires	seção	área em alqueires
Chácara Pirianito	557,385	São Pedro	674,510
Serra Morena (da Cia.)	246,686	São Roque	491,750
Pirianito	590,480	Chácara Central	15,190
Santa Maria	1.871,940	Fazenda Pirianito da Cia.	182,510
São João	794,150	TOTAL na área rural	8.838,381
Serra Morena	678,660	Cidade de Uraí	94,810
São José	597,200	Cidade de Serra Morena	19,000
São Caetano	836,790	TOTAL na área urbana	113,810
São Paulo	1.301,060	TOTAL	8.952,191

PONTE: URAI 50 NRN-SII

Em Pirianito, além das culturas tradicionais, como café, algodão e rami, desenvolveram-se as culturas de arroz, de feijão, de milho, de amendoim e de mamona.

Um outro fato que pode ser observado na Colônia Pirianito é o impres-

sionante crescimento da população brasileira, desde os primeiros anos da ocupação.

Pirianito, uma colônia planejada e criada por uma companhia japonesa, a estagnação do aumento de migração japonesa nessa colônia, desde os primeiros tempos da colonização, é o fato que merece destaque.

Pode-se observar, através do resultado da venda de lotes no segundo ano, (dezembro de 1939) que, entro 93 compradores de lotes, apenas 19 pessoas eram japonesas, o que não aconteceu no ano anterior. Desta forma, o resultado total de vendas na Colônia Pirianito, apesar de ter alcançado o total de 147 lotes, o número de compradores japoneses não passam da metade, isto é, apenas 70 compradores eram japoneses.

Através desse resultado pode-se dizer que Uraí foi, desde o início, a área receptora de migrantes não só japoneses, mas também nacionais.

Em um artigo da Revista 'Nikkei Colônia' nº 29⁽¹⁹⁾, consta que uma das causas da pouca introdução dos japoneses nessa colônia foi o fato de que ela foi idealizada também por um dos representantes desse projeto, o Dr. Manoel Ribas, governador paranaense dessa época. Para esse projeto de colonização, ele julgou importante a análise das formas de loteamentos já realizados nas colônias japonesas nas regiões de Marília e de Assaí. Concluiu que era necessário, para a realização de uma colônia ideal, a introdução não só de migrantes japoneses, mas também de nacionais.

Para esse empreendimento, os lotes mais próximos da cidade foram divididos em 10 alqueires cada, e estes foram vendidos preferencialmente aos japoneses. Os mais distantes, de 30 alqueires cada, como ocorreu de fato na seção Santa Maria, foram vendidos estes aos brasileiros, de preferência. O preço de cada alqueire nessa região, nesses anos iniciais, era de 200 mil réis.⁽²⁰⁾

Um outro fato que poderia ser considerado como uma das causas da pouca entrada dos japoneses nessa colônia é a difusão dos mosquitos transmissores da malária, que começou a ser divulgada a partir de 1939, por meio de propa-

ganda dos vendedores de terras das companhias rivais.

Como exemplo, poderia citar-se o caso do vendedor de lotes da Colônia Kokussai de Londrina, Hikoma Udihara, que aproveitava a situação para obter melhores resultados de suas vendas, utilizando o seguinte método: todas as vezes que chegava o trem à estação ferroviária Congonhas trazendo os imigrantes japoneses interessados em buscar a sorte nessas regiões, Udihara orientava para todos fecharem as janelas do trem, alegando que havia perigo de contágio de malária da Colônia Pirianito.⁽²¹⁾

Desta forma, pode-se dizer que, de fato, não foi possível evitar o declínio de vendas de lotes na Colônia Pirianito aos japoneses.

Segundo comentários de um dos pioneiros da Colônia Pirianito, o Sr. Masao Yoshida, da mesma forma que aconteceu na região de Cambará, a malária matou muitos japoneses que viviam nos fundos de vale ou à beira dos rios, principalmente aqueles que praticavam a rizicultura nessas áreas.⁽²²⁾

Infelizmente, não foi possível obter informações exatas dos falecimentos ocorridos na colônia dessa época, pela inexistência de dados.

A eclosão da Segunda Guerra Mundial pode ter sido um outro motivo da estagnação de entrada dos japoneses em Pirianito, pelos motivos citados nos capítulos anteriores.

Em 1945, foi proibida a venda de lotes da Colônia pelo governo Vargas, sendo congelados todos os bens pertencentes às nações do Eixo, permanecendo essa lei em vigor até 1949.

Após a Lei Estadual Nº 2, que criou o Município de Uraí em 1947, foi nomeado primeiro prefeito, Leônidas Pontes, pelo governo Estadual do Paraná. Esse prefeito assumiu o cargo até a posse do outro prefeito e da Câmara Municipal, eleitos pela população do município.⁽²³⁾

Na análise da evolução política dessa cidade, pode-se verificar que os japoneses ou seus descendentes na colônia nunca tiveram participação política até 1951. Pode-se dizer que, a partir dessa época, os habitantes da Colônia Pirianito começaram a se recuperar dos desgastes físicos e psicológicos

provocados pela Segunda Guerra Mundial.

As lideranças políticas da comunidade nikkei surgem muito tarde, quando o Sr. Takumi Haida destacou-se como vereador de 1956 a 59, e quando o Sr. Susumu Itimura se destaca como prefeito, com mandatos consecutivos, de 1964 a 1967.⁽²⁴⁾ Além da participação deste prefeito na política do município, é impossível falar do desenvolvimento da cultura do rami de Uraí sem tocar na história desse pioneiro.

Susumu Itimura veio ao Brasil junto com seus pais com apenas 2 anos de idade, em 1920, permanecendo durante 14 anos nas fazendas da região de Ribeirão Preto, no Estado de São Paulo. Ao completar 16 anos de idade, quando trabalhava como colono numa fazenda da região de Araraquara, a vida dele mudou completamente, pois recebeu um montante em dinheiro, na loteria, e, com isso adquiriu uma pequena propriedade, em 1934.

Quando Itimura completou 20 anos de idade, recebeu toda a herança do pai, falecido em 1938. Nesse mesmo ano, Itimura deslocou-se para a Colônia Pirianito, adquirindo uma área de 70 alqueires na seção Santa Maria.

Hoje, Itimura é o fundador, junto com a Teikoku Sen-i do Japão, da Companhia Industrial Paranaense de Rami, conhecida como CIPRA, a Ichimura Sacaria S/A e a Imperial Fibra Ltda., além de ser o proprietário de fazendas com a soma de mais de 14.000 alqueires de extensão em territórios brasileiro e paraguaio, com 15.000 funcionários, produzindo mais de 130.000 sacas de café, 4 toneladas de rami por ano e criando ainda mais de 8.000 cabeças de gado.

Pode-se dizer que a presença desse pioneiro foi muito marcante para o desenvolvimento sócio-económico e político desse Município.

Uraí desmembrou-se do Município de Assaí em 1947, e deu origem a novo desmembramento, com a criação do Município de Rancho Alegre em 1960. Porém, o desmembramento de Uraí do Município de Assaí foi, na realidade, uma das causas da descaracterização de Pirianito como colônia tipicamente japonesa.

6.3. Situação demográfica de Uraí

Quanto à situação demográfica do Município de Uraí, o censo de 1950 registra 18.828 habitantes, sendo 9.822 habitantes do sexo masculino e 9.006 habitantes do sexo feminino.

Na constituição étnica, do total de 18.828 habitantes acima, a "raça amarela" representava 2.930 pessoas. Apenas 15,6% da população era constituída de japoneses e seus descendentes. Pode-se afirmar ainda que se observa uma estagnação do elemento japonês na composição total do Município de Uraí, em relação aos primeiros anos de colonização.

Tab.11 POPULAÇÃO NIKKEI EM RELAÇÃO À POPULAÇÃO TOTAL DE URAÍ:(1941/1989)

ano	população total	população nikkei	pt/pn %
1941	2.520	1.176	46,7%
1944	-----	*5.186	-----
1950	18.828	2.930	15,6%
1960	24.431	-----	-----
1970	18.401	1.900	10,3%
1980	13.994	1.212	8,7%
1985	15.293	1.210	7,9%
**1989	-----	1.207	-----

FONTE: Censos Demográficos do IBGE

* Uraí Kaitaku 50 nen-shi (1936/1986)

** Pesquisado pelo Sr. K. Hashimoto

Os dados acima apresentados mostram uma acentuada diminuição da população nikkei, a partir do fim da Segunda Guerra Mundial. A população nikkei em 1944, um ano antes do término da Guerra, representava o seu ponto culminante, e em 1950, quando os nikkeis começaram a se recuperar dos sucessivos conflitos internos⁽²⁵⁾, mostrou um declínio equivalente a pouco mais da metade da população em 1944.

O declínio da população 'nikkei' de Uraí, a partir do ano 1945, coincidiu com o decreto Lei que permaneceu em vigor até 1949, o qual se refere ao congelamento dos bens e das propriedades privadas para os estrangeiros das nações do Eixo, decreto esse que entrou em vigor, a partir de 1945.

Este decreto afetou profundamente a vida da Companhia, que passou a ser gerenciada por um representante do governo brasileiro, Abelino Ribeiro, até 8 de março de 1950, perdendo este cargo de gerência quando foi constatada a venda ilegal de lotes da Companhia, realizada por este representante.

Por outro lado, pode-se verificar um aumento significativo da população total de Uraí a partir da década de 50 até 60, definindo assim uma descaracterização por completo da antiga colônia típica japonesa, com o declínio da população nikkei.

Após o clímax demográfico de 1960, Uraí começa a mostrar um decréscimo demográfico, em consequência do aumento da composição orgânica do capital. A introdução da tecnologia sofisticada no campo e a concentração de terras resultaram em uma intensa expulsão dos homens do campo.

Dessa forma, o fenômeno e a tendência da estagnação demográfica que ocorreu em algumas regiões do Brasil, ocorreu nesse Município também, fazendo com que uma parte da população se deslocasse para novas áreas de frente de expansão ou para as grandes cidades, como Londrina, Maringá, Curitiba ou mesmo São Paulo.

Uma outra explicação sobre o declínio demográfico do Município de Uraí é colocada por PINTO, quando este diz que a presença do 'bóia-fria' é fator significativo para explicar este fenômeno.

Para PINTO, este tipo de trabalhador é indispensável para o preparo e a colheita de determinados produtos. Porém, em geral, eles vivem na periferia das cidades e se deslocam para o trabalho nas áreas rurais, conforme a época, procurando ofertas de trabalho no campo. As culturas de café e rami não podem ser mecanizadas e exigem muito trabalho humano. Assim, o 'bóia-fria' se desloca da cidade, migrando sazonalmente de uma região para outra, con-

forme o contrato e a época.⁽²⁶⁾

No caso de Uraí, pode-se confirmar a observação acima, pois a região fica aproximadamente a 50 Km de Londrina, onde os trabalhadores 'bóias-frias' se concentram na periferia urbana dessa cidade, e, ocasionalmente, trabalham em Uraí.

Segundo os dados da publicação "Uraí Kaitaku 50 nen-shi" (50 anos da colonização de Uraí), de 1986, vivem no Município 244 famílias 'nikkei' (japoneses e seus descendentes) e nessas 244 famílias poucos entraram em Uraí nos primeiros anos de colonização. Por exemplo, os documentos históricos mostram que os compradores japoneses de lotes da Colônia nos anos 1938 e 1939 eram compostas por 51 e 19 famílias, respectivamente. Porém, na tabela 12 verifica-se que, das 70 famílias que entraram nesses dois anos para a Colônia Pirianito, apenas 23 famílias permaneceram nesse Município até 1985.

Tab. 12 ANO DE ENTRADA EM URAÍ - MORADORES NIKKEIS:1936/1984

ano	*familias	ano	*familias	ano	*familias	ano	*familias	ano	*familias	
1936	2	1946	8	1956	8	1966	1	1976	3	
37	6	47	14	57	3	67	2	77	1	
38	10	48	11	58	5	68	3	78	1	
39	13	49	11	59	3	69	2	79	1	
40	14	50	9	60	10	70	1	80	1	
41	12	51	4	61	--	71	3	81	--	
42	9	52	9	62	5	72	2	82	2	
43	4	53	1	63	3	73	--	83	3	
44	3	54	1	64	2	74	1	84	4	
45	9	55	6	65	4	75	1	ñ/resp	13	
									TOTAL	244

PONTE: URAI KAITAKU 50 NEN-SHI

* (número de familia)

Nesta mesma fonte, verifica-se que, dos 1.210 'nikkeis' de Uraí, 167

peças têm nacionalidade japonesa e 975 possuem nacionalidade brasileira, o que significa uma nitida mudança da composição étnica, das gerações na população 'nikkei' de Uraí nos anos recentes.

Tab. 13 NACIONALIDADE DOS NIKKEIS DE URAÍ CONFORME AS SEÇÕES:(1985)

Seção	japonesa	dupla	naturalizada	brasileira	total
div.1 (urbana)	24	--	3	121	148
div.2 (urbana)	12	3	4	58	77
div.3 (urbana)	23	1	3	96	123
div.4 (urbana)	33	3	6	134	176
Chácara Leste	5	2	1	44	52
Horizonte	18	1	--	61	80
Santa Maria	2	2	--	46	50
Pirianito	5	--	2	21	28
Serra Morena	3	--	--	46	49
São Paulo	7	--	2	46	55
Chácara Oeste	6	1	5	83	95
Congonha	9	--	1	94	104
Barbosa	5	1	2	39	47
Alto Barbosa	6	1	2	41	50
Pau d'Alho	4	--	--	15	19
Timbri	2	--	--	10	12
Chácara Sul	3	--	3	20	26
Total	167	15	34	975	1.191
Sem resposta					19
Total da população nikkei					1.210

PONTE: URAI KAITAKU 50 NRN-SII - 1986

Um outro dado que merece atenção especial, nesta publicação, é a tabela que registra os anos de nascimento dos moradores 'nikkeis' de Uraí.

Do total de 1.210 pessoas consultadas, 727 nasceram após a Segunda

Guerra Mundial, demonstrando que restam poucos pioneiros japoneses nessa comunidade.

Tab. 14 ANO DE NASCIMENTO DA POPULAÇÃO NIKKEI DE URAÍ:(1892-1985)

ano	nasc.	ano	nasc.	ano	nasc.	ano	nasc.	ano	nasc.	ano	nasc.
1892	1	1908	2	1924	10	1940	8	1956	8	1972	18
93	1	09	4	25	13	41	19	57	16	73	14
94	1	1910	6	26	5	42	16	58	12	74	17
95	1	11	5	27	14	43	6	59	15	75	14
96	1	12	15	28	6	44	15	1960	21	76	22
97	0	13	5	29	12	45	11	61	15	77	18
98	4	14	9	1930	12	46	14	62	27	78	14
99	1	15	11	31	11	47	15	63	24	79	10
1900	0	16	8	32	11	48	18	64	22	1980	14
01	1	17	7	33	16	49	18	65	27	81	21
02	4	18	6	34	10	1950	19	66	20	82	25
03	3	19	5	35	13	51	18	67	19	83	16
04	1	1920	15	36	10	52	22	68	29	84	11
05	5	21	5	37	12	53	13	69	24	85	2
06	1	22	12	38	16	54	18	1970	28	ñ/resp	76
07	6	23	15	39	10	55	19	71	20	TOTAL	1.210

PONTE: URAI KAITAKU 50 MEN-SHI - 1986

Foi uma pena não ter conseguido dados sobre a nupcialidade e a mortalidade na Comunidade Nikkei de Uraí. Acredita-se que, nos anos iniciais da colonização, a mortalidade infantil tenha sido bastante alta devido às péssimas condições de salubridade dos migrantes.

6.4. DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO DE URAÍ

Como foi citado no capítulo 5, devido à riqueza do solo da região, em Uraí foram plantadas diversas culturas, começando com as plantações de café e de rami nos anos iniciais da colonização. No decorrer da sua evolução histórica, as principais culturas tradicionais, como a do café, do feijão e do milho foram cedendo seus espaços para as novas culturas mecanizadas, como da soja, do trigo, e da intensificação da atividade agro-pecuária, sobretudo a partir da década de 60 e 70.

Tab.15 ÁREA PLANTADA E PRODUÇÃO DE URAÍ: (1960~1985)

<u>Cultura</u>	<u>1960</u>	<u>1970</u>	<u>1975</u>	<u>1980</u>	<u>1985</u>
·Trigo (ha)	----	229	736	3.500	4.900
(t.)	----	160	599	5.554	7.840
·Café (ha)	12.030	998	2.000	1.618	590
(t.)	13.610	131	2.052	838	---
·Algodão (ha)	3.043	1.901	1.254	2.677	3.500
(t.)	2.641	1.737	2.045	4.979	6.510
·Soja (ha)	----	111	2.810	3.826	4.200
(t.)	----	179	6.110	8.493	9.234
·Milho (ha)	5.116	3.112	1.419	866	700
(t.)	3.956	4.748	3.132	2.600	2.256
·Arroz (ha)	319	441	424	227	150
(t.)	370	614	770	409	270
·Feijão (ha)	3.622	1.302	368	100	----
(t.)	819	515	209	62	----
·Rami (ha)	6.290	19.965	13.745	6.776	4.556
(t.)	7.300	29.500	23.500	17.000	9.500

FONTE: PESQUISADO POR SR. T. HAIDA (URAI KAITAKU 50 NEN-SHI)

Uma outra situação que pode ser verificada pela tabela 15, é o nitido

crescimento de algumas culturas agrícolas em relação ao tamanho da área plantada, como se verifica nas do trigo, soja e milho, em comparação com a do café, que exige uma intensa utilização da mão-de-obra, desde a preparação do terreno, até o plantio e a colheita.

A utilização de técnicas agrícolas mais sofisticadas, adotando o sistema de rotatividade das culturas, permitindo maior aproveitamento do solo, resultou na intensificação da produtividade e do desgaste do solo na região.

Pode-se afirmar que a mudança e o desenvolvimento da agricultura uraiense, a partir dos anos 60 e 70, foi incentivada pela introdução do cooperativismo, via Cooperativa Agrícola de Cotia (CAC), que instalou um depósito regional em Uraí, em 1961.

Com o desenvolvimento da cultura do rami, a presença da CAC, na agricultura uraiense tem um significado muito importante, pois, na década de 50, quando os 28 associados da CAC e os 12 produtores de rami necessitavam armazenar suas produções, muitas vezes tinham que recorrer aos depósitos em Londrina, o que provocava o aumento do custo por causa do transporte.

Para resolver esses problemas, em 1960, foi alugado por 66 associados da CAC regional de Uraí, um depósito de madeira do Sr. Waldemar Rezende, e em 61 foi fundada a G.P. Rami (Grupo de Produtores de Rami)⁽²⁷⁾

A partir desse ano, o rami não parou de crescer na economia uraiense, e em 1968 Uraí chegou a representar 25% do total de 27.000 toneladas de produção de toda a região norte-paranaense; em 1970, essa mesma produção atingiu seu auge, totalizando 29.500 toneladas.

Não é só pela produção de rami que a cooperativa de Uraí tem seu destaque. Na cultura de café, a G.P. Café foi fundada em 1958 e, apesar das sucessivas geadas de 63, 66, 68, e de 70, em 1971, Susumu Itimura foi considerado pela Comunidade Nipo-Brasileira Norte-Paranaense como o maior produtor de café do Norte do Paraná, com seus 5.650.000 pés de café, contribuindo destarte para a economia do Estado e do Município.

No entanto, por outro lado, pode-se verificar na tabela 16 que, apesar

da transformação verificada na estrutura agrária e na produtividade rural uraiense, pode-se afirmar que o tamanho das propriedades não se alterou muito em relação às épocas iniciais.

Tab. 16 TAMANHO DAS PROPRIEDADES RURAIS EM URAÍ: (1989)

Área (ha)	Proprietários em Geral	Proprietários Nikkei
· menos de 1	12	0
· 01 a 10	274	46
· 11 a 20	284	64
· 21 a 30	206	97
· 31 a 40	53	23
· 41 a 50	47	11
· 51 a 60	15	3
· 61 a 70	9	1
· 71 a 80	18	8
· 81 a 90	3	0
· 91 a 100	8	4
· 101 a 110	8	0
· 111 a 120	2	1
· 121 a 130	3	1
· 131 a 140	5	2
· 141 a 150	6	4
· acima de 150	19	3
· TOTAL	972	268

FONTE: MINISTÉRIO DA AGRICULTURA - MA

INCRA - 3ª EMISSÃO NORMAL ITR - 1989

PREFEITURA MUNICIPAL DE URAÍ.

Do total de 972 propriedades, a grande maioria se concentra na classe de 1 a 30 hectares, e esse fato acontece também com as propriedades dos japoneses. Segundo a classificação das propriedades feita pelo INCRA, dessas

972 propriedades. 227 são classificadas como empresa rural, 443 como minifúndios, 153 como latifúndios por exploração e 39 sem classificação. E entre os japoneses, do total de 268 propriedades, 102 são classificadas como empresa rural, 83 como minifúndios, 44 como latifúndios por exploração e 39 sem classificação.

Assim, pode-se dizer que, segundo a classificação do INCRA, quase a metade dos proprietários rurais uraienses são minifúndios e apenas 227 proprietários se classificam como empresas rurais. E dessas 227 empresas rurais, 102 delas, ou seja, quase a metade pertence aos proprietários japoneses ou a descendentes de japoneses.

Tab. 17 CLASSIFICAÇÃO DAS PROPRIEDADES RURAIS EM URAÍ:1989

<u>Classificação</u>	<u>Prop. Geral</u>	<u>%</u>	<u>Prop. Japoneses</u>	<u>%</u>
· Empresa rural	227	23,35	102	38,06
· Minifúndio	443	45,58	83	30,97
· Latifúndio por exp.	153	15,74	44	16,42
· Sem classificação	149	15,33	39	14,55
· Total	972	100,00	268	100,00

FONTE: INCRA - 3ª EMISSÃO NORMAL ITR - 1989

Paralelamente à classificação das propriedades rurais, pode-se verificar através do número de assalariados contratados nessas propriedades que, dos 972 proprietários, 479 ou seja, quase a metade deles não emprega nenhum assalariado e a maioria têm menos de 5 empregados nas suas propriedades. Esse mesmo fenômeno ocorre nas propriedades dos japoneses ou dos seus descendentes. Há um fato, porém, que merece ser acrescentado nesse dado, das 4 propriedades que possuem mais de 30 assalariados, todas pertencem aos japoneses ou descendentes de japoneses.

Os dados da Tabela 18 indicam que, embora existam mudanças de culturas e de estrutura produtiva nas propriedades uraienses, a grande maioria pertence à categoria de pequeno produtor, com nitida característica de trabalho

familiar.

Tab. 18 NÚMERO DE ASSALARIADOS NAS PROPRIEDADES RURAIS EM URAÍ:1989

Nº de assalariados	Prop. geral	%	Prop. Japoneses	%
Não possui	479	49,29	84	31,34
01 a 02	107	11,01	40	14,93
03 a 04	84	8,64	34	12,69
05 a 06	44	4,53	17	6,34
07 a 08	33	3,40	16	5,97
09 a 10	28	2,88	14	5,22
11 a 20	34	3,49	19	7,10
21 a 30	5	0,51	1	0,37
Mais de 30	4	0,41	4	1,49
TOTAL	972	100,00	268	100,00

FONTE: INCRA - 3ª EMISSÃO NORMAL ITR - 1989

Entretanto, segundo dados demonstrados pela publicação da comunidade "Urai Kaitaku 50 Nen-shi", observa-se uma tendência na expansão das propriedades entre os japoneses e seus descendentes, residentes em Uraí, com aquisição de terrenos rurais em outros Estados. Dos 268 proprietários japoneses e seus descendentes, em 1986, 43 possuíam propriedades nos Estados de Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Minas Gerais e Bahia. A expansão se verificava até no Paraguai.⁽²⁸⁾

Generalizando o fenômeno acima colocado, conclui-se que, como os demais proprietários uraienses brasileiros, a maioria dos japoneses e seus descendentes que adquiriram pequenos lotes distribuídos na região, no início da colonização, não teve um avanço significativo, nem no tamanho das propriedades como também da sua produtividade, até a década de 60.

O desenvolvimento da economia uraiense acompanhou a mudança da estrutura agrária e a evolução das técnicas agrárias. Além disso, a introdução do cooperativismo através da C.C.C. e a instalação das indústrias de beneficia-

mento como a Imperial Fibras Indústrias e Comercio Ltda., a Urairami S.A., a CIPRA, a Yanase & Cia. e a Fábrica de Adubos Yanase Ltda., trouxeram um avanço decisivo à economia agrária uraiense, sobretudo do rami nas décadas de 60 e 70.

Desse avanço, os que conseguiram se beneficiar aumentaram o tamanho de suas propriedades não só no Município, mas principalmente em outros Estados.

Essa busca de expansão das propriedades fora do Município provocou, de um lado, na maioria dos proprietários rurais uraienses, a preservação da característica de serem pequenos produtores com produção familiar, evitando que ocorresse um rápido processo de monopolização das propriedades na área. Por outro lado, houve certa estagnação do crescimento demográfico na região, principalmente da população 'nikkei'.

O fenômeno da estagnação pelo deslocamento da população jovem uraiense para outras localidades pode ser explicado pelos fatores atrativos nas áreas de educação e trabalho existentes em outras cidades de maior porte.

6.5. Vida na Comunidade

Da mesma forma que a maioria dos japoneses que vieram ao Norte do Paraná acompanhando o processo de migrações internas do Brasil, os que buscaram a sorte na Colônia Pirianito, em sua maioria, haviam tido experiências como colonos nas fazendas do Estado de São Paulo.

Porém, a existência de uma característica aberta, desde o início da colonização, para migrantes não só japoneses mas também para outras nacionalidades, inclusive para os migrantes nacionais, fez com que o Pirianito não se definisse como uma colônia tipicamente japonesa.

A evolução histórica da Colônia Pirianito demonstra uma certa peculiaridade no seu processo, tanto nas formas de expansão como de transformação da participação dos japoneses na produção e reprodução do espaço norte paranaense. Apesar de ter sido colonizada por uma companhia de colonização japonesa, o desenvolvimento sócio-econômico e político dessa colônia é acompanhado por muitos migrantes de várias nacionalidades.

O processo de adaptação e participação da comunidade japonesa dessa colônia na sociedade brasileira foi de forma intensa e natural, porém, por outro lado, quanto à preservação da sua cultura e do idioma de origem, e principalmente na educação dos seus filhos, observa-se pouca assimilação. Esse fato é evidente na medida em que se compara com outras comunidades japonesas norte-paranaenses, como a comunidade japonesa de Assaí, de Londrina, da Colônia Lorena e da Colônia Esperança, onde os filhos dos japoneses normalmente dominam a língua japonesa com maior tranquilidade.⁽²⁹⁾

Através de entrevistas efetuadas na comunidade, foi possível concluir que, apesar da fundação do NIHONJIN-KAI (associação de famílias japonesas) em 1939, a comunidade se manteve-se sempre a favor da educação brasileira aos seus filhos. A primeira escola criada em 15 de janeiro de 1939, dentro do pátio da igreja católica, foi a escola primária brasileira, convidando professoras de Cornélio Procópio, como as irmãs Marianas, para colaborar no

trabalho educacional.

O ensino da língua japonesa era feito voluntariamente por alguns interessados, no horário noturno, na Seção Horizonte, a partir de 1941, e essa atividade tornou-se numa escola de língua japonesa só em 1948.

Na área urbana, a escola japonesa permitiu acesso a toda comunidade só a partir de 1958, quando foi fundada uma escola de língua japonesa junto ao templo budista (HONGAN-JI). Além do mais, segundo o depoimento da professora Nilza Sugahara, as dificuldades encontradas na maioria dos descendentes japoneses de Uraí, em relação ao domínio na língua japonesa, têm suas origens decorrentes da educação recebida nas escolas brasileiras nos anos iniciais da educação. A igreja católica de Uraí, que era responsável pela educação dos filhos de toda a comunidade, proibia os alunos nipônicos a utilização da língua japonesa nas escolas.

Assim, de um lado, na medida em que as crianças dominavam a língua portuguesa, introduzindo o português em seu próprio lar, passaram a assumir o papel de intérprete aos pais. Por outro lado, isso causou mais um passo para a descaracterização da comunidade como uma colônia tipicamente japonesa.

Pode-se dizer que a atuação da igreja católica, principalmente no setor de educação, foi decisiva para a formação do comportamento peculiar da comunidade japonesa de Uraí. A fundação do Ginásio Diocesano Assunção, em 1953, ao mesmo tempo em que colaborava na união da comunidade japonesa através da aproximação ao catolicismo, criou uma série de problemas familiares na comunidade: o desentendimento e desintegração entre pais japoneses e filhos descendentes de japoneses, porém, brasileiros.

Segundo os comentários da viúva do ex-líder da comunidade, houve muita discussão entre pais e filhos quando seu primeiro filho resolveu "casar com uma brasileira e seguir uma carreira religiosa, ser padre católico". E essa discussão tornou-se um problema seriíssimo para a família, de origem tradicional, quando o filho caçula resolveu seguir essa mesma carreira.

Esse desentendimento entre diferentes gerações na família japonesa não

foi um fato inédito na comunidade japonesa de Uraí. Pode-se dizer que a maioria das comunidades japonesas existentes no Brasil enfrentou os mesmos problemas; mas, julga-se peculiar a relação adotada pela comunidade Uraí em relação à igreja católica, sobre a educação dos seus filhos.

Para explicar essa peculiaridade é necessário esclarecer a razão desse fenômeno. O primeiro aspecto que deve ser registrado na comunidade é a existência de alguns líderes japoneses, desde a fundação da colônia. Esses líderes intelectuais da Companhia Nanbei Tochi Kabushiki Kaisha eram constituídos de engenheiros, jornalistas, advogados e médicos, e sabiam que a vinda de imigrantes para o Brasil era sem retorno.

Assim, diferentemente da comunidade japonesa de Assaí, na qual foi introduzida uma idealização do movimento G.T., via BRATAC, a comunidade japonesa de Uraí adotou o casamento da comunidade com a igreja católica para espocar a idéia de adaptação rápida à nova pátria.

Para melhor subsidiar as análises da participação da comunidade japonesa no Norte do Paraná, particularmente de Uraí, neste estudo, sobre a produção e reprodução do espaço, foi efetuada uma pesquisa de campo, visitando 40 famílias japonesas ou descendentes de japonesas na área rural e 40 famílias na área urbana, durante o período de agosto a dezembro de 1990.

Dessa forma, julga-se necessário acrescentar e interpretar esses dados organizados em alguns subitens.

Inicialmente, será apresentado o perfil geral dos migrantes japoneses ou seus descendentes pesquisados em Uraí e, posteriormente, este será aprofundado para saber as causas dos deslocamentos e fixação deles em Uraí, e a relação entre propriedade e seu desenvolvimento econômico, que pode ter influenciado os migrantes na mudança de seus ideais.

6.5.1. Perfil Geral dos migrantes japoneses e seus descendentes em Urai

Foram entrevistadas 80 famílias, sendo 40 da área rural e 40 da área urbana. Foram pesquisados preferencialmente os chefes de família de nacionalidade japonesa. Quando o chefe era falecido, foram entrevistadas as suas viúvas, e, quando ambos eram falecidos, foram entrevistados os primogênitos das famílias, no caso, os nisseis, com nacionalidade brasileira.

Observou-se que, do total de 40 entrevistados na área rural, 30 pessoas eram do sexo masculino e casados, e 10 eram do sexo feminino e viúvas, não havendo nenhum caso dos entrevistados do sexo masculino e viúvo.

Dos 40 entrevistados da área urbana, 34 eram do sexo masculino e casados, 5, do sexo feminino e viúvas, e 1, do feminino e desquitada. Como na área rural, não houve nenhum caso, entre os entrevistados, do sexo masculino e viúvo.

Em relação à idade e à nacionalidade dos entrevistados, tanto na área rural como na urbana, a grande maioria pertence à faixa entre 60 a 80 anos, e são de nacionalidade japonesa. Dos 40 entrevistados na área rural, 28 eram japoneses e 12 eram nisseis. E na área urbana, 35 eram japoneses e apenas 5 eram nisseis. (TABELA 19 E FIGURA 5)

Quanto ao local de nascimento, a maior parte dos entrevistados procede da área rural, tanto os japoneses como os nisseis. Pode-se constatar que, entre os que nasceram no Japão, poucos têm procedência nas províncias com capital metropolitana.

Entre os 80 entrevistados, apenas 2 pessoas responderam ter nascido em Osaka, 5 responderam que vieram de Hokkaido, antiga área da frente de expansão no Japão, e 56 pessoas responderam que vieram das províncias de características agrárias na época.

Entre os que nasceram no Brasil, todos nasceram nas áreas rurais, sendo que a grande maioria nasceu nas fazendas do Estado de São Paulo. (TABELA 20)

TABELA 19

URAI - PR
ESTRUTURA ETÁRIA, LOCAL DE RESIDÊNCIA E NACIONALIDADE/91

ESTRUTURA ETÁRIA	RESIDÊNCIA RURAL		RESIDÊNCIA URBANA	
	JAPONESA	BRASILEIRA*	JAPONESA	BRASILEIRA*
90 - 94	2	-	1	-
85 - 89	2	-	2	-
80 - 84	3	-	7	-
75 - 79	9	-	8	-
70 - 74	3	1	7	-
65 - 69	7	3	5	3
60 - 64	1	1	4	-
55 - 59	1	3	1	1
50 - 54	-	2	-	-
45 - 49	-	2	-	1
TOTAL	28	12	35	5

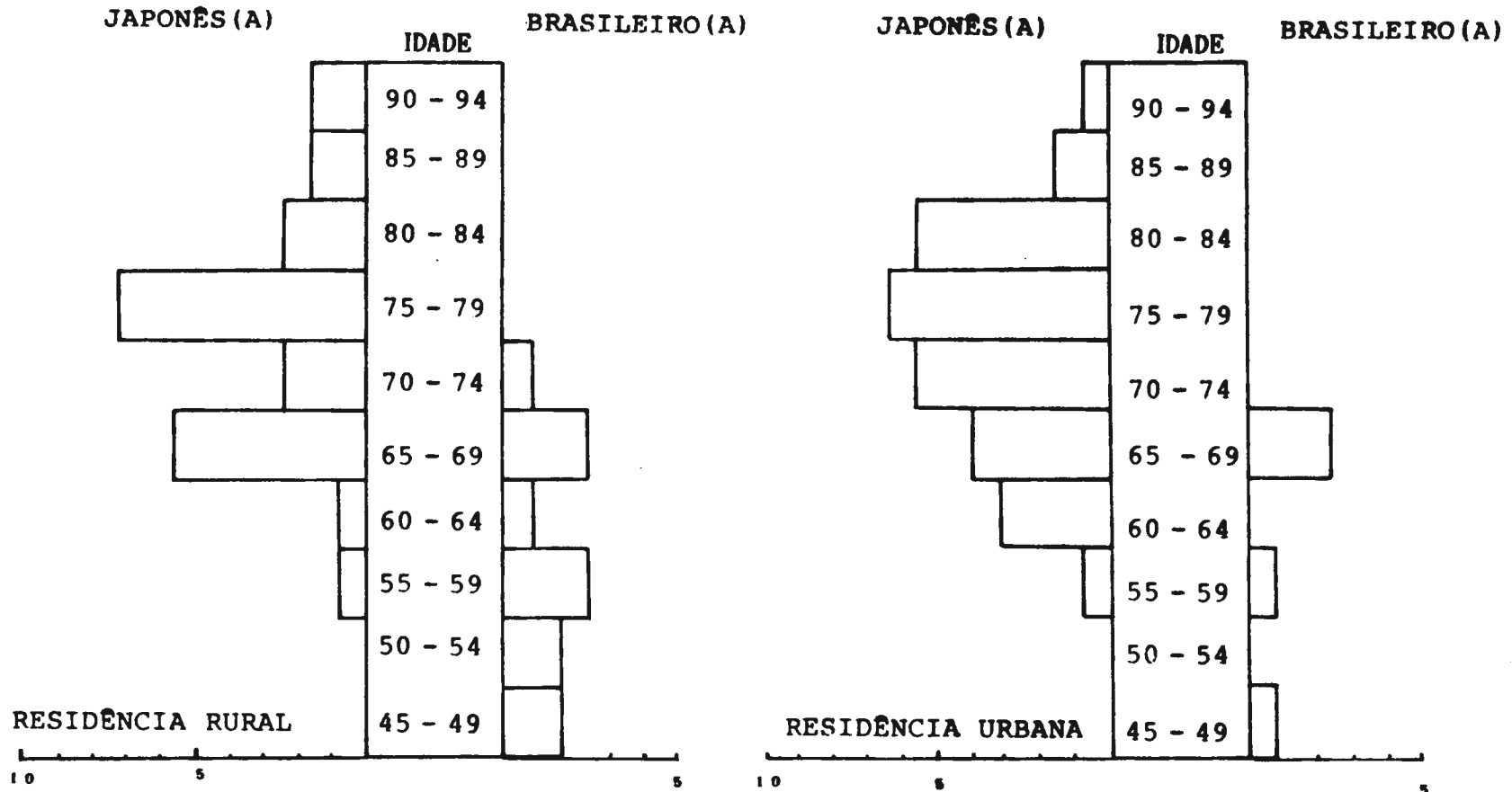
Org.: Yoshikazu Yamochi

Des.: FIAUX, Eliza Mara C.

Fonte: Pesquisa "in loco" - 1991

* Obs.: Brasileiros descendentes de japoneses - Nisseis

ESTRUTURA ETÁRIA, LOCAL DE RESIDÊNCIA E NACIONALIDADE/1991



Org.: Yoshikazu Yamochi
 Des.: FIUAX, Eliza Mara C.
 Fonte: Pesquisa "in loco" - 1991

Fig. 05

TABELA 20

LOCAL DE NASCIMENTO

RESIDÊNCIA RURAL				RESIDÊNCIA URBANA			
Local	Nº	Local	Nº	Local	Nº	Local	Nº
·Fukuoka	4	·Tottori	1	·Aichi	2	·Oita	1
·Fukushima	2	·Yamagata	3	·Akita	1	·Okayama	3
·Gunma	2	·Yamaguchi	1	·Aomori	1	·Osaka	1
·Hokkaido	2	·.....		·Ehime	2	·Saga	1
·Kanagawa	1	·Araçatuba	1	·Fukuoka	4	·Wakayama	1
·Kumamoto	1	·Assis	1	·Fukushima	4	·Yamaguchi	2
·Mie	1	·Bandeirantes	1	·Hiroshima	1	·.....	
·Miyazaki	2	·Cafelândia	1	·Hokkaido	3	·Campo Grande	1
·Nagano	2	·Guarapiranga	1	·Hyogo	1	·Garça	1
·Nagasaki	1	·Iguape	2	·Kagawa	1	·Jacarezinho	1
·Oita	1	·Marília	1	·Kagoshima	3	·Lins	1
·Okayama	2	·Ourinhos	1	·Kanagawa	1	·Vera Cruz	1
·Osaka	1	·R. Preto	1	·Kumamoto	1		
·Saitama	1	·Uraí	2	·Nagano	1		

obs.: Nº significa número de pessoas.

FONTE: PESQUISA "IN LOCO" - 1991

A atividade atual dos entrevistados era composta de 20 agricultores: 20 aposentados, ex-agricultores rurais: 12 profissionais liberais ou não, de vários ramos; e 28 aposentados. (TABELA 21 E FIGURA 6)

Para os nisseis nascidos no Brasil, a pergunta sobre a data de chegada ao Brasil foi modificada para a data de chegada dos seus pais ao Brasil. Apesar da existência de algumas perguntas sem resposta, a maior parte dos japoneses residentes em Uraí resolveu migrar ao Brasil de 1920 a 1939. Portanto, antes da Segunda Guerra Mundial. (TABELA 22)

Considera-se o fato de terem sido antes da Segunda Guerra muito importante para se refletir porque e quando da tomada de decisão da fixação ao

TABELA 21

URAI - PR
ATIVIDADE ATUAL DOS MORADORES NAS ÁREAS URBANA E RURAL/1991

ÁREA RURAL	
ESPECIFICAÇÃO	Nº DE PESSOAS
Aposentado	20
Agricultor	20
TOTAL	40

ÁREA URBANA	
ESPECIFICAÇÃO	Nº DE PESSOAS
Médico	01
Agricultor	09
Aposentado agricultor	13
Aposentado comerciante	07
Aposentado construtor	03
Aposentado funcionário	02
Aposentada parteira	01
Aposentado empresário	01
Aposentado político	01
Costureira	01
comerciário	01
TOTAL	40

Org.: Yoshikazu Yamochi

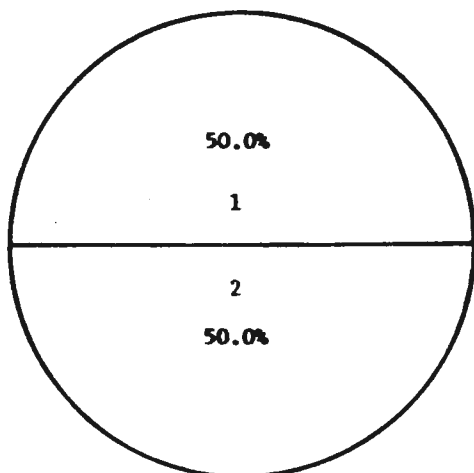
Des.: FIAUX, Eliza Mara C.

Fonte: Pesquisa "in loco" - 1991

URAI - PR.

ATIVIDADE ATUAL DOS MORADORES NAS ÁREAS URBANA E RURAL/1991.

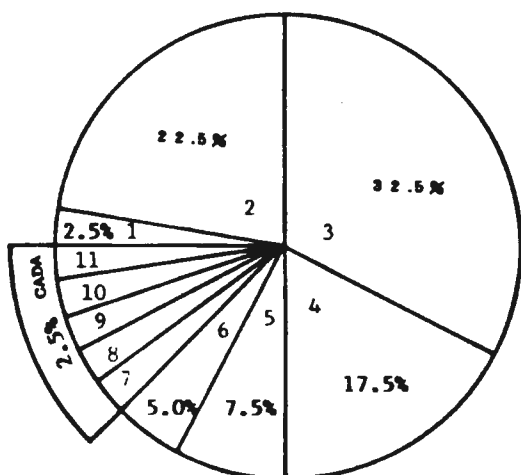
RURAL



LEGENDA

- 1 - Aposentado (Agricultor)
- 2 - Agricultor

URBANA



LEGENDA

- 1 - Médico
- 2 - Agricultor
- 3 - Aposentado (Agricultor)
- 4 - Aposentado (comércio)
- 5 - Aposentado (construção)
- 6 - Aposentado (funcionário)
- 7 - Aposentada (parteira)
- 8 - Aposentado (empresário)
- 9 - Aposentado (político)
- 10 - Costureira
- 11 - comerciório

Org.: Yoshikazu Yamochi

Des.: FIAUX, Eliza Mara C.

TABELA 22

URAI - PR
DATA DE CHEGADA DOS IMIGRANTES JAPONESES

PERÍODO	RESIDÊNCIA	
	RURAL	URBANA
1910 - 1914	-	01
1915 - 1919	-	01
1920 - 1924	04	-
1925 - 1929	06	11
1930 - 1934	14	16
1935 - 1939	03	06
1940 - 1944	-	-
1945 - 1949	-	-
1950 - 1954	-	-
Sem resposta	13	05
TOTAL	40	40

Org.: Yoshikazu Yamochi

Des.: FIAUX, Eliza Mara C.

Fonte: Pesquisa "in loco" - 1991

Brasil dos migrantes japoneses. Apesar da dificuldade em se obter dados reais sobre a questão, julga-se que os descendentes primogênitos das famílias tenham acompanhado os pais, e que saibam dizer o que se passou no pensamento dos pais sobre a tomada de decisão quanto à fixação ou não no Brasil.

Assim, algumas perguntas, tais como idade, quando chegou ao Brasil, por que veio ao Brasil, quando decidiu permanecer no Brasil definitivamente, e outras que exigiam dos entrevistados uma relação de migração internacional, foram encaminhadas de forma a que correspondessem às opiniões dos pais quando os entrevistados fossem nisseis.

A média de filhos por família dos 80 entrevistados foi de 5,7 pessoas, e a família mais numerosa tinha 14 filhos. Dos 40 entrevistados na área rural, somou-se o total de 239 filhos, com a média de 6,0 filhos por família. E dos 40 entrevistados da área urbana chegou-se a 213 filhos, resultando em uma média de 5,3 filhos por família.

Desses 452 filhos dos entrevistados de ambos os grupos, 180 pessoas possuíam o Curso Superior, 114 terminaram Curso Colegial, 75 concluíram o Curso Ginásial, 82 terminaram o Primário e apenas 1 não tinha concluído o Primário por ser deficiente físico.

Pode-se considerar que o índice de média dos filhos é muito elevado em ambos os grupos. E a escolaridade dos filhos apresentou um excelente resultado, pois para os imigrantes japoneses, a educação de seus filhos nisseis era um fator primordial em relação a outras necessidades dos imigrantes.

TABELA 23 GRAU DE ESCOLARIDADE/ URAI - PR. 1991

<u>*GRUPO</u>	<u>Superior</u>	<u>Colegial</u>	<u>Ginásial</u>	<u>Primário</u>	<u>Sem instrução</u>	<u>Total</u>
RURAL	68	73	43	54	1	239
URBANA	109	44	32	28	0	213

OBS. * GRUPO DE ESTUDO

FONTE: PESQUISA "IN LOCO" - 1991

A tabela 23 demonstra que o nível de instrução dos filhos na área urba-

na é superior em relação aos residentes na área rural. Apesar do grande número de filhos na área rural, o acesso e o interesse aos estudos foi maior na área urbana. Mais da metade dos filhos dos migrantes residentes na cidade concluíram algum Curso Superior.

TABELA 24 CURSOS FREQUENTADOS PELOS FILHOS

<u>Cursos</u>	<u>Nº de pessoas/rural</u>	<u>Nº de pessoas/urbana</u>	<u>Total</u>
·Economia	12	11	23
·Administração de Empresas	6	13	19
·Pedagogia	7	12	19
·Agronomia	5	8	13
·Odontologia	3	8	11
·Medicina	5	4	9
·Bioquímica	3	6	9
·Contabilidade	5	3	8
·Engenharia Mecânica	2	3	5
·Matemática	1	4	5
·Engenharia Civil	3	2	5
·Engenharia Elétrica	3	2	5
·Filosofia	2	3	5
·Psicologia	1	3	4
·Computação	1	3	4
·Educação Física	0	4	4
·Enfermagem	1	2	3
·Direito	0	3	3
·Letras	1	2	3
·Veterinária	3	0	3
·Outros	4	13	17
<u>Total</u>	<u>68</u>	<u>109</u>	<u>177</u>

FONTE: PESQUISA "IN LOCO" - 1991

Pode-se verificar na tabela 24 que o curso com maior índice de frequência foi o de Economia, seguido de Administração de Empresas, Pedagogia, Agronomia e etc.. O índice de cursos frequentados na área biológica, como o de Medicina, Odontologia, Bioquímica, Enfermagem e Veterinária é relativamente alto, porém, percebe-se que há um nítido quadro de predominância na frequência aos cursos da área de Humanas.

Através de entrevistas, percebeu-se que existiam imensos sacrifícios para proporcionar a educação aos filhos, principalmente nos anos iniciais da colonização. Existiam porque a grande maioria dos filhos desses entrevistados formava-se e deixava de residir com os pais. Eles procuraram outros locais de trabalho, fora do Município de Uraí, muitas vezes, nas grandes cidades, que ofereciam mercado de trabalho de toda variedade. Cria-se na comunidade, assim, uma tendência cada vez maior de uma sociedade com pouca existência de jovens.

Existe também, um outro fato que se percebe através dos dados. É o fato de haver um índice altíssimo de instrução dos filhos de migrantes japoneses e seus descendentes em Uraí.

De um lado, pode-se afirmar que o índice de instrução dos filhos apresentou um resultado muito elevado, em decorrência dos sacrifícios dos pais que procuraram todas as formas para proporcionar estudo aos filhos. No entanto, por outro lado, não se pode deixar de afirmar também que o índice é resultado da idealização e conscientização dos membros da comunidade japonesa de Uraí sobre organização e planejamento familiar através do casamento entre a comunidade e a Igreja Católica.

A criação de escolas brasileiras "católicas" na comunidade, a partir de 1939, trouxe, juntamente com os problemas de desentendimento entre diferentes gerações, um resultado de alto índice de instrução para seus filhos. Com isso, pode-se dizer que a igreja possibilitou integração social dos seus filhos na sociedade brasileira.

Esse movimento de idealização ou conscientização sobre fixação na terra

brasileira planejado pelos líderes da comunidade, através da educação fornecida pela Igreja Católica, é uma das peculiaridades da característica aberta da comunidade japonesa de Uraí.

Seria um equívoco afirmar que foi a Igreja que motivou, nos migrantes japoneses, a decisão de permanência definitiva no Brasil. Não se poderia dizer também que foi a Igreja Católica que influenciou a comunidade na criação do cooperativismo na agricultura uraiense.

Assim, julga-se de suma importância o aprofundamento da questão do deslocamento e fixação dos migrantes japoneses e seus descendentes em Uraí, através da análise de dados sobre o assunto obtidos na pesquisa.

6.5.2. Os deslocamentos e fixação dos japoneses e seus descendentes de Uraí

Como foi apresentado no item anterior deste capítulo, o local de nascimento dos 80 entrevistados variou muito, conforme a tabela 20. São 28 nascidos no Japão e 12 nascidos no Brasil e atualmente residentes na área rural; e 35 nascidos no Japão e 5 nascidos no Brasil, do grupo dos que residem atualmente na área urbana. Entre os locais de nascimento, a província de Fukuoka apresenta o maior número, com 4 de cada grupo em ambas as áreas, totalizando 8 pessoas, seguido de Fukushima, Hokkaido e outras províncias.

Através das tabelas 19 e 22 (Estrutura etária, local de residência e nacionalidade, e data de chegada dos imigrantes japoneses) vê-se que, destes 80 entrevistados, 77 chegaram ao Brasil ou nasceram no Brasil entre 1910 a 1939, exceto os três nisseis que nasceram em Uraí. Porém, mesmo os que nasceram em Uraí, os primogênitos que têm de 46 a 48 anos, nascidos entre 1942 e 1944, pode-se dizer que os pais vieram do Japão antes da Segunda Guerra Mundial. Assim, pode-se inferir que suas respostas tenham os fundamentos necessários em relação às causas dos deslocamentos e fixação em Uraí.

Quanto ao número de deslocamentos efetuados, do local de nascimento até chegar à residência atual, todos responderam que tiveram mais de uma mudança, exceto duas entre três pessoas que nasceram em Uraí.

O maior número de vezes de mudanças totalizou 8 deslocamentos, com um exemplo no grupo da área rural e outro no da urbana.(TABELA 25)

Pode-se constatar pelas figuras referentes aos deslocamentos dos imigrantes que todos os japoneses de Uraí que emigraram do Japão ao Brasil, nos anos iniciais, tiveram experiências como colonos nas fazendas dos Estados de São Paulo, Minas Gerais, Mato Grosso e Paraná. Porém, percebe-se que a maioria dos japoneses que se deslocaram para Uraí passaram suas experiências no Estado de São Paulo.

Um outro fato que pode ser verificado pelas figuras é a entrada dos imigrantes japoneses nas fazendas do Norte do Paraná a partir do ano 1925. O

acompanhamento dos japoneses na onda das migrações internas ao Norte do Paraná, iniciada no fim do século XIX, começou cedo, e os japoneses que se dirigiram para Uraí posteriormente não estavam fora desse contexto. A penetração dos japoneses no Norte do Paraná se intensifica entre 1930 e 50, tendo essa penetração se estabilizado só depois desta década.

TABELA 25 NÚMERO DE DESLOCAMENTOS EFETUADOS PELOS MIGRANTES: URAÍ - PR

<u>N° de mudanças</u>	<u>*N° de pessoas/rural</u>	<u>N° de pessoas/urbana</u>	<u>Total</u>
8	1	1	2
7	2	3	5
6	0	0	0
5	5	5	10
4	8	13	21
3	14	12	26
2	7	4	11
1	1	2	3
0	2	0	2
Total	40	40	80

* N° de pessoas residentes em área/

FONTE: PESQUISA "IN LOCO" - 1991

A tabela 25 mostra que a média de mudanças de residência dos entrevistados foi de 3,4 vezes para o grupo residente na área rural, e 3,8 vezes para os da área urbana. Na figura -Evolução do deslocamento de japoneses para Uraí: 1935 -, pode-se verificar que, embora não exista nenhuma entrada dos migrantes para Uraí, nesse ano aí já se encontravam 70 dos 80 imigrantes entrevistados no Brasil, principalmente nas regiões de frentes de expansão, como a Noroeste e a Alta Paulista no Estado de São Paulo, e nas regiões de Londrina e de Assaí no Norte do Estado do Paraná.

A entrada maciça de elementos japoneses para Uraí, conforme se encontra nas figuras citadas, começou a partir da década de 1940. Quando já se encon-

EVOLUÇÃO DO DESLOCAMENTO
DE JAPONESES PARA URAÍ: (1920)

ESCALA: 15.400.000

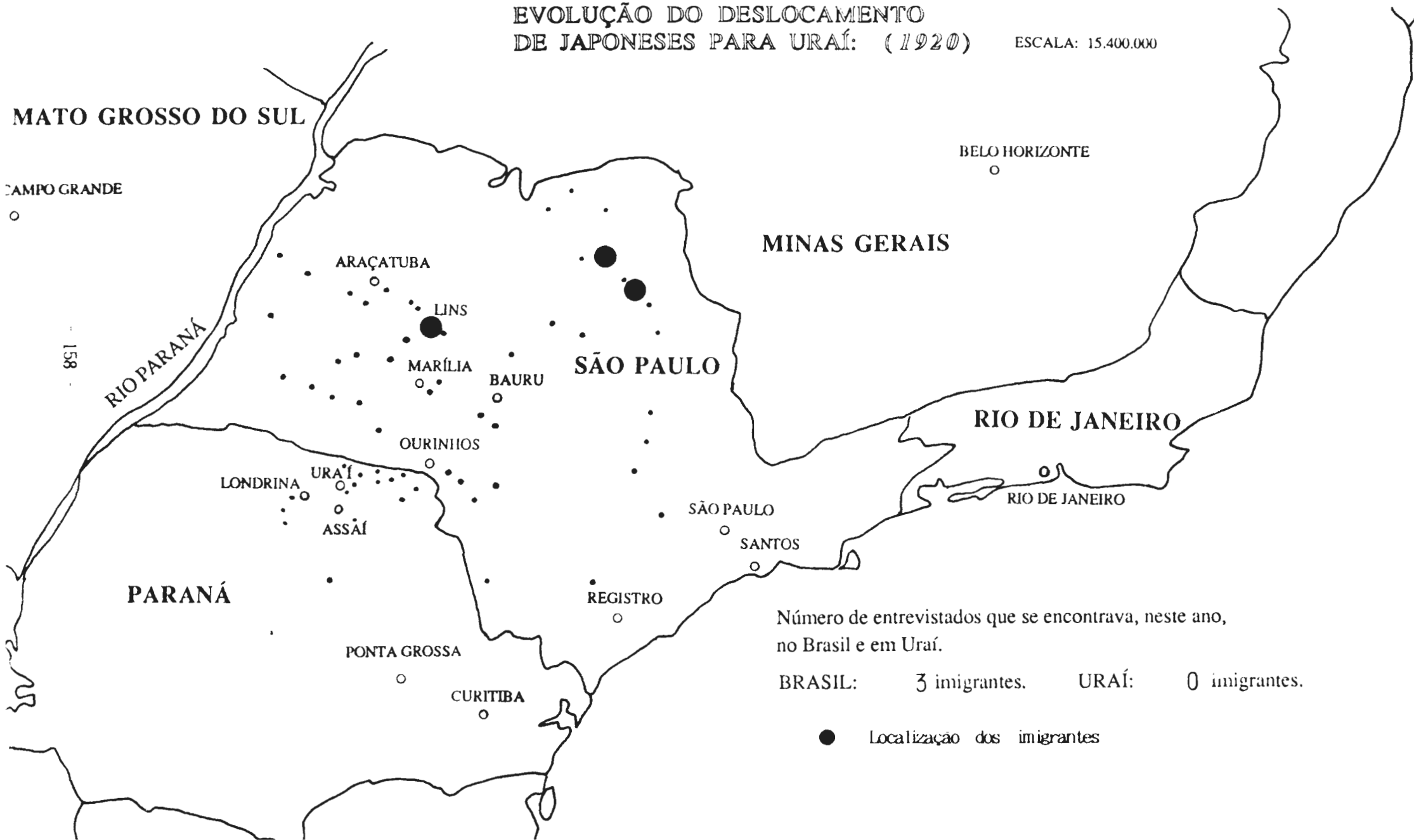


FIGURA 8

**EVOLUÇÃO DO DESLOCAMENTO
DE JAPONESES PARA URAÍ: (1925)**

ESCALA: 15.400.000

MATO GROSSO DO SUL

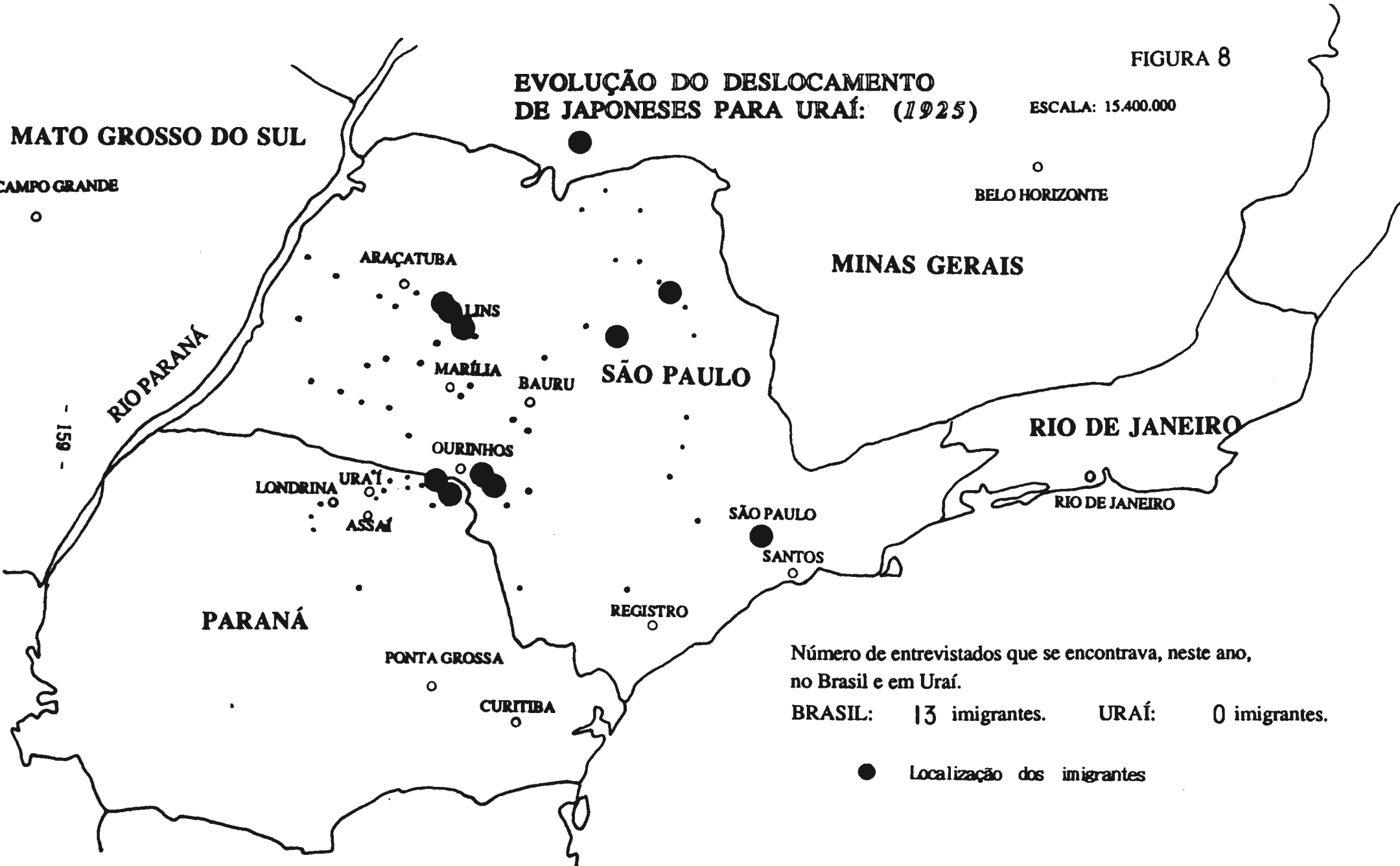
CAMPO GRANDE

BELO HORIZONTE

MINAS GERAIS

RIO DE JANEIRO

RIO DE JANEIRO



Número de entrevistados que se encontrava, neste ano,
no Brasil e em Uraí.

BRASIL: 13 imigrantes. URAÍ: 0 imigrantes.

● Localização dos imigrantes

**EVOLUÇÃO DO DESLOCAMENTO
DE JAPONESES PARA URAÍ: (1930)**

ESCALA: 15.400.000

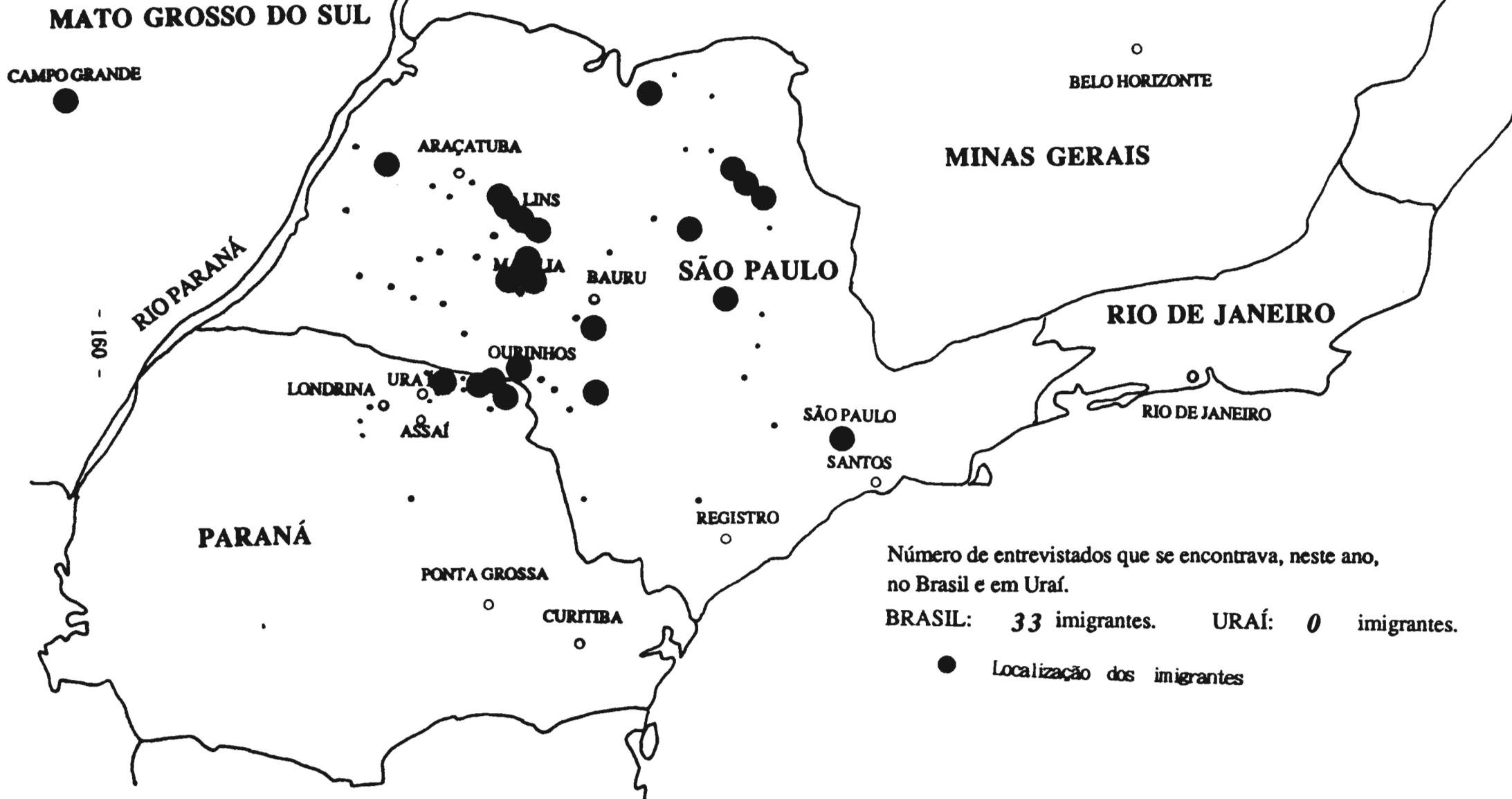


FIGURA 10

**EVOLUÇÃO DO DESLOCAMENTO
DE JAPONESES PARA URAÍ: (1935)**

ESCALA: 15.400.000.

MATO GROSSO DO SUL

CAMPO GRANDE

RIO PARANÁ

MINAS GERAIS

BELO HORIZONTE

SÃO PAULO

RIO DE JANEIRO

RIO DE JANEIRO

PARANÁ

LONDRINA

URAÍ

ASSAÍ

ARAÇATUBA

ILHOS

MARÍLIA

BAURU

OURINHOS

SÃO PAULO

SANTOS

REGISTRO

PONTA GROSSA

CURITIBA

Número de entrevistados que se encontrava, neste ano,
no Brasil e em Uráí.

BRASIL: 70 imigrantes. URAÍ: 0 imigrantes.

● Localização dos imigrantes

- 161 -

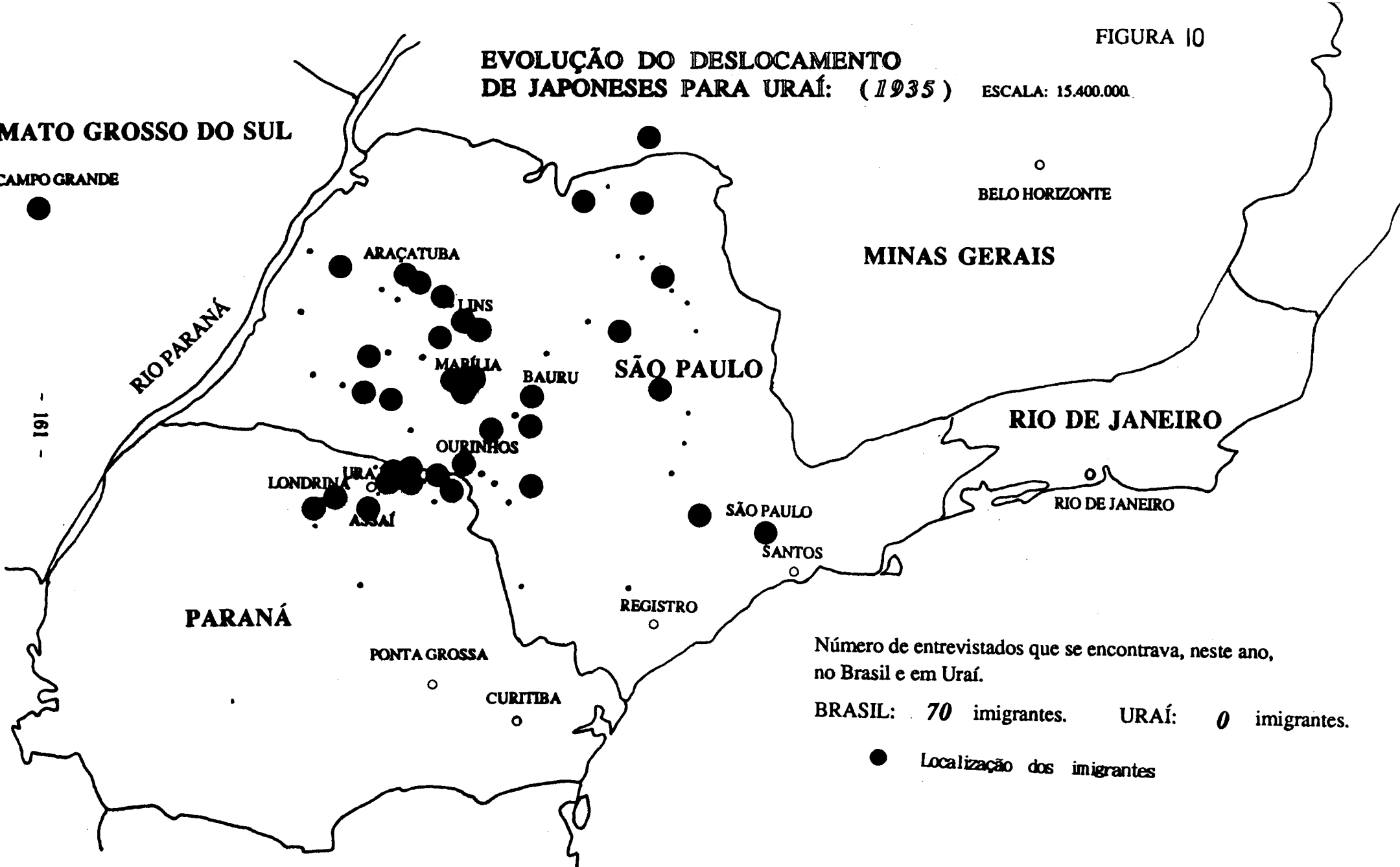


FIGURA II

EVOLUÇÃO DO DESLOCAMENTO DE JAPONESES PARA URAÍ: (1940)

ESCALA: 15.400.000

MATO GROSSO DO SUL

CAMPO GRANDE

BELO HORIZONTE

MINAS GERAIS

SÃO PAULO

RIO DE JANEIRO

PARANÁ

SÃO PAULO

RIO DE JANEIRO

SANTOS

REGISTRO

PONTA GROSSA

CURITIBA

RIO PARANÁ

ARAÇATUBA

LINS

MARÍLIA

RAURU

OURINHOS

LONDRINA

URAI

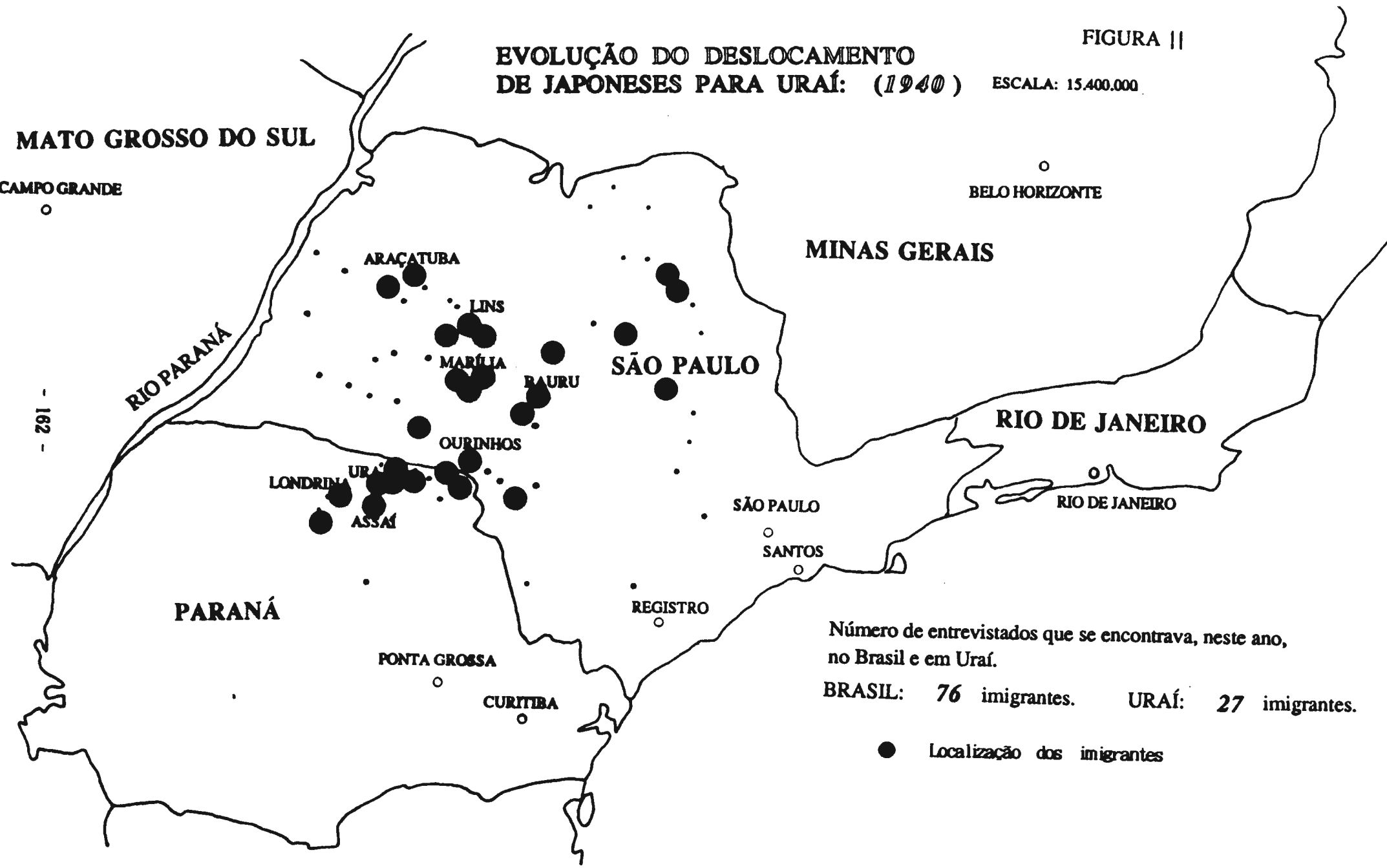
ASSAÍ

Número de entrevistados que se encontrava, neste ano, no Brasil e em Uraí.

BRASIL: 76 imigrantes. URAÍ: 27 imigrantes.

● Localização dos imigrantes

- 162 -



EVOLUÇÃO DO DESLOCAMENTO
DE JAPONESES PARA URAÍ: (1945)

ESCALA: 15.400.000

MATO GROSSO DO SUL

CAMPO GRANDE

- 163 -

RIO PARANÁ

ARACATUBA

LINS

MARÍLIA

BAURU

SÃO PAULO

MINAS GERAIS

BELO HORIZONTE

RIO DE JANEIRO

RIO DE JANEIRO

OURINHOS

LONDRINA

URAÍ

ASSAÍ

SÃO PAULO

SANTOS

REGISTRO

PARANÁ

PONTA GROSSA

CURITIBA

Número de entrevistados que se encontrava, neste ano,
no Brasil e em Uraí.

BRASIL: 76 imigrantes. URAÍ: 48 imigrantes.

● Localização dos imigrantes



EVOLUÇÃO DO DESLOCAMENTO
DE JAPONESES PARA URAÍ: (1950) ESCALA: 15.400.000

MATO GROSSO DO SUL

CAMPO GRANDE

BELO HORIZONTE

MINAS GERAIS

RIO DE JANEIRO

RIO DE JANEIRO

RIO PARANÁ

- 164 -

ARAÇATUBA

LINS

MARÍLIA

BAURU SÃO PAULO

OURINHOS

LONDRINA

URAÍ

ASSIS

SÃO PAULO

SANTOS

REGISTRO

PARANÁ

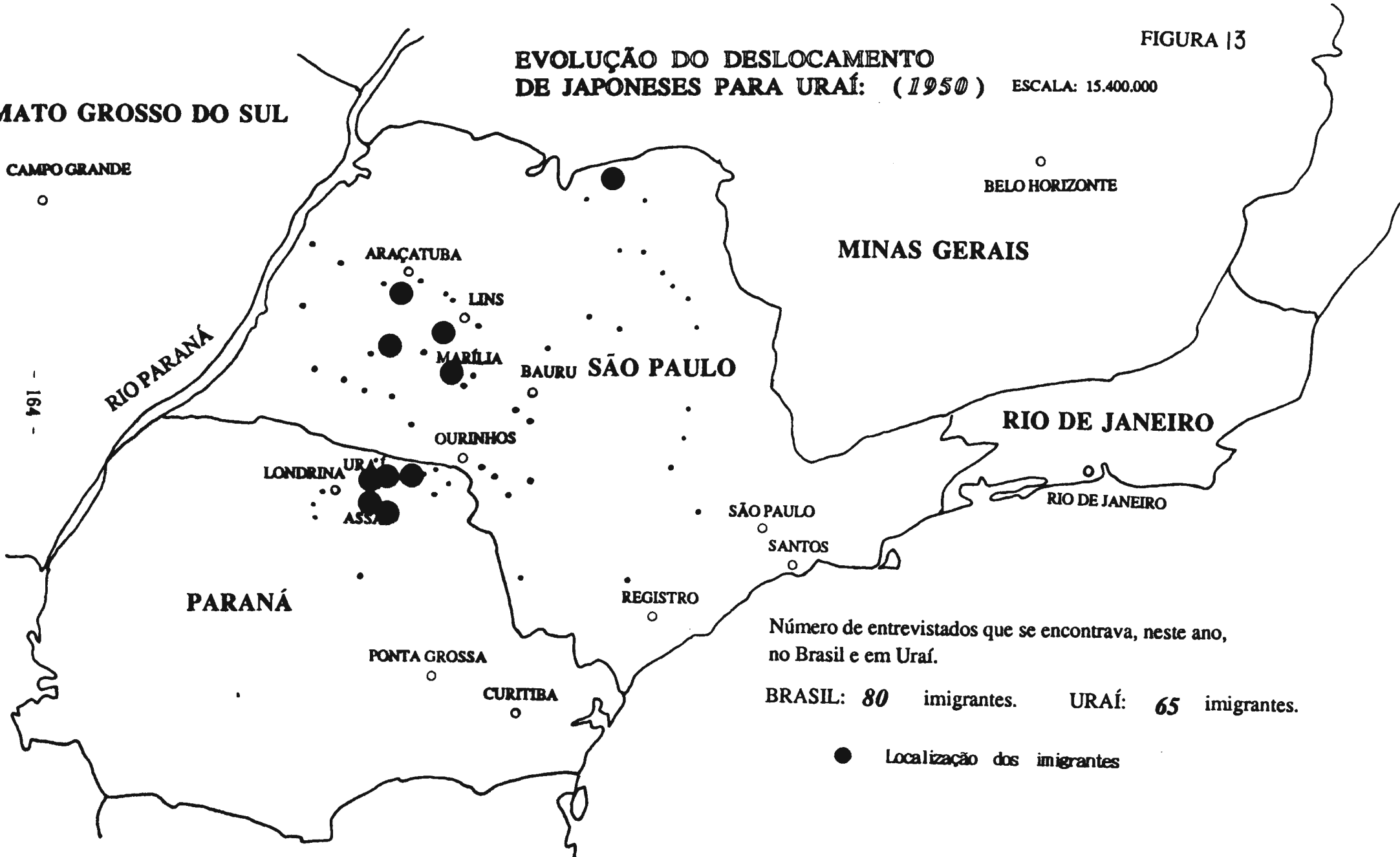
PONTA GROSSA

CURITIBA

Número de entrevistados que se encontrava, neste ano,
no Brasil e em Uraí.

BRASIL: 80 imigrantes. URAÍ: 65 imigrantes.

● Localização dos imigrantes



EVOLUÇÃO DO DESLOCAMENTO DE JAPONESES PARA URAÍ: (1955)

ESCALA: 15.400.000



**EVOLUÇÃO DO DESLOCAMENTO
DE JAPONESES PARA URAÍ: (1960)**

ESCALA: 15.400.000

MATO GROSSO DO SUL

CAMPO GRANDE

MINAS GERAIS

BELO HORIZONTE

RIO PARANÁ

ARAÇATUBA

LINS

MARÍLIA

BAURU

SÃO PAULO

OURINHOS

LONDRINA

UR

ASSAÍ

SÃO PAULO

SANTOS

RIO DE JANEIRO

RIO DE JANEIRO

REGISTRO

PARANÁ

PONTA GROSSA

CURITIBA

Número de entrevistados que se encontrava, neste ano,
no Brasil e em Uraí.

BRASIL: **80** imigrantes. URAÍ: **76** imigrantes.

● Localização dos imigrantes

travam 76 imigrantes japoneses dos 80 entrevistados no território brasileiro. Dos 76 imigrantes, 27 terminavam de escolher Uraí como a nova morada de suas famílias. E no ano de 1945, o número de entradas para Uraí foi de 48 famílias dos 80 entrevistados, e o número dessas famílias aumentou para 65 em 1950.

Quanto à razão da vinda ao Brasil, dos 80 entrevistados, 57 pessoas, ou seja, mais de 70% afirmaram que foi por causa da dificuldade de sobrevivência, da dificuldade econômica daquele momento e para ganhar dinheiro; apenas 10 pessoas responderam que foi pela própria vontade ideológica.

Considerando que todo e qualquer fenômeno de migração tem o seu significado vinculado à condição histórica de um processo global de mudanças sociais de um dado país, o resultado da tabela 26 pode se enquadrar como uma configuração do processo dessa mudança estrutural que o Japão enfrentava naquele momento. Mesmo do ponto de vista ideológico, as pessoas migraram de um lugar para outro porque buscaram com isso as melhores condições sócio-econômicas e políticas ou estruturais que o país de origem não oferecia.

Desta forma, pode-se afirmar que as causas do processo de migração são sempre de cunho estrutural, ou seja, as causas são determinadas pelas condições sócio-econômicas que induzem à migração para determinadas classes sociais.

SINGER (1975) afirma que, "Quando uma classe social se põe em movimento, ela cria um fluxo migratório que pode ser de longa duração e que descreve um trajeto que pode englobar vários pontos de origem e de destino. É o fluxo migratório originado por determinados fatores estruturais, que determinam o seu deslocamento no espaço e no tempo." (30)

Através da afirmação de Singer, pode-se concluir que todos os fluxos migratórios que se processam numa determinada classe social, independente da origem e do destino, têm sempre causas estruturais. Isso porém, não significa de imediato que todos os imigrantes japoneses que vieram ao Brasil tenham

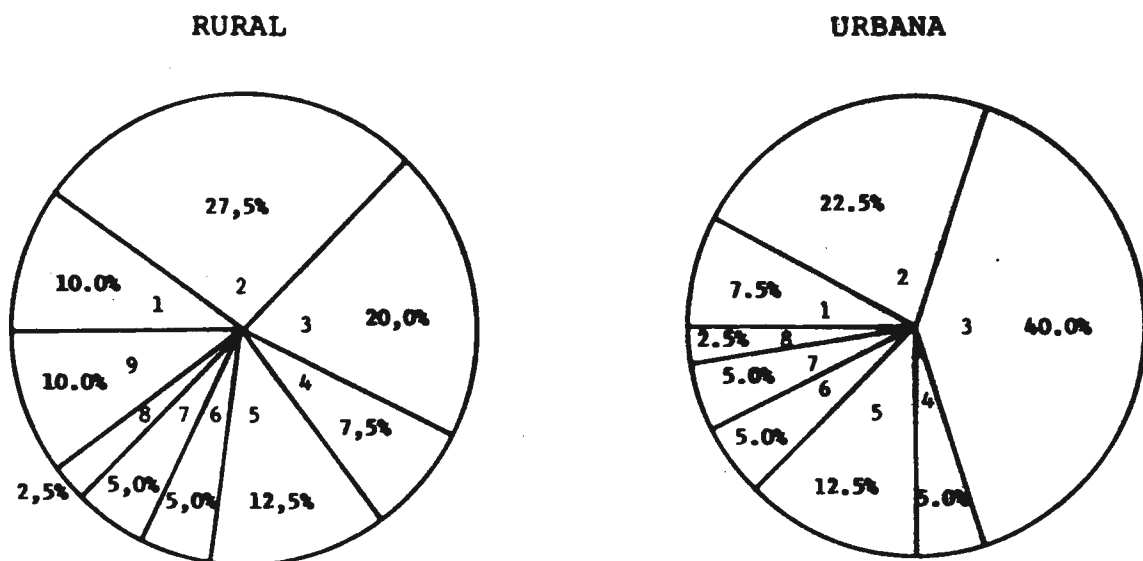
TABELA 26

URAI - PR
RAZÕES DA VINDA AO BRASIL

Nº	RESPOSTAS	RURAL	URBANA
01	Dificuldade de sobrevivência	04	03
02	Dificuldade econômica do momento	11	09
03	Para ganhar dinheiro	08	16
04	Convite de parente ou amigo	03	02
05	Pela própria vontade (ideológica)	05	05
06	Não teve opinião porque era criança	02	02
07	Para adquirir sua propriedade	02	02
08	Influência da propaganda ou incentivo do Governo Japonês	01	01
09	Sem resposta	04	-
TOTAL		40	40

Org.: Yoshikazu Yamochi
Des.: FIAUX, Eliza Mara C.
Fonte: Pesquisa "in loco" - 1991

URAI - PR
RAZÕES DA VINDA AO BRASIL



- 1 - Dificuldade de sobrevivência
- 2 - Dificuldade econômica do momento
- 3 - Para ganhar dinheiro
- 4 - Convite de parente ou amigo
- 5 - Pela própria vontade (ideológica)
- 6 - Não teve opinião porque era criança
- 7 - Para adquirir sua propriedade
- 8 - Influência da propaganda ou incentivo do Governo Japonês
- 9 - Sem resposta

Org.: Yoshikazu Yamochi
Des.: FIUAX, Eliza Mara C.
Fonte: Pesquisa "in loco" - 1991

Fig. 16

origem no estrato econômico mais baixo do Japão. Pode-se esclarecer esse fato quando se constata que, dos 80 entrevistados de Uraí, alguns mostraram traços culturais de nível altíssimo. Mas o fato de existirem alguns intelectuais na comunidade não é suficiente para descartar a realidade das mudanças estruturais que se processaram no Japão nem se pode descartar também que são essas mudanças estruturais que resultaram nesses movimentos migratórios.

A questão da decisão de permanência ou fixação definitiva no Brasil, entre os 80 entrevistados, foi respondida conforme a tabela 27.(TABELA 27 e FIGURA 17)

As afirmativas de alguns estudiosos do assunto, de que no período anterior à guerra mais de 90% estavam com um plano de 'retorno ao Japão', e que o reconhecimento da derrota do Japão levou a maioria das pessoas a mudarem suas atitudes, ao lado do fato de o nascimento de filhos nisseis que exerciam influências nas famílias,⁽³¹⁾ não se adequa ao resultado da pesquisa efetuada na comunidade japonesa de Uraí.

Acredita-se que a derrota sofrida pelo Japão na Segunda Guerra Mundial seja o fator decisivo para fixação dos japoneses no Brasil, porém, foi justamente nesse período que se processou também uma mudança de caráter social no seio da coletividade japonesa: a busca da estabilidade econômica através da aquisição das suas propriedades, e, em consequência, a possibilidade de oferecer melhores condições de vida para seus filhos e netos na terra brasileira.

Pode-se dizer que a grande maioria dos japoneses não poupou esforços para se transformar em pequenos produtores independentes, para poder retornar ao Japão bem sucedidos, nos anos iniciais. Entretanto, julga-se e acredita-se que essa idéia de 'rápido sucesso e retorno ao Japão' não acompanhou os japoneses que buscavam a expansão e melhoramento de suas propriedades.

Dessa forma, deseja-se salientar que, da mesma forma que incentivou ou obrigou a vinda dos imigrantes ao Brasil no momento das mudanças estruturais

TABELA 27

URAI - PR
DECISÃO DE PERMANÊNCIA DEFINITIVA NO BRASIL

Nº	RESPOSTAS	RURAL	URBANA
01	Após adquirir a propriedade	07	06
02	Logo após a chegada ao Brasil	01	-
03	Desde o início da viagem ao Brasil	08	08
04	Após a revolução de 1930	-	01
05	Após o casamento	03	01
06	Após o crescimento dos filhos	03	01
07	Antes da 2ª Guerra Mundial	03	03
08	Depois da 2ª Guerra Mundial	07	13
09	Gradativamente, naturalmente	-	01
10	Após visitar o Japão	01	-
11	Após a morte do pai	-	02
12	Não se lembra	02	02
13	Não se decidiu ainda	-	01
14	Sem resposta	05	01
TOTAL		40	40

Org.: Yoshikazu Yamochi

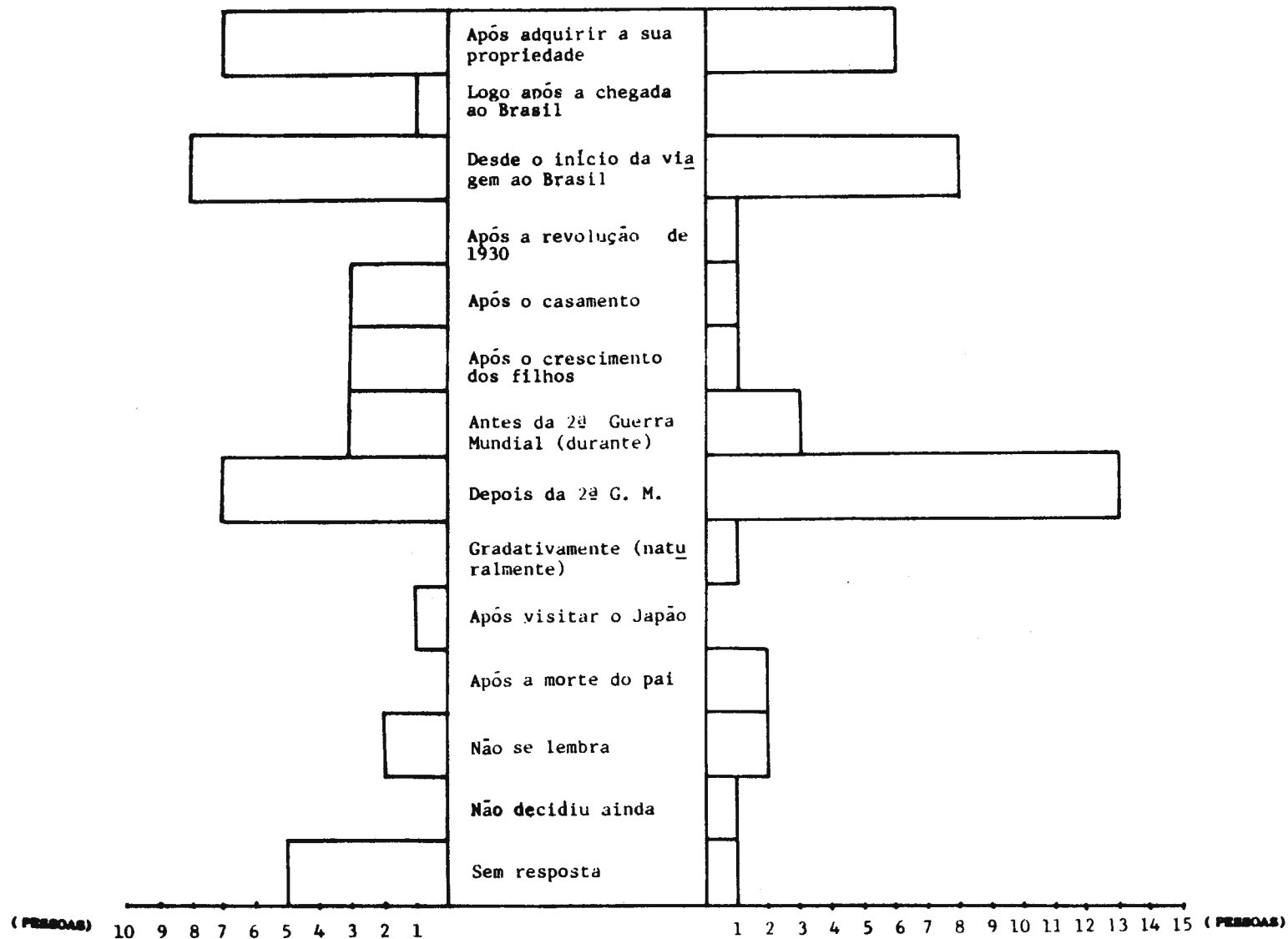
Des.: FIAUX, Eliza Mara C.

Fonte. Pesquisa "in loco" - 1991

DECISÃO DE PERMANÊNCIA DEFINITIVA NO BRASIL

RURAL

URBANA



do Japão, as mudanças estruturais, principalmente na economia que se processou no momento anterior à Segunda Guerra Mundial no Brasil pode ter causado um forte motivo na tomada de decisão de fixação dos migrantes japoneses que escolheram como sua segunda pátria o Brasil.

O resultado apresentado na tabela 27 evidencia a idéia de que a busca da estabilidade econômica, através da aquisição da propriedade também foi um dos mais fortes motivos da fixação dos japoneses em Uraí.

Paralelamente à questão acima colocada, o motivo de deslocamento dos japoneses e seus descendentes ao Norte do Paraná, na categoria de migração interna, requer uma análise aprofundada. Quando o interesse primordial do deslocamento é o fator econômico, o seu desenvolvimento nessa região pode ser o fator determinante da fixação deles em Uraí.

Como pode ser verificado pela tabela 28, os fatores principais que incentivaram a entrada dos japoneses no Norte do Paraná foram a existência das terras férteis na região e a facilidade na aquisição das propriedades com as suas infra-estruturas complementares oferecidas pelas companhias de colonização.

Neste estudo, a produção e reprodução do espaço é o objeto primordial da investigação. Dessa forma, julga-se de suma importância a análise do desenvolvimento econômico da região, sobretudo das mudanças e da organização da produção agrícola, que podem ter proporcionado as características inerentes a todas as comunidades japonesas norte-paranaenses, e, ao mesmo tempo, podem ter influenciado as características peculiares da comunidade japonesa de Uraí.

TABELA 28

MOTIVO DE DESLOCAMENTO AO NORTE DO PARANÁ
(MAIS DE 1 OPINIAO)

Nº	RESPOSTAS	RURAL	URBANA
01	Foi chamado pelo parente ou amigo	08	10
02	Comprou a terra	10	08
03	Terra fértil	18	11
04	Busca de melhores condições de vida	04	06
05	Clima bom	03	01
06	Auge do café	02	-
07	Entrou como colono ou arrendatário	01	01
08	Haviammuitos japoneses	02	04
09	Busca de emprego	-	01
10	Era funcionário de empresas	-	02
11	Possibilidade de um futuro melhor	-	05
12	Para ser professor de língua japonesa	-	01
13	Propaganda	03	-
14	Sem comentário	03	02
TOTAL		54	52

Org.: Yoshikazu Yamochi - Des.: FIAUX, Eliza Mara C.

Fonte: Pesquisa "in loco" - 1991

6.5.3. Relação entre propriedade e seu desenvolvimento econômico

A relação entre propriedade e seu desenvolvimento econômico, dos migrantes japoneses e seus descendentes da comunidade japonesa de Uraí, quanto às modificações ocorridas na estrutura fundiária, na produtividade e na transformação do modo de produção, é investigada neste item.

Inicialmente, a pergunta - quando e onde adquiriu a sua propriedade pela primeira vez no Brasil -, foi feita com o intuito de esclarecer a época da mudança na relação de trabalho dos membros da comunidade. Dessa forma, acredita-se que a transformação do modo de participação nessa relação social de trabalho é ponto fundamental para esclarecer a mudança de pensamento dos investigados.

Entre 80 entrevistados que vivem em ambas as áreas, 16 pessoas da área rural responderam que tinham suas propriedades antes de se mudar para Uraí, e 19 pessoas da área urbana responderam o mesmo. E quanto aos anos de aquisição dessas propriedades, na sua maioria responderam que foi do fim da década de 1920 a início da década de 1940.(FIGURA 18)

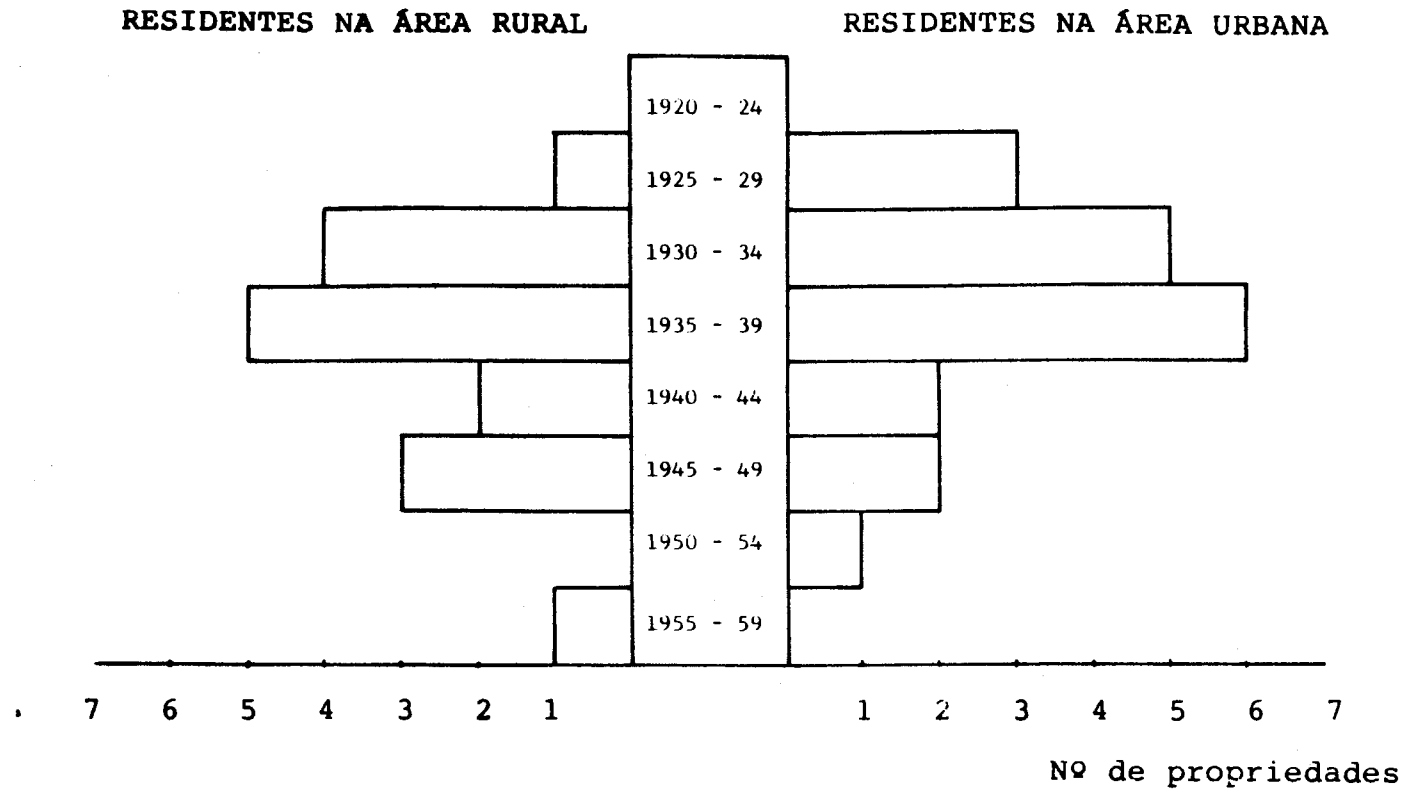
Anos de aquisição das propriedades em Uraí: Entre os 80 entrevistados em ambas as áreas, 21 pessoas responderam que foi nos anos iniciais da colonização, portanto antes de 1940, e 21 pessoas responderam que foi entre 1940 e 44, antes da Segunda Guerra Mundial.(FIGURA 19)

Somando o número das pessoas que já possuíam suas propriedades no Brasil antes da Segunda Guerra seriam 35 + 41. Assim, "grosso modo", pode-se dizer que, destes 80 entrevistados, mais de 75 pessoas já eram proprietários de terra antes da Segunda Guerra Mundial.

Quanto à área inicial desses proprietários, pode-se verificar na tabela 30 que a grande maioria das pessoas tiveram menos de 20 alqueires em ambas as áreas; isso pode ter obrigado as pessoas à utilização da mão-de-obra familiar, como forma de trabalho para produzir.(TABELA 29 E FIGURA 20)

Dessa forma, pode-se afirmar que, nessa etapa da História desses migra-

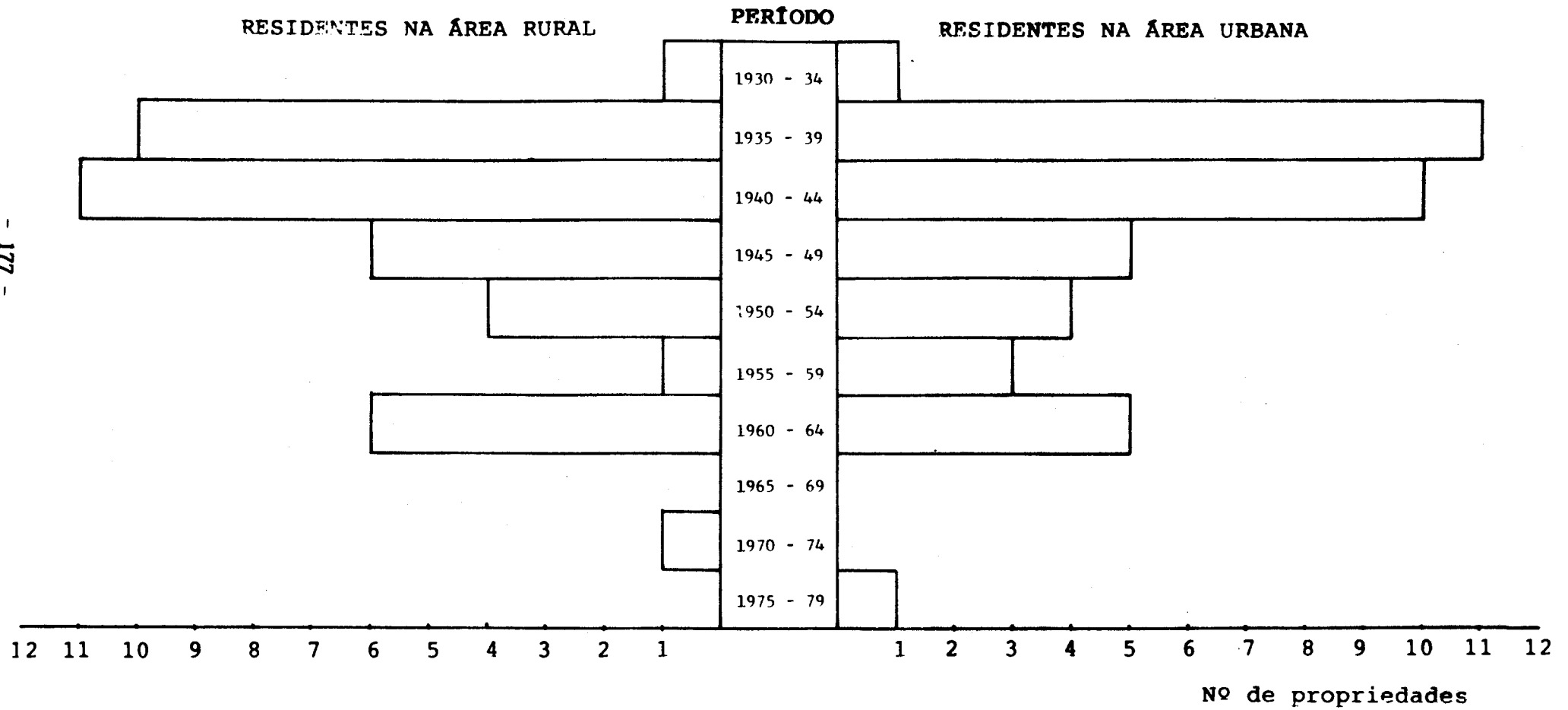
ANO DE AQUISIÇÃO DA PRIMEIRA PROPRIEDADE FORA DA COLÔNIA PIRIANITO (URAÍ - PR)



Org.: Yoshikazu Yamochi
 Des.: FIAUX, Eliza Mara C.
 Fonte: Pesquisa "in loco" - 1991

Fig. 18

ANO DE AQUISIÇÃO DA PROPRIEDADE EM URAÍ - PR.



- 177 -

Fig. 19

TABELA 29

ÁREA INICIAL EM URAÍ - PR.

SITUAÇÃO	RURAL	%	URBANA	%
Menos de 1 alq.	-	-	11	27.5
1 - 5 alqueires	07	17.5	04	10.0
6 - 10 alqueires	14	35.0	12	30.0
11 - 15 alqueires	04	10.0	05	12.5
16 - 20 alqueires	09	22.5	04	10.0
21 - 25 alqueires	-	-	-	-
26 - 30 alqueires	04	10.0	02	5.0
31 - 35 alqueires	-	-	-	-
36 - 40 alqueires	01	2.5	01	2.5
41 - 45 alqueires	-	-	-	-
46 - 50 alqueires	-	-	01	2.5
Mais de 50 alq.	01	2.5	-	-
TOTAL	40		40	

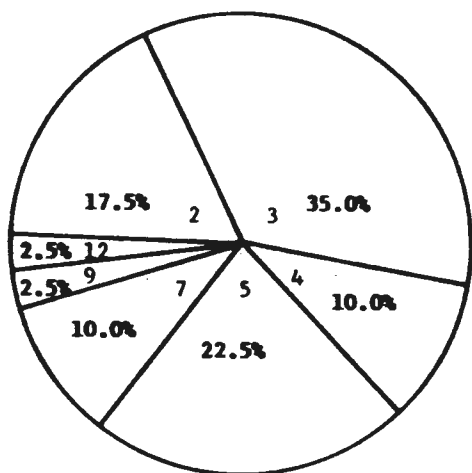
Org.: Yoshikazu Yamochi

Des.: FIAUX, Eliza Mara C.

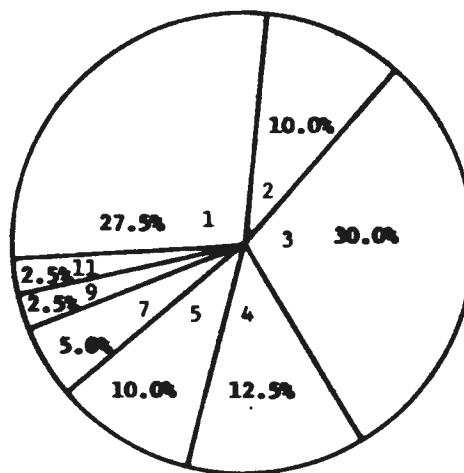
Fonte: Pesquisa "in loco" - 1991

ÁREA INICIAL EM URAÍ/PR

RURAL



URBANA



LEGENDA

- 1 - Menos de 1 alq.
- 2 - 1 - 5 alqueires
- 3 - 6 - 10 alqueires
- 4 - 11 - 15 alqueires
- 5 - 16 - 20 alqueires
- 6 - 21 - 25 alqueires
- 7 - 26 - 30 alqueires
- 8 - 31 - 35 alqueires
- 9 - 36 - 40 alqueires
- 10 - 41 - 45 alqueires
- 11 - 46 - 50 alqueires
- 12 - Mais de 50 alq.

Org.: Yoshikazu Yamochi
 Des.: FIAUX, Eliza Mara C.
 Fonte: Pesquisa "in loco" - 1991

Fig. 20

dos, as relações sociais de produção não alcançaram ainda a etapa das relações capitalistas de produção propriamente ditas.⁽³²⁾

Assim, não se pode dizer, precipitadamente, que os japoneses e seus descendentes que adquiriram as propriedades na região norte-paranaense foram imediatamente transformados de colonos a proprietários de terras. Na realidade, essa passagem foi muito complexa para muitos agricultores da comunidade japonesa de Uraí.

O resultado da pergunta sobre - aumentou ou diminuiu a dimensão da sua propriedade -, foi o seguinte: dos 40 entrevistados da área rural, 22 responderam que houve aumento, 2 responderam que diminuíram e 16 disseram que continuam na mesma dimensão. E, das 40 pessoas que vivem na área urbana, 4 respostas afirmaram terem aumentado a dimensão da sua propriedade urbana e 8 afirmaram terem diminuído. Totalizando, conclui-se que apenas 12 pessoas exercem as atividades de trabalho urbano. Dos 28 restantes que vivem na área urbana, 10 responderam que aumentaram a dimensão da propriedade rural, 8 responderam que diminuíram e 10 disseram que continuam na mesma dimensão.

Através desses dados, pode-se dizer que, dos 80 entrevistados, 68 pessoas exercem atividades agrícolas e apenas 12 pessoas vivem de comércio ou de atividades do tipo urbano.(TABELA 30)

Dos 68 entrevistados que exercem atividades agrícolas, 23 pessoas responderam que a utilização de mão-de-obra familiar foi a principal forma de produção nos primeiros momentos, e 45 pessoas contrataram mais de duas famílias como colonos nas suas lavouras. Dentre os 23 entrevistados que tinham começado com a forma de produção familiar, 12 continuam com a mão-de-obra familiar para produzir até hoje, e 11 pessoas resolveram contratar os diaristas (bóias-frias), a partir das mudanças de culturas que foram efetuadas no Norte do Paraná.

Entretanto, não se pode afirmar que esses 12 famílias que continuaram na forma de produção familiar não obtiveram nenhum progresso significativo na agricultura.

TABELA 30

MUDANÇA NA DIMENSÃO DE PROPRIEDADES/URAI PR.

Área	aumentou	diminuiu	continua na mesma	Total
Rural	22	2	16	40
Urbana (prop. rural)	10	8	10	28
Urbana (prop. urbana)	4	0	8	12
Total	36	10	34	80

FONTE: PESQUISA 'IN LOCO' - 1991

Os fatos pesquisados nas entrevistas revelam que, entre as pessoas que permaneceram na forma de produção familiar, algumas, para obter o aumento na lucratividade, resolveram mudar de culturas e investiram na modernização das técnicas agrárias e na introdução de maquinaria. Pode-se afirmar que esse fato não foi único entre aqueles que permaneceram nessa forma de produção.

Como se constata nas figuras 21 e 22, a mudança de culturas que se processou em Uraí foi muito evidente em toda a área.

Os agricultores preferiram trocar as culturas tradicionais como café, algodão e ramí para novas culturas, de trigo e de soja, que exigem, na realidade, pouca uso de mão-de-obra para suas colheitas, a partir da década de 70.

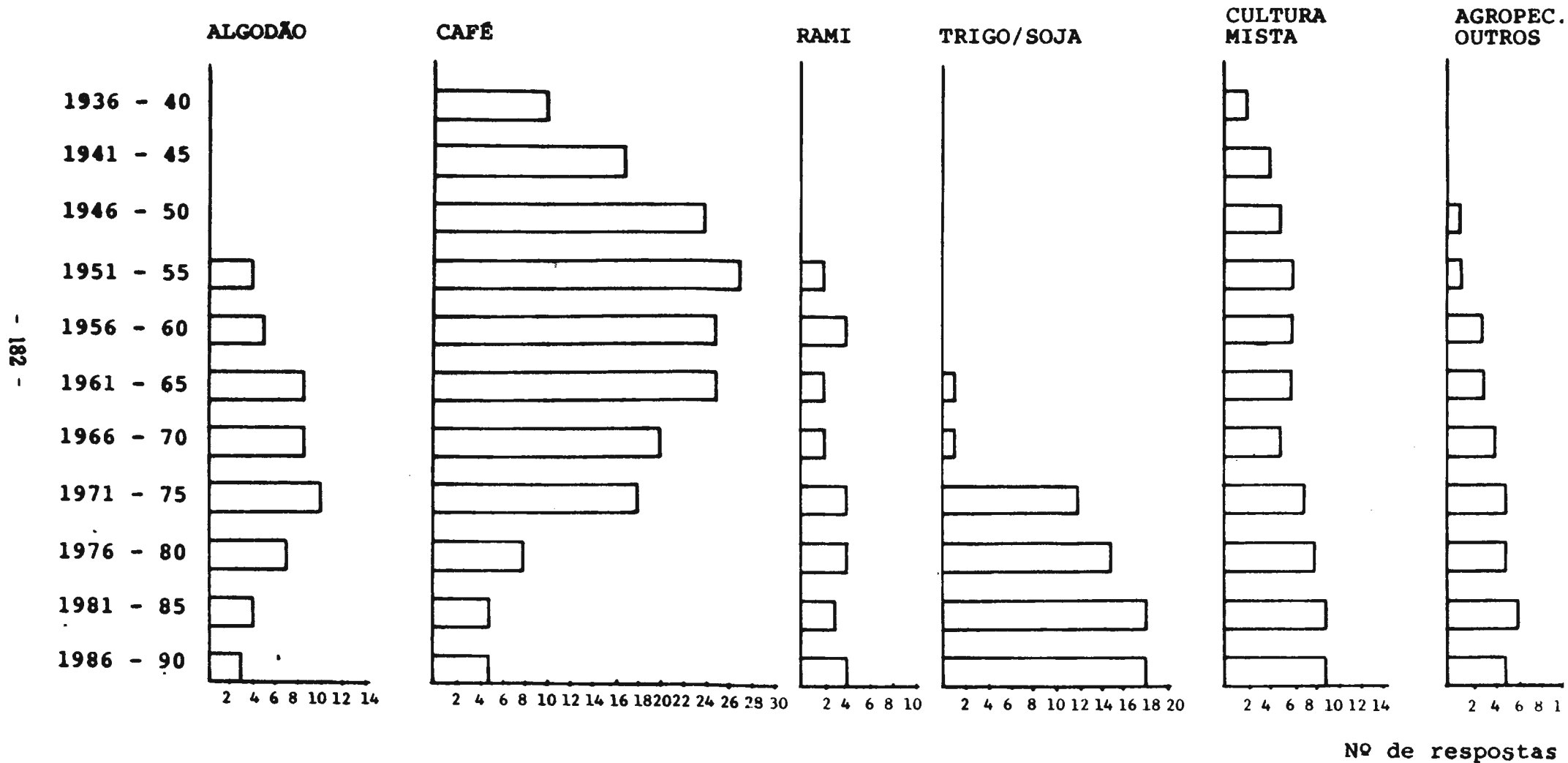
Em consequência dessa mudança de culturas nas lavouras uraienses, o número de famílias que está utilizando as formas de produção familiar, deixando de contratar os trabalhadores mesmo nas épocas das colheitas, aumentou para 35 dos 68 entrevistados.

Os fatos acima colocados indicam que, após a década de 1970, pelas frequentes geadas que ocorreram na região norte-paranaense e pela mudança da estrutura produtiva após a erradicação de café, as culturas de soja e de trigo passaram a ser os principais interesses dos agricultores uraienses, principalmente na área rural.

Na área urbana, após a erradicação do café, alguns abandonaram a agricultura, vendendo suas propriedades e passaram a residir na cidade, e alguns

TIPO DE CULTURA DOS RESIDENTES NA ÁREA RURAL - URAÍ/PR

1936-40/1986-90



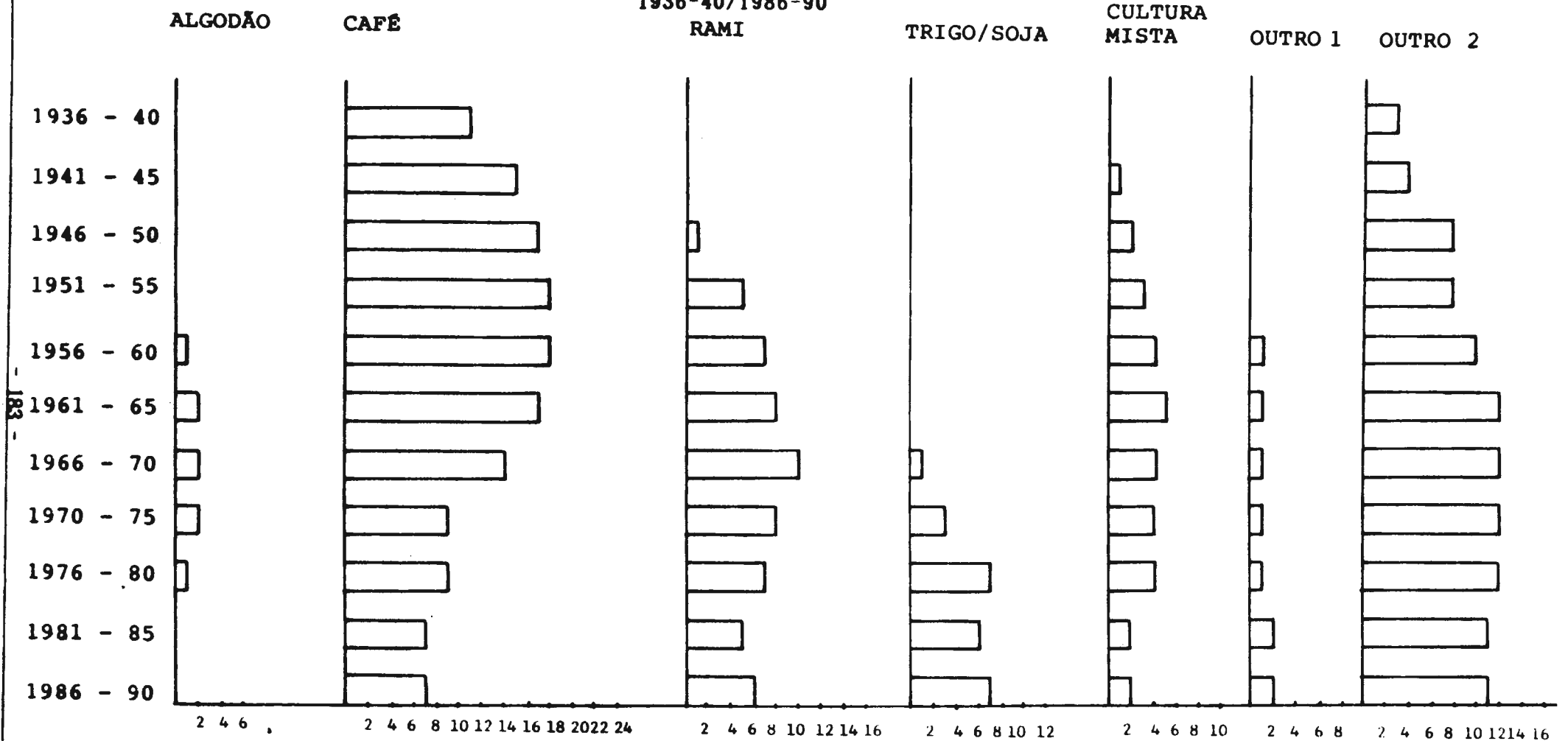
Nº de respostas

Org.: Yoshikazu Yamochi
 Des. FIAUX, Eliza Mara C.
 Fonte: Pesquisa "in loco" - 1991

Fig. 21

TIPO DE CULTURA DOS RESIDENTES NA ÁREA URBANA - URAÍ/PR

1936-40/1986-90



Org.: Yoshikazu Yamochi
 Des.: FIUAX, Eliza Mara C.
 Fonte: Pesquisa "in loco" - 1991

Legenda

OUTRO 1 - Agropecuária, avicultura, arrendatário, etc.
 OUTRO 2 - Consultório, farmácia, mecânico, carpinteiro, etc.

Nº de respostas

Fig. 22

arrendaram suas terras, outros continuam na agricultura, residindo na cidade.

No decorrer das entrevistas, percebeu-se que o fato de terem propriedades com pequenas dimensões, principalmente na atual situação da agricultura brasileira, mesmo com a intensa introdução de maquinaria e de técnicas modernas, a situação econômica dos membros da comunidade japonesa de Uraí não está nada fácil. Pelo contrário, a sujeição e a subordinação dos pequenos agricultores japoneses à determinação dos preços dos produtos fixados pelos intermediários, muitas vezes capitalistas, estão criando mais uma vez dificuldades na economia dessas pessoas e até obrigando os filhos e parentes a viajarem ao Japão para trabalhar temporariamente. Este fenômeno, que está se intensificando na maioria das comunidades japonesas existentes no Brasil, chama-se 'Dekassegui'.

A palavra 'Dekassegui' significa, na realidade, o trabalho sazonal nascido de aldeias dos agricultores e pescadores japoneses nas regiões norte e nordeste do Japão. No inverno rigoroso, com muita neve, sem nenhuma possibilidade de se trabalhar, os agricultores e os pescadores pobres que não possuem os meios para sobrevivência durante essa época, buscam o trabalho sazonal ou temporário nas cidades grandes da região central e, após alguns meses de permanência, eles retornam para seus lares. A palavra japonesa 'de' significa na língua portuguesa 'sair', e a palavra 'kassegui' significa 'ganhar dinheiro'. Acrescenta-se, porém, que esse fenômeno é ainda visto nas aldeias das regiões norte e nordeste do Japão.

O fenômeno 'Dekassegui' do Brasil para o Japão se iniciou recentemente - a partir do fim de 1988 - e não se pode saber ainda quais as consequências que esse fenômeno pode trazer para a sociedade brasileira. Mas o volume de pessoas que está partindo do Brasil não é um número desprezível. Assim, doravante, o fenômeno merece um estudo aprofundado a longo prazo, principalmente, nos aspectos sócio-políticos e culturais que pode trazer para o Brasil.

Na sociedade japonesa, porém, o fenômeno 'Dekassegui' dos brasileiros é visto de forma generalizada incluso no fenômeno 'Dekassegui' dos estrangeiros em geral. Uma dificuldade que a sociedade japonesa enfrenta no momento, em relação ao fenômeno, é o problema de estrangeiros sem teto, principalmente dos iranianos, dos chineses e dos asiáticos que estão entrando ao país, legal ou ilegalmente, em busca de trabalho. Eles acampam, em geral, nos principais parques ecológicos existentes nas grandes cidades e isto está sendo considerado também como uma ameaça à segurança dos freqüentadores dos parques. Por falta de consciência política do país, acabam aceitando qualquer tipo de trabalho por qualquer valor, colaborando com o rebaixamento do salário dos trabalhadores no Japão.

6.5.4. Aspectos Sócio-Culturais e Dekassegui

Entre os 40 entrevistados da área urbana, apenas 8 pessoas responderam que assinam ou lêem jornais brasileiros e, 32 pessoas responderam que preferem jornais nipo-brasileiros como São Paulo Shimbun, Paulista Shimbun e Nip-paku-Mainichi Shimbun. Entre as 40 pessoas que vivem na área rural, 16 pessoas responderam que assinam ou lêem jornais brasileiros e 24 restantes disseram que preferem ler os jornais nipo-brasileiros publicados em idioma japonês.

Pode-se dizer que o índice de pessoas que preferem o idioma japonês para leitura é muito grande na área urbana em relação à rural. Porém, deve-se considerar que 35 pessoas que vivem na área urbana são japoneses nativos do Japão, e, na área rural, apenas 28 são japoneses. Desta forma, a questão sobre - opinião (ou interesse) em relação ao regresso definitivo para o Japão - colocada para todos os 80 entrevistados, era um assunto de muita expectativa para o presente estudo.

As respostas a esta pergunta foram inesperadas, pois, dos 40 entrevistados da área rural, 4 responderam que preferem ainda regressar definitivamente para o Japão, e na área urbana, uma pessoa respondeu que desejaria retornar definitivamente para o Japão. Totalizando, são 5 pessoas que preferem e, ou "carregam" nas costas, as sombras do Japão que deixaram há muitos anos atrás.

Como o assunto era muito complexo, a investigação sobre a causa desse fato não foi aprofundada. O primeiro passo foi apenas para saber o número exato de pessoas que já tinham regressado uma ou mais vezes, e posteriormente, foi investigada a data do regresso para saber se houve diferença de opiniões dos que já regressaram em relação aos que nunca ainda tinha retornado ao Japão, após a sua imigração.

No momento em que se considera a migração como um fenômeno causado pelas mudanças estruturais num determinado momento histórico de um país e se

acredita que a mudança de pensamento é um processo que se efetua de acordo com vários aspectos, julgou-se que o problema acima levantado pudesse envolver uma dimensão particular desses 5 investigados e não como um fenômeno social da comunidade japonesa de Urai.

Como se observa na tabela 31, 26 dentre 80 entrevistados já visitaram o Japão, e dessas 26 pessoas, 2 visitaram antes da Segunda Guerra Mundial. E, justamente essas pessoas que tiveram o privilégio de regressar ao país de origem antes da Segunda Guerra, transformaram-se, mais tarde, em líderes da comunidade nos anos iniciais da colonização.⁽³³⁾

TABELA 31 NÚMERO DE PESSOAS QUE JÁ VISITARAM O JAPÃO: URAÍ-PR.

	<u>Nº de pessoas/rural</u>	<u>Nº de pessoas/urbana</u>	<u>Total</u>
Antes de Guerra	0	2	2
Depois de Guerra	10	14	24

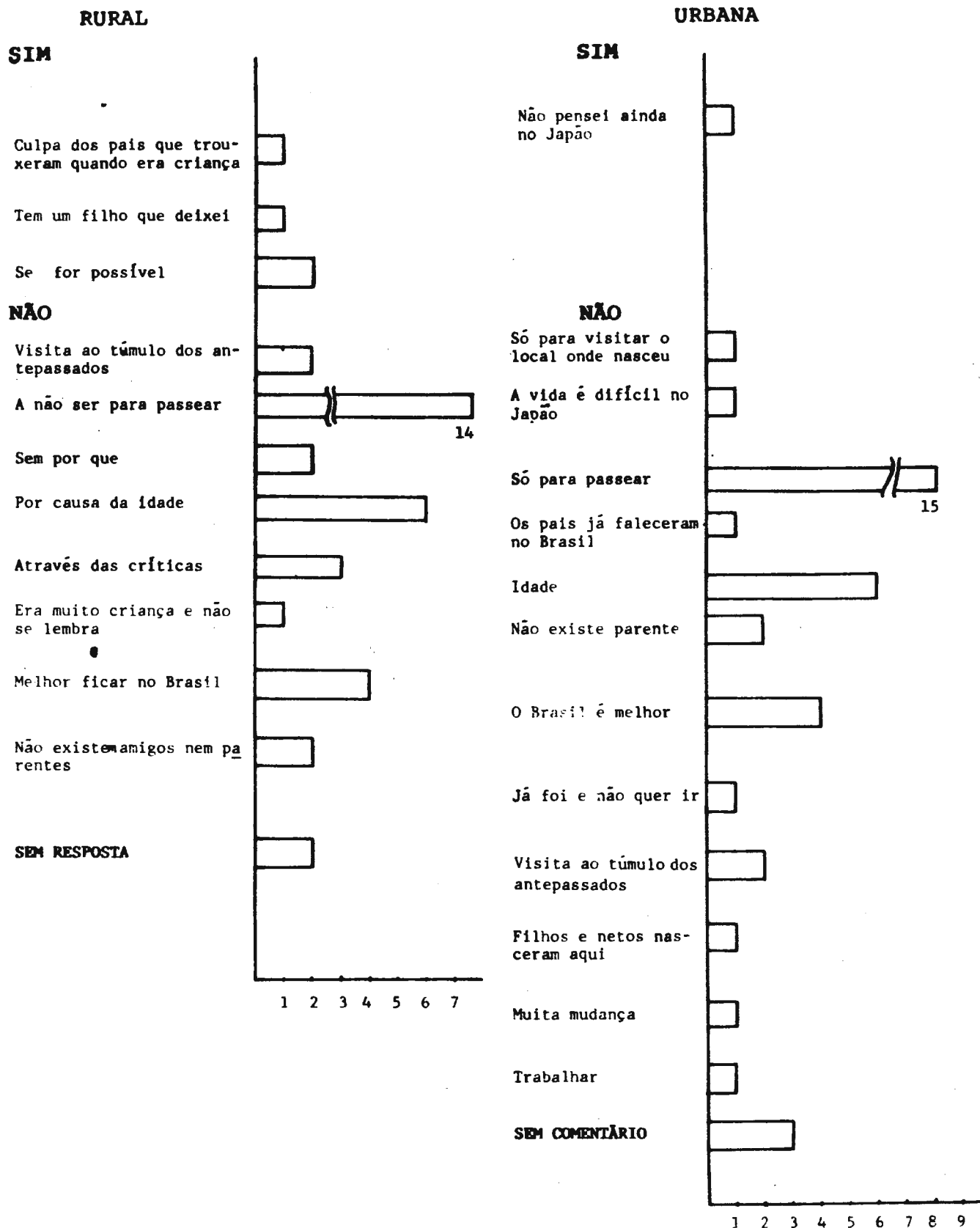
FONTE: PESQUISA 'IN LOCO' - 1991

Um outro fato evidente na pesquisa é que as pessoas que já visitaram o Japão responderam não querer voltar a morar nesse país, de forma nenhuma, voltaria apenas a passeio. (FIGURA 23)

Assim, pode-se dizer que as pessoas querem regressar ou voltar definitivamente ao Japão porque não tiveram condições econômicas ou estruturais que permitissem o seu regresso, ou melhor, porque não visitaram o Japão ainda. Acredita-se que as pessoas mudam de opinião no momento em que acompanham ou evidenciam as mudanças estruturais de um país que continuou parado nos pensamentos dos migrados que não tiveram chances de regresso, durante muito tempo, por problemas dos momentos estruturais de um outro país que não puderam oferecer essa chance.

Vê-se que a decisão de fixação definitiva dos migrantes japoneses na terra brasileira não foi opção tomada só após a Segunda Guerra Mundial. Isso deveu-se talvez ao resultado do momento histórico estrutural do mundo que não permitia aos migrantes japoneses residentes no Brasil visualizar a noção

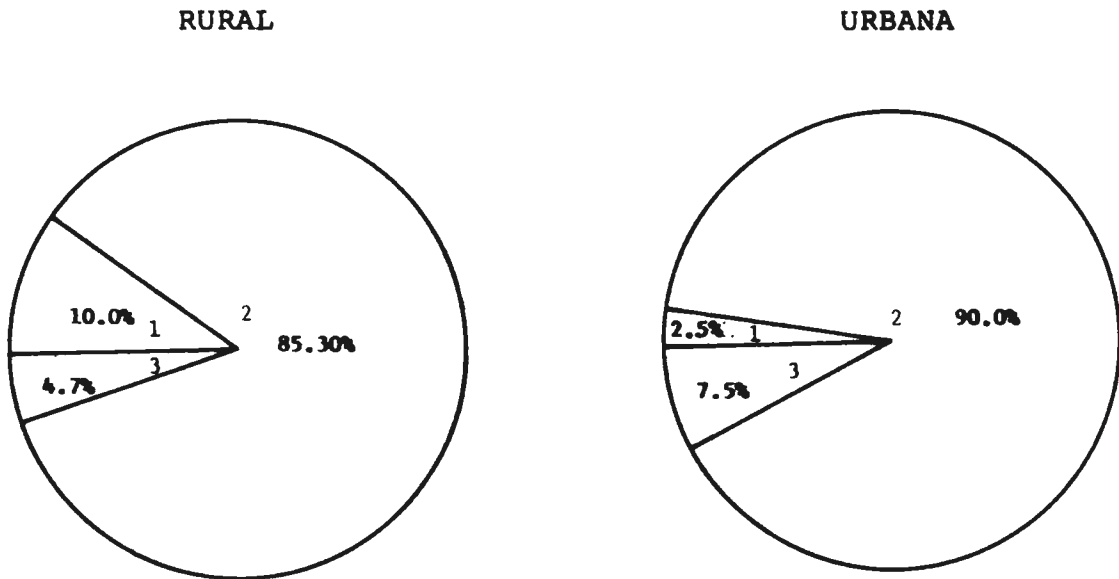
OPINIÃO SOBRE REGRESSO DEFINITIVO PARA O JAPÃO



Org.: Yoshikazu Yamochi
 Des.: FIUAX, Eliza Mara C.
 Fonte: Pesquisa "in loco" - 1991

Fig. 23

OPINIÃO SOBRE REGRESSO DEFINITIVO PARA O JAPÃO



LEGENDA

1 - SIM

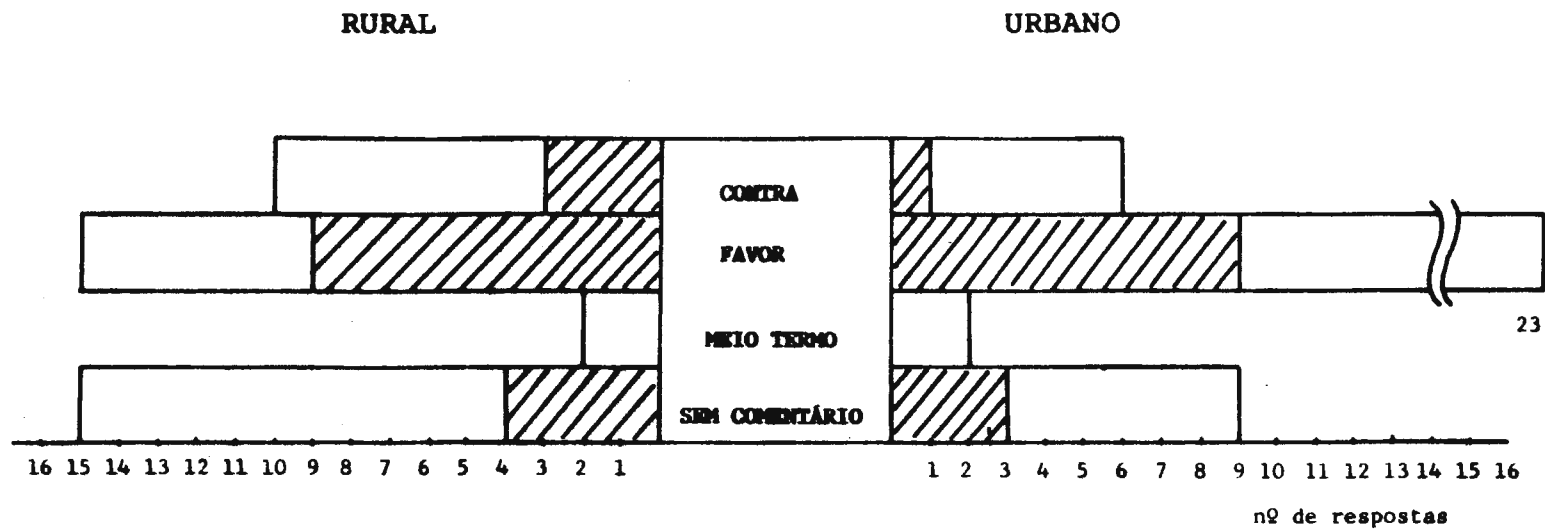
2 - NÃO

3 - SEM RESPOSTA

Org.: Yoshikazu Yamochi
Des.: FIAUX, Eliza Mara C.
FONTE: PESQUISA "in loco" - 1991

Fig. 24

OPINIÃO SOBRE "DEKASSEGUI"



LEGENDA



Possui alguém da família ou parente trabalhando no Japão

Org.: Yoshikazu Yamochi
 Des.: FIUAX, Eliza Mara C.
 Fonte: Pesquisa "in loco" - 1991

Fig.25

real das mudanças estruturais que se processavam no Japão. Acredita-se porém que, nesse momento histórico, a vontade que existia nos migrados japoneses era de ter o conhecimento real sobre os acontecimentos do Japão, dos parentes ou dos amigos, e não a vontade de regresso definitivo, já que a maioria dos que estavam no Brasil possuía suas terras para cultivar e viver.

A tomada de decisão de fixação definitiva, no Brasil, entre os migrantes japoneses e seus descendentes, ocorreu bem antes da Segunda Guerra Mundial quando resolveram adquirir suas propriedades. E talvez nelas plantaram o sonho de enriquecer rapidamente e "visitar" o Japão, que incomodava os migrados como a sombra da nostalgia dos momentos passados, parados no tempo e no espaço.

Um outro fenômeno de migração internacional é visto hoje na comunidade japonesa de Uraí. Mas, o fenômeno é visto não só na comunidade de Uraí, mas em todas as Comunidades Nikkeis do mundo.

Pesquisa feita pela Associação Internacional do Japão demonstra que, em 1990, dos 1.395.000 'nikkeis' existentes no mundo, 76.017 já viajaram e estão no Japão trabalhando, em sua maioria, nas fábricas de montagens de produtos de elaboração final (Carros, Computadores), na construção civil e nos serviços menos categorizados.

Segundo dados da mesma Associação, dos 76.017 nikkeis que estão trabalhando como 'Dekassegui' nas fábricas japonesas, 60.828 pessoas, ou seja, mais de 80% são do Brasil.⁽²⁴⁾ Desses 60.828 nikkeis do Brasil, provavelmente, os brasileiros descendentes de japoneses também devem representar um volume significativo.

Nos dados publicados pela Japan National Tourist Organization, o volume de turistas estrangeiros que entraram ao Japão com o visto de Turista, em 1989, subiu 20,4% em relação ao ano anterior. Os países que colaboraram mais nessa porcentagem foram a Coreia, com aumento de 78,7%; Myanmar, com 77,7%; Sri Lanka com 74,9%; a Polônia, com 52,2%; U.R.S.S. com 90,0%; as ilhas da Oceania, com 73,8%; Peru, com 200,0% de aumento; e Brasil com 71,9%. O au-

mento do número real de turistas no Japão deve-se principalmente aos países da Ásia e da América Latina.

TABELA 32

ENTRADA DE TURISTAS BRASILEIROS NO JAPÃO

	1985	1986	1987	1988	1989
Nº de turistas	13.690	13.217	11.871	16.011	27.521

FONTE: STATISTIC ON TOURISM - 1989

JAPAN NATIONAL TOURIST ORGANIZATION

O fenômeno de 'Dekassegui' entre os nikkeis de nacionalidade brasileira começou gradativamente, a partir de 1988, e aumentou em 1989 e 90. Dos números colocados na tabela 32, os turistas verdadeiros não devem ultrapassar os 10%, afirmou o diretor-presidente da JAPAN NATIONAL T.O., Sr. Toru Okata.

Através da mudança na legislação trabalhista para estrangeiros decretada em 1 de junho de 1990, a todos os brasileiros descendentes de japoneses até a terceira geração - Sansei - tiveram permissão para entrar, oficialmente, no Japão com o visto de Turista, modificando o visto de Trabalho após entrada ao país, desde que as firmas se responsabilizassem a partir dessa data.

Segundo comentário do presidente da Associação Brasileira Nikkei de Agências de Viagens (Sr. Gunki Motonaga, entrevistado em 18 de fevereiro de 1991), no fim de 1989, o número de agências de Turismo existente na cidade de São Paulo era 26, porém, esse número subiu para 180 em 1991, por causa do 'boom' de "Dekassegui", para o Japão, que está contaminando toda a comunidade japonesa do Brasil.

Em Uraí, dos 80 entrevistados, 16 pessoas da área rural e 13 pessoas da área urbana disseram que têm alguém da família ou parente trabalhando no Japão, isto é, mais de 30% da população pesquisada têm algumas informações sobre os "Dekassegui".

O resultado da pergunta - opinião sobre o Dekassegui - foi de 9 opiniões contra, 14 a favor, 2 meio-termo e 15 opiniões que preferiram não co-

mentar sobre o assunto. Na área rural, 6 contra, 23 a favor, 2 meio-termo e 9 sem comentário sobre o assunto.(FIGURA 25)

Muitos opinaram a favor do fenômeno 'Dekassegui' por julgarem necessário que os jovens nascidos no Brasil adquiram experiência, ao invés de julgarem necessidade pela dificuldade econômica que o país está enfrentando no momento, e, em conseqüência, causando uma série de dificuldades, às vezes até de sobrevivência para maioria da população de classe trabalhadora do Brasil.

Embora existam alguns estudiosos que julgam o movimento do 'Dekassegui' como um movimento que simboliza um simples processo de retorno do movimento de migração dos japoneses que migraram do Japão aos países do Hemisfério Ocidental, julga-se de suma importância a análise do movimento de forma generalizada e não de forma específica, influenciada por fatores étnicos e psíquicos dos migrantes de 'Dekassegui'.

Pode-se dizer que nos movimentos de migração, tanto externa como interna, são vistos além dos fatores de expulsão dos homens já citados no capítulo II, que obrigaram as mudanças espaciais dos migrantes, há os fatores de atração que têm-se manifestado fortemente nesse novo processo de migração chamado de 'Dekassegui'.

SINGER (1975) acrescenta que os fatores de expulsão definem as áreas de onde se originam os fluxos migratórios, mas são os fatores de atração que determinam a orientação ou destino desses fluxos. E esclarece que:

"Entre os fatores de atração, o mais importante é a demanda por força de trabalho, entendida esta não apenas como a gerada pelas empresas industriais, mas também a que resulta da expansão dos serviços, tanto dos que são executados por empresas capitalistas como os que são prestados por repartições governamentais, empresas públicas e por indivíduos autônomos. De uma forma geral, interpreta-se esta demanda por força de trabalho como proporcionando 'oportunidades econômicas', que constituem um fator de atração na

medida em que oferecem uma remuneração mais elevada que a que o migrante poderia perceber na área de onde provém.”⁽³⁵⁾

Segundo a informação obtida de pessoa que se integra nesse fenômeno de "Dekassegui" e está trabalhando no Japão, a partir do fim de 1990 a média de salário que um trabalhador "Dekassegui" do sexo masculino recebe por mês é de US\$ 1.000 a US\$ 2.500 dólares, e a média de salário que uma trabalhadora "Dekassegui" recebe por mês é de US\$ 700 a US\$ 1.000 dólares. Obviamente, pode-se considerar este fato como um forte fator de atração que SINGER descreve, já que o salário mínimo determinado no Brasil não ultrapassa de US\$ 70 dólares mensais.

Por outro lado, o valor de um salário mensal que um assalariado japonês de formação universitária recebe nas empresas, às vezes, não ultrapassa os US\$ 1.500 dólares, inferior aos demais trabalhadores "Dekassegui". Esse fenômeno é visto no Japão porque eles são agravados de múltiplos seguros e de impostos de toda variedade a pagar, e preferem trabalhar nas empresas que oferecem menos as '3K' (condições): são 'Kitanai'(sujo), 'Kitsui'(penoso), 'Kiken'(perigoso).

Os trabalhadores 'Dekassegui', que têm como o objetivo principal ganhar rapidamente um montante de dinheiro e retornar ao Brasil, muitas vezes buscam a empresa que oferece as '3K' (condições), que melhor remuneram mas oferecem poucas condições assistenciais.

Na teoria econômica tradicional, o mercado de trabalho é regulado por meio de demanda e oferta de força de trabalho mediante variação do nível de salário.⁽³⁶⁾ Conseqüentemente, quando há uma procura muito grande de força de trabalho, como tem ocorrido no fenômeno entre as pequenas e médias empresas japonesas, a tendência é aumentar o nível de salário para atrair os trabalhadores estrangeiros, já que os trabalhadores japoneses preferem as grandes empresas que não acompanham as '3K' (condições).

Segundo a explicação de SINGER, o nível de salário num país de economia capitalista dinâmica se mantém constante ou cresce vagarosamente, porém me-

nos que a produtividade. A maior parte do acréscimo de renda que resulta do aumento de produtividade do trabalho é apropriado pelos detentores do capital.⁽³⁷⁾

Como a principal causa do fenômeno "Dekassegui" são as diferenças existentes nas estruturas econômicas entre dois países, Brasil e Japão, a consequência apresentada nas estruturas sociais dos migrantes é um fato muito curioso a ser mencionado.

Muitos estudos afirmam que, nas migrações internas do Brasil, a grande maioria dos migrantes provém do proletariado rural ou do campesinato, e têm o processo como meio para ascender socialmente. Apesar das diferenças existentes na relação das categorias de migração internacional e nacional, os fatores que causam o deslocamento espacial nos migrantes de ambas categorias são sempre de cunho econômico, social e político.

Entretanto, observam-se no fenômeno "Dekassegui" algumas características diferentes dos demais processos de migrações que já ocorreram no Brasil.

Muitos que provém Brasil, nesse fenômeno, pertencem à classe dos profissionais liberais no Brasil, ou seja, muitos dos que buscaram a "sorte" no Japão não pertencem à categoria de classe dos trabalhadores rurais. São, na sua maioria, engenheiros, arquitetos, comerciantes, estudantes de vários níveis, proprietários de terras de todos os níveis, etc.

Uma outra característica que pode-se verificar nesse fenômeno é a composição étnica dos migrados "Dekassegui".

Pode-se afirmar que a grande maioria das pessoas que já se integraram nesse fenômeno "Dekassegui" são as pessoas qualificadas pelo governo japonês. São os japoneses residentes no Brasil, descendentes de japoneses de até terceira geração (Sanssei), ou os brasileiros que são casados há mais de 5 anos com estas pessoas, independente de sexo, idade e profissão no Brasil.

São essas características acima citadas que estão sendo alvo das críticas de imprensas estrangeiras, principalmente dos países que fornecem a mão-de-obra ilegal e inadequada às condições impostas pelo governo japonês. Os

países como Filipinas, Bangladesh, Tailândia, China e outros, que nunca foram os países receptores dos imigrantes japoneses em nenhum momento da História, acusam o governo japonês de não permitir a entrada de trabalhadores deles com as mesmas condições que oferecem aos trabalhadores nikkeis do Brasil, do Peru e da Argentina, que já foram os países receptores dos trabalhadores japoneses no passado próximo.

Por outro lado, mesmo permanecendo legalmente no País e recebendo um salário relativamente alto para o padrão japonês, os trabalhadores do "Dekassegui" são obrigados a esquecer que pertenceram a uma classe média dos profissionais liberais no Brasil, e se integrar a uma outra classe no Japão: a classe dos proletários nas fábricas japonesas.

SINGER admite que há uma certa tendência de alterações de classes no movimento migratório. Mas admite, só perante a passagem de partes da população de uma classe a outra, como a proletarização dos ex-escravos mediante movimentos no espaço para as cidades. Aos que pertencem à origem burguesa, a migração não faz com que percam sua condição de classe, e afirma que:

"Mesmo que tais migrantes não venham ao lugar de destino munidos de amplos recursos financeiros, mecanismos de solidariedade de classe lhes permitem, muitas vezes, ocupar uma posição na estrutura social que aos migrantes de classes hierarquicamente inferiores custa muito atingir." (28)

Pode-se afirmar que os japoneses residentes no Brasil e os brasileiros descendentes de japoneses pertencem a uma situação social bem superior em relação aos trabalhadores provenientes de outros continentes, como da Ásia, África, ou às vezes, da Europa, por possuírem as formações compatíveis àquela sociedade, principalmente, em relação à língua. Porém, isso não significa de imediato que os trabalhadores "Dekassegui" do Brasil se posicionem numa classe hierarquicamente superior em relação aos demais trabalhadores estrangeiros.

Na medida em que permanecer não existindo, entre os trabalhadores "De-

kassegui" do Brasil, uma forte intenção de retorno ao Brasil, ou uma outra intenção da fixação à terra japonesa para abrir novas perspectivas de trabalho, julga-se que a situação de classe, ou seja, a mudança da forma de produção dos "dekassegui" não terá qualquer alteração significativa.

NOTAS E REFERÊNCIAS:

1. SANTOS, Milton, Espaço e Sociedade, Vozes, 1982, Petrópolis.
2. idem, ibidem, p.10
3. idem, ibidem, p.6
4. Universidade de Osaka & USP, Estudo Comparativo da Transformação do Espaço Vivencial nas Áreas de Colonização Estrangeira na Região Sul do Brasil, Universidade de Osaka, Faculdade de Engenharia, Universidade de São Paulo, Escola de Comunicações e Artes, 1982, p.167
5. ver capítulo V.
6. Uraí Kaitaku 50 Nen-shi, 1986, Ed. Ypé, Londrina, p.28
(original em língua Japonesa)
7. idem, ibidem, p.28
8. idem, ibidem, p.28
9. idem, ibidem, p.28
10. A primeira denominação que Uraí recebeu foi Pirianito, que se originou da maneira desleixada de se escrever Piriquito, onde foi escrita a letra "q" com perninha curta e a letra "u" aberta, confundindo-se a letra "q" com letra "a" e a letra "u" com a letra "n".
apud in Uraí 1983 à 1987, Wanderley Dantas, Grafmark, Londrina
11. Uraí Kaitaku 50 Nen-shi, op. cit., p.28
12. A origem do nome "Uraí" tem duas versões: uma deriva da palavra "curare" veneno paralisante usado pelos índios; a outra tem origem na palavra japonesa "Ura-hi" que significa "Sol Poente", em contraste com a denominação do vizinho município de "Assa-hi", que significa "Sol nascente".
apud in Uraí 1983 à 1987, op. cit., p.4
13. Uraí Kaitaku 50 Nen-shi, op. cit., p.28~29
14. São Sussumu Asanuma, Toshikazu Tanaka, Yamaguchi, Nakahara, Takeo Tsuchiya, Tadashi Okamura, Iseji Suzuki, Rihaku Kobayashi, Manago, Honda, Yamaji, e dois brasileiros, José dos Reis e Antônio Amaral.
apud in Uraí Kaitaku 50 Nen-shi, op. cit., p.28
15. São Kawao Takei, Toyogui Izawa, Issami Tokano e Ikunoshin Kimura.
apud in idem, ibidem, p.29
16. São Fujinosuke Shibukawa e mais 51 japoneses e 3 brasileiros.
apud in idem, ibidem, p.29

17. Universidade de Osaka & USP, Estudo Comparativo da Transformação do Espaço Vivencial nas Áreas de Colonização Estrangeira na Região Sul do Brasil, 1982, p. 170
18. Uraí Kaitaku 50 Nen-shi, op. cit., p.66
19. Revista "Nikkei Colônia", N° 29, Revista Nipo-Brasileira, 1982, Londrina, p.76
20. idem, ibidem, p.76
21. Depoimento do Sr. Massao Yoshida, entrevistado em 25 de julho de 1991.
22. idem, ibidem,
23. Uraí Kaitaku 50 Nen-shi, op. cit., p.29
24. Sussumu Itimura foi entrevistado em 26 de julho de 1991.
25. ver capítulo IV.
26. Universidade de osaka & USP, op. cit. p175
27. Nomeou como presidente e vice, Sr. Keigou Hosaka e Sr. Yoshigharu Kamimura.
apud in Uraí Nikkei 50 Nen-shi, p. 66
28. idem, ibidem, p.68
29. ver a Apresentação do presente trabalho.
30. SINGER, Paul, Economia Política da Urbanização, Ed. Brasiliense, 1975, p. 52
31. SAITO, Hiroshi, op. cit., p.461
32. Anotações de sala de aula: FLG 834 Agricultura e Capitalismo no Brasil, Prof. Arioaldo U. de Oliveira, na área de Geografia Humana, durante 1° semestre de 1989.
33. São Sra. Hiroyo Tokano, espôsa do engenheiro agrimensor da Cia. Nambei Tochi K.K., que visitou o Japão em 1934, e Dr. Akira Tamura, médico e, ex-prefeito da cidade de Uraí eleito em 1978, que visitou seu país em 1937.
34. Paulista Shimbun, N° 10518, publicado em 11 de 4 de 1991.
35. SINGER, PAUL, op. cit., p.40~41

36. idem, ibidem, p.43

37. idem, ibidem, p.55

38. idem, ibidem, p.58

7. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Para compreender um pouco mais como se deu a inserção dos japoneses na sociedade brasileira, em particular no município de Uraí (PR), foi necessário retroagir no tempo com o objetivo de alcançar um pouco as raízes que os levaram a migrar para o Brasil.

A questão migratória é de grande relevância e tem permanecido através do tempo, marcada em cada época por acontecimentos que justificam sempre seu estudo.

Ressalta-se ainda que, apesar de o tema migração já ter sido trabalhado em vários campos das ciências, entretanto, do ponto de vista geográfico foi pouco estudado, particularmente no que se refere a questão hoje do "Dekassegui".

Sendo o processo de migração algo que nasce e se desenvolve num contexto social historicamente determinado, o processo de migração dos japoneses ao Brasil, ao Norte do Paraná e o novo processo de migração para o Japão chamado "Dekassegui" jamais poderiam ser considerados como simples deslocamentos no espaço, mas como deslocamentos causados pelas desigualdades estruturais de ambos os países ou de regiões em momentos específicos da história.

No processo de migração dos japoneses para o Brasil, o momento era de transição de um sistema para outro em ambos os países.

Após a Restauração Meiji, os movimentos migratórios internos e externos se sucederam intensamente no Japão devido ao desequilíbrio econômico estrutural no setor da agricultura japonesa. Os problemas de superpopulação, os tributos pesados, a seca, o endividamento para pagamento de impostos, etc. acompanharam o surgimento do estrato explorador 'Zaibatsu' (o conglomerado do poder empresarial) criado por um novo sistema 'Kisei Dinushi Seido' (Sistema parasitário dos grandes proprietários) e a política expansionista do governo japonês. A expulsão dos homens, tanto do meio rural como do urbano, surgiu como uma resposta da reprodução do capital, obrigando muitos japone-

ses a se deslocarem dos lugares onde residiam.

Por outro lado, o Brasil necessitava de braços que substituissem a mão-de-obra escrava devido à produção extensiva de café em grande escala. A instabilidade de fornecimento de braços provenientes da Europa motivada pela condição da conjuntura internacional levou os fazendeiros do Estado de São Paulo, à busca de trabalhadores no Oriente. Assim, foi introduzido o intenso fluxo migratório japonês para o Brasil no início deste século, a fim de trabalharem como colonos nas fazendas do Estado de São Paulo.

O processo de inserção dos japoneses na fronteira agrícola do Norte do Paraná foi provocado também pelo processo de expansão da formação do espaço, com base principalmente no café, extravasando os limites administrativos do Estado de São Paulo. Ao mesmo tempo as transformações na estrutura econômica, social e política do país, nessa fase da história, levaram os japoneses a fazer empreendimentos no país. Compraram terras e as lotearam a preços mais acessíveis aos imigrantes japoneses que perseguiram a sorte no Brasil.

No caso dos imigrantes japoneses de Uraí, esse empreendimento de venda dos lotes foi feito, a partir de 1938, e o desenvolvimento da economia desse município acompanhou a mudança da estrutura agrária e a evolução das técnicas agrárias junto à introdução do cooperativismo, sobretudo a partir da década de 60. O processo de adaptação e participação da comunidade uraiense na sociedade brasileira, apesar de não se intensificar no setor de preservação da cultura e do idioma de origem, foi de forma intensa e natural, com uma característica peculiar em comparação com as outras colônias japonesas existentes no Brasil. A comunidade manteve-se sempre a favor da educação brasileira aos seus filhos, trazendo com isso uma série de problemas de desentendimento entre diferentes gerações. Por outro lado, a preocupação com a instrução das novas gerações é fato notório.

Este fato demonstra que, houve na comunidade o movimento ou planejamento de idealização ou conscientização sobre a fixação na terra brasileira, desde a criação de escolas brasileiras sobretudo "católicas" na comunidade.

É um equívoco afirmar que tanto foi a Igreja que motivou nos imigrantes japoneses a decisão de permanência definitiva no Brasil, como também que foi a Segunda Guerra Mundial que os motivou a tomar essa decisão, posto que a grande maioria dos japoneses residentes em Uraí eram proprietários de suas terras antes da eclosão da Guerra e a comunidade japonesa decidiu educar os filhos nas escolas brasileiras bem antes da eclosão dessa Guerra.

Finalmente, um novo processo de migração internacional chamado 'Dekasegi' é visto hoje em toda comunidade Nikkei do Brasil. Essa migração é constituída por japoneses e seus descendentes de até segunda geração (Sansei) que estão partindo para o trabalho no Japão em função das oportunidades econômicas que lhes estão sendo oferecidas. São na sua maioria, jovens, principalmente homens, que através de propaganda feita por agências de viagens, algumas enganosas, partem à procura de trabalho no Japão. Recebem passagens, oferta de ocupação com salários que variam de US\$ 1.000 a US\$ 2.500 dólares mensais, hospedagem e contrato de trabalho por 6 meses ou um ano.

Não é raro encontrar casos em que as vantagens oferecidas não sejam realizadas. Apesar disso, o movimento tem sido bastante grande e a possibilidade de formar "um pé de meia" em curto prazo tem motivado muitos a migrarem.

É um fenômeno bastante recente, pois começou a ser perceptível a partir de 1988 embora o número de migrantes já comece a ser notado e a ocupar manchetes nos jornais e revistas brasileiras.

No Japão, como a imigração de outras partes do mundo já ocorreu há mais tempo, a presença de brasileiros de ascendência japonesa ainda não tem merecido destaque salvo quando ocorrem alguns casos excepcionais de assassinatos, roubos, etc..

Acrescente-se ainda o fato de que, podem, a médio e longo prazos, ocorrer modificações principalmente sócio-políticas, se o movimento mantiver o mesmo ritmo do presente.

Não há dúvida, entretanto, que as características são completamente di-

ferentes daquelas que levaram os japoneses a vir para o Brasil e que o momento histórico e político para os demais países não é o mesmo.

Deve-se acrescentar finalmente que, trabalhando no campo ou na cidade, a comunidade 'nikkei' do Brasil tem colaborado de forma intensa na produção e reprodução do espaço brasileiro. Em menos de um século de início da chegada, a sua presença é significativa na paisagem brasileira e em todos os setores da vida econômica e social.

8. BIBLIOGRAFIA

1. ABREU, Adilson A., Núcleo de Colonização Estrangeira no Estado de São Paulo, Orientação, N° 4, Instituto de Geografia - USP., São Paulo, 1969
2. ALMEIDA, José, Industrialização e Emprêgo no Brasil, IPEA/INPES, Rio de Janeiro, 1974
3. ANDRADE, João C. de, A Colônia Esperança: O Japonês na Frente Pioneira Norte Paranaense, Curitiba, Dissertação de Mestrado em História Demográfica, Universidade Federal do Paraná, 1975
4. BERNARDES, Lysia Maria C., O Problema das Frentes Pioneiras no Estado do Paraná, Revista Brasileira de Geografia, Ano XV, julho-setembro de 1953
5. BERNARDES, Nilo, Expansão do Povoamento no Estado do Paraná, Revista Brasileira de Geografia, outubro-dezembro de 1952
6. BORUSZENKO, Oksana & KUBO, Elvira M., Os japoneses na obra de Romário Martins, Anais do Colóquio de Estudos Regionais, comemorativo do I Centenário de Romário Martins, Boletim N° 21, Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 1974
7. CAMARA, Marcia Regina Gabardo, "Migrações Internas: Evolução Teórica e Algumas Evidências Empíricas para o caso Brasileiro", in SEMINA, Universidade Estadual de Londrina, vol.9, Londrina, 1988
8. CAMBIAGHI, Salete, O Povoamento do Norte do Paraná, Anais da Associação dos Geógrafos Brasileiros, vol. VI, AGB., 1951
9. CANDIDO, Antonio, Os Parceiros do Rio Bonito, Livraria Duas Cidades, São Paulo, 1979
10. CARLOS, Ana Fani A., A cidade e a organização do espaço, Revista do Departamento de Geografia I, FFLCH da USP., São Paulo, 1982
11. CARLOS, Ana Fani A. & ROSSINI, Rosa Ester, População e Processo de Estruturação do Espaço Geográfico, Revista do Departamento de Geografia 2, FFLCH da USP., São Paulo, 1983
12. CARNEIRO, Maria Luiza T., O Anti-Semitismo na Era Vargas: Fantasmas de uma geração (1930-1945), Brasiliense, São Paulo, 1988
13. CENTRO DE ESTUDOS NIPO-BRASILEIRO, O japonês em São Paulo e no Brasil, Relatório de Simpósio realizado em jun/68, ao ensejo de 60º aniversário da imigração japonesa para o Brasil, São Paulo, 1971

14. COARACY, Vivaldo, O perigo japonês, Rodrigues & Cia., Rio de Janeiro, 1942
15. CODATO, Evandir, Os japoneses e a organização do trabalho em Assaí, Estudo originalmente apresentado ao Departamento de História da Universidade Federal do Paraná, como Dissertação de Mestrado, Colonização Agrícola: Colônia Três Barras 1932-1970, Curitiba
16. CORRÊA, Roberto L., Região e Organização Espacial, Ática, São Paulo, 1986
17. ENGELS, Friedrich, A origem da família, da propriedade privada e do Estado, Global, São Paulo, 1984
18. Estudo Comparativo da Transformação do Espaço Vivencial nas Áreas de Colonização Estrangeira na Região Sul do Brasil, Universidade de Osaka, Faculdade de Engenharia/ Universidade de São Paulo, FCA., São Paulo, 1982
19. GOMES, Angela Maria Castro, A Construção do Homem Novo, ESTADO NOVO, ideologia e poder, Zahar, Rio de Janeiro, 1982
20. HANDA, Tomoo, Memória de Um Imigrante Japonês no Brasil, Ed. T. A. Queiróz, Centro de Estudos Nipo-Brasileiros, São Paulo, 1980
21. HANDA, Tomoo, O Imigrante Japonês, Ed. T. A. Queiróz, São Paulo, 1987
22. História do 60° Aniversário da Colônia Japonesa do Paraná, Ed. Paraná, Bunka Shuppan, Londrina, 1972
(original em língua japonesa)
23. HOBBSBAWN, Eric, Karl Marx - Formações Econômicas Pré-Capitalistas, Paz e Terra, 5ª edição, Rio de Janeiro, 1986
24. HOSHINO, Housaku, Takkon 100 nen, Shusaku-sha, Tokyo, 1990
(original em língua japonesa)
25. IANNI, Octávio, Karl Marx, Ática, São Paulo, 1980
26. IANNI, Octávio, O Estado e Planejamento Econômico no Brasil, Civilização Brasileira, Rio de Janeiro, 1979
27. IANNI, Octávio, Origens Agrárias do Estado Brasileiro, Brasiliense, São Paulo, 1984
28. INOUE, Kiyoshi, Nihon no Rekishi, Iwanami, Tokyo, 1988
(original em língua japonesa)

29. ISHIKAWA, Tomonori, Kaigai Ijuu no Igi wo Motomete, Ministério das Relações Exteriores do Japão, Em comemoração aos 70 anos da Imigração Japonesa no Brasil - Simpósio sobre a imigração japonesa, 1978
(original em língua japonesa)
30. KITANO, H. L. Harry, Japoneses nos Estados Unidos, A presença Japonesa no Brasil, Editora da Universidade de São Paulo, São Paulo, 1980
31. KODAMA, Yukio, Zusetsu Nihon Bunka-shi Taiken N° 13, Guendai, Shougakkan, Tokyo, 1958
(original em língua japonesa)
32. KUMASAKA, Y. & SAITO, Hiroshi, Kachigumi, Assimilação e Integração dos Japoneses no Brasil, Vozes, Petrópolis, 1973
33. LAKATOS, Eva Maria, Sociologia Geral, Atlas, São Paulo, 1987
34. LENINE, V. I., OBRAS ESCOLHIDAS (3 tomos), Editora Alfa-Omega, São Paulo, 1982
35. LEVÍ-STRAUSS, Claude, Raça e Cultura, Antropologia Estrutural 2, Ed. Tempo Brasileiro, Rio de Janeiro, 1987
36. LOPES, Ana Y. D. Paulino, Pioneiros do Capital, A Colonização do Norte Novo do Paraná, Dissertação de Mestrado apresentada ao Departamento de Ciências Sociais da Universidade de São Paulo, São Paulo, 1982
37. MARTINS, José de Souza, A Imigração e a Crise do Brasil Agrária, Ed. Pioneira, São Paulo, 1985
38. MARTINS, José de Souza, A Militalização da Questão Agrária no Brasil, Vozes, Petrópolis, 1985
39. MARX, Carl & ENGELS, Friedrich, OBRAS ESCOLHIDAS 1 e 2, Ed. Alfa-Omega, São Paulo
40. MARX, Carl, O Capital, 12ª edição, Difel, Rio de Janeiro, 1890
41. MATSUMOTO, Shigeru, Psicologia Humana e Religião, KOUZA SHUUPKYOGAKU II, Tokyo University Press, Tokyo, 1877
(original em língua japonesa)
42. Ministério das Relações Exteriores do Japão, Burazilu ni okeru nihonjin hatten shi part 1, Editora Joban, Tokyo, 1941
(original em língua japonesa)

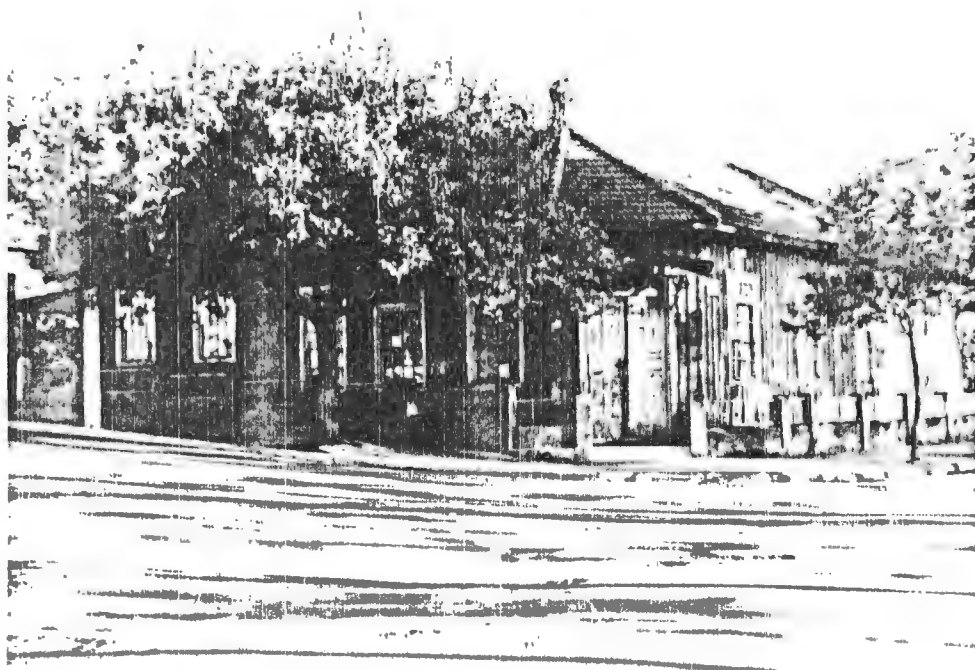
43. MONBEIG, Pierre. Pioneiros e Fazendeiros de São Paulo. Ed. Hucitec, São Paulo, 1984
44. MOORE Jr., Berrington. As Origens Sociais da Ditadura e da Democracia. Editora Cosmos, Lisboa, 1967
45. MORAES, Carlos de S.. A Ofensiva Japonesa no Brasil. Globo, Porto Alegre, 1942
46. MORAES, Nelson L. de A.. Migrações internas e saúde coletiva, Migrações Internas no Brasil, IPEA/INPES, Rio de Janeiro, 1971
47. MÜLLER, Nice L.. Contribuição ao Estado do Norte do Paraná, Boletim Paulista de Geografia N° 22, março de 1956
48. NAGAI, Ryo. JINKOU-RON, Gendai Keizaigaku Zenshu N° 22, Editora Nihon Hyouron-sha, Tokyo, 1958
(original em língua japonesa)
49. NAKADATE, Jouji, O JAPÃO VENCEU OS ALIADOS: na Segunda Guerra Mundial? Dissertação de Mestrado pela Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 1988
50. NAKAGAWARA, Yoshiya F.. Questão Agrária e Urbana: Interdependência e Subordinação - o caso norte paranaense, TERRA E CULTURA, 1 (1), janeiro de 1981
51. NAKAGAWARA, Yoshiya F.. Evolução e Distribuição da População Paranaense, Paraná, Mundo Real, Universidade Estadual de Londrina, Londrina, 1975
52. NAKAGAWARA, Yoshiya F.. As Funções Regionais de Londrina e Sua Área de Influência, Tese de Doutorado em Geografia apresentada à FFLCH da Universidade de São Paulo, São Paulo, 1972
53. NOGUEIRA, Arlinda R.. Companhias Interessadas na Introdução de Asiáticos em São Paulo nos Primeiros Anos de República, Centro de Estudos Nipo-Brasileiros, São Paulo, 1979
54. NOGUEIRA, Arlinda R.. A Imigração Japonesa para a Lavoura Cafeeira Paulista (1908-1922), Instituto de Estudos Brasileiros da USP., São Paulo, 1973
55. NIKKEI COLÔNIA, Revista Nipo-Brasileira, Editora Mainichi Kôhō Shuppan-sha, N° 29 e 30, Londrina, 1972
(original em língua japonesa)
56. OLIVEIRA, Ariovaldo U. de. Modo Capitalista de Produção e Agricultura, Ática, São Paulo, 1986

57. OLIVEIRA, Ariovaldo U. de, A Geografia das Lutas no Campo, Editora da USP., Editora Contexto, São Paulo, 1989
58. OLIVEIRA, Ariovaldo U. de, Renda da Terra Diferencial I e II, Revista Orientação N° 6, Instituto de Geografia da USP., São Paulo, 1985
59. OLIVEIRA, Ariovaldo U. de, Renda da Terra Absoluta, Renda da Terra de Monopólio, Renda da Terra Pré-Capitalista e Preço da Terra, Orientação N° 7, Instituto de Geografia da USP., São Paulo, 1986
60. OLIVEIRA, Antônio Xavier de, Três heróis da campanha anti-nipônica no Brasil, Felix Pacheco, Artur Neiva e Miguel Couto, Revista Imi. Colon. Rio de Janeiro, 1963
61. PADIS, Pedro Calil, O Paraná: Uma visão de conjunto, Revista Administração de Empresa, Rio de Janeiro, 11(1): 35-50, jan/mar 1971
62. Pesquisa da População de descendentes de japoneses residentes no Brasil, Centro de Estudos Nipo-Brasileiros, São Paulo, 1988
63. REISCHAUER, Edwin O., The Japanese, Harverd University Press, Cambridge, Massachusetts, 1977
64. RENNER, Cecília & PATARRA Neide L., Migração, in Dinâmica da População, Ed. T. A. Queiróz, São Paulo, 1980
65. ROSSINI, Rosa Ester, A Procissão dos Pobres: O Peregrinar do cidadão sem cidadania, in Geografia e Gênero, Tese de Livre Docência da Universidade de São Paulo, São Paulo, 1988
66. REVISTA Agro-Nascente, N° 27-40, Editora Agro-Nascente, São Paulo, (original em língua japonesa)
67. SANTOS, Milton, Espaço e Sociedade, Vozes, Petrópolis, 1982
68. SANTOS, Milton, Espaço e Método, Nobel, São Paulo, 1985
69. SANTOS, Milton, Por Uma Geografia Nova, Hucitec, São Paulo, 1986
70. SANTOS, Milton et alli, A Construção do Espaço, Nobel, São Paulo, 1986
71. SAITO, Hiroshi & MAEYAMA, Takashi, Assimilação e Integração dos Japoneses no Brasil, Coleção Estudo Brasileiro/ 4, Vozes, Editora da USP., São Paulo, 1973
72. SAITO, Hiroshi, O Japonês no Brasil, Estudo de Mobilidade e Fixação, Ed. Sociologia e Política, São Paulo, 1961

73. SAITO, Hiroshi, A Integração e Participação de Japoneses e Descendentes na Sociedade Brasileira, Centro de Estudos Nipo-Brasileiros São Paulo, 1977
74. SAITO, Hiroshi et alli, Yamamoto Kiyoshi Hyôden, Centro de Estudos Nipo-Brasileiros, São Paulo, 1981
(original em língua japonesa)
75. SAITO, Hiroshi et alli, A Presença Japonesa no Brasil, Ed. da USP., São Paulo, 1980
76. SINGER, Paul, Economia Política da Urbanização, Brasiliense, São Paulo, 1975
77. SOUZA, Itamar de, Migrações Internas no Brasil, Vozes, Petrópolis, 1980
78. STANIFORD, Philip, NIHON NI ITEMO SHOGA NAI, in Assimilação e Integração do Japoneses no Brasil, Ed. Vozes, Ed. da USP., São Paulo, 1973
79. SUZUKI, Nanju (Teijiro), Nihon-jin no Peru Ijuu, Anuário IV, Centro de Estudos Nipo-Brasileiros, São Paulo, 1969
80. SUZUKI, Teiiti et alli, The Japanese Immigrant in Brazil, Comissão de Recenseamento da Colônia Japonesa, The University of Tokyo Press, Tokyo, 1964
81. SZMRECSÁNYI, Tómas, Retrospecto Histórico de Um Debate, in Dinâmica da População, Ed. T. A. Queiróz, São Paulo, 1980
81. TANAKA, Akira, Meiji Ishin, The Great History of Japan 24, Shougakkan ed., Tokyo, 1976
(original em língua japonesa)
82. TUAN, Yi-Fu, Espaço e Lugar, A Perspectiva da Experiência, Difel, São Paulo, 1983
83. TUAN, Yi-Fu, Topofilia, Um estudo de percepção, atitudes e valores do meio ambiente, Difel, São Paulo, 1980
84. Três Barras Seinen Renmei, Três Barras Ijuuchi, 25° ano de fundação da Colônia, Teikoku Shoin, Tokyo, 1960
(original em língua japonesa)
85. Urai Kaitaku 50 Nen-shi, Editora Ypé, Londrina, 1986
(original em língua Japonesa)

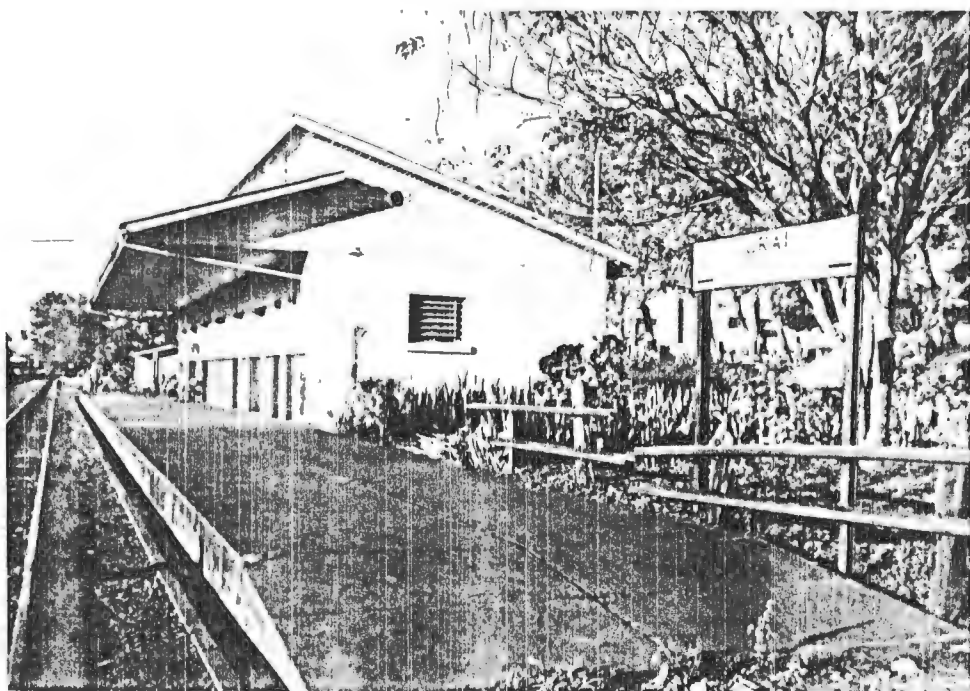
86. VIEIRA, Francisca I. Schurig, O Japonês na Frente de Expansão Paulista, Pioneira, Editora da USP., São Paulo, 1980
87. VIEIRA, Francisca I. Schurig, O Colono Japonês na Frente Pioneira, O japonês em São Paulo e no Brasil, Centro de Estudos Nipo-brasileiros, São Paulo, 1971
88. WAIBEL, Leo H., As Zonas Pioneiras do Brasil, Revista Brasileira de Geografia, ano XVII, N° 4, outubro-dezembro de 1955
89. YAMASHITA, Yoshie, Colônia Esperança - Arapongas Paraná, (Aspectos da Organização do Espaço Agrário), Dissertação de Mestrado apresentada ao Departamento de Geografia da FFLCH da Universidade de São Paulo, São Paulo, 1976

Foto 1.



Ex-escritório da Nambei Tochi K. K.
Julho de 1990. (Foto Y. Yamochi)

Foto 2.



Estação Ferroviária de Uraí
Julho de 1990. (Foto Y. Yamochi)

Foto 3.



Sra. Hiroyo Tokano, entrevistada em 17/07/90

(Foto Y. Yamochi)

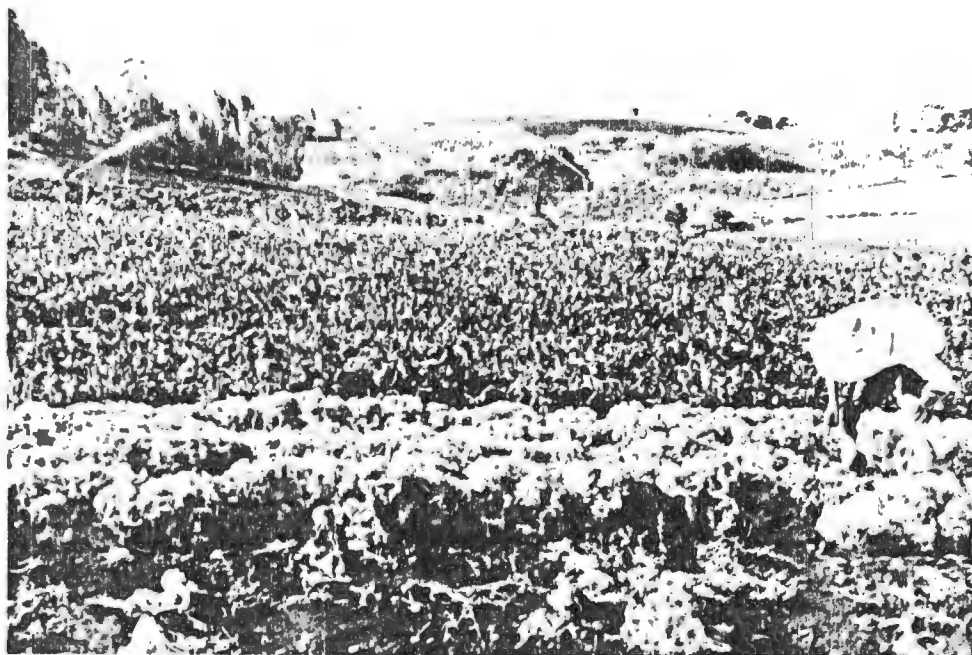
Foto 4.



Sr. Osamu Kuwabara & esposa, entrevistados em 28/07/90

(Foto Y. Yamochi)

Foto 5.



Horticultura cultivada por japoneses da comunidade Nikkei de Urai

(Foto Y. Yamochi) 1990

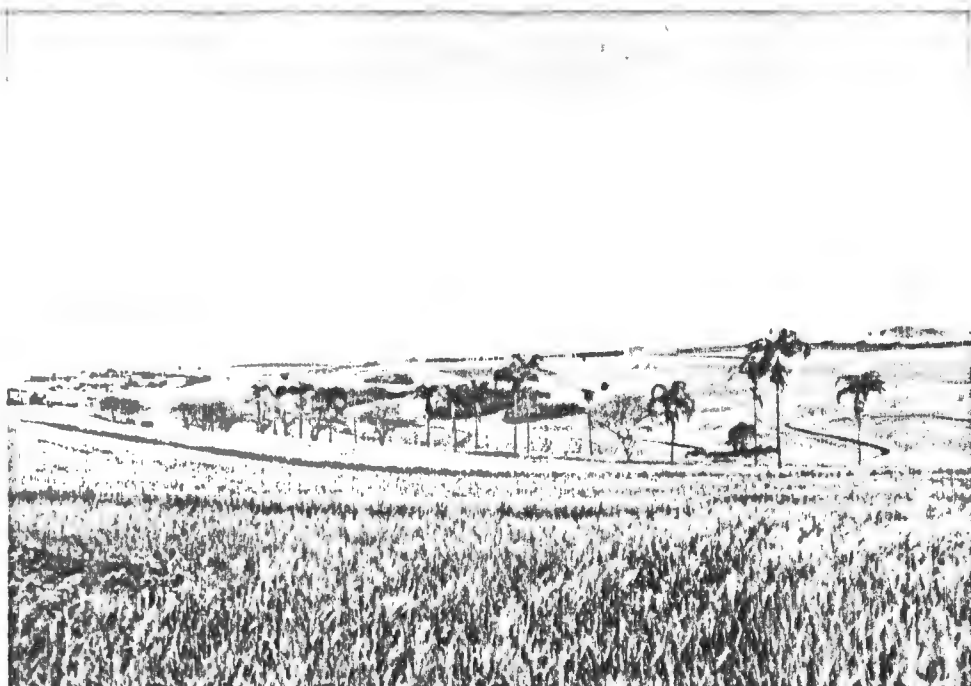
Foto. 6



Residência na zona rural de Urai habitada por japoneses.

(Foto Y. Yamochi) 1990

Foto. 7



Agricultura comercial de trigo, paisagem comum atualmente no município de Uraí. 1990 (Foto Y. Yamochi)

Foto. 8



Três gerações "Nikkei" de Uraí
1990 (Foto Y. Yamochi)

A N E X O

- Entrevistada: 戸叶ひろ代 (Hiroyo Tokano)
- Endereço: Rua Buenos Aires, 760, Uraí, PR.
- Data de nascimento: 20/04/1905
- Local de nascimento: 長野県 (Provincia de Nagano, Japão)
- Data de entrada ao Brasil: 02/05/1929
- Nome do Navio: Hawai-maru
- Ano de chegada à Uraí: 1938
- Atividade atual: Aposentado

私の家族は長野県で農業をしておりました。その頃の日本では農業の方の方が多かった様に思います。私には両親、弟が2名、妹が3名、そして1913年にすでにブラジルのアリアンサ植民地に来ていた兄夫婦がおり、私どもを呼び寄せた訳でございます。ただし、妹のうち一人は七才の時に風土病で亡くなってしまっておりました。

当時の日本のことはよく覚えていません。ただ、私は、20才の時に東京へ産婆になるための勉強に行き、22才で免許を取りました。又、支那事変の一年前に一年間日本におりましたので2.26事件なんかのことも知ってはおりました。でも大変だということは分かってもどうということなのかはわかりませんでした。主人が測量の仕事をしておりましたので戦前に日本に帰った事があります。

主人は栃木県の生まれで、私が25才の時にアリアンサで結婚しました。

アリアンサに来たのは、弟が立行会の会員でしたし、海外での開拓といった物に夢を持っておりましたので、兄夫婦の手紙で呼ばれて来ました。弟夫婦が家長となって、大人ばかりの9名の構成家族できました。その時は信濃海外協会を通して土地を購入してきました。そして1930年に第一アリアンサで青年をしていた主人と一緒に、ずっと第一アリアンサにいたのですが、1938年に矢崎さんに頼まれてウライに測量に来てそのまま住んでしまいました。

その頃ウライにシャッカラがあったのですが、主人は体が弱かったので農業の仕事はあまりしていません。でも、家族といつも一緒にいたから、一度も帰りたいとは思いませんでした。ただ気候のせいでしょうか、兄の子供が亡くなったり、妹も二人アリアンサで亡くしています。

私は関心が無かったし、兄のところにおりましたのでお金の事なんかはよく分かりませんが、おそらく少しの資本は持ってきていたと思います。主人もセーラ・モレナという所にロッテを買ったんですが、だいたい百姓出来る体じゃなかったんですね結局売ってしまいましたよ。

私達もウライへ来たばかりの時は、すぐそこのシャッカラというところに2アールケルばかり買って何か作っていましたよ。でもそれからウライへ来て50年、60年以上になるんじゃないですかね。この家、古いんですよ。

私の子供は5人あってね、長男と次女が死んでいますよ。皆23才になって死んでいます。今は3人しかおりません。皆23になって死んでいるのよ。不思議な事よね。私の弟も23才でアリアンサで死んで、日本における兄の子供も23才で死んでいるから、とっても私は因縁めいた事を感じています。せっかく娘を大学出して、学校の先生になったと思ったら子供を連れてクリチバへ旅行に行ってね、そこで死んでしまったんです。

他の子供たちは皆結婚しています。男の子供は一人で、牧師をやっています。女はそこでミシンをやっている子がロンドリーナにおいて、ねえちゃんがジャンダイアという所におります。みんな裁縫をやっています、主人に亡くなられたり、いろんな事がありましたから。

その頃、このウライにも二、三人の産婆がおりましたが、私も長い事でしたから、おそらく2000人近くとりあげてますね。

私達がウライに来たのは矢崎さんの依頼で来ただけで、思想的なあれではないと思いま

す。まあ、永田先生なんていう立行会の先生がよく来ていましたよ。でも和光さんってご存じですか。その方もアリアンサの理事で北原さんって方も理事で、その方たちも指導した訳ね。アリアンサはキリスト教が盛大でしたね。その他に牧師さんもおったね。弓場さんという方もおったけど私はよく知らなかったね。弓場さんのお兄さんがアリアンサにおったね。弓場農場ってありますでしょ。あの方はあまりアリアンサにはいませんでしたよ。あの方のお兄さんが農場を持って働いていました。

だけどアリアンサの事だってあまり儲からないね。みんな養鶏やったりしてどうにかこうにかやっていますよ。北パラナの方が土地がいいんです。アリアンサよりね。1938にここに来ましたが、その頃は久本さんの奥さんの店が一つか二つあっただけで、家が建って、この家なんかもお金にしたら驚く程安く出来ましたものね。何故来たかって、それは主人がここで仕事をしたからで、こっちの方が有望だと思ったんじゃないですか。アリアンサはあまり土地が良くないのよ。だけど日本人は同じ所に死ぬ迄おったって事は滅多にないね。良い所があれば、そっちの方にムーダ（引っ越し）したりしてね。

主人は2つもロッチェを買ったんですよ。買ったのはいいのですが、自分は人を使える人間じゃないのね。だから皆売ってしまいました。で、南米土地株式会社というのがあってね、それが矢崎さんの世話でしょうね、その御抱えの測量士みたいであったんです。永い事ここで暮らしましたよ。

昭和になって9年から10年まで日本に帰りました。10ヶ月位おったでしょうね。なんでって、ただ訪問しただけですものね。日本には。主人の生まれた所の法事があったね、それをなにするために帰ったんです。来たからにはここで死ぬつもりで来たんですもの、みんなそれ位の覚悟でなければね。いまは、あたしたちも年をとってるし日本に帰りたくないですよ、いまはね。

教育に関しては親はみんな理想がありますものね。けども、ちょうど戦争が起きて、主人の月給なんか今で云ったらばかみたい、500ミル位しかもらってなかったのね、だからそれが出来なかったんです。敵国というので日本人の会社はみんな外人に乗っ取られてね、一時困った生活したですよ。（勝ち組、負け組）うちはどっちもついてないです。なぜですかって、それは知りませんよ。その人それぞれの心ですものね。私達の知った人ねみんな勝ち組でしたよ。私達は負けたことをしていました。だけど、知っていない人達は今にも帰るって、家を整理して待機しておった訳ですよ。負けをどうして知ったかってそれはちょっと難しい問題ね。長い間ずっと争いはありましたよ。うちで懇意にしてる人が勝ち組でね、サンパウロからずっと離れた島に流されてね、負けたってことを認めなかった訳よ。けど、その人たちも今はもう自由にやっておりますよ。

子供たちは日本語学校には行ってないですね。そこにおる子は17,8の頃から日本語習っていたから話せますけどね。戦争中でしたから子供学校にやりたくてもやれなかったですものね。私達がウライに来た頃には家が15,6軒しかなかったんですよ。それでブラジルの学校には行ってましたよ、こちらに来てすぐですよ。そして、戦後ここにお寺があってね日本語教える先生がおってね、ここへも通わせました。

日本には帰りたいとは思っていませんでした。日本に帰ったってどうって事無いと思って来たからには、ここで骨を埋める気で来たんでしょ。日本は今でこそ盛大でいいですけども、あの頃は2.26事件が起こった頃は乱れておったんでしょね。事件が起こるくらいだからね。

そうですよ。日本を出る時からもう帰らないつもりでね。やたら帰りませんでしたもの、あの頃はね。滅多に無かったですよ、日本に帰る人ってのはね。帰れなかったんです経済的によくなかったんでしょね。別に帰りたいとも思っていませんでした。他の人の中には帰りたいと思った人もあったでしょうね。けど、出たからには、日本へ帰るとすれば、お金でも沢山もってけばどうか知りませんが、それ程儲かるもんでも無いものね。商売でもやってる人は儲けたかも分かりませんが、。今、皆さん日本へ出稼ぎに行ったりしてるけど、私達行きたいと思わないね。あまり年取ってしまったからでしょうね。

立行会は主人の後から来た人なんか勢いが良くてね。いろいろ云ったですよ。だけ

ど私達はそんな事全然動じなかったね。ガット運動、そういうのを聞いた事ありますけど私達には全然関係無いです。アサイはもう色々、なんというか、たいした所ですね。

この家は昔のお金で5コトで出来た家ですよ。子供が大きくなってから、お裁縫を教えたりするために建て増して、こんなに大きくなったんですね。でも夫が死んでから、もう何もしないで食べるに困らない位は預金もあったからね。ただ庭だけはお野菜なんか作ったりして、今も働いておったところです。

今文通しているのは主に東京の人ですね。主人の甥っこやら、私の従兄弟やら、そんなくらいですね。段々と手紙を書くのもおっくうになりますものね。

よく主人のおばあちゃんが生きておった頃はよく手紙をかきました。戦前はよくかきましたね。でも戦後はあまり文通もしていません。戦前でも、手紙を書くって云ったって主人の実家とか私の親類、その位のもんですね。

日本へは昭和9年に行って来て10年に帰って来ましたが、ちょうど姉が二人おったので遊びに行ってきた訳ですけども、感想と云ったって別にどうって事思いませんでしたね。日本で長男が生まれて早くブラジルに帰りたいと思いましたよ。

ブラジル人との結婚に関しては、主人はとっても純日本式なんです。だけどね、今牧師をやっている子供がやっぱりブラジル人と結婚したんです。その時ずいぶんと怒ってね。主人が怒ったってしょうがないですものね。今はもう平気ですけど、でもいつも思い出します。一人残っていた男の子が外人と結婚すると言った時には、主人は怒って、「おまえの教育が悪いからだ」なんて怒られたですよ。

だってどうしようもないですものね。その女性が銀行に勤めていたものですから、「早く行って縁を切ってこい」なんて主人は訳の分からない事を言うんですよ。行きましたけどやっぱり銀行のお金使い込んだっていうなら怒ってもいいけど、縁を切るっていったらどうしたらいいものかと思ってね。息子と会ってみたのね。そしたら、「お母さん、僕たちは信仰を持っています。信仰を持っていますよ。」の一点張りですものね。だから何も言えずに帰って来ましたよ。そしてわんわん泣きましたよ。だって、私も悪いって言うんですよ。融通がきかないのね、あんまり堅すぎて。だけど、今考えてみますと円満にいられますもの、別にどうってないんですね。

ま、一番つらかった事といえば子供を無くした事でしょうね。嬉しかった事は、とびあがる程嬉しかった事は無かったですよ。23にまで育てて二人亡くしてますものね、それが一番悲しかった事です。慣れてしまったら、つらい事というのは、それが当り前になってしまうけど、別に迫害された訳でもなかったですからね、うちあたりは。

この仏壇は、ここに日本人のお爺さんが住んでいて、日本でこういう仕事をやっていたというので、それでうちでも頼んで、主人が生きてうちに買いましたのよ。主人の祖父が仏教のお坊さんだったのね。子供が亡くなった時とかやっぱり心が乱れますものね。そういう時に南無妙法蓮華経っていうのを子供が病気であった時とかそこへ入ったら直るといわれて入ったけど、でもウライでたった二人しかそういう人はいないから、主人が亡くなってから私は成長の家に入れていただいています。

徹底出来ればいいですけど、なかなか、そこに迷いがありますものね、だけど毎朝この仏壇に向かってお経をあげるなんて気持ちがいいですよ。子供たちはべつに何の宗教って信じていないですよ。ただ、息子が一人牧師をやっているくらいだから、外人のイグレジャの牧師をやっています。

サンパウロの妹が唯一の親戚で、日本へはもう別に帰りたいとは思いません。誰も頼るところおらんですよ。年が年ですし、85才ですよ。今はもうみんな姉たちも死んでしまっ、従兄弟とかそういうのはいますけれどね。そこへ頼って行く気はしないです。ここで生活出来たらそれでいいと思っています。

- Entrevistado: 桑原 治 (Osamu Kuwabara)
- Endereço: Rua Marechal Deodoro, 750, cambará, PR. (CEP.86390)
TEL. (0437)32-1167
- Data de nascimento:
- Local de nascimento: 三重県 (Província de Mie, Japão)
- Data de entrada ao Brasil: fevereiro de 1932
- Nome do Navio: La Prata - Maru
- Ano de chegada à Cambará: 1938
- Atividade atual: Aposentado

私は三重県、妻のタマは群馬県に生まれました。出身校は東京高等工業で、教師をやっておりました。私は7人兄弟の二番目で、親もやはり教師をしていました。

ブラジルへは単身で来て、立行会に入会していたので日本にいる時にアリアンサに土地を購入していました。それで2ヶ所の土地を購入していたのですが、来てみると、とても農業のできるような土地ではなかった、結局だまされた形になってしまった訳です。父が後から来る事になっていたのですが、私はその土地の下見という事で来た訳です。でも父は結局ブラジルにはきませんでした。残ってしまった。やっぱり兄さんが反対したらしいんです。私にしてみても、帰ったって仕方がなかったし、その頃は戦争、丁度満州事変の始まった後だったんです。適齢期ですし、行けばどうせ兵隊に取られるし、とうとう帰らなかったんです。

ファゼンダを買う様な大きな資本を持って来ている様な人はいなかったでしょうね当時は。私にしてみても、3年もしたら替えるつもりでいましたからね。なぜかっていうと、私の家族も親戚も何もいないんですからね。それで帰りの旅費もちゃんと持ってきていた訳です。でも、しばらくして、病気になってしまったもんで全部使ってしまいました。

1938年、ブラジルに来て8年目でカンバラで結婚しました。実際には、そんな事でアリアンサにも入っていないんです。カンバラに1938年、それまでの6年はサンパウロ郊外と町にも透くしいました。郊外に居た時には齋藤広志なんかと一緒にいた。エメポイ実習場出身です。僕らは同じ部屋におり、同じ3期生、作業生だったんです。

桑原の家族は商売で飲食店をしておったんです。私のまえの名前は清水治、妻が桑原だったんです。私は現在77才で妻は72才です。妻の家族は1926年にサンパウロ州のアラクアラという所に入植しました。その当時はまだ日本人はだれもおりませんでした。とにかく2、3年したら日本へ替えるつもりでしたから家財道具全て置いてきたんですよ。ところが、そうはいかなかった。

カンバラには1938年に来ましたが、その頃すでに日本人の方は随分居ましたよ。みんな田舎(ファゼンダ)に入ってシッチオを買った人もいましたよ。でも全体から言えばコロノをやっていた人が多かったね。皆さん苦労してますよ。マレックになってね。そこに死亡した人達のリストがありますが、ひどかったですね。バルボーザっていうファゼンダがあって、今の松原さんとこの農場で毎日の様にお葬式がありました。もう資料はないでしょうが、あそこは外人のところでしたからね。南銀はずっと後でしたからね。

毎日の様に葬式があり、中には一家族全滅のところもありました。近年日本から訪ねてこられる人もおられるのですが、分からないんです。マレック、チフス、本当に一家族全滅の所もあり、その頃には毎日葬式の煙があっちこっちから上がり、今思い出しても涙が出てきます。昭和30年頃がひどかったねえ。日本人家族の過去帳がね、戸籍役場で作ってもらったのが家においてあります。

(奥さん)

私達が聞いたのは、ブラジルにはカフェの木にお金が成っているから来なさいって。行ったら金儲けができるからって、それじゃ3年もしたら帰るっていうから、もう何も持たずに神戸まで来ましたよ。私が8つの時でしたから、はっきりとは分からないですが、宣伝

はありましたよ。映画とかポスターとかで優雅にコーヒを飲んでいる様子とかね。ブラジルっていいとこで、何でも自由にあってこんないとこないから来なさいって。そして、30年40年しても日本には帰れなかったんですよ。去年60年ぶりに行ってきました。でも、もうすっかり変わってしまって、もう元の日本じゃないですね。全然変わってしまって。

ブラジルに来た時の家族構成、私はお父さんとお父さんの弟の家族と9人家族できました。船の様子ですか。病気になるって亡くなられたひとが、赤ちゃんを含めて2、3人いました。60日かかりましたが、別に特に変わった事ありませんでしたよ。

(御主人)。

私達は、船に七百何十人乗っておったんですが、死人が一人も出ずに、無事に着きましたよ。でも、最初は全然儲からなかった。もってるお金を使ってしまうと日本に帰れなくなるから、サンパウロ郊外の野菜作りのところで働きまして。でも、その頃はみんな借りた土地でやっている、だからひどいもんですよ。サッペ小屋にいらしてもらって、便所も無ければ風呂もない。雨水を飲んで生活していました。そんなところですよ。でも、雇っている主人もそんな所に住んでいるんだから仕方ない。それにはびっくりしたね。掘っ立て小屋だもの。一日も早く日本へ帰ろうという決心だったね。そして、戦争が終わったらぼちぼち帰ろうと思っていたけど、すまなかったもんね。とうとう日本がずーと遠くなってきた。

野菜作りに入った所は、日本人がほんの少しだったでしょうか。ほとんど交流が無かったですね。でも私達の入った所は7家族で一つのファゼンダにはいったんです。ですから、その中で運動会したり、その位の程度のもんですよ。やっと食べていける程度の人達ばかりでしたからね。

子供は一人もいません。これは妻の甥の子供で甥は日本に出稼ぎに行ってるんですよ、それで仕方なくトマコンタしています。

北パラナへ来た理由は、こちらの方が良いんじゃないかって人に誘われて入ったんですが、4年契約でやりました。そして一生懸命働いて、幾らか残して、それから街に出たんです。丁度その頃、池田さんがここにおったんです。で、止めるから引き継いで欲しいという事で、家を引き受けて、少しやったんです。

だいたいサンパウロにおって都会は好かないんですよ。田舎に行きたいと思っていたところに、丁度来ないかっていう話があって、それでここへ来た訳なんですよ。その頃は、このあたりもまだ完全に開けてなかったんですが、日本人の方がずいぶん入って来ましたよ。もちろん車もありましたが、道は泥道ですから雨が降ったら歩けなかったしトラックも少なかったですね。だいたい、カンバラが奥地へ入る人や、奥地に向かう人達の基地の様になっていたようです。野村農場あたりからも買い物に來たりして、かなりの人が泊まったね。バンデイランテス辺りから馬車で泊まりがけで買い物に来るんです。奥地へ行く人達も目的地に直接、土地を買うとかいろいろ決めて行ったようです。

エメポイとの交流はいまでもありますよ。毎年親睦会をやります。でも、やっぱり来た時期が悪かったのかずいぶん犠牲になってるね。実際に現在、元実習生、作業生、職員なんかは全部で当時300名位いたのに、その中で100名位しかいないんですよ。皆どこに行ったのか分からない。アマゾンの方へ行った人がかなり多いとエメポイの本なんかにはありますけれど、...

夢とか事業の拡張とか、そんな物は何も考えてなかったね。いくらか残す事しか出来ませんでしたよ。農業する家族じゃ無いからね。それに、やっぱり人使っているとなかなか出られないですよ。もう今は隠居していますけどね。

この子供たちは日本語はだめだ。こっちから言った事は大体分かるらしいんだけど今は先生もいないしね。元は随分やっていたんですよ、日本語学校も、私達が世話をしておってね。でも今はもう子供がいなくなった。子供が少ない。ちょっと大きくなると皆都会へ行きます。

勝ち組負け組の問題には少し巻き込まれました。だけど騒ぎは少ない。一時は提灯行列があったなんて言うもんだから、それじゃ勝ってるだろうなんて思っていたけれどね。昔はラジオが皆取り上げられた。内緒で聞いたもんですよ。で、見つかったら連れていかれ

てね。カンバラは勝ち組が多かったんですよ。日本が勝ったなんて言って、財産持って日本に帰るなんて言って、お金持ちの方まで破産状態になった人もおりますよ。そして段々と敗戦が分かってくる、日の丸の旗を自然に作ったですよ。一時は敗戦を信じていた人達がガクッときてね、勝ち組の人達の方が頑張ったんじゃないかな。日本語学校だって勝ち組が続けておったんじゃないかな。

私がこっちで骨を埋めようって気持ちになったのは戦後ですよ。ブラジルに慣れたら日本に帰って生活しようなんて人はほとんどいないでしょう。特にブラジルで子供が生まれた人は、やっぱり帰れないですよ。

この仕事以外にシーチョを持っています。一番大きかった時で40アルケール位で、今は12.5、もう牛も皆片付けて貸しています。それで日本へ行ってきました。もちろん人を使ってやっていました。そうですね、もう5～6年頃になりますね。雑貨屋の店も20年位やってました。ホテルは最初の2～3年だけですよ。戦前はそれ程良くなかったけど、戦後しばらくして随分儲かりましたね、それでいくつも家を買ったんです。でも、昔は政府の融資がなかったから、高い利息のお金を借りて、それで段々どうにもならなくなってそれで商売も止めてしまいました。

戦前、戦後、日本とは連絡をとっていました。兄弟が7人おって私一人だけ来てる。一番上が亡くなって、私は次男です。そして、四男は交通事故で。...

取っている刊行物は、まずパウリスタ新聞、家の光はもうやめて、永田さんの「農村」がきとりますけどね。後は日本から送ってきます。現代、文芸春秋とか、O ESTADO DE SÃO PAULOをとっていました。

結婚に関しては、まあ日本人同志がいいとは思うけど、子供が親の言うことを聞かないからね。一人でおった時、体が丈夫じゃないもんだから、病気になるると本当にだれもかまってくれないから一番悲哀を感じたね。結局、婿に来ないかって言われて、世話になっている人に相談すると、是非行きなさいと。何故かと言ったら一人っきりですからね。知り合いって立行会だけですからね。

名誉市民章をもらっているんですよ、カンバラの。で、来て良かったと思うね。もう長いですからね。子供がいなかったからいろいろ皆にしてあげられたしね。だから、皆さんが良くして下さるんですよ。一昨年前に金婚式やったんですけど、皆さんがしてくださって、内緒にしてたんですけど。

私が日本人会の会長をやっていた時、会館は木造のものだけだったんです。その2階に寄宿舎をおいて、日本政府の融資による奨学舎が建って。でもひどい所だったんです。それで会館を作ることにしたんです。

先生に来てくれた人がいい人で、骨折り甲斐があるといつてね。その頃14～5人おったのかな。それでもまだ入りたい人が沢山おって、一階の板の上を全部寄宿生の泊まる所にして、42の寝台を二段にして、それでもまだ一杯になったんだから。その頃はシッチョで子供を学校に入れたいという人が沢山おりました。そういう子供たちが大きくなって皆それぞれ街に行ってしまう。そして、寄宿生の親たちはみな夫婦っきりだ。百姓が一番恵まれないんですよ。

僕たちにしても、寂しくなっちゃったみたいなものだ、みんな行っちゃってね。でも、社会人になってからちょくちょくやってきますよ。結婚して子供を連れて来るけど、そういう姿を見て涙が出てくる。



ESTADOS UNIDOS DO BRASIL



O Presidente da República

Faz saber a quantos esta Carta virem que, atendendo ao que foi requerido pela sociedade anônima "Nambu Tochi Kabushiki Kaisha", com sede na cidade de Tóquio, capital do Japão, resolveu, pelo decreto n. 29.628, desta data, conceder-lhe autorização para funcionar na República, com o capital destinado às suas operações comerciais no Brasil, consignado na importância de Cr\$...... 1.400.000,00 (hum milhão e quatrocentos mil cruzeiros), com os estatutos sociais que apresentou, consoante as resoluções aprovadas em assembléias gerais extraordinárias de seus acionistas, realizadas a 19 de julho de 1938, 9 de dezembro de 1948 e 1º de fevereiro de 1951, respectivamente, mediante as cláusulas que êste acompanham, assinadas pelo Ministro de Estado do Trabalho, Indústria e Comércio, obrigando-se a mesma sociedade a cumprir integralmente as leis e regulamentos em vigor, ou que venham a vigorar, sobre o objeto da referida autorização.

E, para firmeza de tudo, mandou passar a presente Carta, que vai por êle assinada e autenticada com o Sêlo Nacional.

Rio de Janeiro, 1 de Junho de 1951,
130ª da Independência e 63ª da República.

Augusto C. de Azevedo

HE/

Referência: Proc. MTIC- 926.997-50- D.N.I.C.

041
HUC
M
M

Banco do Brasil S.A.

DIREÇÃO GERAL

CAIXA POSTAL 1150

É FAVOR CITAR NA RESPOSTA:

TELEGRAMAS "SATELGERAL"

AGEDE/9-Adm.298

Btx.

RIO DE JANEIRO, 28 de maio de 1951.

Ilmo. Snr.
Seigui Fujihira,
D. Procurador da S.A. Nambei Tochi Kabushiki Kaisha,
Presente.

Prezado Senhor,

Comunicamos-lhe pela presente que esta Agência Especial de Defesa Econômica houve por bem deferir a solicitação feita por V. S. a 28 de fevereiro p. passado, em nome da S. A. Nambei Tochi Kabushiki Kaisha, para o fim de fazer cessar o regime de fiscalização instituído pelo Decreto nº 28.599, de 6.9.1950, tudo na forma autorizada pela Lei nº ... 1.224, de 4 de novembro de 1950.

Dêsse modo e, para integral execução das disposições dêsse último diploma legal, aplicáveis às sociedades japonesas sediadas no exterior, como é o caso da entidade referida, apresentamos, com esta, para conhecimento e observância por parte da aludida sociedade, as anexas "Instruções Gerais", determinadas pela letra b do § 2º do artigo 4º da cita da Lei nº 1.224.

Transmitindo as "Instruções Gerais" em duas vias, solicitamos de V. S. o especial obséquio de providenciar a devolução da segunda via devidamente autenticada, com a declaração expressa de que tomou conhecimento das mesmas e se compromete, sob as penas da lei, a cumprí-las integralmente.

Por oportuno, esclarecemos que a cessação do regime de fiscalização só se operará depois que esta Agência Especial receber, em devolução, a segunda via das "Instruções Gerais" devidamente assinada e com firma reconhecida por tabelião.

Cordiais Saudações

BANCO DO BRASIL S/A.

Agência Especial de Defesa Econômica

Anexo.

Paulo Tavares da Silva



ESTADOS UNIDOS DO BRASIL

DIÁRIO OFICIAL

SEÇÃO I

CG — N.º 437

CAPITAL FEDERAL

QUARTA-FEIRA, 6 DE JUNHO DE 1951

ATOS DO PODER EXECUTIVO

DECRETO N.º 29.389 — DE 26 DE MARÇO DE 1951

À Prefeitura Municipal de ... concedido para distribuir ... e comércio de energia elétrica na sede do município de Cá ... Estado de Mato Grosso, e ... providências.

idente da República, usando ... e lhe confere o ar ... inciso I da Constituição, e ... do art. 10 do Decreto ... 281, de 5 de junho de 1940,

É outorgada à Prefeitura ... de Cáceres concessão para ... e fazer o comércio de ener ... na sede do município de ... Estado de Mato Grosso, fi ... tanto autorizada a mon ... usina termoeleétrica de ... e a instalar o sistema de ... de energia elétrica em ... sua zona de concessão.

caducará o presente ti ... dependente de ato declara ... a concessionária não satis ... seguintes condições: Registrá-lo na Divisão de ... o Departamento Nacional da ... Mineral, do Ministério da ... ra, dentro de trinta (30) ... contar da data de sua pu ...

II — Apresentar à referida Di ... visão de Águas os estudos, projetos e orçamentos relativos às instalações da usina e do sistema de distribuição, dentro do prazo de noventa (90) dias a contar da data da publicação deste Decreto.

III — Iniciar e concluir as obras nos prazos que forem determinados pelo Ministro da Agricultura.

Parágrafo único. Os prazos a que se refere este artigo poderão ser prorrogados por ato do Ministro da Agricultura.

Art. 3.º As tabelas de preços de energia elétrica serão fixadas pela Divisão de Águas, no momento oportuno e trienalmente revistas, de acordo com o art. 180 do Código de Águas.

Art. 4.º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5.º Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 26 de março de 1951; 130.º da Independência e 63.º da República.

GETULIO VARGAS.

João Cleofas.

(N.º 19.094 — 4-6-51 — Cr\$ 204,00).

CLAUSULAS QUE ACOMPANHAM O DECRETO N.º 29.389, DE 26 DE MARÇO DE 1951

A sociedade anônima "Nambu Tochi Kabushiki Kaisha" é autorizada a ter permanentemente um representante geral no Brasil, com poderes ilimitados para tratar e definitivamente resolver as questões que se suscitarem, quer com o Governo, quer com particulares, podendo demandar e receber citação inicial pela sociedade.

II

Todos os atos que praticar no Brasil ficarão sujeitos unicamente às respectivas leis e regulamentos e à jurisdição de seus tribunais judiciais ou administrativos, sem que, em tempo algum, possa a sociedade reclamar qualquer exceção, fundada em seus estatutos, e estes não poderão servir de base para qualquer reclamação concernente à execução das obras ou serviços a que eles se referem.

III

A Sociedade não poderá realizar no Brasil os objetivos constantes de seus estatutos que são vedados a sociedades estrangeiras, e só poderá exercer os que dependam de prévia permissão governamental, depois de obtida e sob as condições em que for concedida.

IV

Fica dependente de autorização do Governo qualquer alteração de estatuto que a sociedade tenha de fazer nos respectivos estatutos. Ser-lhe-á cassada a autorização para funcionar na República se infringir esta cláusula.

V

Fica entendido que a autorização é dada sem prejuízo do princípio de que a sociedade se sujeita às disposições de direito que regem as sociedades anônimas.

VI

A infração de qualquer das cláusulas para a qual não esteja prevista a pena especial será punida com a multa de mil cruzeiros (Cr\$ 1.000,00), a cinco mil cruzeiros (Cr\$ 5.000,00) e, no caso de reincidência, com a cassação da autorização concedida pelo decreto em virtude do qual baixam as presentes cláusulas.

Rio de Janeiro, 1 de junho de 1951. — Dantas Coelho.

O Cônsul de Portugal, encarregado dos interesses consulares brasileiros no Japão:

Certifica a autenticidade do documento anexo, cuja tradução é a seguinte:

Cópia autêntica da ata de assembléa geral extraordinária. Aos 5 de dezembro de 1948, na sede da Companhia, estando presentes 28 acionistas representando 706 ações, realizou-se a assembléa geral extraordinária dos acionistas da Nambu Tochi Kabushika Kaisha. Ocupando a presidência da mesa o Senhor Yoshinobu Tatsue, diretor-presidente, depois de ouvir o plenário do número dos acionistas presentes, bem como das questões que representam, submeteu a votos o projeto de resolução que consistia na ratificação dos Estatutos sociais. Ocupando a tribuna o acionista Toshiro Tamura, manifestou a sua aprovação ao projeto que, de continuo, foi submetido a votos. Por votação unânime, foi o projeto aprovado, após o que foi declarado pelo presidente da mesa o encerramento da sessão. Para constar, mandamos lavrar a presente ata, assinada em conformidade do artigo 17 dos Estatutos sociais pelo presidente da mesa, e um dos diretores presentes à sessão, ficando entendido que esta ata faz parte integrante dos Estatutos ratificados que se seguem a seguir:

GETULIO VARGAS.

Dantas Coelho.

DECRETO N.º 29.628 — DE 1 DE JUNHO DE 1951

À sociedade anônima "Nambu Tochi Kabushiki Kaisha" autorizada para funcionar na República.

idente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo I, da Constituição e nos termos do Decreto-lei n.º 3.627, de 2 de dezembro de 1946, decreta:

o único. É concedida à sociedade anônima "Nambu Tochi Kaisha", com sede na cidade de Tóquio, capital do Japão, autorizada a funcionar no país, com o capital destinado às suas operações no Brasil, consignado na importância de Cr\$ 1.400.000,00 (um mil quatrocentos mil cruzeiros), com os estatutos sociais que apresentou, as resoluções aprovadas em assembléas gerais extraordinárias em 19 de julho de 1938, 9 de dezembro de 1948 e 1.º de janeiro de 1951 respectivamente, mediante as cláusulas que este ato, assinadas pelo Ministro de Estado do Trabalho, Indústria e Comércio, obrigando-se a mesma sociedade a cumprir integralmente as disposições em vigor, ou que venham a vigorar, sobre o objeto da presente autorização.

Rio de Janeiro, 1 de junho de 1951; 130.º da Independência e 63.º da República.

EXPEDIENTE

DEPARTAMENTO DE IMPRENSA NACIONAL

DIRETOR GERAL

ALBERTO DE BRITO PEREIRA

CHEFE DO SERVIÇO DE PUBLICAÇÕES
MURILO FERREIRA ALVES

CHEFE DA SEÇÃO DE REDAÇÃO
EUCLIDES DESLANDES

DIÁRIO OFICIAL

SEÇÃO I

Impresso nas oficinas do Departamento de Imprensa Nacional
Avenida Rodrigues Alves, 1

ASSINATURAS

REPARTIÇÕES E PARTICULARES		FUNCIONÁRIOS:	
Capital e Interior:		Capital e Interior:	
Semestre	Cr\$ 50,00	Semestre	Cr\$ 39,00
Ano	Cr\$ 96,00	Ano	Cr\$ 76,00
Exterior:		Exterior:	
Ano	Cr\$ 136,00	Ano	Cr\$ 108,00

Para facilitar aos clientes a verificação do prazo de validade de suas assinaturas, na parte superior do endereço vão impressos o número do talão de registro, o mês e o ano em que findará.
A fim de evitar solução de continuidade no recebimento dos jornais, devem os assinan-

tes providenciar a respectiva renovação com antecedência mínima, de trinta (30) dias.

— As Repartições Públicas cingir-se-ão às assinaturas anuais renovadas até 30 de Fevereiro de cada ano e às iniciadas, em qualquer época pelos órgãos competentes.

— A fim de possibilitar a remessa de valores acompanhados de esclarecimentos quanto à sua publicação, solicitamos aos senhores clientes deem preferência à remessa por meio de cheque ou vale postal, emitido a favor do Sr. Tesoureiro do Departamento de Imprensa Nacional e não em seu nome individual.

— Os suplementos às edições dos órgãos oficiais só se fornecerão aos assinantes que os solicitarem.

— O custo de cada exemplar atrasado dos órgãos oficiais será, na venda avulsa, acrescido de Cr\$ 0,10, se do mesmo ano, e de Cr\$ 0,50, por ano decorrido.

9 de dezembro de 1948. Pela Nambel Tochi Kabushiki Kaisha, shonobu-taruna. Diretor presidente e presidente da mesa: KAOBU FUKUDA. Está conforme ao original: O diretor, a) Kazumi Togo. (Firma autêntica), Estatutos da Nambel Tochi Kabushiki Kaisha.

CAPÍTULO I

DISPOSIÇÕES GERAIS

- 1.º A Companhia se propõe a adquirir na América do Sul, terras, a vendê-las em lotes ou exercer nelas atividades agrícolas.
- 2.º Denomina-se a Companhia "Nambel Tochi Kabushiki Kaisha".
- 3.º O capital de 1.100,00 yens, em moeda corrente japonesa, o capital subscrito.
- 4.º A Companhia terá a sua sede em Tóquio.
- 5.º As publicações obrigatórias desta Companhia se farão no Diário publicado em Tóquio.

CAPÍTULO II

DAS AÇÕES

- 6.º O capital da Companhia é formado por 1.100 ações do valor de 1 yene cada uma.
- 7.º As ações desta Companhia são nominais.
- 8.º É de 500 yens por cada ação a primeira chamada do capital.
- 9.º **Parágrafo único.** Compete à diretoria proceder à segunda ou demais chamadas de capital.
- 10.º Aos acionistas atrasados no pagamento do capital subscrito, cobrados juros de 4 sens por 100 yens em atraso, até que seja feito o pagamento.
- 11.º Será nula qualquer transferência de ações a que não for competente a autorização da Companhia.
- 12.º **Parágrafo único.** A transferência de ações se fará válidamente com o devido fato no verso da ação transferida.
- 13.º No caso de extravio de ações, poderá o acionista requerer a emissão, depois de declarada por sentença a invalidez das ações perdidas.
- 14.º Quando julgar necessário, poderá a Companhia suspender a circulação das ações.
- 15.º A Companhia cobrará do acionista uma taxa de 20 sens para a transferência de uma ação e de 50 sens por cada uma delas para as emissões.
- 16.º Há na sede da Companhia o registro de firmas dos acionistas.

Parágrafo único. Qualquer alteração de firma deve ser anotada e, nos acionistas residentes fora do país, devem ter seus respectivos nomes devidamente registrados na Companhia.

CAPÍTULO III

DA ASSEMBLÉIA GERAL DE ACIONISTAS

- Art. 15. Será convocada anualmente uma assembleia geral ordinária no mês de setembro.
- Art. 16. Presidirá a assembleia geral de acionistas o diretor-presidente na falta ou impedimento do qual será substituído por outro diretor.
- Parágrafo único.** Exercerá o voto de desempate o presidente da mesa.
- Art. 17. Da assembleia será lavrada uma ata, em a qual se relatam todas as ocorrências da sessão, bem como das decisões tomadas, sendo assinada pelo presidente da assembleia geral e um dos diretores presentes.

CAPÍTULO IV

DA DIRETORIA

- Art. 18. A diretoria desta Companhia será composta de:
 - a) Diretores até o máximo de 8;
 - b) Fiscais até o máximo de 4.
- Art. 19. Os diretores e fiscais desta Companhia serão eleitos dentre os acionistas detentores de 10 ou mais ações.
- Parágrafo único.** Compete aos diretores escolher entre si o diretor-presidente.
- Art. 20. Mesmo quando se demitir qualquer diretor, não se procederá à eleição para substituição se o número dos diretores restantes não for menor do que o determinado pela lei.
- Parágrafo único.** O mandato dos diretores eleitos para substituir os demissionários terminará com o fim do destes.
- Art. 21. Será de 3 anos o mandato dos diretores e de 2 anos o dos fiscais, ficando entendido que o mesmo será prorrogado até o fim da assembleia geral ordinária que se der no mesmo ano em que termina o mandato.
- Art. 22. Os diretores se obrigam a caucionar, em poder dos fiscais, 10 ações desta Companhia pertencentes a cada um deles.
- Art. 23. Compete à assembleia geral dos acionistas fixar as gratificações da diretoria.

CAPÍTULO V

DOS DIRETORES

- Art. 24. Compete aos diretores resolver sobre planos de negócios e outros assuntos importantes.
- Art. 25. A reunião dos diretores funcionará válidamente com a presença da metade e um dos diretores.
- Parágrafo único.** Assuntos urgentes poderão ser resolvidos por qualquer número de diretores presentes, que se obrigam a comunicar, aos demais acionistas as deliberações tomadas.

Art. 28. Da reunião dos diretores será lavrada uma ata, em qual serão todas as resoluções tomadas, sendo assinada por todos os diretores presentes à reunião.

CAPITULO VI

DAS CONTAS

Art. 27. Todas as contas desta Companhia serão encerradas no dia 31 de março de cada ano, em que termina o exercício financeiro da Companhia.

Art. 28. A distribuição dos dividendos será feita entre os acionistas no tempo da assembleia geral que fixar o seu montante.

Art. 29. Não poderá exceder de 10 mil yens anuais a gratificação dada um dos diretores da Companhia.

CAPITULO VII

DISPOSIÇÕES TRANSITORIAS

Art. 30. Não poderão exceder de 3.000 yens as despesas com a constituição desta Companhia.

Art. 31. Foram adotados em 17 de junho de 1927, os Estatutos desta Companhia.

Art. 32. São os seguintes os sócios fundadores desta Companhia, com indicação de suas respectivas residências e do número de ações subscritas:

Nome	Residência	Ações
Yamashina	Tóquio	100
Yoshinobu Fukushima	Tóquio	50
Isaburo Yamura	Tóquio	50
Shigeo Soma	Tóquio	30
Yoshiaki Okada	Tóquio	100
Yoshiaki Imai	Tóquio	50
Yoshiaki Umakoshi	Tóquio	150

Consulado de Portugal em Tóquio, aos 14 de março de 1949. — J. A. Abranches Pinto, Cônsul.

Pagos ao câmbio de 11.00 a quantia de 411.550.00 (Es. 1.050.00), sob o número 97º da tabela, ficando esta importância lançada no livro de receita sob o número 334.

Tóquio, 14 de março de 1949. — J. A. Abranches Pinto.

Reconheço por assemelhação a firma supra de J. A. Abranches Pinto, Cônsul em Tóquio.

LEGAÇÃO DE PORTUGAL EM TOKYO

Seção Consular

Consul de Portugal, encarregado dos interesses consulares brasileiros no Japão:

Certifica a autenticidade do documento anexo, cuja tradução é como segue:

Lista dos acionistas, em 31 de janeiro de 1949.

Ações	Residência — Profissão	Nome
100	Tóquio, capitalista	Kyoichi Umakoshi
100	Osaka, comerciante	Masayoshi Kitagawa
100	Tóquio, capitalista	Keijiro Inoue
100	Osaka, capitalista	Hidejiro Sugano
50	Tóquio, comerciante	Kaoru Doki
50	Tóquio, capitalista	Kuniso Hara
50	Tóquio, imigração	Kaigai K. H. Kaisha
50	Tóquio, comerciante	Yahachi Imai
50	Tóquio, capitalista	Ryotin Shimoge
50	Tóquio, comerciante	Koqoro Uemura
50	Tóquio, comerciante	Shinnosuke Fukushima
50	Kanagawa-ken, comerciante	Katsuyuki Kanayama
50	Tóquio, comerciante	Saburo Hara
10	Tóquio, comerciante	Kasumi Togo
25	Kanagawa-ken, capitalista	Toshiro Tamura
25	Yamaguchi-ken, comerciante	Totosaku Taga
25	Tóquio, comerciante	Shigehiko Iraki
20	Tóquio, comerciante	Seki Soma
15	Tóquio, comerciante	Kiyoshi Ogawa
15	Tóquio, capitalista	Kensuke Arishima
15	Tóquio, comerciante	Takeo Atomiya
10	Tóquio, comerciante	Nario Soma
10	Saitama-ken, capitalista	Yoshinobu Tatsue
10	Kanagawa-ken, capitalista	Motoichi Yasuda
10	Tóquio, comerciante	Kan Fujino
1.320	ações	26 sócios

Está conforme ao Livro de Acionistas desta Companhia.

Tóquio, 31 de janeiro de 1949. — Yoshinobu Tatsue. (Firma recobida). — Diretor-presidente.

Consulado de Portugal, aos 14 de março de 1949. — J. A. Abranches Pinto, Cônsul.

Pagos ao câmbio de 11.00 a quantia de 73.850.00 (Es. 1.846.25) sob o número 97º da tabela, ficando esta importância lançada no livro de receita sob o número 332.

Tóquio, 14 de março de 1949. — J. A. Abranches Pinto.

Reconheço por assemelhação, a firma supra de J. A. Abranches Pinto, Cônsul em Tóquio.

Delegacia Fiscal em São Paulo, 25 de outubro de 1950.

O Cônsul de Portugal, encarregado dos interesses consulares brasileiros no Japão:

Certifica a autenticidade do documento anexo, cuja tradução é como segue:

Cópia autêntica da ata da assembleia geral extraordinária da Nambu Tochi Kabushiki Kaisha, em 17 de julho de 1938, na sede da Kaigai Kogyo Kabushiki Kaisha, sito em 3-chome, Marunouchi, Kojimachi-ku, Tóquio; estando presentes os acionistas, representando 850 ações, dos 24 acionistas com 1.100 ações nominalmente, que representam a totalidade das ações da Companhia. Foi convocada a assembleia geral extraordinária convocada especialmente para discutir o montante do capital a empatar no Brasil. Ocupando a presidência da mesa, declarou o Senhor Yoshinobu Tatsue diretor-presidente. Na sessão, submetendo a votos a ordem do dia. Por votação nominal ficou fixado em 400.000 yens o capital a realizar no Brasil. Na sessão seguinte ato contínuo, lavrou-se a presente ata, assinada na totalidade do art. 17 dos Estatutos sociais. Tóquio, 19 de julho de 1938. N.º 3-chome, Marunouchi, Kojimachi-ku, Tóquio, pela Nambu Tochi Kabushiki Kaisha, aa) Yoshinobu Tatsue, Kaoru Doki. Está conforme ao livro de receita sob o número 329.

Tóquio, 31 de janeiro de 1949. — Yoshinobu Tatsue. (Firma recobida) Diretor-presidente.

Consulado de Portugal em Tóquio, aos 14 de março de 1949. — J. A. Abranches Pinto, Cônsul.

Pagos ao câmbio de 11.00, a quantia de 71.925.00 (Es. 1.798.75) sob o número 97º da tabela, ficando esta importância lançada no livro de receita sob o número 329.

Reconheço por assemelhação a firma supra de J. A. Abranches Pinto, Cônsul em Tóquio.

Delegacia Fiscal em São Paulo, 26 de outubro de 1950.

Tabellião Vieira de Mello — Ruas: Benjamin Constant, 143 — Caixa Postal 176. Reconheço a firma supra, ilegível. São Paulo, 26 de outubro de 1945. Em testemunho da verdade. — Lodo. (Firma ilegível) Tabelário autorizado

PROCURAÇÃO

Pelo presente instrumento de procuração, feito e assinado em conformância das formalidades extrínsecas da lei japonesa, a sociedade anônima Nambu Tochi Kabushiki Kaisha, com sede em Tóquio, Japão, por representada pelo seu diretor-presidente infra-assinado, nomeia e constitui seu bastante procurador a Segur Fujihira, japonês casado, residente no comércio, domiciliado e residente em São Paulo, Brasil, a quem fere plenos, amplos e ilimitados poderes para representar a outorgante, Juízo ou fora dele, para: 1) praticar todos os atos necessários para a execução de funcionar no Brasil da Companhia outorgante, podendo agir nas condições mediante as quais o Governo Brasileiro resolver dar a autorização; 2) receber citação inicial, podendo contratar advogado para de substabelecimento legal para representar a outorgante em todos os atos de autor ou ré; 3) transigir, fazer acordos, existir de árbitros, arbitrar, receber e dar quitação; 4) administrar os bens, locar e arrendar os terrenos que a Companhia possui, convencionar as condições de pagamento, receber e dar quitação, assinar e cumprir contratos de compromisso de compra e venda, bem como as definitivas, transigir, receber e dar quitação; 5) responder pela criação; 6) representar e apresentar memoriais ou declarações e praticar todos os atos necessários com os poderes públicos sobre a exploração de minérios, colônias, projetos de empreendimento e sua execução; 7) celebrar quaisquer contratos, com os poderes públicos, particulares, sociedades ou pessoas jurídicas do direito público ou privado, modificar ou rescindir os contratos já celebrados; 8) depositar dinheiro ou levantar o depósito, nos bancos e outras instituições, emitir cheques e endossar cheques emitidos contra a outorgante; 9) praticar todos os atos e quaisquer transações concorrentes as anteriores; 10) substabelecer quando for necessário para o desempenho dos atos em que deva representar a outorgante.

Tóquio, 2 de agosto de 1949. — Y. Tatsue.

Registro n.º 17.981.

Certifico que a firma supra de Yoshinobu Tatsue, diretor-presidente da Nambu Tochi Kabushiki Kaisha, foi lançada do seu próprio livro de receita sob o número 329, Tabellião e da testemunha Jorge Miderkawa.

Em Cartório, aos 18 de agosto de 1949.

Cartório: N.º 11, 1-chome, Nishombashi Kakigara-cho, Caixa Postal 211, Tabellião Público junto à Diretoria de Justiça em Tóquio.

Reconheço verdadeira a firma supra do Senhor Miderkawa, Tabelário Público em Tóquio.

Consulado de Portugal em Tóquio, aos 17 de agosto de 1949. — J. A. Abranches Pinto.

Firma na Delegacia Fiscal em São Paulo. Interesses consulares brasileiros no Japão.

Reconheço por assemelhação a firma supra de J. A. Abranches Pinto, encarregado dos interesses consulares brasileiros no Japão.

Delegacia Fiscal em São Paulo, em 18 de janeiro de 1950.

São Paulo, 18 de janeiro de 1950. — Em testemunho da verdade. — Dr. Aloizio Lodo.

do Brasil de Portugal, encarregado dos interesses consulares brasileiros no Japão:

Atesta a autenticidade do documento anexo, cuja tradução é como

DEMONSTRAÇÃO DO ATIVO E PASSIVO, EM 31 DE OUTUBRO DE 1950

BALANÇO DAS CONTAS N.º 14, EM 31 DE MARÇO DE 1941

Deve		Haver	
realizado	1,100,000.00	Yens sens	220,000.00
no Brasil	85,205.62		316,680.63
pagar	43,154.45		366,316.14
de a pagar	11,009.53		63,865.84
a pagar	800.00		19,948.78
de reserva	5,000.00		19,134.15
do lucro do exercício anterior	38,472.93		10,237.59
			23,102.87
			16,679.94
			65,205.62
			115,197.50
			27,064.47
Total	1,263,442.53	Total	1,263,442.53

CURTAS DE LUCROS E PERDAS NO EXERCÍCIO DE 1 DE ABRIL DE 1940 A 31 DE MARÇO DE 1941

Yens sens	109,067.35
	5,820.34
	37,064.47
Total	141,952.16
Yens sens	61,917.76
	25,050.40
	54,984.00
Total	141,952.16

Transportar 11,408.45

conforme.

do, 31 de março de 1949. — Pela Nambel Tochi Kabushiki Kaisha, sob o nome Tatsuc. (Firma reconhecida). — Diretor-presidente.

do de Portugal em Tóquio, aos 14 de março de 1949. — J. A.

o câmbio de 11.00 a quantia de 43,850.00 (Es. 350400) segundo a tabela, ficando esta importância lançada no livro de registro número 233.

Ativo		Cré
Imóveis	846.447,21
Imóveis C/de Reformas	8.110,10
Movels e Utensílios	2.923,80
Veículos e Acessórios	98.358,78
Instrumentos Agrícolas e Utensílios P/Lavoura	2.868,76
Materiais Elétricos	19.935,88
Cados e Animais de Serviço	43.800,00
Ações e Valores Diversos	100.000,00
Obrigações de Guerra	7.161,60
Randi	78.000,00
Titulos a Receber	878.460,20
Contas Correntes	308.176,99
Contas Correntes C/Colonos	89.788,20
Depósitos Bancários C/Cota Retenção	214.488,90
Contas Transitórias Pend. Classificação	58.837,10
Terras à Venda	63.874,00
Devedores por Vendas de Terras	1.234.464,20
Café	927.640,00
Sacchara	24.345,80
Caixa	16.816,82
Estampilhas	2.708,20
Depósitos Bancários	1.288.705,00
Aposentadoria	8.945,00
Despesas Gerais	108.577,00
Despesas de Pessoal	89.509,70
Fazenda Pirianito — C/de Custeio	162.844,20
Sub-total	7.061.106,10
Mandatários por Cobrança	874.754,00
Titulos em Carteira	308.788,90
Total	7.936.548,20

Passivo		Cré
Contas Correntes	21.821,00
Contas Correntes C/Colonos	18.633,30
Capital	1.400.800,00
Contas Transitórias Pend. Classificação	2.541.124,40
Lucros e Perdas	81.008,00
Resultado de Vendas de Terras	1.739.343,00
Rendas de Juros e Descontos	298.798,19
Rendas Diversas	2.150,00
Fazenda Pirianito — C/Rendas Diversas	7.138,40
Fazenda Pirianito — C/Renda Produção	992.640,00
Arrendamentos de Terras	26.856,00
Sub-Total	7.061.106,10
Titulos em Cobrança	878.460,20
Total	7.936.548,20

pp. S. A. Nambel Tochi Kabushiki Kaisha, sob Fiscalização Federal. — ~~Sociedade Anônima~~ — Benedicto Rodrigues da Cunha, Contador — Registro n.º 38.412 — Visto. — Fiscal Federal. — Moacyr Barroso de Souza.

O Conselheiro de Portugal, encarregado dos interesses consulares brasileiros no Japão:

Certifica a autenticidade do documento anexo, cuja tradução é como segue:

Lista dos diretores e suas respectivas residências:

Diretor-presidente (com poderes para representar a Companhia) — Yoshiuobu Tatsue, residente no n.º 5.712, Suka-machi, Warabi-machi, Sagami-ken;

Diretor — Kaoru Doki, residente no n.º 101, Shinjima-cho, Sagami-ken, Tóquio;

Diretor — Yasuyuki Kanayama, residente no n.º 7.355, Katayama, Fujisawa-shi, Kanagawa-ken;

Director — Kazumi Togo, residente no n.º 20, 1-chome, Akatsutsumi-Setagaya-ku, Tôquio.

conforme.

quido, 1 de março de 1949. Pela Nambel Tochi Kabushiki Kaisha, Yoshinobu Tatsue. (Firma reconhecida). Director-presidente).

Consulado de Portugal em Tôquio, aos 14 de março de 1949. — J. A. Abranches Pinto, Cônsul.

cou ao câmbio de 11.00 a quantia de 41.925.00 (Es. 170000), segundo número 97 da tabela, ficando esta importância lançada no livro desta sob o número 331.

quido, 14 de março de 1949. — A. Pinto. reconheço por assemelhação a firma retro supra de J. A. Abranches Cônsul em Tôquio.

Consulado de Portugal, encarregado dos interesses consulares brasileiros no Japão:

certifica a autenticidade do documento anexo, cuja tradução é como

certidão do Registro. N.º 8.270. Denominação: Nambel Tochi Kabushiki Kaisha. Sede social: N.º 6, 3-chome, Marunouchi, Chiyoda-ku, Tôquio. Observações: Tendo sido demittidos os diretores Shintaro Akomiya e Kenji Kitagawa, em 29 de setembro de 1948, foi nomeado para director o Senhor Kazumi Togo, residente no n.º 20, 1-chome, Akatsutsumi-Setagaya-ku, Tôquio. A presente certidão é cópia fiel do livro do Registro, ao qual me reporto e dou fé a) Rimpel Kuranouchi, Chefe do Serviço de Registro em Nihombashi, da Diretoria de Justiça em Tôquio.

de novembro de 1948.

Consulado de Portugal em Tôquio, aos 14 de março de 1949. — J. A. Abranches Pinto, Cônsul.

cou ao câmbio de 11.00 a quantia de 71.925.00 (Es. 175000) segundo número 97 da tabela, ficando esta importância lançada no livro de registro o número 330.

quido, 14 de março de 1949. — A. Pinto.

reconheço por assemelhação a firma supra de J. A. Abranches Cônsul em Tôquio.

Legacia Fiscal em São Paulo, 26 de outubro de 1950.

TRADUÇÃO N.º 907

José Yamashiro, Tradutor Público Juramentado pela Junta Comercial do Estado de São Paulo. Rua Boa Vista n. 84 — 8.º andar — Salas 805-808 — 32-9603 — São Paulo.

José Yamashiro, tradutor público e intérprete comercial juramentado pela Junta Comercial do Estado de São Paulo, certifico, que aos 21 de março de mil novecentos e cinquenta e um, me foi apresentado, por parte interessada, um documento em língua japonesa, traduzido para o Vernáculo, cujo teor era o seguinte:

Ata da Assembléa Geral Extraordinária dos Acionistas.

Reunio-se ás 14 horas do dia 1 de fevereiro de 1951, na sede desta Assembléa Geral Extraordinária dos Acionistas. Do total de acionistas e mil e cem ações, compareceram quinze acionistas representando setecentos e cinco ações. O diretor-representante desta Tatsue ocupou a presidéncia da Assembléa e depois de declarar a ordem do dia e a leitura do comparecimento de acionistas e o número de ações por eles representadas, pediu a deliberação da Assembléa sobre as seguintes propostas.

Assuntos deliberados:

A Assembléa confirmou as deliberações tomadas na Assembléa Geral Ordinária realizada na Kaigai Kogyo Kabushiki Kaisha, em 19 de maio de 1938 (Número 6, 3-chome, Marunouchi Chiyoda-ku, Tôquio) e ao mesmo tempo as seguintes deliberações suplementares:

— Acrescentar o seguinte ao artigo 4.º dos Estatutos:

— Estabelecer a filial em: número D, rua Lisboa, Uraí, Estado do Paraná.

— A importância do investimento de capital à filial do Brasil foi de 20.000.00 (quarentos mil yens) ou sejam, pelo câmbio da época, 20.000.000 (dois milhões e quarentos mil cruzeiros).

— Os projetos acima foram aprovados por unanimidade. Foram então ás 14 e 30 minutos. Lavrada esta ata, o presidente e os diretores presentes assinaram e selaram conforme estabelece o artigo 17 dos Estatutos, ficando-se a presente ata.

Yoshinobu Tatsue, diretor-representante e presidente da Assembléa Nambel Tochi Kabushiki Kaisha. Número 3-6 Marunouchi, Chiyoda-ku, Tôquio.

Tradutor: — A assinatura de Yoshinobu Tatsue estava acompanhada de um sinal de carimbo autenticador do "Diretor-representante da Nambel Tochi Kabushiki Kaisha". Em fôlha anexa ao documento estava o reconhecimento (Registro número 26.142) de que a Tatsue assinou e selou o dito documento; reconhecimento esse feito por Mikisaburo Nakadai, Tabelião, junto à Diretoria da Justiça em Tôquio, aos 24 de fevereiro de 1951. Em outra fôlha anexa, autenticada pelo Tabelião da Embaixada Brasileira em Tôquio, constava a tradução do reconhecimento acima, passado pelo Tabelião Mikisaburo Nakadai, nessa fôlha constava ainda o reconhecimento da firma de Mikisaburo Nakadai, Tabelião Público, junto à Diretoria de Justiça de Tôquio, pelo Sr. Osvaldo Tavares, Primeiro Secretário da Embaixada Brasileira em Tôquio, em data de 28 de fevereiro de 1951, em valor de seis cruzeiros, devidamente inutilizados.

Mzados). Era o que se continha no dito documento, ao qual me reporto e dou fé. — José Yamashiro, Tradutor Público.

TRADUÇÃO N.º 908

José Yamashiro, tradutor público juramentado pela Junta Comercial do Estado de São Paulo. — Rua Boa Vista n.º 84 — 8.º and. — Salas 805-808 — Tel. 32-9603 — São Paulo.

Eu, José Yamashiro, tradutor público e intérprete comercial juramentado pela Junta Comercial do Estado de São Paulo, certifico, que aos 21 de março de mil novecentos e cinquenta e um, me foi apresentado, por parte interessada, um documento em Língua Japonesa, traduzido para o Vernáculo, cujo teor era o seguinte:

Tradução: Declaração.

Declaro que:

A Nambel Tochi Kabushiki Kaisha, vitimada pela segunda guerra mundial, ficou impossibilitada de prosseguir nos seus negócios, de modo que estes ficaram suspensos desde 1942 até hoje, razão porque o balanço desta companhia realizado foi o de 31 de março de 1949.

Em 22 de fevereiro de 1951. — Yoshinobu Tatsue, diretor-representante da Nambel Tochi Kabushiki Kaisha. Número 6, 3-chome Marunouchi Chiyodaku, Tôquio.

Nota do tradutor: A assinatura de Yoshinobu Tatsue estava acompanhada, digo, acompanhada de um carimbo autenticador do "diretor-representante da Nambel Tochi Kabushiki Kaisha". Em fôlha anexa ao documento supra constava o reconhecimento (registro número 26.142) de que a declaração fora selada e assinada pelo próprio Yoshinobu Tatsue; reconhecimento esse passado pelo tabelião público Mikisaburo Nakadai, Tôquio, em data de 24 de fevereiro de 1951. Em outra fôlha anexa ao documento, autenticada com o sinete da Embaixada Brasileira em Tôquio, constava a tradução do reconhecimento acima. Ainda nessa mesma fôlha constava o reconhecimento da firma de Mikisaburo Nakadai, Tabelião Público junto à Diretoria da Justiça de Tôquio, passado pelo Sr. Osvaldo Tavares, Primeiro Secretário da Embaixada Brasileira, Encarregado do Serviço Consular (dois selos consulares, no valor total de seis cruzeiros, devidamente inutilizados), em data de 28 de fevereiro de 1951; Nota de importante se continha no dito documento, ao qual me reporto e dou fé. — José Yamashiro, Tradutor Público.

(N.º 13.031 — 2-6-51 — CRT 3.000)

DECRETO N.º 20.625 — DE 4 DE JUNHO DE 1951

Declara órgão auxiliar do Conselho Nacional de Aguas e Energia Elétrica a Repartição de Saneamento de Natal, Estado do Rio Grande do Norte.

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 87, inciso I, da Constituição, e nos termos do art. 1.º do Decreto-lei n.º 5.287, de 26 de fevereiro de 1946, decreta:

Art. 1.º A Repartição de Saneamento de Natal, Estado do Rio Grande do Norte é declarada órgão auxiliar do Conselho Nacional de Aguas e Energia Elétrica.

Art. 2.º A aludida Repartição funcionará como órgão técnico regional do Conselho para o Estado do Rio Grande do Norte, cabendo-lhe, relativamente aos assuntos do mesmo Estado:

I — Instruir os processos que lhe forem enviados;

II — Efetuar, por iniciativa própria ou quando solicitado, os estudos e trabalhos ligados às atividades e atividades do Conselho.

III — Colaborar com a Divisão Técnica do Conselho na execução de levantamentos estatísticos.

Art. 3.º Quaisquer documentos, papéis dirigidos ao Conselho Nacional de Aguas e Energia Elétrica referentes ao Estado do Rio Grande do Norte poderão ser entregues à Repartição de Saneamento de Natal, que os instruirá e encaminhará convenientemente.

Art. 4.º O Presidente do Conselho Nacional de Aguas e Energia Elétrica expedirá instruções complementares para a execução deste Decreto.

Art. 5.º O presente Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 6.º Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 4 de junho de 1951; 130.º da Independência e 13.º da República.

GETULIO VARGAS. João Cleofas.

DECRETO N.º 20.625 — DE 31 DE MAIO DE 1951

Apraza as tabelas e as instruções relativas à ração comum e aos deslocamentos da classe das Forças Armadas.

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o inciso I do art. 87 da Constituição, decreta:

Art. 1.º Ficam aprovadas as Tabelas e suas instruções, que a este documento se encontram anexas, relativas à ração comum e à fixação dos valores da classe das Forças Armadas nas diversas regiões, zonas e localidades do Território Nacional, organizadas na conformidade do que preceituam os arts. 104 do Código de Vestimentas e Vantagens das Militares.

Art. 2.º Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3.º Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, em 31 de maio de 1951; 130.º da Independência e 13.º da República.

GETULIO VARGAS. Renato de Almeida Gullobel. Newton Estillac Leal. Nero Moura.

CONTRACTO DE COMPROMISSO DE COMPRA E VENDA

(Registrado no cartorio do Registro de Immoveis da Comarca)
(de Cornelio Procopio sob o n.º 4 em 21 de Novembro de 1938)

Entre NAMBEI TOCHI KABUSHIKI KAISHA, representado por seu procurador, snr.

Manjiro Watanabe de acordo com procuração lavrada nas
notas do Tabellião de livro fls.

..... aqui denominada Vendedora, e *Paul Borsari e Emílio Borsari*
e José Pacifico domiciliado em *Edouardo Perez Sobrinho Jaboticabal* neste instrumento
denominado Compromissario, fica justo e contractado o seguinte: *Liv. Paulista*

— 1.a —

A Vendedora declara que é legitima senhora e possuidora do terreno sito no municipio de Jatahy, comarca de Cornelio Procopio, Estado do Paraná, com o numero do lote e area a seguir :

Lote N. <i>102</i>	(.....)	(<i>59.7</i>)	alqueires
" " <i>304</i>	(.....)	(<i>30</i>)	"
" " <i>506</i>	(.....)	(<i>20</i>)	"
" "	(.....)	(.....)	"
" "	(.....)	(.....)	"

tendo as seguintes confrontações e caracteristicos :

— 2.a —

A Vendedora se compromette a vender e o Compromissario se compromette a comprar o lote n. *102 - 304 - 506, seção S. Pedro*, acima descripto.

— 3.a —

O preço total da venda é de rs. *43.880 \$ 000* (Quarenta e tres Conto e Oito cento e Oitenta milreis), sendo pago neste acto a importancia de rs. *10.970 \$ 000* (Dez Conto novecentos e setenta milreis) e o restante em prestações annuaes, sem juros, como adiante se declara :

2.a prestação	rs. <i>10.970 \$ 000</i>	em	de	de <i>1940</i>
3.a	" " <i>10.970 \$ 000</i>	" "	" "	" <i>1941</i>
4.a	" " <i>10.970 \$ 000</i>	" "	" "	" <i>1942</i>

A falta do pagamento do restante no prazo acima estipulado, a partir de cujo vencimento decorrido trinta (30) dias, importará na immediata rescisão deste contracto. A Vendedora poderá prorogar o prazo do pagamento acima estipulado desde que sobrevenha facto ou circumstancia justificadores de tal prorrogação ou que impossibilite razoavelmente o Compromissario de fazer dito pagamento, e, então, poderá a Vendedora cobrar mais os juros de dez (10) por cento por anno, sobre a importancia cujo pagamento fôr assim prorogado. Neste caso o prazo de prorrogação não poderá exceder um anno.

-- 5.a --

Todos os pagamentos estipulados serão feitos na séde da Vendedora na Capital do Estado de S. Paulo, ou no escriptorio da mesma na séde da Colonia Pirianito.

-- 6.a --

A Vendedora entrega desde já ao Compromissario a posse precaria do terreno compromissado, podendo este ser beneficiado ou utilizado como entender seu possuidor, respeitados os principios de direito vigentes no Brazil, ficando, a cargo do Compromissario, todos impostos, taxas e contribuições de qualquer natureza, vigentes e futuros, que recairem sobre os terrenos compromissados ou suas bemfeitorias ou plantações, obrigando-se o Compromissario a reembolsar mediante a apresentação do recibo a Vendedora quando esta os haver pago.

-- 7.a --

O Compromissario não poderá vender as madeiras do seu lote compromissado, sem consentimento expresso da Vendedora.

-- 8.a --

O Compromissario se obriga conservar por sua conta, o trecho da estrada referente ao lote óra contractado.

-- 9.a --

Fica o Compromissario obrigado, a qualquer tempo, conservar os marcos da medição e manter abertos e limpos os rumos e picadas nos limites do lote; e a medição e demarcação, quando fôr posteriormente preciso, será effectuada por expensas exclusivas do Compromissario.

-- 10.a --

O Compromissario não poderá transferir o presente contracto, bem como onerar o lote de qualquer forma, sem o consentimento escripto da Vendedora.

Realizado o pagamento total, no prazo estipulado ou antes, a Vendedora dará escriptura definitiva de venda ao Compromissario, correndo todas as despesas taes como sellos, siza, impostos, registros e as despesas de tabellião, etc., por conta do Compromissario.

Em caso de infracção será observado o seguinte: Se o violador deste compromisso fôr a Vendedora deverá restituir ao Compromissario o dobro das importancias recebidas a qualquer titulo e mais o valor das benfeitorias feitas no terreno compromissado, segundo apuração ou arbitramento feito por louvados nomeados na forma do direito vigente. Se o violador fôr o Compromissario perderá, em beneficio da Vendedora todas as importancias que houver pago até então, todas as benfeitorias feitas no terreno compromissado, e deverá fazer a restituição desta, á Vendedora, sob pena de esbulho. Em caso de empobrecimento do terreno por motivo de sua benfeitorização, ou por dolo ou culpa do Compromissario, incluindo-se nesta a negligencia, a Vendedora terá ainda o direito de cobrar os damnos que soffrer na parte em que os mesmos não forem contrabalançados pela percepção das prestações e das benfeitorias effectuadas pelo Compromissario.

Ficam contractados: o fóro desta comarca da Capital de São Paulo para todas as questões oriundas deste contracto; a forma summaria para quaesquer acções, sem prejuizo da acção ou do procedimento judicial de rito mais expedito, que no caso caiba; a multa de 10% (dez por cento) sobre o debito, em que tambem incorrerá o Compromissario, no caso de intervenção judicial.

O Compromissario, estando em dia com todos os pagamentos a Vendedora, exhibindo quitação dos impostos federaes, municipaes e estadoaes, podera transferir os direitos e obrigações deste contracto. A Vendedora dará a sua anuencia quando a transferencia fôr feita a pessoa que ella julgar idonea. Si o Compromissario fizer a transferencia sem a anuencia da Vendedora, ficará solidario com o adquirente nos direitos e obrigações deste contracto. Em caso de transferencia, a Vendedora cobrará do Compromissario ou de seu cessionario a quantia de rs. 50\$000 (cincoenta mil réis) como taxa de expediente. Tambem a Vendedora poderá transferir este contracto.

O presente contracto é extensivo aos herdeiros e successores das partes contractantes:

A digitalização deste documento foi possível graças ao investimento do Programa de Pós-graduação em Geografia Humana (PPGH-FFLCH-USP) e realizada com recursos da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - Brasil (CAPES) - Código de Financiamento 001. Essa ação integra as atividades de comemoração dos 50 anos do PPGH no ano de 2021. Para mais informações sobre o PPGH e sua história, visite a página do programa: <http://ppgh.ffeilch.usp.br/>.

